

igfss



CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL

2011

PARTE I



SEGURANÇA SOCIAL



FICHA TÉCNICA
Conta da Segurança Social 2011

Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.
Av. Manuel da Maia, n.º 58
1049-002 Lisboa
Tel: 21 843 33 00
Fax: 21 843 37 20
Email: igfss@seg-social.pt

Conselho Diretivo

José Augusto Antunes Gaspar
Nelson da Silva Ferreira
Joaquina Maria Franco
Noémia Silva Goulart

Conceção Técnica

Departamento de Orçamento e Conta

Coordenação

Maria Isabel Duarte Barreiros
Maria Jesus Marques

Equipa Técnica

Alexandra Trouillet Pessoa
Filomena Gamito
Helena Maria M. Alves
Jorge Mesquita Borges
Maria Eunice Teixeira
Maria Matilde R. Carvalho
Nuno Borges
Nuno Miguel Martins
Nuno Santos
Rui Carlos Tacanho
Samuel C. Cerqueira

Tiragem

200 Exemplares

Periodicidade

Anual

Depósito Legal

Nº 88123/95



Índice	i
Siglas	v
PARTE I	
I – Enquadramento Macroeconómico – Portugal	1
II – Principais alterações legislativas ocorridas no exercício	13
III – Perímetro de Consolidação da Conta da Segurança Social	25
IV – Síntese Orçamental e Patrimonial	29
V – Orçamento e execução Orçamental	33
V.1 - Alterações Orçamentais	33
V.2 - Receitas por classificação económica - Sistema de Segurança Social (mapa X)	41
V.3 - Despesas por classificação funcional e económica - Sistema de Segurança Social (mapa XII)	79
V.3.1 – Despesa por classificação funcional	79
V.3.2 - Despesas por classificação económica	81
V.4 – Execução orçamental por sistemas e subsistemas de segurança social (Mapas XIII e XIV)	105
V.5 – Execução orçamental das receitas por origem e das despesas por aplicação e por sistemas e subsistemas de segurança social (mapa LBSS)	111
V.6 – Saldo orçamental global final e saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública - Sistema de Segurança Social	115
V.7 – Financiamento – Desdobramento do saldo orçamental por fontes de financiamento	125
VI – Balanço e Demonstração de resultados consolidados	133
VI.1 – Consolidação da Conta da Segurança Social	133
VI.2 – Balanço consolidado	147
VI.2.1 – Composição do ativo	151
VI.2.2 – Composição do passivo	193
VI.2.3 – Composição dos fundos próprios	207

VI.3 – Demonstração de resultados consolidados	217
VI.3.1 – Resultados Operacionais	219
VI.3.2 – Resultados Financeiros	233
VI.3.3 – Resultados Extraordinários	239

VII - Anexos -

Mapas:

Balanço consolidado

Demonstração de resultados consolidados

Mapa de fluxos de caixa

Mapas de alterações orçamentais

Mapas de execução orçamental

Mapas elaborados nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental

 Mapa X – Receitas do Sistema de Segurança Social por Classificação Económica

 Mapa XI – Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional

 Mapa XII – Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

 Mapa XIII – Receitas dos Sistemas Previdencial-Repatrição e Capitalização e dos Subsistemas de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social por Classificação Económica

 Mapa XIV – Despesa dos Sistemas Previdencial-Repatrição e Capitalização e dos Subsistemas de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social por Classificação Económica

 Mapa XXI – Receitas tributárias cessantes da Segurança Social

 Mapa XXII – Receitas e Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

 Despesas da Segurança Social por Classificação Cruzada – Funcional e Económica

 Mapa XXVII A – Movimentos e saldos das contas na Tesouraria da Segurança Social

 Mapa XXVII B – Movimentos e saldos nas Caixas da Tesouraria da Segurança Social

 Elementos informativos referentes ao Sistema de Segurança Social

Mapas elaborados nos termos da Lei de Bases

 Execução Orçamental pelos Sistemas Previdencial-Repatrição e Capitalização e dos Subsistemas de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social

Outros mapas

 Mapa IX – Execução Orçamental

 Desdobramento dos Saldos Orçamentais Globais de 2010

 Saldos: Correntes, Capital e Primário

 Pensões

 Ação Social

VIII – Anexos às demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas**PARTE II**

IX – Evolução da execução da receita/despesa	247
IX.1 – Receitas e transferências	247
IX.2 – Despesas e transferências	251
X – Análise ao comportamento de algumas prestações sociais e outras despesas	257
X.1 – Pensões	257
X.2 – Prestações de desemprego	279
X.3 – Subsídio e complemento por doença e subsídio por tuberculose	303
X.4 – Prestações por parentalidade	321
X.5 – Prestações familiares	335
X.6 – Rendimento social de inserção	359
X.7 – Complemento solidário para idosos	379
X.8 – Ação Social	393
X.9 – Administração	421
XI – Execução Orçamental - Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira	433
XI.1 – Região Autónoma dos Açores	433
XI.2 – Região Autónoma da Madeira	443
XII – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)	451
XIII – Carteira de Ativos do IGFSS	501
XIV – Fundo de Certificados de Reforma (FCR)	511

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFP/FSE	Ações de Formação Profissional / Fundo Social Europeu
APPC	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
AS	Ação Social
ASEC-CP	Apoio Social aos Emigrantes Carenciados das Comunidades Portuguesas
ASIC-CP	Apoio Social aos Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas
ATL	Atividades de Tempos Livres
BCE	Banco Central Europeu
CAAA	Comissão de Análise, Avaliação e Acompanhamento
CALB	Centro de Apoio Laboral de Benfica
CDSS	Centros Distritais de Segurança Social
CLDS	Contratos locais de desenvolvimento social
CE	Centros de Emprego
CECA	Convenção Europeia do Carvão e Aço
CES	Complemento Extraordinário de Solidariedade
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CIBE	Cadastro do Inventário dos Bens do Estado
CIT	Certificação de Incapacidades Temporárias
CLA/NLI	Comissão Local de Acompanhamento / Núcleo Local de Inserção
CLO	Centro de Leitura Ótica
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNP	Centro Nacional de Pensões
CNPRP	Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais
CPCJR	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CPL	Casa Pia de Lisboa
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CSS	Conta da Segurança Social
DAFSE	Departamento dos Assuntos do Fundo Social Europeu
DGACCP	Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGT	Direção-Geral do Tesouro
DLD	Desempregados de Longa Duração
DR	Declarações de Remunerações
EFSF	Fundo Europeu de Estabilidade Financeira
ESAA	Estabelecimentos Sociais com Autonomia Administrativa
EUROSTAT	Statistical Office of the European Commission
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCR	Fundo dos Certificados de Reforma
FEDER	Fundo Europeu Desenvolvimento Regional
FEFSS	Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social
FGADM	Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores
FGS	Fundo de Garantia Salarial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu

FSS	Fundo de Socorro Social
GOP	Grandes Opções do Plano
GR	Gestão de Remunerações
GT	Gestão de Tesouraria
IAS	Indexante dos apoios sociais
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público
IGFCSS	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social
IGFSE	Instituto de Gestão Fundo Social Europeu
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
II, IP	Instituto de Informática, IP
INATEL	Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOFOR	Instituto para a Inovação na Formação
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRS	Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares
ISS	Instituições de Segurança Social
ISS, IP	Instituto de Segurança Social, IP
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LBSS	Lei de bases da Segurança Social
MAMAOT	Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MES	Ministério do Equipamento Social
MFC	Mapa de Fluxos de Caixa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MSSS	Ministério da Solidariedade e Segurança Social
MSST	Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NRAU	Novo Regime do Arrendamento Urbano
OE	Orçamento de Estado
OP	Orçamento-Programa
OSS	Orçamento da Segurança Social
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PAFAC	Programa de Apoio à Família e à Criança
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PAII	Programa de Apoio Integrado a Idosos
PAIPS	Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social
PAPI	Programa de Apoio à Primeira Infância
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PCGE	Parecer da Conta Geral do Estado
PCISS	Plano de Contas das Instituições de Segurança Social
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PEPS	Programa de Emprego e Proteção Social
PEPT	Plano de Educação para Todos
PERE	Processo Especial de Recuperação
PIB	Produto Interno Bruto

PIDDAC	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIEC	Programa para a Inclusão e Cidadania
PILAR	Programa de Idosos em Lar
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
POAT	Programa Operacional de Assistência Técnica
POC	Plano Oficial de Contas
POCISSSS	Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
POEFDS	Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POSI	Programa Operacional para a Sociedade da Informação
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de referencia Estratégico Nacional
R.A. / RA	Regiões Autónomas
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RCCI	Rede de Cuidados Continuados Integrados
REF	Regime Especial dos Ferroviários
RESSAA	Regime Especial de Segurança Social das Atividades Agrícolas
RGSS	Regime Geral de Segurança Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RNAP	Reposições Não Abatidas ao Pagamento
RNCE	Regimes não Contributivos ou Equiparados
RSI	Rendimento Social de Inserção
RTR	Regime Transitório dos Rurais
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SD	Subsídio de Desemprego
SEF	Sistema de Execuções Fiscais
SGC	Sistema de Gestão de Contribuição
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIF	Sistema de Informação Financeira
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNRIPD	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa Deficiente
SSD	Subsídio Social de Desemprego
SSV	Seguro Social Voluntário
TI	Trabalhadores Independentes
TSU	Taxa Social Única
UE	União Europeia

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL

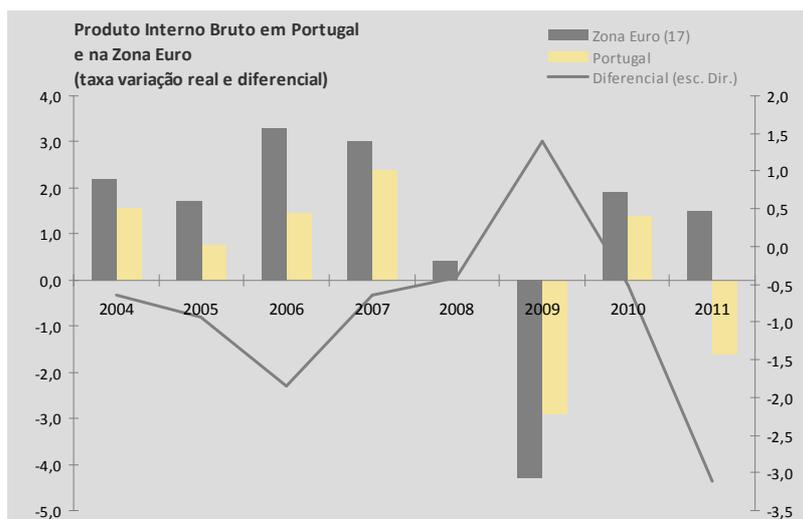
I.1. DESPESA E PRODUÇÃO

O ano de 2011 ficou marcado por uma desaceleração da economia mundial, principalmente nas economias avançadas, como Japão que registou uma quebra no PIB (-0,7%), em consequência do impacto do terramoto de março, e a União Europeia a crescer moderadamente, observando-se, contudo, comportamentos distintos entre os seus estados membros. A pautar esta evolução esteve o elevado nível de incerteza do enquadramento internacional, nomeadamente, no segundo semestre, associado ao agravamento da crise das dívidas soberanas em alguns países periféricos da área do euro, com a ameaça de risco de contágio aos outros países do euro.

Neste contexto de instabilidade política e de incerteza, as condições de financiamento externo da economia portuguesa agravaram-se e aumentaram as pressões sobre a dívida pública e privada portuguesa, nomeadamente, com a revisão em baixa das notações atribuídas pelas agências de *rating* ao Estado português, aos bancos e às empresas. Assim, perante a incapacidade de se refinar a taxas harmonizáveis com uma sustentabilidade orçamental a longo prazo, no início de abril, o governo português apresentou um pedido de assistência financeira junto da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional.

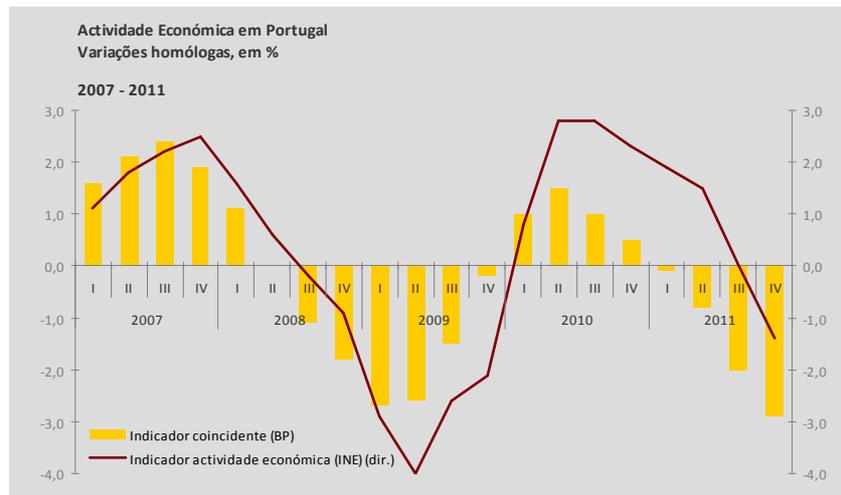
O acordo de empréstimo foi aprovado e assinado pelo Conselho Europeu em 17 de maio de 2011 e pelo conselho de administração do FMI em 20 de maio de 2011. Este acordo deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que fornece um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e se “destina a apoiar um programa de políticas para restaurar a confiança e permitir o regresso da economia a um crescimento sustentável, preservando a estabilidade financeira em Portugal, na zona euro e na UE”.

Este processo de ajustamento estrutural condicionou a evolução da economia portuguesa em 2011 e repercutiu-se numa diminuição de 1,6% do produto, em termos reais, de acordo com os dados do INE, quando em 2010 se tinha registado em crescimento de 1,4%. A queda do produto português, só superado pela Grécia, aprofundou o diferencial para a média da variação do PIB dos países da União e da área do euro, que se situou nos 3,1 pontos percentuais, em 2011. Desde 2003, o crescimento real do Produto Interno Bruto foi, em média, 0,9% inferior ao crescimento médio do PIB dos países que integram a área do Euro.



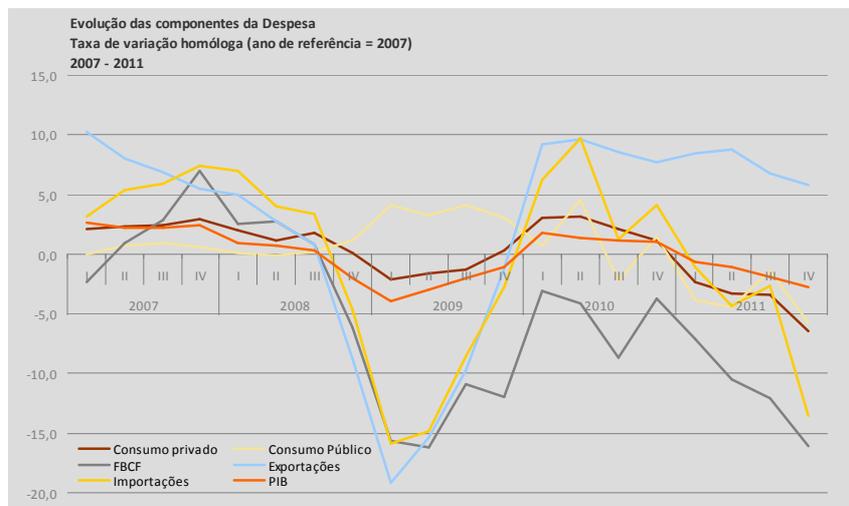
Fonte: Banco de Portugal, *Indicadores da Conjuntura*; INE, *Contas Nacionais Trimestrais*, 4º trimestre de 2011; EUROSTAT.

Da observação da evolução trimestral do Indicador da atividade económica em Portugal (publicado pelo INE), constata-se uma forte desaceleração da atividade em Portugal a partir do quarto trimestre de 2010, atingindo-se um crescimento nulo no terceiro trimestre de 2011 e uma diminuição de 1,4% no quarto trimestre. Semelhante conclusão pode extrair-se da análise do indicador coincidente do Banco de Portugal, pese embora a desaceleração se observe a partir do terceiro trimestre de 2011 (0,5%) e o indicador apresentar valores negativos em todos os trimestres de 2011, atingindo um mínimo de -2,9% no quarto trimestre (gráfico seguinte).



Fonte: Banco de Portugal, *Indicadores de Conjuntura*; INE, *Síntese económica da Conjuntura*.

A justificar esta forte redução do Produto português, em 2011, esteve o contributo negativo da procura interna na ordem dos -6,2 p.p. (que compara com um contributo de 0,9 p.p. em 2010), puxada pela diminuição do consumo final das famílias e do investimento. Por sua vez, a procura externa líquida aumentou, contribuindo positivamente para o Produto em 4,6 p.p. (que compara com 0,5 p.p. em 2010 e 0,6 p.p. em 2009), muito por força da redução das importações, ou seja, da menor procura por bens importados, que ampliou o efeito do crescimento das exportações.



Fonte: Banco de Portugal, *Contas Nacionais Trimestrais*; INE, *Síntese económica da Conjuntura*.

Em 2011, a **procura interna** registou uma redução de 5,7% face a 2010, ano em que tinha crescido 0,8% (que compara com uma redução de 3,3% em 2009 e um crescimento de 0,8% em 2008). Numa análise trimestral observa-se uma contração em todos os trimestres de 2011, atingindo-se o valor mínimo de -9,5% no quarto trimestre.

Apesar de este comportamento da procura interna traduzir o desempenho generalizado das suas principais componentes, destaca-se a queda acentuada de -3,9% do *consumo privado* em 2011, que compara com um crescimento de 2,1% em 2010 (no quarto trimestre de 2011 o consumo privado contraiu-se 6,6% após uma quebra de 3,4% no terceiro). De entre as suas rubricas, o consumo de *bens duradouros*, mantendo o seu comportamento pró-cíclico, diminuiu 18,7% ao longo do ano (que compara com o crescimento de 10,9% observado em 2010 e a contração de 16,9% em 2009, ano em que o produto caiu 2,9%), acentuando-se a sua contração nos últimos três meses do ano com uma redução de 31,3% (que compara com -16,9% no terceiro trimestre). O consumo de *bens não duradouros e serviços* caiu 2,8% em 2011 (crescimento de 1,2% em 2010), apresentando taxas negativas a partir do último trimestre de 2010.

Para esta tendência descendente do consumo contribuiu a redução do rendimento disponível em 1,0% (que compara com a variação positiva de 3,1% em 2010), ao mesmo tempo que se deu uma contração da taxa de poupança das famílias em 0,5 p.p. entre 2010 e 2011. O rendimento disponível das famílias em 2011 foi afetado pela redução das remunerações pagas em 0,8%, para o total da economia¹ (crescimento de 1,4% em 2010), principalmente, pela diminuição das remunerações pagas nas administrações públicas e pela subida das taxas do IVA no ano de 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro).

As despesas de *consumo público* registaram uma diminuição de 3,9% em 2011, que compara com um crescimento de 0,9% em 2010 e de 4,7% em 2009. Em termos intra-anuais observa-se uma trajetória negativa ao longo de todos os trimestres do ano, com uma ligeira oscilação no segundo semestre do ano (no terceiro trimestre a redução é de -1,4% que compara com -4,5% no segundo trimestre e -5,7% no quarto). Esta evolução, para além, do efeito da aquisição de equipamento militar na despesa de 2010, reflete, ainda, no âmbito do processo de consolidação orçamental, a contração do investimento público e a redução das remunerações certas e permanentes, da aquisição de bens e serviços, das transferências correntes e dos subsídios.

A despesa com pensões continua a representar uma forte componente dos gastos do estado. Em 2011 as pensões e complementos do sistema de segurança social registaram um aumento de 3,1%, refletindo, no entanto uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos (crescimentos de 5,8%, 5,0% e 4,1%, respetivamente, em 2008, 2009 e 2010). A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações apresentou, de acordo com o Banco de Portugal, um aumento de 5,4% em 2011².

As transferências sociais para as famílias registaram um decréscimo na generalidade, fruto do impacto das alterações legislativas aprovadas no âmbito das medidas de contenção orçamental, que entraram em vigor no segundo semestre de 2010. Destas, destacam-se as prestações por encargos familiares com uma redução de 30,3% (redução de 3,2% em 2010), o rendimento social de inserção (RSI) com uma redução de despesa de 20,3% (que compara com crescimentos de 2,4% em 2010 e 19,3% em 2009), e as prestações de desemprego que diminuíram 17,8% (crescimentos de 8,6% e 30,6%, respetivamente, em 2010 e 2009).

A evolução do *investimento* revela uma trajetória descendente, com uma diminuição, em termos reais, de -14% em 2011 (-3,6% em 2010 e -13,3% em 2009). De entre as diferentes componentes, a Construção foi a que mais contribuiu para essa contração, apresentando uma diminuição de 11,5% (diminuição de 4,2% em 2010), fazendo-se sentir o seu efeito na variação do Produto e no aumento do desemprego. Numa análise intra-anual, a Formação Bruta de Capital tem mantido uma tendência descendente desde o quarto trimestre de 2008, sendo que, depois de uma desaceleração da queda nos dois primeiros trimestres de 2010, tornou a decrescer de forma mais acentuada em 2011, em particular no quarto trimestre (-24,3%).

¹ Refira-se, em particular, a aplicação da sobretaxa extraordinária do IRS ao subsídio de Natal de 2011 (Lei n.º 49/2011, de 7 de setembro).

² Indicadores de Conjuntura, 2/2012, Banco de Portugal.

O forte crescimento de 12,9% da **procura externa líquida**, em 2011, contribuindo em 4,6 p.p. para a variação em volume do PIB (contributo de 0,5 p.p. em 2010), abrandou o efeito negativo sobre o Produto da quebra das componentes da procura interna³. Esta evolução resulta de uma redução das importações de bens e serviços por oposição a um crescimento moderado das exportações.

As *exportações de bens e serviços* cresceram 7,4% em volume no ano de 2011, ainda assim, uma variação inferior aos 8,8% de crescimento verificado em 2010. Refletindo a tendência decrescente que se observou ao longo do ano de 2011, com um abrandamento nos terceiro e quarto trimestres do ano (6,7% e 5,8%, respetivamente). A desaceleração das exportações fez-se sentir na componente de bens, em particular, com destino aos países da Área do Euro.

As *importações de bens e serviços*, em 2011, registaram uma queda em volume, na ordem dos 5,5% (crescimento de 5,4% em 2010), refletindo uma menor procura interna por bens (-6,9%), apesar de a importação de serviços ter aumentado (+3,1%). Em termos intra-anuais, as importações apresentam uma acentuada trajetória descendente observada a partir do segundo semestre de 2010, só contrariada no quarto trimestre de 2010 (+4,1%), por efeito da aquisição de equipamento militar ao exterior (a variação das importações do terceiro trimestre de 2010 foi de +1,3%, sendo de sinal negativo em todos os trimestres de 2011, com um mínimo de menos 13,5% no último trimestre do ano).

Em 2011 os preços internacionais das matérias-primas aumentaram, principalmente nos bens energéticos e alimentares, provocando a subida do preço das importações. Porém o seu impacto sobre a inflação em Portugal foi atenuado pela contração da procura interna e pela desaceleração da economia mundial no segundo semestre, o que reduziu a pressão inflacionista.

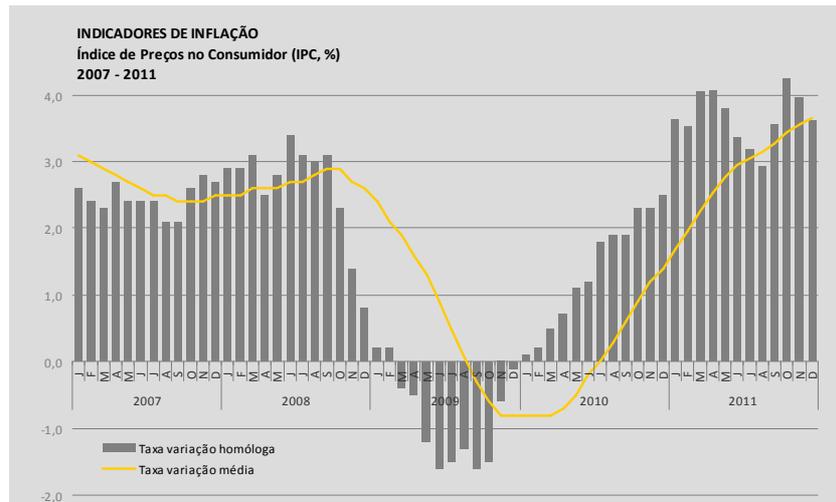
I.2. PREÇOS

A taxa de inflação em 2011, medida a partir da variação média anual do IPC, aumentou 2,3 p.p. relativamente a 2010, registando um crescimento de 3,7%, e mantendo a tendência historicamente crescente desta variável (nas últimas décadas apenas no ano 2009 os preços tinham evoluído negativamente -0,8%).

A variação homóloga em dezembro de 2011 ascendia a 3,6% (que se observa ser inferior às taxas de outubro e novembro, respetivamente, 4,3% e 4,0%). Ao longo do ano de 2011, a taxa de variação homóloga cresceu entre janeiro e março, desacelerando entre abril e agosto, para tornar a ascender no último quadrimestre (ver gráfico seguinte).

Por seu turno, a taxa de variação média do IPC registou uma forte tendência ascendente a partir de abril de 2010 e ao longo de todo o ano de 2011 (com uma variação de -0,8% em março de 2010 para atingir os +3,7% em dezembro de 2011).

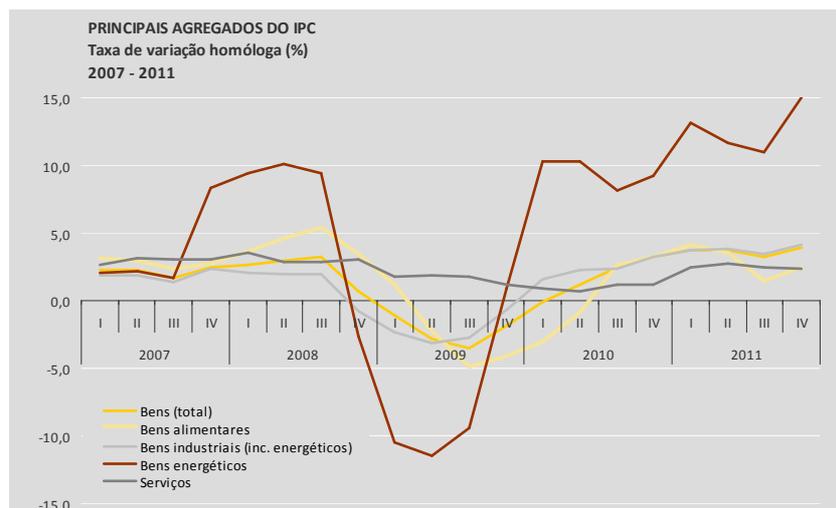
³ INE, Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares (Base 2006), 4º trimestre de 2011 e Ano 2011, 09 de março de 2012.



Fonte: Banco de Portugal, *Indicadores da Conjuntura*. INE, *Índice de Preços no Consumidor – Destaques*

Para este aumento global de preços em 2011, bem como para a sua evolução intra-anual, contribuíram, não só o forte crescimento dos preços dos produtos energéticos (12,7%), mas também, as medidas implementadas no âmbito do processo de consolidação orçamental, nomeadamente, o aumento da taxa normal do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de 21% para 23% (em janeiro de 2011) e o agravamento da taxa do IVA relativa à eletricidade e o gás natural, de 6% para 23% (em outubro de 2011). Foram, também, aumentados os preços administrados de alguns bens e serviços como os transportes públicos (em agosto de 2011), saneamento básico e produtos farmacêuticos.

No entanto, a pressão inflacionista provocada por estas medidas, foi desagravada pela contração da procura interna e pela desaceleração da procura externa dirigida à economia portuguesa. Este efeito foi reforçado pela queda dos salários reais registada no setor público e no privado.



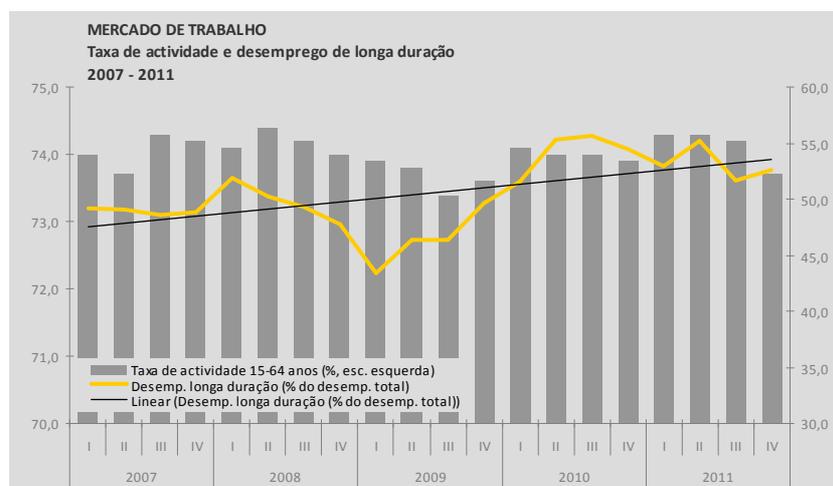
Fonte: Banco de Portugal, *Indicadores da Conjuntura*. INE, *Índice de Preços no Consumidor – Destaques*

Comparando a evolução dos preços em Portugal com a dos outros países da União Europeia, pertencentes à Zona Euro, recorrendo à variação do IHPC, constata-se que a taxa de inflação média anual fixou-se nos 3,6%, em 2011, o que representa um aumento de 2,2 p.p. em relação a 2010. O diferencial de inflação para os países da zona euro aumentou, situando-se nos +0,9 p.p. (que compara com -0,2 p.p. em 2010), quebrando a tendência de diminuição observada desde 2008.

I.3. MERCADO DE TRABALHO E SALÁRIOS⁴

O emprego em Portugal no ano de 2011 contraiu-se 1,5% (uma queda semelhante à observada em 2010), o que representa 4.837 milhares de pessoas empregadas, ou seja, menos 141 mil indivíduos empregados do que em 2010. A taxa de desemprego situou-se nos 12,7%, mais 1,9 p.p. em relação ao ano de 2010 (ano em que tinha ultrapassado a os dois dígitos), encontrando-se sem emprego mais de 706 mil pessoas (um aumento de mais 103, 5 milhares do que em 2010).

A queda do emprego ao longo do ano, acompanhando o agravamento da situação económica portuguesa, contribuiu para este aumento expressivo do número de desempregados. A taxa de desemprego tem mantido uma trajetória ascendente desde o terceiro trimestre de 2008 (7,7%), ultrapassando a marca dos 10% no quarto trimestre de 2009 e atingir os 14% no quarto trimestre de 2011 (neste período registou-se um acréscimo de 6,3 p.p.e de 1,6 p.p. entre o terceiro e quarto trimestre de 2011).



Fonte: INE, *Estatísticas do emprego*; Banco de Portugal, *Indicadores da Conjuntura*.

A taxa de actividade para os indivíduos entre os 15 e os 64 anos situou-se nos 74,1% em 2011 (0,1 p.p. acima de 2010) e manteve-se estável ao longo dos primeiros três meses de 2011, sofrendo uma quebra de 0,5 p.p. do terceiro para o quarto trimestre (ver gráfico acima), em linha com o ritmo de contração da actividade económica ao longo do ano.

⁴ No início do ano de 2011 o INE alterou a metodologia do inquérito trimestral ao emprego, consubstanciada numa “alteração do modo de recolha da informação associada à introdução do modo telefónico, à consequente alteração do questionário e à adoção de novas tecnologias no processo de desenvolvimento e supervisão do trabalho de campo”. Esta alteração metodológica introduziu uma quebra de série que impossibilita a análise detalhada das taxas de variação homóloga e as comparações históricas.

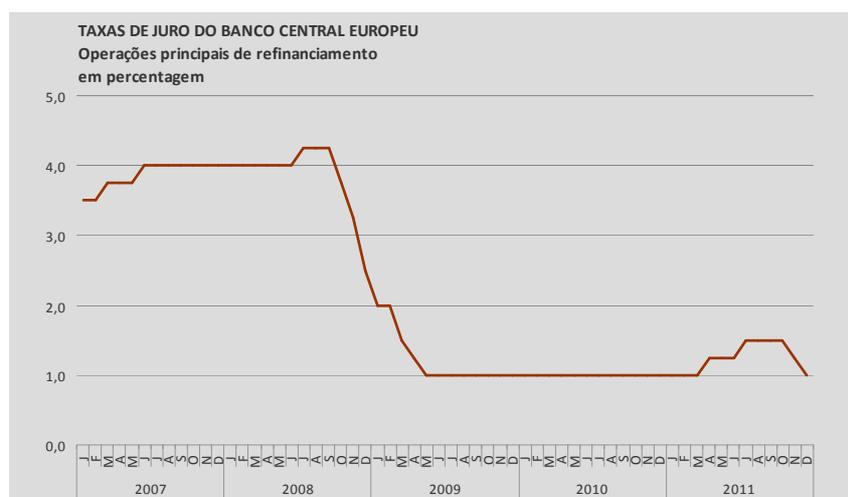
Globalmente, apesar de o peso do desemprego de longa duração (DLD) ter diminuído 1,1 p.p. entre 2010 e 2011, situando-se nos 53,1%, este aumentou 14,6% em 2011 (face a 2010). O número de desempregados de longa duração subiu, assim, cerca de 48 mil indivíduos. Esta evolução, aparentemente contraditória, resulta da forte destruição de emprego, em particular no último trimestre de 2010, que provocou um maior número de novos desempregados e reduziu o peso do desemprego de longa duração no desemprego total.

Se é verdade, que nos últimos anos se tem assistido a uma alteração da estrutura de repartição do emprego por tipo de contrato, com um aumento progressivo do peso dos contratos com termo e de prestação de serviços, em 2011 esta trajetória foi suspensa, para dar lugar a uma ligeira subida do peso dos contratos sem termo. No contexto da segmentação existente no mercado de trabalho português é, principalmente, nos empregos de regimes contratuais mais flexíveis – que empregam trabalhadores menos qualificados e com salários mais baixos ou trabalhadores mais jovens – que incidiu a maior destruição de emprego causada pela quebra da atividade económica em Portugal.

Em 2011 as remunerações médias, contrariando a tendência histórica, evoluíram de forma pró-cíclica, com uma redução de 0,8% (que compara com crescimentos de 1,4% e 2,8%, respetivamente, em 2010 e 2009). Esta evolução resultou sobretudo do comportamento das remunerações pagas nas Administrações Públicas, com uma redução média de 5% (após o congelamento salarial ocorrido em 2010), contrariando o crescimento de 1,0% nas remunerações por trabalhador no setor privado. Estes dois efeitos conjugados na redução dos custos unitários do trabalho em 0,8% no ano de 2011 (compara com uma diminuição de 1,5% em 2010 e um crescimento de 3,1%, em 2009)⁵.

I.4. TAXAS DE JURO

Depois de manter inalteradas durante a segunda metade de 2009 e todo o ano de 2010, o Conselho do BCE procedeu a duas subidas das taxas de juro oficiais de referência do mercado monetário em 2011 (em abril e julho). Assim, a subida acumulada de 50 pontos base, colocou a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento em 1,5% e as taxas da facilidade permanente de absorção e de cedência de liquidez em 0,75% e 2,25% por cento, respetivamente.



⁵ Relatório Anual do Banco de Portugal 2011 (pág. 184).

Fonte: Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração, A economia portuguesa em 2011; Indicadores da Conjuntura.*

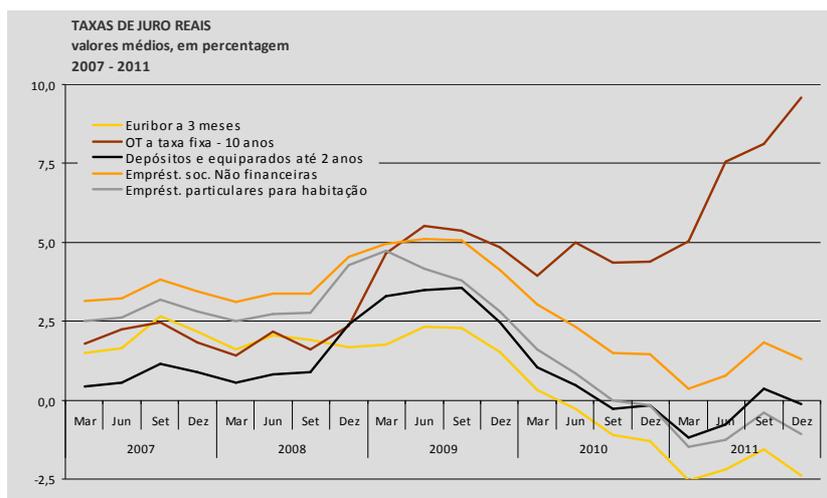
Estas intervenções do BCE foram realizadas com o objetivo de manter a estabilidade dos preços da área do euro, uma vez que a taxa de inflação anual, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), ao longo do ano, esteve sempre acima dos 2% (fixando-se em 2,7% no final do ano, quando em 2010 se tinha ficado pelos 1,6%), muito por causa da subida dos preços dos bens energéticos e alimentares e da inflação induzida pela aplicação de medidas de consolidação orçamental por parte de alguns países da área do euro (nomeadamente em Portugal, com o aumento dos impostos e dos preços administrados de alguns bens e serviços).

Com a desaceleração da economia mundial na segunda metade do ano e o avolumar das tensões em torno da crise da dívida soberana na área do euro, devido aos receios quanto à sustentabilidade das finanças públicas em alguns países do euro, o Conselho do BCE tomou medidas para manter a liquidez do sistema bancário da área do euro e estabilizar os mercados financeiros. No final do ano, as pressões de contágio da crise da dívida soberana a mercados de dívida de países com notações de crédito elevadas, num cenário de redução da inflação na área do euro, o Conselho do BCE decidiu tornar a baixar as taxas de juros oficiais em dois momentos (em novembro e dezembro).

Em 2011 a taxa Euribor a 3 meses nominal fechou o último trimestre do ano em 1,43%, o que significa uma diminuição de 0,1 p.p. face ao terceiro trimestre (período em que atingiu o seu valor mais elevado dos últimos 10 trimestres) e um aumento de 0,4 p.p. relativamente ao trimestre homólogo de 2010. A taxa de depósitos e equiparados até 2 anos fechou nos 3,67% no quarto trimestre de 2011, o que representa um acréscimo nominal de 0,20 p.p. face ao terceiro trimestre e um acréscimo de 1,52 p.p. face ao trimestre homólogo de 2010.

A taxa Euribor real tem vindo a reduzir-se desde o segundo trimestre de 2010, oscilando entre os -0,3% no segundo trimestre de 2010 e os -2,5% no primeiro trimestre de 2011, situando-se nos -2,4% no último trimestre de 2011 (em termos homólogos observa-se uma quebra de 1,1 p.p. entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011). A evolução real da taxa de juro dos depósitos até 2 anos teve uma variação, em termos homólogos, praticamente nula entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, tendo registado taxas negativas no primeiro e quarto trimestre de 2011 (respetivamente, -1,2% e -0,1%).

As taxas de juro reais inverteram, no segundo e terceiro trimestres de 2011, o perfil decrescente que se registava desde o terceiro trimestre de 2009, para tornarem a desacelerar no quarto trimestre. Apenas a taxa de rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos e a taxa de juro dos empréstimos a sociedades não financeiras se mantiveram em terreno positivo ao longo de todo o período (ver gráfico seguinte), sendo que aquela apresentou um perfil fortemente ascendente em 2011. Esta evolução ficou a dever-se ao facto de, à semelhança do sucedido em 2010, a subida nominal das taxas ter sido compensada pela evolução positiva do IHPC nesse mesmo período.



Fonte: Banco de Portugal, *Indicadores de Conjuntura*.

I.5. MERCADO DE CAPITAIS

Os mercados financeiros globais foram afetados, em 2011, pelo abrandamento do crescimento económico mundial e pelo aprofundamento da crise das dívidas soberanas na zona euro, com ameaça de contágio a outros países, que elevaram os níveis de incerteza e deixaram os investidores nervosos. Foi um ano marcado por profunda agitação política internacional, perturbação financeira e mesmo desastres naturais (como o terramoto no Japão), que atingiu o funcionamento de todos os mercados e causou uma forte volatilidade dos mesmos.

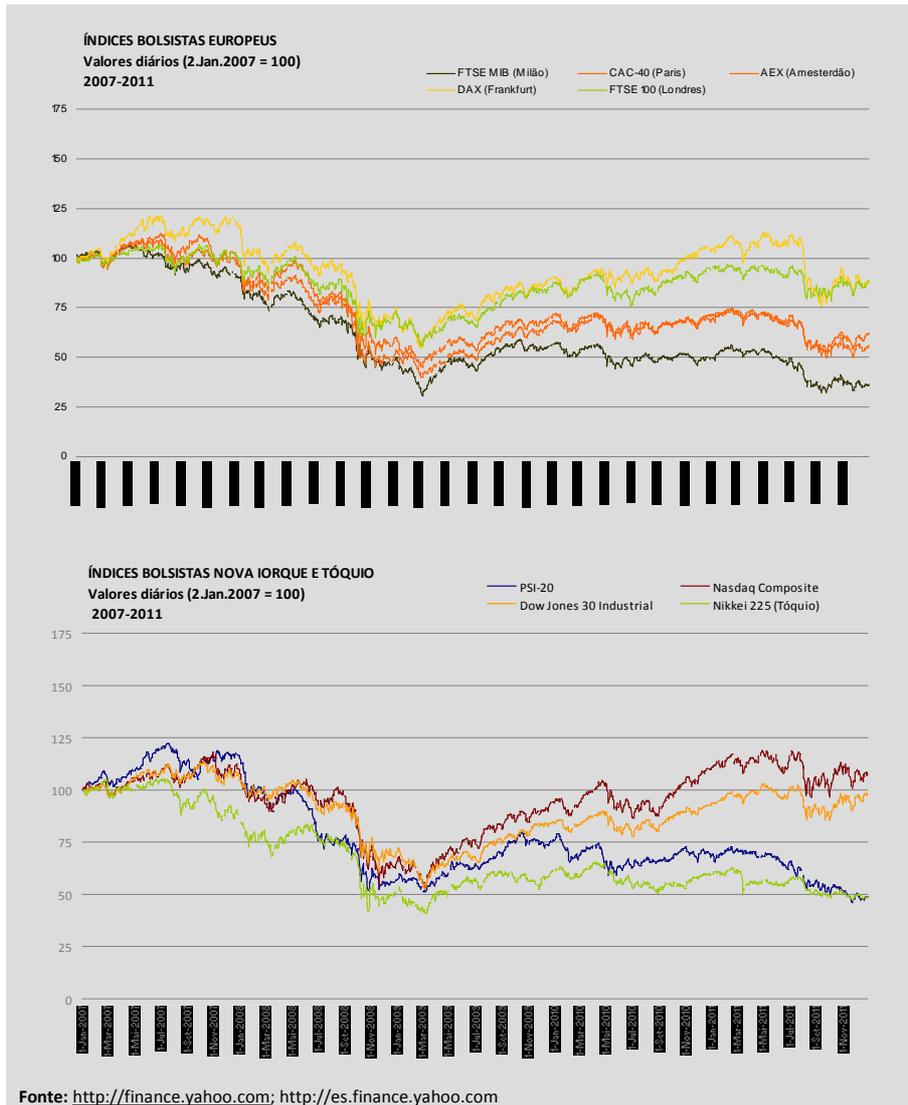
Todos estes fatores, agravados pelas fortes restrições de financiamento impostas aos bancos, deixaram os investidores assustados e receosos, não querendo correr grandes riscos. Assim, apesar de um começo mais otimista, a grande maioria das bolsas mundiais começou a cair, principalmente depois do verão, registando-se fortes perdas há medida que as ações se iam desvalorizando.

As principais praças financeiras europeias registaram perdas entre os 6% em Londres e os 26% em Milão, com Frankfurt a cair 14,7% e Paris 17%. Na Ásia, a bolsa de Xangai perdeu 22% e a de Tóquio 17% (atingindo o valor de fecho mais baixo desde 1982), arrastada pelo tsunami de março que abalou a economia nipónica.

A dependência externa dos mercados de capitais portugueses, agravada pela crise da dívida soberana portuguesa e a impossibilidade de financiamento junto dos mercados internacionais, fez com que o mercado financeiro português refletisse a evolução dos mercados internacionais. O índice acionista PSI-20 sofreu uma desvalorização 27,6% em 2011 (que compara com a desvalorização de 10,3% em 2010). No final de 2011 o índice tinha atingido os 5.494,27 pontos, inferior aos 7.588,31 pontos de 2010 e os 8.463,85 pontos no final de 2009 (conforme gráficos seguintes). A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 170.551,6 milhões de euros em dezembro, 11,7% inferior à do período homólogo de 2010. A volatilidade⁶ acumulada do PSI-20 em 2011 foi de 20,77%, acima dos 16,08% de 2010 e próxima dos 18,43% apresentados em 2009⁷.

⁶ Calculada como o desvio-padrão da rentabilidade semanal anualizada, tomando sempre o último dia de transação em cada semana.

⁷ CMVM, *Indicadores Mensais do Mercado de Capitais Portugêses*, dezembro de 2011 e janeiro de 2012.



Portugal - Síntese de Indicadores

	Unidade	2008	2009	2010	2011
Preços, salários e custos unitários de trabalho					
Inflação (IHPC)	tvm em %	2,7	-0,9	1,4	3,6
Bens	tvm em %	2,4	-2,4	1,7	4,4
Serviços	tvm em %	3,1	1,3	1,0	2,4
Deflator do PIB	tv em %	1,6	0,9	1,1	0,7
Remunerações nominais por trabalhador, total da economia ⁽¹⁾	tv em %	3,0	2,8	1,4	-0,8
Custos unitários de trabalho, total da economia	tv em %	3,5	3,1	-1,5	-0,8
Despesa, rendimento e poupança					
Produto interno bruto (PIB)	tvr em %	0,0	-2,9	1,4	-1,6
Procura interna total	tvr em %	0,8	-3,3	0,8	-5,7
Consumo privado	tvr em %	1,3	-2,3	2,1	-3,9
Consumo público	tvr em %	0,3	4,7	0,9	-3,9
Formação bruta de capital fixo	tvr em %	-0,3	-8,6	-4,1	-11,4
Exportações de bens e serviços	tvr em %	-0,1	-10,9	8,8	7,4
Importações de bens e serviços	tvr em %	2,3	-10,0	5,4	-5,5
Rendimento disponível dos particulares	tvr em %	1,7	1,8	1,5	-4,5
Emprego e desemprego					
Emprego total	tvm em %	0,5	-2,7	-1,5	-1,5
Emprego por conta de outrem	tvm em %	0,3	-2,6	-0,4	-0,3
Taxa de desemprego	média anual em %	7,6	9,5	10,8	12,7
Balança de Pagamentos					
Balança corrente + Balança de capital	em % do PIB	-11,1	-10,1	-8,9	-5,2
Balança corrente	em % do PIB	-12,6	-10,9	-10,0	-6,4
Balança de capital	em % do PIB	1,5	0,8	1,1	1,2
Taxas de juro					
Taxa de juro Euribor a 3 meses	em %, Dezembro	4,6	1,2	0,8	1,4
Taxa de rendibilidade das OT a taxa fixa a 10 anos	em %, Dezembro	4,5	4,2	5,4	10,2
Taxas de juro sobre saldos de OIFM					
Empréstimos a particulares, habitação	em %, Dezembro	5,7	3,3	1,9	2,5
Empréstimos a Sociedades não Financeiras	em %, Dezembro	6,3	4,2	3,4	4,5
Depósitos e equiparados até 2 anos	em %, Dezembro	4,0	1,7	2,2	3,7
Índice de cotações de ações (PSI-Geral)	tvh, 31 Dezembro	-49,7	40,0	-6,2	-20,4
Finanças Públicas					
Saldo global das administrações públicas ⁽²⁾	em % do PIB	-3,6	-10,2	-9,8	-4,2
Saldo primário das administrações públicas	em % do PIB	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4
Dívida pública directa bruta	Dezembro, em % do PIB	71,6	83,1	93,3	107,8

Fonte: Banco de Portugal, *Relatório anual 2010*; INE, Contas Nacionais Anuais Provisórias, 9 de Junho de 2011.

Notas:

(1) Remunerações por trabalhador por conta de outrem; incluem valores das tabelas salariais, benefícios complementares e contribuições patronais para a Segurança Social; excluem o subsídio do Estado para a Caixa Geral de Aposentações.

(2) De acordo com as regras do Procedimento dos Défices Excessivos.

tvm - Taxa de variação média; tvr - Taxa de variação real; tvh - Taxa de variação homóloga.

II. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

ENQUADRAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO

Declaração de Retificação n.º 3/2011 Assembleia da República	Retifica a Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, «Orçamento do Estado para 2011», publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª série, n.º 253, de 31 de dezembro de 2010	D.R. n.º 33, Série I de 2011-02-16
Decreto-Lei n.º 29-A/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011	D.R. n.º 42, Suplemento, Série I de 2011-03-01
Declaração n.º 58/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	Alterações ao orçamento da segurança social para o ano de 2010, referentes ao 4.º trimestre	D.R. n.º 48, Série II de 2011-03-09
Declaração n.º 60/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública – Direção-Geral do Orçamento	Publicação dos mapas i a ix, modificados em virtude das alterações efetuadas até 31 de dezembro, respeitantes ao Orçamento do Estado de 2010	D.R. n.º 50, Série II de 2011-03-11
Declaração de Retificação n.º 12/2011 Presidência do Conselho de Ministros – Centro Jurídico	Retifica o Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011, publicado no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 42, de 1 de março de 2011	D.R. n.º 83, Série I de 2011-04-29
Declaração n.º 104/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública – Direção-Geral do Orçamento	Publicação dos mapas I a IX, modificados em virtude das alterações efetuadas até 31 de março, respeitantes ao Orçamento do Estado de 2011	D.R. n.º 88, Série II de 2011-05-06
Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2011/M Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo	Executa o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011	D.R. n.º 96, Série I de 2011-05-18
Lei n.º 22/2011 Assembleia da República	Quinta alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (lei de enquadramento orçamental)	D.R. n.º 98, Série I de 2011-05-20
Lei n.º 20/2011 Assembleia da República	Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o setor público administrativo	D.R. n.º 98, Série I de 2011-05-20
Declaração n.º 136/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	Alterações ao orçamento da segurança social para o ano de 2011, referentes ao 1.º trimestre	D.R. n.º 101, Série II de 2011-05-25
Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011/M Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa	Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011	D.R. n.º 150, Série I de 2011-08-05
Lei n.º 48/2011 Assembleia da República	Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira	D.R. n.º 164, Série I de 2011-08-26
Declaração n.º 194/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	Alterações ao orçamento da segurança social para o ano de 2011, referentes ao 2.º trimestre	D.R. n.º 147, Série II de 2011-08-02
Lei n.º 49/2011 Assembleia da República	Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro	D.R. n.º 172, Série I de 2011-09-07
Lei n.º 52/2011 Assembleia da República	Procede à sexta alteração à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental	D.R. n.º 197, Série I de 2011-10-13

Lei n.º 54/2011 Assembleia da República	Aprova os estatutos do conselho das finanças públicas, criado pelo artigo 12.º-I da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (lei de enquadramento orçamental), republicada pela Lei n.º 22/2011, de 20 de maio	D.R. n.º 201, Série I de 2011-10-19
Declaração n.º 293/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	Alterações ao orçamento da Segurança Social para o ano de 2011, referentes ao 3.º trimestre	D.R. n.º 213, Série II de 2011-11-07
Lei n.º 60-A/2011 Assembleia da República	Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013	D.R. n.º 230, Suplemento, Série I de 2011-11-30
Declaração n.º 312/2011 Ministério das Finanças - Direção- Geral do Orçamento	Publicação dos mapas i a ix, modificados em virtude das alterações efetuadas até 30 de setembro, respeitantes ao Orçamento do Estado de 2011	D.R. n.º 230, Série II de 2011-11-30
Lei n.º 64-A/2011 Assembleia da República	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015	D.R. n.º 250, Suplemento, Série I de 2011-12-30
Lei n.º 64-B/2011 Assembleia da República	Orçamento do Estado para 2012	D.R. n.º 250, Suplemento, Série I de 2011-12-30
Lei n.º 64-C/2011 Assembleia da República	Aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015	D.R. n.º 250, Suplemento, Série I de 2011-12-30

CONTA GERAL DO ESTADO

Parecer n.º 5-A/2011 Tribunal de Contas	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2009	D.R. n.º 19, Suplemento Série II de 2011-01-27
Declaração n.º 67/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública – Direção-Geral do Orçamento	Conta provisória de janeiro a dezembro de 2010	D.R. n.º 54, Série II de 2011-03-17
Declaração n.º 137/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direção-Geral do Orçamento	Conta Provisória de janeiro a março de 2011	D.R. n.º 103, Série II de 2011-05-27
Declaração n.º 239/2011 Ministério das Finanças - Direção- Geral do Orçamento	Conta provisória de janeiro a junho de 2011	D.R. n.º 169, Série II de 2011-09-02

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

Resolução da Assembleia da República n.º 112/2011 Assembleia da República	Constituição de uma comissão eventual para acompanhamento das medidas do programa de assistência financeira a Portugal	D.R. n.º 131, Série I de 2011-07-11
Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Cria a estrutura de missão para o acompanhamento da execução do memorando conjunto com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu	D.R. n.º 131, Série I de 2011-07-11

QUADRO REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL

Despacho normativo n.º 2/2011 Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Trabalho e da Solidariedade Social	Alteração ao despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de janeiro, que fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de cofinanciamento pelo Fundo Social Europeu	D.R. n.º 30, Série II de 2011-02-11
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------



Despacho n.º 6572/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento	Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito do empréstimo quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI)	D.R. n.º 80, Série II de 2011-04-26
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Integra no Ministério das Finanças a estrutura de missão designada por Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional, criada nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2008, de 13 de fevereiro	D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28

RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA

Decreto-Lei n.º 143/2010 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2011	D.R. n.º 253, Série I de 2010-12-31
---------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

ANO EUROPEU DO ENVELHECIMENTO ATIVO E DA SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES (AEEASG)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Institui o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (AEEASG) em Portugal no ano de 2012 e determina a execução a nível nacional das atividades que lhe estão associadas	D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22
-------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL ENQUADRAMENTO

Decreto-Lei n.º 1-A/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Integra no regime geral de segurança social os trabalhadores bancários e outros trabalhadores inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários para efeitos de proteção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e velhice e extingue a Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários	D.R. n.º 1, Suplemento, Série I de 2011-01-03
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro	D.R. n.º 1, Suplemento, Série I de 2011-01-03
Portaria n.º 66/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Define os procedimentos, os elementos e os meios de prova necessários à inscrição, ao enquadramento e ao cumprimento da obrigação contributiva previstos no Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro	D.R. n.º 25, Série I de 2011-02-04
Despacho n.º 5130/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	Aprovação dos suportes de informação previstos no Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social	D.R. n.º 59, Série II de 2011-03-24
Lei n.º 15/2011 Assembleia da República	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, de forma a retirar as bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos	D.R. n.º 85, Série I de 2011-05-03
Lei n.º 28/2011 Assembleia da República	Procede à segunda alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro, que aprova o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos e estabelece o regime de segurança social aplicável a estes profissionais	D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16
Portaria n.º 249/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, e revoga a Portaria n.º 598/2010, de 2 de agosto	D.R. n.º 119, Série I de 2011-06-22

ACIDENTES DE TRABALHO

Portaria n.º 115/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social	Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho	D.R. n.º 59, Série I de 2011-03-24
Lei n.º 27/2011 Assembleia da República	Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a Lei n.º 8/2003, de 12 de maio	D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16

PENSÕES

Portaria n.º 246/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social	Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário e revoga a Portaria n.º 269/2009, de 17 de março	D.R. n.º 119, Série I de 2011-06-22
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 14/2011/M Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa	Resolve apresentar à Assembleia da República a proposta de lei que cria o complemento de pensão que visa compensar os custos da insularidade que oneram os cidadãos pensionistas residentes na Região Autónoma da Madeira	D.R. n.º 153, Série I de 2011-08-10
Portaria n.º 320-B/2011 Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social	Estabelece, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2012, as normas de execução da atualização transitória para o ano de 2012 das pensões mínimas do regime geral de segurança social, do regime especial de segurança social das atividades agrícolas (RESSAA), do regime não contributivo e regimes a este equiparados, dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas e do complemento por dependência e das pensões mínimas de aposentação, reforma e invalidez atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, I. P.	D.R. n.º 250, 2.º Suplemento, Série I de 2011-12-30
Decreto-Lei n.º 127/2011 Ministério das Finanças	Procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário	D.R. n.º 250-A, Série I de 2011-12-31

MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO E COMBATE AO DESEMPREGO

Portaria n.º 58/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Primeira alteração à Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regula os apoios a conceder no seu âmbito	D.R. n.º 20, Série I de 2011-01-28
Portaria n.º 92/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Regula o Programa de Estágios Profissionais	D.R. n.º 41, Série I de 2011-02-28
Despacho n.º 4371/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional	Fixação de um conjunto de medidas que se destinam a aumentar a competitividade do mercado de trabalho, designadamente por via de iniciativas que visam reforçar a empregabilidade dos jovens e dos desempregados e melhorar a eficiência dos serviços de emprego e formação profissional	D.R. n.º 49, Série II de 2011-03-10
Portaria n.º 148/2011 Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Trabalho e da Solidariedade Social	Primeira alteração à Portaria n.º 238/2010, de 29 de abril, que estabelece o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros da medida INOV-Export e define as respetivas normas de funcionamento e acompanhamento e aprova o Regulamento da Medida INOV-Export	D.R. n.º 70, Série I de 2011-04-08
Portaria n.º 164/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Segunda alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+»	D.R. n.º 76, Série I de 2011-04-18
Despacho n.º 7131/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional	Definição do procedimento administrativo aplicável ao pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego a que o beneficiário tem direito, nos termos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro	D.R. n.º 91, Série II de 2011-05-11
Lei n.º 24/2011 Assembleia da República	Reforça os apoios concedidos aos centros de emprego protegido e às entidades que promovem programas de emprego apoiado (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro)	D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16

AÇÃO SOCIAL

CRIANÇAS E JOVENS

Portaria n.º 262/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches	D.R. n.º 167, Série I de 2011-08-31
----------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Decreto-Lei n.º 16/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Define o regime legal da cedência dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P., situados no distrito de Lisboa, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	D.R. n.º 17, Série I de 2011-01-25
-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

Despacho normativo n.º 3/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	Fixação da percentagem de quartos individuais dos lares para idosos e das estruturas residenciais para pessoas idosas	D.R. n.º 33, Série II de 2011-02-16
Decreto-Lei n.º 99/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	Altera o regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, regulado pelo Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, contemplando os princípios de simplificação e agilização do regime de licenciamento previstos no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e atualiza as remissões e referências legislativas constantes do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março	D.R. n.º 187, Série I de 2011-09-28

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Decreto-Lei n.º 42/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Define um regime transitório do financiamento dos produtos de apoio a pessoas com deficiência e da identificação da lista desses produtos e altera o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, que cria o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária	D.R. n.º 58, Série I de 2011-03-23
Despacho n.º 6205/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social	Aprova o Programa Abrir Portas à Diferença 2011, a realizar pela Fundação INATEL	D.R. n.º 71, Série II de 2011-04-11

POPULAÇÃO IDOSA

Portaria n.º 482/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde	Portaria que autoriza a realização do Programa Saúde e Termalismo Sénior 2011-2012, bem como a concessão do respetivo financiamento através de encargos plurianuais	D.R. n.º 70, Série II de 2011-04-08
Portaria n.º 483/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Trabalho e da Solidariedade Social	Portaria que autoriza a realização do Programa Turismo Sénior 2011-2012, para vigorar nos meses de outubro de 2011 a maio de 2012, bem como a concessão do respetivo financiamento através de encargos plurianuais	D.R. n.º 71, Série II de 2011-04-11
Despacho n.º 6285/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social	Aprovação da realização do Programa Turismo Solidário 2011, nos termos e condições expressos na proposta apresentada pela Fundação INATEL	D.R. n.º 72, Série II de 2011-04-12

JOGOS SOCIAIS

Portaria n.º 65/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Altera os regulamentos dos jogos sociais do Estado denominados JOKER, Totoloto, Totobola e EUROMILHÕES	D.R. n.º 25, Série I de 2011-02-04
Decreto-Lei n.º 44/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Permite que o jogo EUROMILHÕES passe a ter dois concursos semanais e modifica o funcionamento do fundo que garante o 1.º prémio do Totoloto, alterando os Decretos-Leis n.os 210/2004, de 20 de agosto, 56/2006, de 15 de março, e 200/2009, de 27 de agosto	D.R. n.º 59, Série I de 2011-03-24
Portaria n.º 127/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Altera a Portaria n.º 1267/2004, de 1 de outubro, que aprova o Regulamento do jogo EUROMILHÕES	D.R. n.º 64, Série I de 2011-03-31
Decreto-Lei n.º 106/2011 Ministério da Saúde	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, na parte respeitante à atribuição das verbas resultantes da exploração dos jogos sociais e respetivas finalidades	D.R. n.º 203, Série I de 2011-10-21
Portaria n.º 320-F/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	Sexta alteração ao Regulamento do EUROMILHÕES, aprovado pela Portaria n.º 1267/2004, de 1 de outubro	D.R. n.º 250, 3.º Suplemento, Série I de 2011-12-30

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

Despacho n.º 3730/2011 Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde	Identificação das unidades que integram a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) 2010 e 2011	D.R. n.º 40, Série II de 2011-02-25
Portaria n.º 149/2011 Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde	Estabelece a coordenação nacional, regional e local das unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental	D.R. n.º 70, Série I de 2011-04-08



Portaria n.º 220/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde	Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) a praticar no ano de 2011	D.R. n.º 106, Série I de 2011-06-01
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Portaria n.º 98/2011 Ministério da Educação	Estabelece a uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividade no âmbito da educação especial e revoga a Portaria n.º 776/99, de 30 de agosto	D.R. n.º 48, Série I de 2011-03-09
------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS)

Despacho n.º 5813/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete da Ministra	Determinação dos territórios a abranger pelo Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e respetiva dotação orçamental	D.R. n.º 66, Série II de 2011-04-04
Despacho n.º 5814/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra	Determinação dos territórios a abranger pelo Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e respetiva dotação orçamental	D.R. n.º 66, Série II de 2011-04-04
Despacho n.º 5815/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra	Definição do novo valor máximo referente ao indicador de custo por hora e por formando para a tipologia «cursos profissionais»	D.R. n.º 66, Série II de 2011-04-04
Despacho n.º 7031/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra	Alteração ao despacho n.º 5814/2011, de 24 de março	D.R. n.º 89, Série II de 2011-05-09

VOLUNTARIADO

Despacho n.º 16592/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinete do Ministro	Criação de um grupo de trabalho com a missão de analisar e propor alterações à legislação que enquadra o voluntariado	D.R. n.º 234, Série II de 2011-12-07
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

SAÚDE

Portaria n.º 193/2011 Ministério da Saúde	Regula o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde que não estejam abrangidos por nenhum subsistema ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade	D.R. n.º 93, Série I de 2011-05-13
Portaria n.º 198/2011 Ministério da Saúde	Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição eletrónica de medicamentos	D.R. n.º 96, Série I de 2011-05-18
Portaria n.º 267-A/2011 Ministério da Saúde	Define as condições de inclusão de novos medicamentos no regime especial de comparticipação respetivo, quer se trate de medicamentos utilizados no tratamento de determinadas patologias ou por grupos especiais de utentes	D.R. n.º 178, Suplemento, Série I de 2011-09-15
Portaria n.º 311-D/2011 Ministérios das Finanças, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social	Estabelece os critérios de verificação da condição de insuficiência económica dos utentes para efeitos de isenção de taxas moderadoras e de outros encargos de que dependa o acesso às prestações de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS)	D.R. n.º 247, 2.º Suplemento, Série I de 2011-12-27

EDUCAÇÃO

Portaria n.º 150/2011 Ministério da Educação	Aprova a minuta dos contratos de associação a celebrar entre o Estado e as entidades titulares de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo	D.R. n.º 70, Série I de 2011-04-08
Despacho n.º 9788/2011 Ministério da Educação e Ciência – Gabinete do Ministro	Determina o calendário escolar para o ano de 2011-2012	D.R. n.º 149, Série II de 2011-08-04



Portaria n.º 277/2011 Ministério da Educação e Ciência	Primeira alteração à Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de dezembro, que regulamenta as regras a que obedece o financiamento público dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contrato de associação	D.R. n.º 197, Série I de 2011-10-13
Despacho n.º 15562/2011 Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes dos Ministros da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social	Mantém para o ano letivo de 2010-2011 o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar, estabelecido no protocolo de cooperação entre o Governo, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas	D.R. n.º 220, Série II de 2011-11-16
Despacho n.º 15563/2011 Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes dos Ministros da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social	Fixa para o ano letivo de 2010-2011 o apoio financeiro estabelecido no protocolo de cooperação com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses	D.R. n.º 220, Série II de 2011-11-16

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Despacho n.º 978/2011 Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação	Caracterização dos níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificação (QNQ)	D.R. n.º 8, Série II de 2011-01-12
Despacho n.º 4106/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional	Constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de identificar 100 profissões estratégicas para o desenvolvimento da economia portuguesa, correspondendo a perfis profissionais em falta e/ou emergentes no mercado de trabalho, para as quais será promovida formação visando a reconversão profissional de desempregados	D.R. n.º 44, Série II de 2011-03-03
Portaria n.º 199/2011 Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação	Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações	D.R. n.º 97, Série I de 2011-05-19
Portaria n.º 211/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Regula a certificação de competências profissionais resultantes do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, nomeadamente em contextos de trabalho	D.R. n.º 102, Série I de 2011-05-26
Portaria n.º 214/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Estabelece o regime de formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvem a sua atividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações e revoga a Portaria n.º 1119/97, de 5 de novembro	D.R. n.º 104, Série I de 2011-05-30
Portaria n.º 236/2011 Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação	Regula o processo de acreditação dos avaliadores externos e da atividade por estes desenvolvida no âmbito dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências desenvolvidos pelos centros novas oportunidades	D.R. n.º 114, Série I de 2011-06-15
Declaração de Retificação n.º 20/2011 Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico	Retifica a Portaria n.º 199/2011, de 19 de maio, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, que aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 97, de 19 de maio de 2011	D.R. n.º 133, Série I de 2011-07-13
Decreto-Lei n.º 92/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Estabelece o regime jurídico do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP)	D.R. n.º 143, Série I de 2011-07-27

ECONOMIA SOCIAL

Portaria n.º 42/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Cria e regulamenta o Programa de Apoio à Economia Social (SOCIAL INVESTE)	D.R. n.º 13, Série I de 2011-01-19
--------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

INSTITUIÇÕES

INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 39/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Regula o regime e o funcionamento das instituições da segurança social e aspetos específicos da sua orgânica	D.R. n.º 56, Série I de 2011-03-21
Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2011/A Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo	Aprova os Estatutos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social nos Açores, IPRA, e revoga o Decreto Regulamentar Regional n.º 30/90/A, de 15 de setembro	D.R. n.º 70, Série I de 2011-04-08

Despacho n.º 6673/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	Fixação do montante a atribuir pelos serviços e instituições da segurança social a cada CCD	D.R. n.º 82, Série II de 2011-04-28
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

IGFSS, IP

Deliberação n.º 291/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	Alteração da estrutura orgânica do IGFSS, I. P., ao abrigo do n.º 5 do artigo 2.º da Portaria n.º 639/2007, de 30 de maio	D.R. n.º 21, Série II de 2011-01-31
Acordo coletivo de trabalho n.º 5/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Acordo coletivo de entidade empregadora pública do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	D.R. n.º 121, Série II de 2011-06-27

TRIBUNAL DE CONTAS

Lei n.º 61/2011 Assembleia da República	Procede à sétima alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto	D.R. n.º 234, Série I de 2011-12-07
--------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

OUTROS TEMAS

XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XIX Governo Constitucional e republica as regras de logística a observar no processo legislativo do Governo	D.R. n.º 131, Série I de 2011-07-11
Decreto-Lei n.º 86-A/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional	D.R. n.º 132, Suplemento, Série I de 2011-07-12
Declaração de Retificação n.º 29/2011 Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico	Retifica o Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 132, suplemento, de 12 de julho de 2011	D.R. n.º 169, Série I de 2011-09-02
Despacho n.º 14327/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social – Gabinete do Ministro	Delegação de competências do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social no Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social	D.R. n.º 203, Série II de 2011-10-21
Decreto-Lei n.º 126-A/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Aprova a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros	D.R. n.º 249, Suplemento, Série I de 2011-12-29

LEIS ORGÂNICAS DOS MINISTÉRIOS

Decreto-Lei n.º 117/2011 Ministério das Finanças	Aprova a Lei Orgânica do Ministério das Finanças	D.R. n.º 239, Série I de 2011-12-15
Decreto-Lei n.º 126/2011 Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	D.R. n.º 249, Série I de 2011-12-29

CÓDIGO DO TRABALHO

Lei n.º 53/2011 Assembleia da República	Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho	D.R. n.º 198, Série I de 2011-10-14
--------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

ADMINISTRAÇÃO / GESTÃO

Despacho n.º 1371/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento	Procedimento para a entrega das contribuições para ADSE	D.R. n.º 11, Série II de 2011-01-17
Despacho n.º 1452/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento	Normas técnicas relativas ao desconto para a ADSE	D.R. n.º 12, Série II de 2011-01-18
Portaria n.º 145-A/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Altera a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro	D.R. n.º 68, Suplemento, Série I de 2011-04-06
Portaria n.º 159/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Estabelece os termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções públicas por aposentados antecipadamente	D.R. n.º 75, Série I de 2011-04-15
Despacho n.º 6440/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Ministro	Instrução dos processos para o exercício de funções públicas por aposentados	D.R. n.º 76, Série II de 2011-04-18
Portaria Ministério das Finanças e da Administração Pública n.º 182/2011	Estabelece os termos da instrução e tramitação dos pedidos de colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, e de concessão de licença extraordinária	D.R. n.º 87, Série I de 2011-05-05
Portaria n.º 209/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde	Procede à adaptação do subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3) a trabalhadores integrados na carreira especial médica	D.R. n.º 101, Série I de 2011-05-25
Decreto-Lei n.º 70/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Determina, de forma expressa, no âmbito do programa SIMPLEGIS, que certos decretos-leis não se encontram em vigor, em razão de caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efetuada pelo presente decreto-lei	D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16
Portaria n.º 278/2011 Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência	Primeira alteração à Portaria n.º 1333/2010, de 31 de dezembro, que estabelece as regras aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes que exercem funções de gestão e administração em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, bem como em centros de formação de associações de escolas	D.R. n.º 198, Série I de 2011-10-14
Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Aprova os Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores	D.R. n.º 205, Série I de 2011-10-25
Lei n.º 57/2011 Assembleia da República	Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)	D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28
Decreto-Lei n.º 116/2011 Ministério das Finanças	Modifica as regras de fixação dos limites máximos de unidades orgânicas flexíveis de serviços da Administração Pública e da dotação máxima de chefes de equipa de estruturas matriciais, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro	D.R. n.º 232, Série I de 2011-12-05
Despacho n.º 16568/2011 Ministério das Finanças – Gabinete do Ministro	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)	D.R. n.º 234, Série II de 2011-12-07
Lei n.º 64/2011 Assembleia da República	Modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado	D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22

IV PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE – GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO (2011-2013)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Aprova o IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013	D.R. n.º 12, Série I de 2011-01-18
---------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011 Presidência do Conselho de Ministros	Determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República	D.R. n.º 17, Série I de 2011-01-25
---------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

REGIME DE ALIENAÇÃO DOS FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Portaria n.º 143/2011 Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Trabalho e da Solidariedade Social	Fixa, para vigorar em 2011, o preço da habitação por metro quadrado de área útil	D.R. n.º 68, Série I de 2011-04-06
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO (POPH)

Despacho n.º 3434/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete da Ministra	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 365/2008, de 9 de julho, que define o regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 6.11, «Programas integrados de promoção do sucesso educativo», do eixo n.º 6, «Cidadania, inclusão e desenvolvimento social», do POPH	D.R. n.º 36, Série II de 2011-02-21
Despacho n.º 3435/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete da Ministra	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 224/2008 de 8 de julho, que define o sistema de aprendizagem do eixo n.º 1, «Qualificação inicial de jovens», do POPH	D.R. n.º 36, Série II de 2011-02-21
Despacho n.º 3999/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete da Ministra	Aprovação do Regulamento Específico Que Define o Regime de Acesso aos Apoios Concedidos no Âmbito da Tipologia de Intervenção n.º 1.6, «Ensino artístico especializado», do eixo n.º 1, «Qualificação inicial de jovens» do POPH	D.R. n.º 43, Série II de 2011-03-02
Listagem n.º 44/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Programa Operacional Potencial Humano	Listagem das entidades beneficiárias apoiadas pelo POPH no 2.º semestre de 2010	D.R. n.º 48, Série II de 2011-03-09
Despacho n.º 5128/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18368/2008, de 9 de julho	D.R. n.º 59, Série II de 2011-03-24
Despacho n.º 5129/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18367/2008, de 9 de julho	D.R. n.º 59, Série II de 2011-03-24
Despacho n.º 6562/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete da Ministra	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18370/2008, de 9 de julho	D.R. n.º 79, Série II de 2011-04-21
Despacho n.º 7130/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra	Altera o despacho n.º 15 606/2009, de 9 de julho, que aprovou o regulamento específico que definiu o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (Tipologia de intervenção n.º 7.4)	D.R. n.º 91, Série II de 2011-05-11
Despacho n.º 8637/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete da Ministra	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 224/2008, de 8 de julho	D.R. n.º 121, Série II de 2011-06-27
Listagem n.º 120/2011 Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	Subsídios pagos no 1.º semestre de 2011 no âmbito do POPH	D.R. n.º 167, Série II de 2011-08-31
Despacho n.º 13105/2011 Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego	Alteração do despacho do regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 4.3, do eixo prioritário n.º 4, «Formação avançada», do POPH	D.R. n.º 189, Série II de 2011-09-30
Despacho n.º 13484/2011 Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego	Alteração ao despacho que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.3, «Formações modulares certificadas»	D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10

Despacho n.º 13485/2011 Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego	Alteração ao despacho que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.2, «Cursos de educação e formação de adultos», do POPH	D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (POEFDS)

Listagem n.º 70/2011 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	Subsídios pagos 2 semestre de 2010 âmbito POEFDS	D.R. n.º 69, Série II de 2011-04-07
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------------

SISTEMA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Decreto-Lei n.º 36-A/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do setor não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de outubro	D.R. n.º 48, Suplemento, Série I de 2011-03-09
Portaria n.º 104/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Aprova os modelos para várias demonstrações financeiras para microentidades	D.R. n.º 51, Série I de 2011-03-14
Portaria n.º 105/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Aprova vários modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (ESNL)	D.R. n.º 51, Série I de 2011-03-14
Portaria n.º 106/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Aprova o Código de Contas Específico para as Entidades do Setor não Lucrativo	D.R. n.º 51, Série I de 2011-03-14
Portaria n.º 107/2011 Ministério das Finanças e da Administração Pública	Aprova o Código de Contas para Microentidades	D.R. n.º 51, Série I de 2011-03-14

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA

Decreto-Lei n.º 101/2011 Ministério da Economia e do Emprego	Cria a tarifa social de fornecimento de gás natural a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis	D.R. n.º 189, Série I de 2011-09-30
Decreto-Lei n.º 102/2011 Ministério da Economia e do Emprego	Cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia	D.R. n.º 189, Série I de 2011-09-30

ACIDENTES DE TRABALHO

Portaria n.º 256/2011 Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social	Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas condições especiais uniformes	D.R. n.º 127, Série I de 2011-07-05
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

III. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL

No cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 3º do Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/2012, de 30 de março, é da competência do IGFSS a elaboração da Conta da Segurança Social obtida por consolidação das contas das Instituições de Segurança Social inseridas no perímetro de consolidação.

O universo consolidado referente ao exercício de 2011 compreende as seguintes instituições:

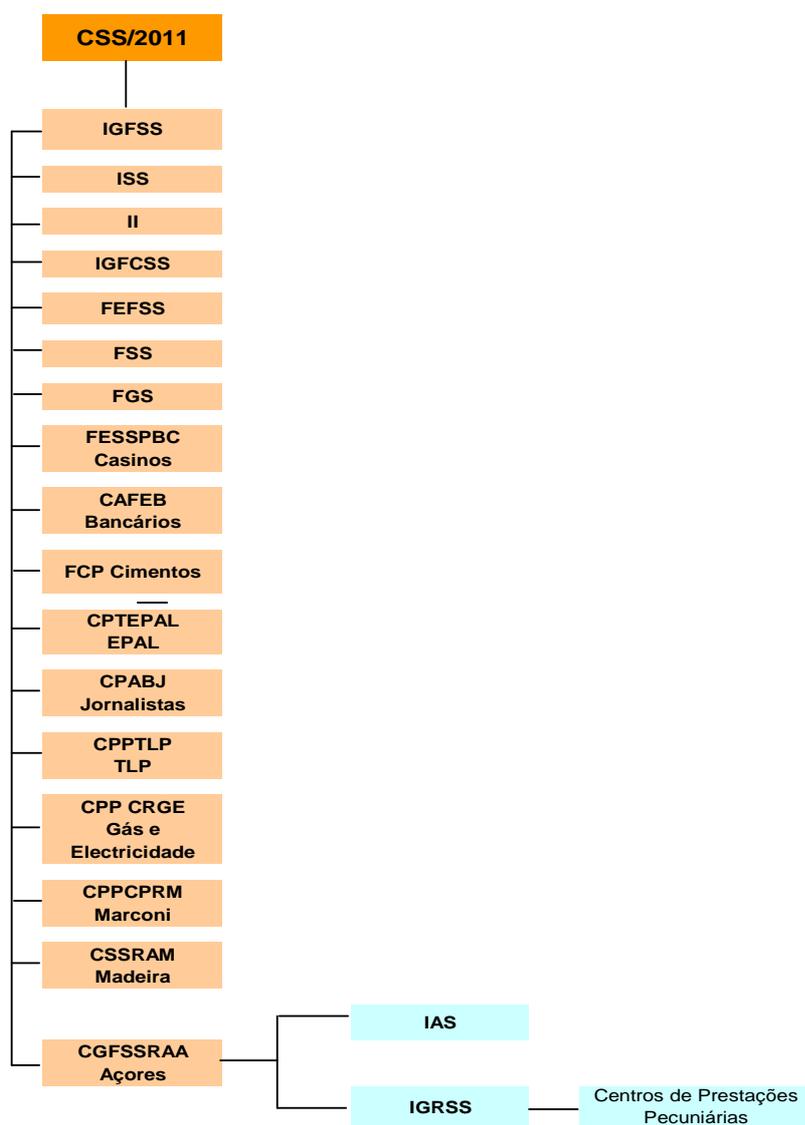
Designação	Endereço
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	Av. Manuel da Maia, 58 – 3º – Lisboa
Instituto de Segurança Social	R. Rosa Araújo, 43 – Lisboa
Fundo Especial Banca dos Casinos	Av. Manuel da Maia, 58 – 3º – Lisboa
Instituto de Informática	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 17 – Edifício Ciência I – Tagus Park – Porto Salvo
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 3º Dto. – Torre das Antas – Porto
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 3º Dto. – Torre das Antas – Porto
Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários	Av. Elias Garcia, 134 – Lisboa
“Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência	R. Artilharia Um, 104 – 3º Dto. – Lisboa
Caixa de Previdência dos Trabalhadores da Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA	Av. Da Liberdade, 24 – 4º – Lisboa
Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas	Av. de Berna, 25 – R/C Esq. – Lisboa
Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto	Praça José Fontana, 17 – 6º – Lisboa
Caixa de Previdência do Pessoal das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade	R. Camilo Castelo Branco, 43 – B – Cave - Lisboa
Fundo de Socorro Social	Av. Manuel da Maia, 58 – 3º – Lisboa
Fundo de Garantia Salarial	Av. Manuel da Maia, 58 – 3º – Lisboa
Caixa de Previdência de Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi	R. D. Estefânia, 17 – 2º Dto. - Lisboa
Centro de Segurança Social da Madeira	R. Elias Garcia, 14 – Funchal
Centro de Gestão Financeira da Segurança Social – Região Autónoma dos Açores	R. dos Italianos, 10 – Angra do Heroísmo
Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social – Região Autónoma dos Açores	Av. Tenente-Coronel José Agostinho – Angra do Heroísmo
Instituto de Acção Social – Região Autónoma dos Açores	R. Almirante Botelho de Sousa – Edifício da Seg. Social 6º – Ponta Delgada

A Conta da Segurança Social tem como suporte o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei no 12/2002, de 25 de janeiro, que se aplica a todas as instituições do sistema de solidariedade e segurança social.

A consolidação da Conta da Segurança Social foi elaborada com base na Portaria no 474/2010, de 1 de julho, que aprovou as orientações genéricas relativas a consolidação de contas do setor público administrativo.

Assim, as entidades incluídas no perímetro foram consolidadas utilizando-se o método da simples agregação⁸, sendo as demonstrações financeiras das instituições agregadas a 100%, com exceção da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, que consolida parcialmente e da farmácia do “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência” que foi excluída da consolidação, dado que a mesma não tem um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras de Segurança Social (balanço e demonstração de resultados) e não esta abrangida por disposições legais de execução orçamental.

O perímetro da Conta da Segurança Social integra, em 2011, as instituições do Sistema de Segurança Social constantes do organograma que a seguir se apresenta:



⁸ De acordo com o definido na alínea a) do no 6.5 – Métodos de consolidação, da Orientação nº 1/2010, “Orientação genérica relativa a Consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, anexa a Portaria no 474/2010, de 1 de julho.

As instituições que integram o perímetro de consolidação da segurança social estão sujeitas as regras fixadas na Lei de Enquadramento Orçamental, a Lei do Orçamento do Estado e Decreto-Lei de execução orçamental, ao Plano Oficial de Contabilidade das Instituições de Segurança Social (POCISSSS) e ao Classificador Económico das Receitas e das Despesas Públicas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e utilizado o Sistema de Informação Financeira (SIF) para todas as instituições que integram o perímetro de consolidação, com exceção da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP. e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

IV. SÍNTESE ORÇAMENTAL

IV.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

IV.1.1. Alterações Orçamentais

Neste capítulo são apresentadas em síntese (vide quadro seguinte) as alterações ao Orçamento da Segurança Social aprovado pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, estando as normas de execução orçamental estabelecidas no Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março.

Alterações orçamentais

Designação	Receita		Despesa	
	Parcial	Total	Parcial	Total
Orçamento inicial		37.837.941,4		37.383.794,7
Alterações orçamentais				
Créditos especiais - integração de saldos	349.831,1		56.486,3	
Reforços	435.406,7		2.639.491,0	
Anulações	(678.466,4)	106.771,4	(2.744.420,9)	(48.443,6)
Orçamento Corrigido		37.944.712,8		37.335.351,1

A diferença apurada entre a receita e a despesa na linha referente “Créditos especiais – integração de saldos” no valor de 293.344,8 milhares de euro, decorre da aplicação dos Despachos SESS de 10/11/2011 e de 29/12/2011 determinando a integração de saldo no Sistema Previdencial - Repartição no valor de 293.344,8 milhares de euro para reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social no Sistema Previdencial Capitalização, do qual:

- Despacho SESS de 10/11/2011 no valor de 293.000,0 milhares de euro, relativos à parte do saldo em 31 de dezembro de 2008 do Sistema Previdencial – Repartição aprovado em 2010 para transferência para o Sistema Previdencial – Capitalização, que por razões de tesouraria não se concretizou na referida data;
- Despacho SESS de 29/12/2011 no valor de 344,8 milhares de euro, referentes à parcela remanescente do produto de alienação de imóveis do ano de 2010, não transferidos naquele ano para o Sistema Previdencial – Capitalização.

No quadro seguinte apresentam-se em síntese, o orçamento inicial e corrigido total (Mapas orçamentais de base e derivados) e a respetiva execução orçamental.

Orçamento da Segurança Social - Global e por Sistema e Subsistemas

Milhares de euro

	Designação	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Corrigido (2)	Variação		CSS 2011 (4)	Grau de execução (%) (5)=(4)/(2)
				Valor (3)=(2)-(1)	%		
Receitas	Mapa X - Receitas por classificação económica	37.837.941,4	37.944.712,8	106.771,4	0,3	30.082.788,8	79,3
	Mapa XIII - Receitas do sistema e subsistemas por classificação económica	37.916.143,0	38.448.796,7	532.653,6	1,4	30.532.490,0	79,4
	Receitas do Sistema Previdencial - Repartição	16.617.349,5	16.818.585,3	201.235,8	1,2	16.316.640,5	97,0
	Receitas do Sistema Previdencial - Capitalização	13.686.514,5	13.979.859,3	293.344,8	2,1	6.594.597,0	47,2
	Receitas do Subsistema de Solidariedade	4.595.743,9	4.595.743,9	0,0	0,0	4.567.863,1	99,4
	Receitas do Subsistema Proteção Familiar	1.278.420,0	1.278.522,0	102,0	0,0	1.271.781,0	99,5
	Receitas do Subsistema de Ação Social	1.738.115,2	1.776.086,3	37.971,0	2,2	1.781.608,4	100,3
Despesas	Mapa XI - Despesas por classificação funcional	37.383.794,7	37.335.351,1	(48.443,6)	(0,1)	29.356.867,5	78,6
	Mapa XII - Despesas por classificação económica	37.383.794,7	37.335.351,1	(48.443,6)	(0,1)	29.356.867,5	78,6
	Mapa XIV - Despesas do sistema e subsistemas por classificação económica	37.461.996,3	37.839.435,0	377.438,7	1,0	29.806.568,7	78,8
	Despesas do Sistema Previdencial - Repartição	16.167.573,4	16.559.316,1	391.742,7	2,4	16.173.309,5	97,7
	Despesas do Sistema Previdencial - Capitalização	13.686.514,5	13.686.514,5	0,0	0,0	6.258.131,8	45,7
	Despesas do Subsistema de Solidariedade	4.595.743,9	4.591.179,8	(4.564,0)	(0,1)	4.485.172,3	97,7
	Despesas do Subsistema Proteção Familiar	1.278.420,0	1.278.522,0	102,0	0,0	1.257.140,3	98,3
Despesas do Subsistema de Ação Social	1.733.744,6	1.723.902,6	(9.842,0)	(0,6)	1.632.814,7	94,7	

IV.1.2. Execução Orçamental em 2011 - Análise Global

Da análise à execução orçamental do ano de 2011 constata-se, em termos gerais, que a receita efetiva (receita total deduzida do valor do saldo do ano anterior, dos ativos e dos passivos financeiros), evidencia um decréscimo de (-) 1,3% em relação ao período homólogo de 2010, totalizando 23.542.592,5 milhares de euro e a despesa efetiva (despesa total deduzida dos passivos e dos ativos financeiros) apresenta também um decréscimo de (-) 0,3% em relação ao mesmo período do ano de 2010, perfazendo 23.103.159,0 milhares de euro, gerando um saldo orçamental efetivo de 439.433,6 milhares de euro, no que reflete um decréscimo de (-) 36,2% face a igual período de 2010.

Execução Orçamental

Milhares de euros

	Execução Orçamental 2010 (1)	Orçamento corrigido 2011 (2)	Execução Orçamental 2011 (3)	Grau de Execução 2011 (4)=(3)/(2)*100	Varição Execução Orçamental 2010/2011 (5)= [(3)-(1)]*(1)*100
1. Receitas Correntes	23.829.380,2	24.018.524,0	23.535.878,6	98,0%	-1,2%
Contribuições e quotizações	13.483.331,4	14.111.774,9	13.746.317,0	97,4%	2,0%
IVA Social	697.750,0	715.190,2	715.190,0	100,0%	2,5%
Transferências Correntes da Administração Central	7.903.950,7	6.948.926,8	6.973.756,6	100,4%	-11,8%
Transferências do OE-LBSS	7.498.720,0	6.603.363,0	6.603.469,4	100,0%	-11,9%
Transferências do OE-AFP/CPN	228.190,0	117.796,2	117.796,2	100,0%	-48,4%
Transferências do Fundo Social Europeu	910.248,3	1.345.341,6	1.150.724,3	85,5%	26,4%
Outras receitas correntes	834.099,8	897.290,4	949.890,7	105,9%	13,9%
2. Receitas de Capital	28.019,9	42.441,2	6.713,9	15,8%	-76,0%
Transferências do Orçamento de Estado	3.957,9	7.335,9	2.702,3	36,8%	-31,7%
Outras receitas capital	24.062,0	35.105,2	4.011,7	11,4%	-83,3%
3. Total da Receita Efetiva (1+2)	23.857.400,2	24.060.965,2	23.542.592,5	97,8%	-1,3%
4. Despesas Correntes	23.135.151,3	23.602.512,3	23.073.064,6	97,8%	-0,3%
Pensões	14.011.912,6	14.522.082,0	14.448.733,8	99,5%	3,1%
Sobrevivência	2.027.679,0	1.966.595,6	1.955.104,9	99,4%	-3,6%
Invalidez	1.407.719,6	1.407.516,0	1.395.517,3	99,1%	-0,9%
Velhice	10.547.325,9	11.107.390,2	11.063.840,9	99,6%	4,9%
Benefícios dos Antigos Combatentes	29.188,1	40.580,2	34.270,7	84,5%	17,4%
Abono de família	968.199,1	681.801,3	674.385,9	98,9%	-30,3%
Subsídio por doença	446.927,3	453.750,7	450.511,8	99,3%	0,8%
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.221.136,0	2.122.442,5	2.103.793,5	99,1%	-5,3%
Complemento Solidário para Idosos	265.222,0	276.613,0	272.748,4	98,6%	2,8%
Outras prestações	808.243,3	855.727,7	838.795,9	98,0%	3,8%
Ação social	1.611.405,5	1.636.910,5	1.548.862,6	94,6%	-3,9%
Rendimento Social de Inserção	519.908,7	420.000,0	414.383,5	98,7%	-20,3%
Administração	375.674,4	390.918,1	337.631,5	86,4%	-10,1%
Outras despesas correntes	698.926,5	644.074,3	596.132,0	92,6%	-14,7%
das quais:					
Transferências e subsídios correntes	698.931,3	644.074,3	596.132,0	92,6%	-14,7%
Ações de Formação Profissional	1.207.595,9	1.598.192,2	1.387.085,7	86,8%	14,9%
das quais:					
Com suporte no Fundo Social Europeu	982.421,2	1.367.853,4	1.159.523,6	84,8%	18,0%
5. Despesas de Capital	33.095,2	53.324,3	30.094,4	56,4%	-9,1%
PIDDAC	18.619,2	7.335,9	2.610,9	35,6%	-86,0%
Outras	14.476,0	45.988,4	27.483,5	59,8%	89,9%
6. Total da Despesa Efetiva (4+5)	23.168.246,5	23.655.836,6	23.103.159,0	97,7%	-0,3%
7. Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-723.619,2	-888.776,0	-806.040,9		11,4%
8. Saldo Global Efetivo (3-6)	689.153,7	405.128,6	439.433,6	108,5%	-36,2%

Do quadro supra merecem destaque do lado das receitas, relativamente ao período homólogo de 2010:

1. A diminuição (-) 11,8%) das “Transferências correntes da Administração Central” relativamente a 2010, (-) 930.194,1 milhares de euro, destacando-se nomeadamente as transferências do MTSS, no valor de 6.721.265,6 milhares de euro, decorrente da necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas;

2. Ainda relativamente às transferências recebidas, regista-se um acréscimo de 26,4% nas transferências do exterior para financiamento de Ações de Formação Profissional face a 2010 estando aqui incluídas as transferências realizadas pela União Europeia, relativamente ao saldo final de 3 programas operacionais do QCA III.

Quanto à despesa, e comparativamente a igual período de 2010, destacam-se:

1. Os encargos com o “Abono de família” que se contraem (-) 30,3% ((-) 293.813,2 milhares de euro) face a igual período de 2010, sendo que, tal comportamento se deveu ao efeito das políticas implementadas a partir do 2º semestre de 2010 e em 2011, nomeadamente, a alteração das condições de acesso a esta prestação (condição de recursos – Dec.-Lei n.º70/2010 de 16/06)), a extinção do pagamento do montante adicional a partir do 1º escalão (Dec.-Lei n.º77/2010 de 24/06), a revogação do aumento extraordinário de 25% ao 1º e 2º escalões e a cessação do pagamento de abono de família correspondente aos 4º e 5º escalões de rendimento (Dec.-Lei n.º116/2010 de 22/10) e, ainda, a redução para metade do valor associado às bolsas de estudo (Lei n.º55-A/2010 de 31/12);
2. A redução da despesa com o “Rendimento social de inserção” em (-) 20,3% ((-) 105.525,2 milhares de euro) face a 2010, explicada pela entrada em vigor do Decreto-Lei 70/2010, de 16 de junho, contemplando a revogação dos apoios especiais e complementares, a revisão das regras de cálculo da prestação e a aplicação de regras de elegibilidade mais restritivas

IV.1.3. Saldos de Execução Orçamental

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na ótica de Contabilidade Pública, no valor de 439.433,6 milhares de euro reflete um decréscimo de 249.715,3 milhares de euro, isto é, (-) 36,2% que em igual período do ano anterior, sendo que o desdobramento daquele por Sistemas é o seguinte:

Sistema Previdencial	(+) 184.718,1	milhares de euros
Sistema de Proteção Social de Cidadania	(+) 254.715,5	milhares de euros
Total	(+) 439.433,6	milhares de euros

Note-se que, embora o total do saldo efetivo se mantenha inalterado, no que se refere aos mapas legais derivados – Mapas XIII e XIV – concorrem para a receita e despesa efetiva de cada Sistema/Subsistema as respetivas transferências recíprocas.

No que concerne, ao saldo orçamental global apurado em 31 de dezembro de 2011, o mesmo situa-se em 2.166.357,9 milhares de euro, refletindo um decréscimo de 366.607,3 milhares de euro, relativamente ao ano anterior, ou seja de (-) 14,5%.

V. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

V.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Neste capítulo são apresentadas em síntese as alterações ao Orçamento da Segurança Social aprovado pela Lei n.º 55_A/2010, de 31 de dezembro, estando as normas de execução orçamental estabelecidas no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 1 de março.

No cumprimento do disposto no artigo 52º da Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004 de 24 de agosto, as alterações orçamentais foram objeto de publicação no Diário da República nas seguintes datas:

Alterações orçamentais	Data de submissão do ato para publicação	Data de publicação
1º Trimestre	09-05-2011	25-05-2011
2º Trimestre	22-07-2011	02-08-2011
3º Trimestre	24-10-2011	07-11-2011
4º Trimestre	28-03-2012	24-04-2012

Nos quadros seguintes estão sintetizadas não só as alterações aprovadas relativamente ao orçamento inicialmente aprovado pela Assembleia da República, com também está apresentada a evolução que o OSS corrigido foi assumindo ao longo dos quatro trimestres do ano.

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Orçamento da Segurança Social - 2011
Receitas Globais da Segurança Social

Mapa 8.3.1 - Alterações Orçamentais
2 - Receita

(Milhares de Euro)

Classificação Económica			Descrição	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
Capítulo	Grupo	Artigo			Créditos Especiais	Reforços	Anulações	
RECEITAS CORRENTES				23.771.910,0	0,0	435.302,6	418.287,6	23.788.925,0
03	01		CONTRIBUIÇÕES P/SEGURANÇA SOCIAL, CGA E ADSE	14.111.774,9	0,0	0,0	0,0	14.111.774,9
			Subsistema Previdencial	14.104.089,9	0,0	0,0	0,0	14.104.089,9
			Regimes Complementares e Especiais	7.685,0	0,0	0,0	0,0	7.685,0
04			TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	92.743,4	0,0	1,4	0,0	92.744,8
05			RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	390.094,9	0,0	0,0	0,0	390.094,9
			Juros - Sociedades e quase sociedades não financeiras	900,0	0,0	0,0	0,0	900,0
			Juros - Sociedades financeiras	49.322,7	0,0	0,0	0,0	49.322,7
			Juros - Administrações públicas	223.565,4	0,0	0,0	0,0	223.565,4
			Juros - Instituições sem fins lucrativos	11,0	0,0	0,0	0,0	11,0
			Juros - Resto do mundo	55.620,3	0,0	0,0	0,0	55.620,3
			Dividendos e part.nos lucros de socied. e quase socied. não financeiras	47.581,2	0,0	0,0	0,0	47.581,2
			Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras	9.123,5	0,0	0,0	0,0	9.123,5
			Rendas	3.970,8	0,0	0,0	0,0	3.970,8
06			TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.155.790,5	0,0	435.282,1	415.287,1	9.175.785,5
			Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Administração Central	7.647.878,2	0,0	435.221,9	415.287,0	7.667.813,1
			Estado	0,0	0,0	378.526,1	0,0	378.526,1
			Estado - Subsistema de solidariedade	4.568.228,9	0,0	0,0	0,0	4.568.228,9
			Estado - Subsistema de Ação Social	1.463.131,0	0,0	0,0	0,0	1.463.131,0
			Estado - Subsistema de Protecção Familiar	1.233.420,0	0,0	99,5	99,5	1.233.420,0
			Estado - Participação Comunitária em projetos cofinanciados	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0
			Serviços e Fundos Autónomos	0,0	0,0	19.862,2	90,0	19.772,2
			Serviços e Fundos Autónomos - Sistema Previdencial	2.857,2	0,0	16.893,0	19.750,2	0,0
			SFA - Participação Comunitária em projetos cofinanciados	1.605,0	0,0	3.190,2	60,2	4.735,0
			SFA - Subsistema de solidariedade	10,0	0,0	0,0	10,0	0,0
			Estado - Sistema Previdencial	378.526,1	0,0	16.651,0	395.177,1	0,0
			Instituições sem fins lucrativos	161.920,7	0,0	0,0	0,0	161.920,7
			Resto do Mundo	1.345.491,6	0,0	60,2	0,2	1.345.551,6
07			VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	16.417,1	0,0	0,0	3.000,5	13.416,6
			Venda de bens	105,3	0,0	0,0	0,0	105,3
			Venda de serviços	16.311,8	0,0	0,0	3.000,5	13.311,3
08			OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.089,1	0,0	19,1	0,0	5.108,2
			Outras	5.089,1	0,0	19,1	0,0	5.108,2
RECEITAS DE CAPITAL				13.093.577,0	0,0	104,1	260.016,8	12.833.664,3
09			VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	35.001,1	0,0	0,0	0,0	35.001,1
10			TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	7.352,7	0,0	104,1	16,8	7.440,1
			Administração Central	7.335,9	0,0	0,0	0,0	7.335,9
			Estado - Subsistema de Ação Social	7.335,9	0,0	0,0	0,0	7.335,9
			Estado - Participação Portuguesa em projetos cofinanciados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
			SFA - Participação Comunitária em projetos cofinanciados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
			Resto do mundo	16,8	0,0	104,1	16,8	104,1
			União europeia - Instituições	16,8	0,0	104,1	16,8	104,1
11			ATIVOS FINANCEIROS	12.791.219,0	0,0	0,0	0,0	12.791.219,0
			Depósitos, certificados de depósitos e poupança	980,5	0,0	0,0	0,0	980,5
			Sociedades financeiras	980,5	0,0	0,0	0,0	980,5
			Títulos a curto prazo	3.953.014,6	0,0	0,0	0,0	3.953.014,6
			Sociedades e quase sociedades não financeiras	442.081,0	0,0	0,0	0,0	442.081,0
			Sociedades financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Administração Pública - Administração Central - Estado	3.227.819,5	0,0	0,0	0,0	3.227.819,5
			Resto do Mundo - União Europeia	31.117,3	0,0	0,0	0,0	31.117,3
			Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	251.496,8	0,0	0,0	0,0	251.496,8
			Títulos a médio e longo prazo	6.820.910,2	0,0	0,0	0,0	6.820.910,2
			Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Sociedades financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Administração Pública - Administração Central - Estado	2.721.401,7	0,0	0,0	0,0	2.721.401,7
			Administração Pública - Administração Local - Contínente	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Resto do Mundo - União Europeia	2.852.725,0	0,0	0,0	0,0	2.852.725,0
			Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1.244.783,5	0,0	0,0	0,0	1.244.783,5
			Derivados financeiros	155.278,3	0,0	0,0	0,0	155.278,3
			Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Sociedades financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Resto do Mundo - União Europeia	50.535,6	0,0	0,0	0,0	50.535,6
			Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	103.742,7	0,0	0,0	0,0	103.742,7
			Empréstimos a médio e longo prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
			Instituições sem fins lucrativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
			Ações e outras participações	873.837,7	0,0	0,0	0,0	873.837,7
			Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Sociedades financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Resto do Mundo - União Europeia	154.540,1	0,0	0,0	0,0	154.540,1
			Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	718.297,6	0,0	0,0	0,0	718.297,6
			Unidades de participação	985.197,7	0,0	0,0	0,0	985.197,7
			Sociedades financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Resto do Mundo - União Europeia	984.197,7	0,0	0,0	0,0	984.197,7
			Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Outros ativos financeiros	2.000,0	0,0	0,0	0,0	2.000,0
			Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Sociedades financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Resto do Mundo - União Europeia	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
			Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
12			PASSIVOS FINANCEIROS	260.000,0	0,0	0,0	260.000,0	0,0
			Empréstimos a curto prazo	260.000,0	0,0	0,0	260.000,0	0,0
			Sociedades financeiras	260.000,0	0,0	0,0	260.000,0	0,0
13			OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4,2	0,0	0,0	0,0	4,2
			Outras Receitas	972.454,4	349.831,1	0,0	162,0	1.322.123,5
15			REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	229.756,9	0,0	0,0	162,0	229.594,9
			Reposições não abatidas nos pagamentos	229.756,9	0,0	0,0	162,0	229.594,9
16			SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	742.697,5	349.831,1	0,0	0,0	1.092.528,6
			Saldo Orçamental	742.697,5	349.831,1	0,0	0,0	1.092.528,6
TOTAL GLOBAL				37.837.941,4	349.831,1	435.406,7	678.466,4	37.944.712,8

Nota: O valor aprovado na económica R.16.01 apresenta uma diferença de 40.053.806,66€ para o valor publicado em orçamento revisito (Vide a este propósito a Declaração n.º 74/2012 de 24/04/2012 publicada em DR 2.ª série n.º 81)

Da análise efetuada ao quadro supra pode-se observar que o valor global do orçamento inicial aprovado em 2011 sofre um aumento da previsão da receita em (+) 106.771,4 milhares de euros, ou seja, 0,3%.

No conjunto das alterações orçamentais aprovadas para a receita, verifica-se que:

- As “receitas correntes” apresentam um acréscimo de 17.015,0 milhares de euro face às previsões iniciais de 23.771.910,0 milhares de euro, sendo que contribuíram para este aumento, essencialmente a rubrica referente às “transferências correntes” no montante de 19.995,0 milhares de euro;

- A rubrica de “receitas de capital” regista uma diminuição de 259.912,7 milhares de euros face à previsão inicial das receitas de capital no montante de 13.093.577,0 milhares de euro, tendo a rubrica de “passivos financeiros” contribuído para este decréscimo 260.000,0 milhares de euro.

De referir ainda que, a rubrica do “Saldo da Gerência Anterior” – Saldo orçamental com aplicação em despesa beneficia de aumento de 349.831,1 milhares de euros face às previsões iniciais da receita de 742.697,5 milhares de euro.

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Orçamento da Segurança Social - 2011
 Receitas Globais da Segurança Social
 Mapa B.3.1.2 - Alterações Orçamentais - Receita

(Milhares de euro)

Classificação			Descrição	OSS 2011	Previsões	Previsões	Previsões	Previsões
Económica		POCIS/SSS		Inicial	Corrigidas	Corrigidas	Corrigidas	Corrigidas
Capítulo	Grupo	Artigo		a 31.03.2011	a 30.06.2011	a 30.09.2011	a 31.12.2011	
			RECEITAS CORRENTES	23.771.910,0	23.772.052,8	23.788.803,3	23.788.822,4	23.788.925,0
03	01	21,72,73,79	CONTRIBUIÇÕES P/SEGURANÇA SOCIAL, CGA E ADEE	14.111.774,9	14.111.774,9	14.111.774,9	14.111.774,9	14.111.774,9
	02	72	Subsistema Previdencial	14.104.089,9	14.104.089,9	14.104.089,9	14.104.089,9	14.104.089,9
			Regimes Complementares e Especiais	7.685,0	7.685,0	7.685,0	7.685,0	7.685,0
04		72,76,79	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALDADES	92.743,4	92.744,8	92.744,8	92.744,8	92.744,8
05			RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	390.094,9	390.094,9	390.094,9	390.094,9	390.094,9
	01	27,78	Juros - Sociedades e quase sociedades não financeiras	900,0	900,0	900,0	900,0	900,0
	02	27,78	Juros - Sociedades financeiras	49.322,7	49.322,7	49.322,7	49.322,7	49.322,7
	03	27,78	Juros - Administrações públicas	223.565,4	223.565,4	223.565,4	223.565,4	223.565,4
	04	27,78	Juros - Instituições sem fins lucrativos	11,0	11,0	11,0	11,0	11,0
	06	78	Juros - Resto do mundo	55.620,3	55.620,3	55.620,3	55.620,3	55.620,3
	07	27,78	Dividendos e part.nos lucros de socied. e quase socied. não financeiras	47.581,2	47.581,2	47.581,2	47.581,2	47.581,2
	08	27,78	Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras	9.123,5	9.123,5	9.123,5	9.123,5	9.123,5
	10	27,78,79	Rendas	3.970,8	3.970,8	3.970,8	3.970,8	3.970,8
06			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.155.790,5	9.155.932,5	9.175.683,0	9.175.683,0	9.175.785,5
	01	74	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	03	74	Administração Central	7.647.878,2	7.648.020,1	7.667.770,6	7.667.770,6	7.667.813,1
	01	74	Estado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	02	74	Estado - Subsistema de solidariedade	4.568.228,9	4.568.228,9	4.568.228,9	4.568.228,9	4.568.228,9
	03	74	Estado - Subsistema de Ação Social	1.463.131,0	1.463.131,0	1.463.131,0	1.463.131,0	1.463.131,0
	04	72,74	Estado - Subsistema de Proteção Familiar	1.233.420,0	1.233.420,0	1.233.519,5	1.233.519,5	1.233.420,0
	06	74	Estado - Participação Comunitária em projetos cofinanciados	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	07	74	SFA	0,0	0,0	0,0	0,0	19.772,2
	09	74	Serviços e Fundos Autónomos	2.857,2	2.999,2	2.999,2	2.999,2	0,0
	11	74,79	SFA - Participação Comunitária em projetos cofinanciados	1.605,0	1.705,0	4.705,0	4.705,0	4.735,0
	12	74	SFA - Subsistema de solidariedade	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0
	07	74	Estado - Sistema Previdencial	378.526,1	378.526,1	395.177,1	395.177,1	0,0
	09	74	Instituições sem fins lucrativos	161.920,7	161.920,7	161.920,7	161.920,7	161.920,7
	09	21,72,74,79	Resto do Mundo	1.345.491,6	1.345.491,6	1.345.491,6	1.345.491,6	1.345.551,6
07			VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	16.417,1	16.416,6	13.416,6	13.416,6	13.416,6
	01	71	Venda de bens	105,3	105,3	105,3	105,3	105,3
	02	71,73,76,78,79	Venda de serviços	16.311,8	16.311,3	13.311,3	13.311,3	13.311,3
08	01	59,68,74,76,78,79	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.089,1	5.089,1	5.089,1	5.108,2	5.108,2
			Outras	5.089,1	5.089,1	5.089,1	5.108,2	5.108,2
			RECEITAS DE CAPITAL	13.093.577,0	13.093.577,0	13.093.577,0	13.093.577,0	12.833.664,3
09		69,79	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	35.001,1	35.001,1	35.001,1	35.001,1	35.001,1
10			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.352,7	7.352,7	7.352,7	7.352,7	7.440,1
	03		Administração Central	7.335,9	7.335,9	7.335,9	7.335,9	7.335,9
	03	27,79	Estado - Subsistema de Ação Social	7.335,9	7.335,9	7.335,9	7.335,9	7.335,9
	06	27,79	Estado - Participação Portuguesa em projetos cofinanciados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	10	27,79	SFA - Participação Comunitária em projetos cofinanciados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	09	01	Resto do mundo	16,8	16,8	16,8	16,8	104,1
			União europeia - Instituições	16,8	16,8	16,8	16,8	104,1
11			ATIVOS FINANCEIROS	12.791.219,0	12.791.219,0	12.791.219,0	12.791.219,0	12.791.219,0
	01	41	Depósitos, certificados de depósitos e poupança	980,5	980,5	980,5	980,5	980,5
	02	78	Sociedades financeiras	980,5	980,5	980,5	980,5	980,5
	02		Títulos a curto prazo	3.953.014,6	3.953.014,6	3.953.014,6	3.953.014,6	3.953.014,6
	01	78	Sociedades e quase sociedades não financeiras	442.081,0	442.081,0	442.081,0	442.081,0	442.081,0
	02	687,787	Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	03		Administração Pública - Administração Central - Estado	3.227.819,5	3.227.819,5	3.227.819,5	3.227.819,5	3.227.819,5
	04		Administração Pública Central - SFA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	11		Resto do Mundo - União Europeia	31.117,3	31.117,3	31.117,3	31.117,3	31.117,3
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	251.496,8	251.496,8	251.496,8	251.496,8	251.496,8
	03	4121/2, 6941221/2	Títulos a médio e longo prazo	6.820.910,2	6.820.910,2	6.820.910,2	6.820.910,2	6.820.910,2
	02		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	03		Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	06	41,69,78	Administração Pública - Administração Central - Estado	2.721.401,7	2.721.401,7	2.721.401,7	2.721.401,7	2.721.401,7
	07		Administração Pública - Administração Local - Continente	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	07		Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	11	69,78	Resto do Mundo - União Europeia	2.852.725,0	2.852.725,0	2.852.725,0	2.852.725,0	2.852.725,0
	12	69,78	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1.244.783,5	1.244.783,5	1.244.783,5	1.244.783,5	1.244.783,5
04			Derivados financeiros	155.278,3	155.278,3	155.278,3	155.278,3	155.278,3
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	02		Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	11		Resto do Mundo - União Europeia	50.535,6	50.535,6	50.535,6	50.535,6	50.535,6
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	103.742,7	103.742,7	103.742,7	103.742,7	103.742,7
06			Empréstimos a médio e longo prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	09	28	Instituições sem fins lucrativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	08		Ações e outras participações	873.837,7	873.837,7	873.837,7	873.837,7	873.837,7
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	02		Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	11	69,78	Resto do Mundo - União Europeia	154.540,1	154.540,1	154.540,1	154.540,1	154.540,1
	12	69,78	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	718.297,6	718.297,6	718.297,6	718.297,6	718.297,6
09			Unidades de participação	985.197,7	985.197,7	985.197,7	985.197,7	985.197,7
	02	41,69,78	Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	11	69,78	Resto do Mundo - União Europeia	984.197,7	984.197,7	984.197,7	984.197,7	984.197,7
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	11		Outros ativos financeiros	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	02		Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	11		Resto do Mundo - União Europeia	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
	12		Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
12			PASSIVOS FINANCEIROS	260.000,0	260.000,0	260.000,0	260.000,0	0,0
	05	23	Empréstimos a curto prazo	260.000,0	260.000,0	260.000,0	260.000,0	0,0
	02	23	Sociedades financeiras	260.000,0	260.000,0	260.000,0	260.000,0	0,0
13		27,69,78,79	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2
			Outras Receitas	972.454,4	972.311,5	983.725,2	998.593,8	1.322.123,5
15	01	42,79	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	229.756,9	229.614,0	229.614,0	229.594,9	229.594,9
			Reposições não abatidas nos pagamentos	229.756,9	229.614,0	229.614,0	229.594,9	229.594,9
16	01		SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	742.697,5	742.697,5	754.111,3	768.998,9	1.092.528,6
			Saldo Orçamental	742.697,5	742.697,5	754.111,3	768.998,9	1.092.528,6
			TOTAL GLOBAL	37.837.941,4	37.837.941,4	37.866.105,6	37.880.993,3	37.944.712,8

Nota: O valor aprovado na económica R.16.01 apresenta uma diferença de 40.053.806,66€ para o valor publicado em orçamento revisito (Vide a este propósito a Declaração n.º 74/2012 de 24/04/2012 publicada em DR 2.º série n.º 81)

Relativamente às alterações orçamentais da despesa, apresentam-se em seguida os quadros que contemplam as dotações do orçamento inicial aprovado para a despesa, bem como as dotações corrigidas em 31 de dezembro de 2011.

Orçamento da Segurança Social - 2011
Despesas Globais da Segurança Social

Mapa 8.3.1 - Alterações Orçamentais
1 - Despesa

(Milhares de euro)

Classificação Económica			Descrição	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas
Agrup.	Sub_Ag.	Rubrica			Reforços	Anulações	Créditos Especiais	
			DESPESAS CORRENTES	23.340.948,6	878.294,3	727.050,9	52.621,4	23.544.813,4
01			DESPESAS COM PESSOAL	346.376,8	1.272,2	4.843,1	0,0	342.806,0
02			AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	118.940,2	2.731,7	4.047,2	0,0	117.624,7
03			JUROS E OUTROS ENCARGOS	7.405,2	6,4	838,1	0,0	6.573,5
04			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.986.903,4	812.647,2	516.608,3	24.872,5	22.307.814,7
	01		Sociedades e quase Soc. não financeiras	9.959,9	3.069,6	4.219,6	0,0	8.809,9
	03		Administração Central	1.282.692,6	231.104,2	134.250,5	17.000,0	1.396.546,2
	01		Estado	290.415,5	82.600,0	1.320,0	0,0	371.695,5
	02		Estado - Subsistema de Ação Social	5.000,0	45.780,2	0,0	0,0	50.780,2
	05		Serviços e Fundos Autónomos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	06		SFA - Subsistema de Ação Social	45.000,0	0,0	45.000,0	0,0	0,0
	07		SFA - Sistema Previdencial	941.803,0	102.724,0	70.456,5	0,0	974.070,6
	08		SFA - Partição Portuguesa projetos cofinanciados	474,0	0,0	17.474,0	17.000,0	0,0
	04		Administração Regional	81.928,0	35.029,3	13.503,5	1.900,0	105.353,8
	01		RA Açores	40.019,7	24.867,7	9.501,3	1.300,0	56.686,1
	02		RA Madeira	41.908,3	10.161,6	4.002,2	600,0	48.667,8
	05		Administração Local	18.797,3	6.861,9	6.199,9	0,0	19.459,3
	07		Instituições sem fins lucrativos	1.383.398,0	36.159,5	38.882,9	630,0	1.381.304,6
	08		Famílias	19.202.859,4	500.422,6	319.551,9	5.342,5	19.389.072,6
	09		Resto do mundo	7.268,2	0,0	0,0	0,0	7.268,2
05			SUBSÍDIOS	872.200,9	58.407,1	200.405,6	27.748,9	757.951,3
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financ.	327.900,0	22.405,6	88.502,0	5.494,9	267.298,5
	02		Sociedades financeiras	500,0	1.098,5	1.082,0	0,0	516,5
	07		Instituições sem fins lucrativos	543.605,9	34.903,0	110.821,6	22.224,0	489.911,3
	08		Famílias	195,0	0,0	0,0	30,0	225,0
06			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.122,1	3.229,7	308,6	0,0	12.043,2
	02		Diversas	9.122,1	3.229,7	308,6	0,0	12.043,2
			DESPESAS DE CAPITAL	14.042.846,1	1.761.196,7	2.017.370,0	3.864,9	13.790.537,7
07			AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	36.103,9	10.655,7	2.653,4	3.847,4	47.953,7
	01		Investimentos	36.103,9	10.655,7	2.653,4	3.847,4	47.953,7
08			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	67.227,6	60.541,1	64.699,2	0,0	63.069,5
	01		Sociedades e quase Soc. não financeiras	4.343,2	0,0	0,0	0,0	4.343,2
	03		Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	04		Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	07		Instituições sem fins lucrativos	62.195,1	60.450,4	64.699,2	0,0	57.946,4
	09		Resto do mundo	689,3	90,6	0,0	0,0	780,0
09			ATIVOS FINANCEIROS	13.679.514,5	1.690.000,0	1.690.017,5	17,5	13.679.514,5
	02		Títulos a Curto Prazo	4.665.581,6	240.000,0	240.000,0	0,0	4.665.581,6
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financ - Privadas	490.627,1	0,0	0,0	0,0	490.627,1
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	05		Administração pública central - Estado	4.127.470,0	0,0	230.000,0	0,0	3.897.470,0
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	20.937,7	50.000,0	10.000,0	0,0	60.937,7
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1.487,7	10.000,0	0,0	0,0	11.487,7
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	24.559,2	180.000,0	0,0	0,0	204.559,2
	03		Títulos a médio e longo prazo	7.140.024,6	0,0	1.300.000,0	0,0	5.840.024,6
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financ - Privadas	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	05		Administração pública central - Estado	3.429.404,7	0,0	550.000,0	0,0	2.879.404,7
	08		Administração pública local - Continente	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	09		Administração Pública Local - Regiões Autónomas	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	33.510,1	0,0	0,0	0,0	33.510,1
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	2.033.709,5	0,0	0,0	0,0	2.033.709,5
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	1.641.400,3	0,0	750.000,0	0,0	891.400,3
	04		Derivados financeiros	2.000,0	0,0	0,0	0,0	2.000,0
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financ - Privadas	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	07		Ações e outras participações	1.248.140,5	0,0	50.000,0	0,0	1.198.140,5
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financ - Privadas	1.000,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	04		Sociedades financeiras - Companhias de Seguros e Fundos de Pensões	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	263.332,6	0,0	0,0	0,0	263.332,6
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	982.808,0	0,0	50.000,0	0,0	932.808,0
	08		Unidades de participação	621.767,7	1.450.000,0	100.017,5	17,5	1.971.767,7
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	518,0	0,0	17,5	17,5	518,0
	14		Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	294.165,0	1.150.000,0	0,0	0,0	1.444.165,0
	16		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	327.084,7	300.000,0	100.000,0	0,0	527.084,7
	09		Outros ativos financeiros	2.000,0	0,0	0,0	0,0	2.000,0
	01		Sociedades e quase Soc. Não Financ - Privadas	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	15		Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
	16		Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	500,0	0,0	0,0	0,0	500,0
10			PASSIVOS FINANCEIROS	260.000,0	0,0	260.000,0	0,0	0,0
	05		Empréstimos a curto prazo	260.000,0	0,0	260.000,0	0,0	0,0
	03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	260.000,0	0,0	260.000,0	0,0	0,0
			TOTAL GLOBAL	37.383.794,7	2.639.491,0	2.744.420,9	56.486,3	37.335.351,1

No conjunto das alterações orçamentais aprovadas para a despesa merecem destaque:

- As “despesas correntes” apresentam um acréscimo de 203.864,8 milhares de euro face às dotações iniciais de 23.340.948,6 milhares de euro, sendo que contribuíram, essencialmente para este aumento as “transferências correntes” no montante de 203.864,8 milhares de euro;

- A rubrica de “despesas de capital” regista um decréscimo de 252.308,4 milhares de euros face à dotação inicial das receitas de capital no montante de 14.042.846,1 milhares de euro, tendo contribuído para esta diminuição dos “passivos financeiros” no montante de 260.000,0 milhares de euro.

Orçamento da Segurança Social - 2011
Despesas Globais da Segurança Social

Mapa 8.3.1.1 - Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação				Descrição	OSS 2011 Inicial	Dotações Corrigidas a 31.03.2011	Dotações Corrigidas a 30.06.2011	Dotações Corrigidas a 30.09.2011	Dotações Corrigidas a 31.12.2011
Económica			POCISSSS						
Grup.	Sub.Ag.	Rubrica							
DESPEAS CORRENTES					23.340.948,6	23.280.948,6	23.285.114,9	23.285.266,4	23.544.813,4
01			27,62,64,69	DESPEAS COM PESSOAL	346.376,8	344.975,0	343.694,4	343.612,7	342.806,0
02			27,42,31,36,61,62,69	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	118.940,2	118.159,9	118.832,4	119.176,4	117.624,7
03			27,68	JUROS E OUTROS ENCARGOS	7.405,2	7.311,1	7.261,1	7.673,2	6.573,5
04				TRANSFERENCIAS CORRENTES	21.986.903,4	21.988.509,1	21.988.435,0	22.047.779,7	22.307.814,7
	01		63	Sociedades e quase Soc.Não financeiras	9.959,9	9.959,9	9.959,9	9.959,9	8.809,9
	03		63,69	Administração Central	1.282.692,6	1.282.692,6	1.281.192,6	1.327.903,4	1.396.546,2
		01	27,63	Estado	290.415,5	290.415,5	290.415,5	325.895,5	371.695,5
		05	63	Estado - Subsistema de Ação Social	5.000,0	5.000,0	50.000,0	50.000,0	50.780,2
		06	63	Serviços e Fundos Autónomos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		07	63	SFA - Subsistema de Ação Social	45.000,0	45.000,0	0,0	0,0	0,0
		08	63	SFA - Sistema Previdencial	941.803,0	941.803,0	940.303,0	952.007,9	974.070,6
		08	63	SFA - Particip Portuguesa projetos cofinanciados	474,0	474,0	474,0	0,0	0,0
	04		63	Administração Regional	81.928,0	81.928,0	83.428,0	105.529,0	105.353,8
		01	63	RA Açores	40.019,7	40.019,7	41.519,7	60.987,3	56.686,1
		02	63	RA Madeira	41.908,3	41.908,3	41.908,3	44.541,6	48.667,8
	05		63	Administração Local	18.997,3	18.997,3	18.997,3	19.056,9	19.459,3
		07	63,69	Instituições sem fins lucrativos	1.383.398,0	1.386.679,6	1.387.036,3	1.387.359,3	1.381.304,6
		08	63,69	Famílias	19.202.859,4	19.201.083,6	19.200.652,7	19.190.701,0	19.389.072,6
		09	27,63,69	Resto do mundo	7.268,2	7.268,2	7.268,2	7.268,2	7.268,2
05			63,69	SUBSÍDIOS	872.200,9	812.100,9	816.067,2	757.164,5	757.951,3
		01	63,69	Sociedades e quase Soc.Não Financ.	327.900,0	327.900,0	327.900,0	286.960,9	267.298,5
		02	63	Sociedades financeiras	500,0	500,0	500,0	598,5	516,5
		07	63	Instituições sem fins lucrativos	543.605,9	483.505,9	487.472,2	469.380,1	489.911,3
		08	63	Famílias	195,0	195,0	195,0	225,0	225,0
06			27,65,69	OUTRAS DESPEAS CORRENTES	9.122,1	9.892,5	10.824,9	10.959,9	12.043,2
		02		Diversas	9.122,1	9.892,5	10.824,9	10.959,9	12.043,2
DESPEAS DE CAPITAL					14.042.846,1	14.102.846,1	14.106.693,5	14.115.454,7	13.790.537,7
07			27,41,42,43,44,69	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	36.103,9	36.103,9	40.182,7	49.913,9	47.953,7
		01		Investimentos	36.103,9	36.103,9	40.182,7	49.913,9	47.953,7
08			69	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	67.227,6	127.227,6	126.996,3	126.026,3	63.069,5
		01		Sociedades e quase Soc.Não financeiras	4.343,2	4.343,2	4.343,2	4.343,2	4.343,2
		03		Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		04		Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		07		Instituições sem fins lucrativos	62.195,1	122.191,8	121.960,5	120.990,5	57.946,4
		09		Resto do mundo	689,3	692,7	692,7	692,7	780,0
09				ATIVOS FINANCEIROS	13.679.514,5	13.679.514,5	13.679.514,5	13.679.514,5	13.679.514,5
		02		Sociedades e quase Soc.Não Financ - Privadas	4.665.581,6	4.665.581,6	4.665.581,6	4.665.581,6	4.665.581,6
		03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	490.627,1	490.627,1	490.627,1	490.627,1	490.627,1
		05	15, 41	Administração pública central - Estado	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		14	15	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	4.127.470,0	4.127.470,0	3.977.470,0	3.897.470,0	3.897.470,0
		15	15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	20.937,7	20.937,7	20.937,7	70.937,7	60.937,7
		16	15	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	1.487,7	1.487,7	1.487,7	11.487,7	11.487,7
		03	15	Títulos a médio e longo prazo	24.559,2	24.559,2	64.559,2	204.559,2	204.559,2
		01		Sociedades e quase Soc.Não Financ - Privadas	7.140.024,6	7.140.024,6	6.390.024,6	5.840.024,6	5.840.024,6
		03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		05	15,41	Administração pública central - Estado	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		08	15	Administração pública local - Continente	3.429.404,7	3.429.404,7	3.429.404,7	2.879.404,7	2.879.404,7
		09	15	Administração Pública Local - Regiões Autónomas	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		14	15	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		15	15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	33.510,1	33.510,1	33.510,1	33.510,1	33.510,1
		16	15	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	2.033.709,5	2.033.709,5	2.033.709,5	2.033.709,5	2.033.709,5
		04	15	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	1.641.400,3	1.641.400,3	891.400,3	891.400,3	891.400,3
		01		Derivados financeiros	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0
		03		Sociedades e quase Soc.Não Financ - Privadas	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		15	15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		16	15	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		07		Ações e outras participações	1.248.140,5	1.248.140,5	1.248.140,5	1.248.140,5	1.198.140,5
		01	41	Sociedades e quase Soc.Não Financ - Privadas	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0
		03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		04		Sociedades financeiras - Companhias de Seguros e Fundos de Pensões	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		14	15,41	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	263.332,6	263.332,6	263.332,6	263.332,6	263.332,6
		16	15,41	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	982.808,0	982.808,0	982.808,0	982.808,0	982.808,0
		08		Unidades de participação	621.767,7	621.767,7	1.371.767,7	1.921.767,7	1.971.767,7
		03	15,41	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	518,0	518,0	518,0	518,0	518,0
		14	15	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	294.165,0	394.165,0	994.165,0	1.394.165,0	1.444.165,0
		16	15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	327.084,7	227.084,7	377.084,7	527.084,7	527.084,7
		09		Outros ativos financeiros	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0
		01		Sociedades e quase Soc.Não Financ - Privadas	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		03		Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		15	15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
		16	15	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	500,0	500,0	500,0	500,0	500,0
10				PASSIVOS FINANCEIROS	260.000,0	260.000,0	260.000,0	260.000,0	0,0
		05	23	Empréstimos a curto prazo	260.000,0	260.000,0	260.000,0	260.000,0	0,0
		03	23	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	260.000,0	260.000,0	260.000,0	260.000,0	0,0
TOTAL GLOBAL					37.383.794,7	37.383.794,7	37.391.808,4	37.400.721,1	37.335.351,1

A análise do quadro anterior permite concluir que a despesa global teve um decréscimo de 48.443,6 milhares de euros face à dotação inicial prevista de 37.383.794,7 milhares de euro, tendo-se consubstanciado na anulação da rubrica de “passivos financeiros”, no montante de 260.000,0 milhares de euros.

V.2. RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA – SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

Sobre esta matéria e nos termos da legislação em vigor, o orçamento e a respetiva execução são apresentados e registados no âmbito do Classificador Económico das Receitas e Despesas Públicas, pelo que neste capítulo se analisa a execução do orçamento da receita da Segurança Social demonstrada pelo Mapa X – “Receitas da Segurança Social por Classificação Económica”, anexo ao presente relatório e sintetizado no quadro seguinte:

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada por grandes rubricas de classificação económica

(milhares de euro)

Capítulo	Receitas	Orçamento revisto	Execução orçamental	Peso relativo de cada rubrica		Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental	
				No total da receita	No total da receita efetiva		Exec. Orç.-OSS Revisto	
							Em valor absoluto	Em %
	Receitas Correntes	23.788.925,0	23.268.073,1	77,3	98,8	97,8	-520.851,9	-2,2
03	Contribuições para a Segurança Social	14.111.774,9	13.746.317,0	45,7	58,4	97,4	-365.457,9	-2,6
04	Taxas, multas e outras penalidades	92.744,8	110.481,5	0,4	0,5	119,1	17.736,7	19,1
05	Rendimentos da propriedade	390.094,9	451.211,1	1,5	1,9	115,7	61.116,2	15,7
06	Transferências Correntes	9.175.785,5	8.929.539,3	29,7	37,9	97,3	-246.246,2	-2,7
07	Vendas de bens e serviços correntes	13.416,6	17.737,4	0,1	0,1	132,2	4.320,8	32,2
08	Outras Receitas Correntes	5.108,2	12.786,7	0,0	0,1	250,3	7.678,5	150,3
	Receitas de Capital	12.833.664,3	5.454.381,6	18,1	0,0	42,5	-7.379.282,8	-57,5
09	Venda de bens de investimento	35.001,1	3.924,3	0,0	0,0	11,2	-31.076,8	-88,8
10	Transferências de capital	7.440,1	2.789,6	0,0	0,0	37,5	-4.650,5	-62,5
11	Ativos Financeiros	12.791.219,0	5.447.667,6	18,1		42,6	-7.343.551,4	-57,4
12	Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0			0,0	
13	Outras Receitas de Capital	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-4,2	-100,0
	Outras Receitas	1.322.123,5	1.360.334,1	4,5	1,1	102,9	38.210,7	2,9
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	229.594,9	267.805,5	0,9	1,1	116,6	38.210,7	16,6
16	Saldo gerência anterior integrado	1.092.528,6	1.092.528,6	3,6		100,0	0,0	0,0
	Receita Total do Sistema	37.944.712,8	30.082.788,8	100,0		79,3	-7.861.924,0	-20,7
	Receita Efetiva do Sistema	24.060.965,2	23.542.592,5		100,0	97,8	-518.372,6	-2,2

A receita total arrecadada pelo Sistema de Segurança Social, no decurso do ano económico de 2011, foi de 30.082.788,8 milhares de euro. O grau de execução orçamental da receita total foi de 79,3%, o que significa que ficaram por cobrar 7.861.924,0 milhares de euro face ao valor inscrito no orçamento revisto de 37.944.712,8 milhares de euro. Do valor que ficou por arrecadar, 7.343.551,4 milhares de euro reportam-se a “ativos financeiros” os quais representam 18,1% da receita total.

A receita efetiva do Sistema de Segurança Social, para a qual não concorrem o “saldo do ano anterior”, os “ativos financeiros” e os “passivos financeiros”, cifra-se em 23.542.592,5 milhares de euro, representando um decréscimo de (-) 2,2% face ao valor orçamentado de 24.060.965,2 milhares de euro.

No que concerne à execução orçamental dos três grandes agregados da receita – “Correntes”, “Capital” e “Outras” constata-se que as “Receitas Correntes” representam 77,3% da receita total e 98,8% da receita efetiva.

Relativamente às “Receitas de Capital” e “Outras Receitas” estas evidenciam uma expressão de 18,1% e 4,5% face à receita total e de 0,0% e 1,1% em relação à receita efetiva.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social

Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada por grandes rúbricas de classificação económica

Capítulo	Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07			Δ 11/10			Δ 11/07		
							%	%	%	Valor	%	Valor	%		
	Receitas Correntes	20.084.070,6	21.449.647,1	22.677.032,3	23.628.302,6	23.268.073,1	6,8	5,7	4,2	-360.229,6	-1,5	3.184.002,5	15,9		
03	Contribuições para a Segurança Social	12.369.715,4	13.082.140,8	13.131.727,7	13.483.331,4	13.746.317,0	5,8	0,4	2,7	262.985,6	2,0	1.376.601,60	11,1		
04	Taxas, multas e outras penalidades	79.512,7	104.045,0	99.959,8	108.322,2	110.481,5	30,9	-3,9	8,4	2.159,4	2,0	30.968,84	38,9		
05	Rendimentos da propriedade	331.548,9	410.728,9	361.507,4	374.475,4	451.211,1	23,9	-12,0	3,6	76.735,7	20,5	119.662,22	36,1		
06	Transferências Correntes	7.274.830,6	7.820.257,5	9.052.986,9	9.635.921,7	8.929.539,3	-7,5	15,8	6,4	-706.382,4	-7,3	1.654.708,72	22,7		
07	Vendas de bens e serviços correntes	11.124,3	8.507,3	8.856,5	15.281,1	17.737,4	-23,5	4,1	72,5	2.456,3	16,1	6.613,07	59,4		
08	Outras Receitas Correntes	17.338,8	23.967,6	21.993,9	10.970,8	12.786,7	38,2	-8,2	-50,1	1.815,9	16,6	-4.552,08	-26,3		
	Receitas de Capital	1.675.525,4	5.202.562,6	6.831.485,8	7.230.103,7	5.454.381,6	210,5	31,3	5,8	-1.775.722,2	-24,6	3.778.856,17	225,5		
09	Venda de bens de investimento	34.238,8	13.911,6	3.872,7	23.768,9	3.924,3	-59,4	-72,2	513,8	-19.844,6	-83,5	-30.314,46	-88,5		
10	Transferências de capital	19.734,2	17.022,3	13.225,4	4.256,6	2.789,6	-13,7	-22,3	-67,8	-1.467,0	-34,5	-16.944,59	-85,9		
11	Ativos Financeiros	1.620.489,5	5.171.566,9	6.726.371,9	7.202.027,1	5.447.667,6	219,1	30,1	7,1	-1.754.359,5	-24,4	3.827.178,12	236,2		
12	Passivos Financeiros	0,0	0,0	88.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0			
13	Outras Receitas de Capital	1.063,0	61,7	15,9	51,1	0,0	-94,2	-74,3	222,1	-51,1	-100,0	-1.063,00	-100,0		
	Outras Receitas	1.384.991,1	1.544.144,4	1.950.821,1	1.462.100,4	1.360.334,1	11,5	26,3	-25,1	-101.766,2	-7,0	-24.656,97	-1,8		
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	174.947,2	169.269,4	155.004,3	201.020,9	267.805,5	-3,2	-8,4	29,7	66.784,6	33,2	92.858,32	53,1		
16	Saldo gerência anterior integrado	1.210.043,9	1.374.875,0	1.795.816,8	1.261.079,4	1.092.528,6	13,6	30,6	-29,8	-168.550,8	-13,4	-117.515,29	-9,7		
	Receita Total do Sistema	23.144.587,2	28.196.354,0	31.459.339,2	32.320.506,7	30.082.788,8	21,8	11,6	2,7	-2.237.718,0	-6,9	6.938.201,6	30,0		
	Receita Efetiva do Sistema	20.314.053,8	21.649.912,2	22.849.150,6	23.857.400,2	23.542.592,5	6,6	5,5	4,4	-314.807,6	-1,3	3.228.538,7	15,9		

A receita total do Sistema, no exercício de 2011 e relativamente a idêntico período de 2010, regista um decréscimo global 2.237.718,0 milhares de euro, correspondente a (-) 6,9%, para o qual concorreram as variações de (-) 360.229,6 milhares de euro, nas “Receitas Correntes”, (-) 1.775.722,2 milhares de euro nas “Receitas de Capital” e de (-) 101.766,2 milhares de euro verificadas no grupo de “Outras Receitas”.

No agregado “Receitas de Capital”, o valor de execução orçamental da receita de 2011 contrariou a tendência crescente verificada nos últimos anos, registando em igual período do ano antecedente um decréscimo de (-) 1.775.722,2 milhares de euro, sendo que a parte substantiva deste comportamento está refletido no capítulo “Ativos Financeiros”, cujo decréscimo homólogo, (2010), foi de (-) 1.754.359,5 milhares de euros.

Quanto ao agregado das “Outras Receitas” apresenta uma evolução negativa no biénio 2011/2010 correspondente a (-) 7,0%, sendo que para o mesmo concorreu fundamentalmente a evolução registada no montante do saldo orçamental transitado do ano anterior e integrado em 2011 de (-) 168.550,8 milhares de euro.

Relativamente à receita efetiva de 2011, pode observar-se que a mesma é ligeiramente inferior à obtida no ano transato, em (-) 314.807,6 milhares de euro.

Da observação do comportamento da taxa de crescimento da receita efetiva no quinquénio 2011/2007, a mesma registou um aumento de (+) 3.228.538,7 milhares de euro relativamente a 2007, isto é, (+) 15,9%.

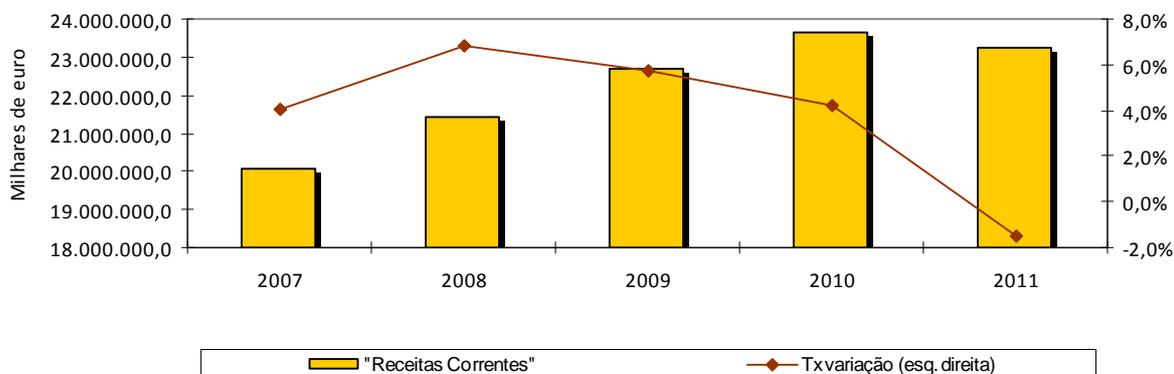
Da análise à evolução da execução orçamental observada em cada capítulo que integra os grandes agregados da receita, salienta-se o seguinte:

Receitas Correntes

Em 2011, as “Receitas correntes” atingem o montante de 23.268.073,1 milhares de euro, tendo registado um desvio orçamental de (-) 520.851,9 milhares de euro, isto é, (-) 2,2% relativamente aos 23.788.925,0 milhares de euro previstos em sede de orçamento revisto. A diminuição da receita cobrada no agregado de “Receitas correntes” face à previsão final deve-se fundamentalmente ao desvio orçamental verificado nos capítulos de “Transferências correntes obtidas” (-) 246.246,2 milhares de euro e “Contribuições para a Segurança Social” (-) 365.457,9 milhares de euro. No cômputo global as duas rubricas referidas anteriormente e os rendimentos de propriedade explicam o decréscimo global na receita arrecadada no agregado “Receitas Correntes”, face ao período homólogo de 2010, no montante de (-) 360.229,6 milhares de euro.

O gráfico seguinte mostra a evolução das “Receitas correntes” no quinquénio 2007-2011, onde é possível verificar a inversão da tendência crescente referida anteriormente.

Sistema de Segurança Social
Evolução do agregado "Receitas Correntes"
2007-2011



Sobre cada uma das componentes das receitas correntes, refira-se:

▪ **R.03 – Contribuições**

No conjunto total das "Receitas correntes" do Sistema de Segurança Social, a receita do capítulo "Contribuições para a Segurança Social" é a mais expressiva, representando percentualmente no exercício de 2011 cerca de 45,7% da receita total do sistema e 58,4% da receita efetiva.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada no Capítulo "Contribuições"

Capítulo	Grupo	Receitas	Orçamento revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cada rubrica		Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental (Exec.Orç.-OSS Revisto)	
					No total da receita (%)	No total da receita efetiva (%)		Em valor absoluto	Em %
03		Contribuições para a Segurança Social	14.111.774,9	13.746.317,0	45,7	58,4	97,4	-365.457,9	-2,6
	01	Subsistema Previdencial	14.104.089,9	13.739.433,1	45,7	58,4	97,4	-364.656,8	-2,6
	02	Regimes complementares e especiais	7.685,0	6.883,9	0,0	0,0	89,6	-801,1	-10,4
		Receita Total do Sistema	37.944.712,8	30.082.788,8	100,0		79,3	-7.861.924,0	-20,7
		Receita Efetiva do Sistema	24.060.965,2	23.542.592,5		100,0	97,8	-518.372,6	-2,2

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que no exercício de 2011 foram arrecadados 13.746.317,0 milhares de euro, faltando 365.457,9 milhares de euro para atingir a previsão anual corrigida de 14.111.774,9 milhares de euro, evidenciando um grau de execução orçamental de 97,4%.

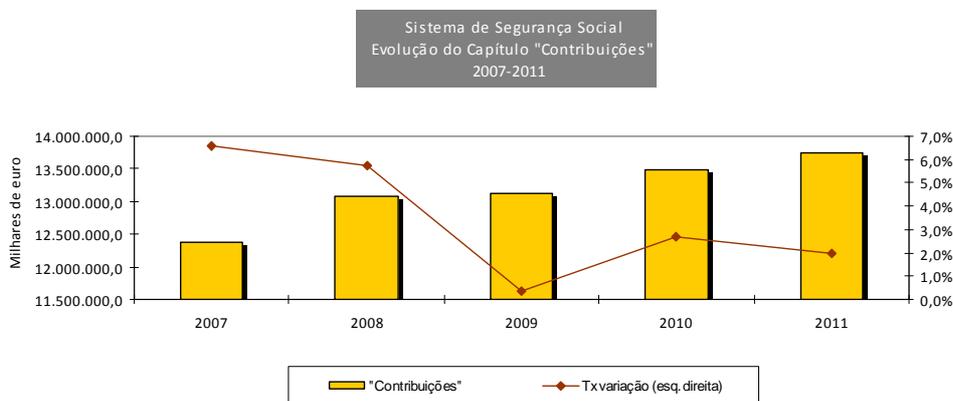
O quadro seguinte ilustra o total das contribuições para a Segurança Social no biénio 2011-2010, desdobrado entre a receita cobrada bruta e restituições e reembolsos pagos.

Execução Orçamental
2010-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita cobrada nos períodos 2010-2011

milhares de euro

Rubrica	2010	2011	Δ 11/10
Receita Cobrada Bruta	13.483.331,4	13.752.222,8	2,0%
Restituições e Reembolsos	-10.167,6	-5.905,8	-41,9%
Total de contribuições cobradas	13.473.163,8	13.746.317,0	2,0%

O gráfico seguinte ilustra a evolução das contribuições, no qual se verifica um crescimento daquelas em 2,0% no último biénio e de 11,1% no quinquénio 2007-2011.



As contribuições cobradas no Continente e nas Regiões Autónomas, no período compreendido entre 2000 e 2011, registaram um crescimento médio anual de 4,2%. Porém, numa análise quinquenal, verifica-se que no período de 2000 a 2003 o crescimento médio rondou os 6,0%, enquanto no quinquénio 2011/2007 o crescimento das contribuições quedou-se pelos 2,7%. Da observação do gráfico seguinte, releva-se a forte desaceleração do ritmo de crescimento da receita de contribuições ocorrida em períodos de recessão da atividade económica em Portugal, em consequência da deterioração do mercado de trabalho. Entre 2001 e 2004 (ano em que as contribuições registaram um crescimento negativo de 0,2%, quando o PIB caiu 0,9% em 2003), e entre 2007 e 2009 (ano em que as contribuições cresceram apenas 0,4% face a uma quebra de 2,9% no PIB)⁹. Em 2011, e pese embora uma diminuição real do PIB de 0,8%, as contribuições evidenciaram um crescimento nominal de 2,0%

⁹ Em 2006 foi realizada uma correção do saldo orçamental, cujo impacto na receita de contribuições resultou num ajustamento destas receitas nos anos de 2002 a 2005, o que, consequentemente, implicou a correção dos valores históricos das contribuições para estes anos.



Correcção do valor da receita de contribuições

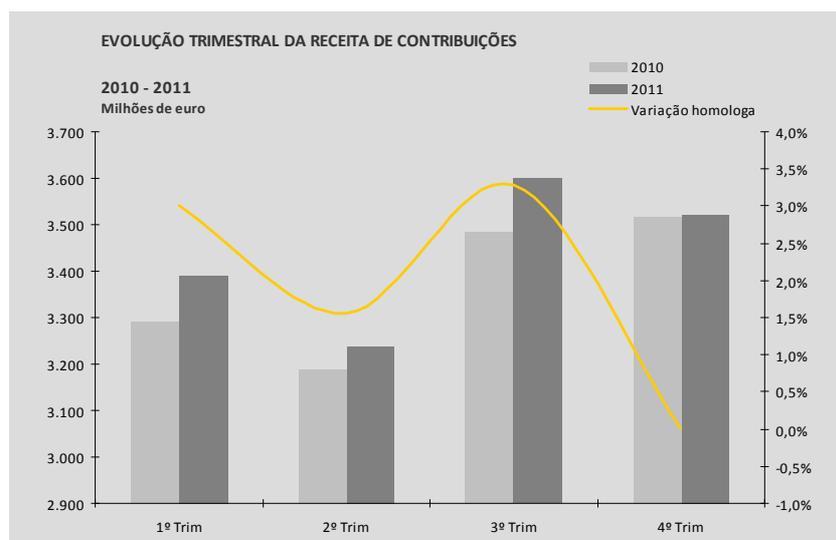
(milhares de euro)

Anos	Contribuições	Correcção	Contribuições corrigidas
2002	10.168.269,9	7.650,0	10.160.619,9
2003	10.468.758,8	14.350,0	10.454.408,8
2004	10.438.569,8	2.000,0	10.436.569,8
2005	11.037.320,8	67.600,0	10.969.720,8
Total	42.112.919,4	91.600,0	42.021.319,4

No ano de 2011, as contribuições cobradas cifraram-se, a preços correntes, em 13.746,3 milhões de euro, ou seja, mais 273,1 milhões de euro do que o valor cobrado em 2010¹⁰. Esta variação anual representa uma taxa de crescimento de 2,0% em relação ao ano de 2010, o que compara com um crescimento de 2,7% em 2010 e de 0,4% em 2009.

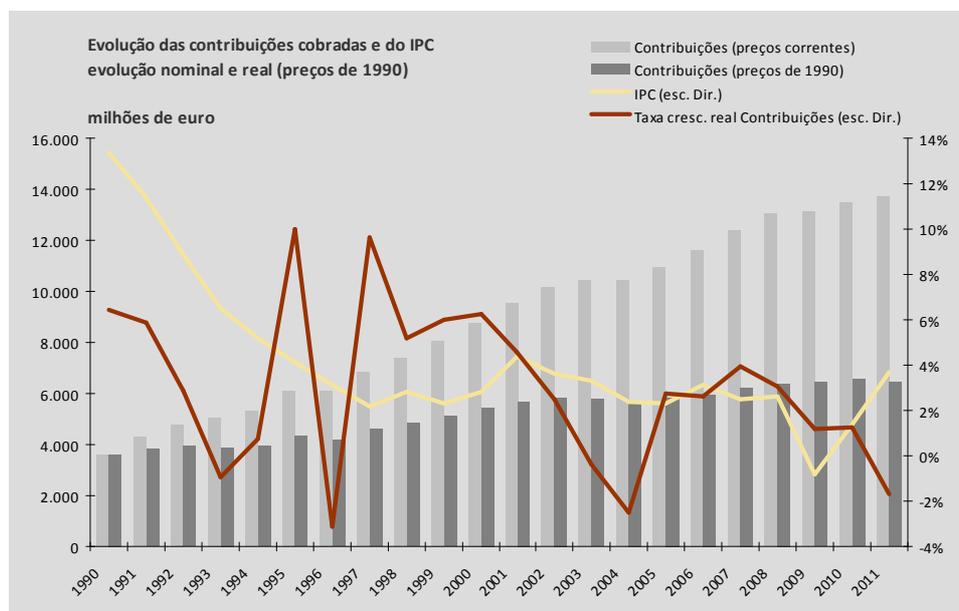
Numa análise intra-anual, observa-se que, em 2011, a receita de contribuições cresce em todos os trimestres do ano relativamente a idêntico período de 2010, embora de forma oscilante (no segundo e quarto trimestre a taxa de variação homóloga reduz-se significativamente, particularmente no quarto trimestre), conforme gráfico seguinte. O primeiro semestre de 2011 regista um crescimento homólogo de 2,2% (que compara com 3,1% no primeiro semestre de 2010), enquanto no segundo semestre esse crescimento se situa nos 1,6% (que compara com 2,3% em 2010).

¹⁰ Conforme referido no Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas, no ano de 2011 foi anulado o montante de 13.712.459,45 euro decorrente da anulação de operações recíprocas por contrapartida de contribuições a cargo da entidade patronal pagas pelas ISS.



O gráfico seguinte permite visualizar a evolução das contribuições cobradas desde 1990 a 2011, quer a preços correntes, quer a preços de 1990, bem como a respetiva evolução do índice de preços no consumidor (IPC)¹¹ e da taxa de crescimento real das contribuições. Pode observar-se que, em termos reais¹², as contribuições cresceram a uma taxa média de 2,8%, ao longo do período (no período 1990 a 2001 a taxa de crescimento médio real foi de 4,2%, enquanto no período entre 2002 e 2011 quedou-se nos 1,1%).

Em 2011 a receita real de contribuições reduziu-se 1,7%, o que contrasta com o aumento de 1,3% verificado em 2010, (ano em que os funcionários públicos foram integrados no regime geral, o que conduziu a um aumento da receita na ordem dos 100 milhões de euro, justificando cerca de um terço da variação da receita no biénio 2010/09), e com um crescimento médio de 0,9% (a preços de 1990) registado no quinquénio 2011/2007.



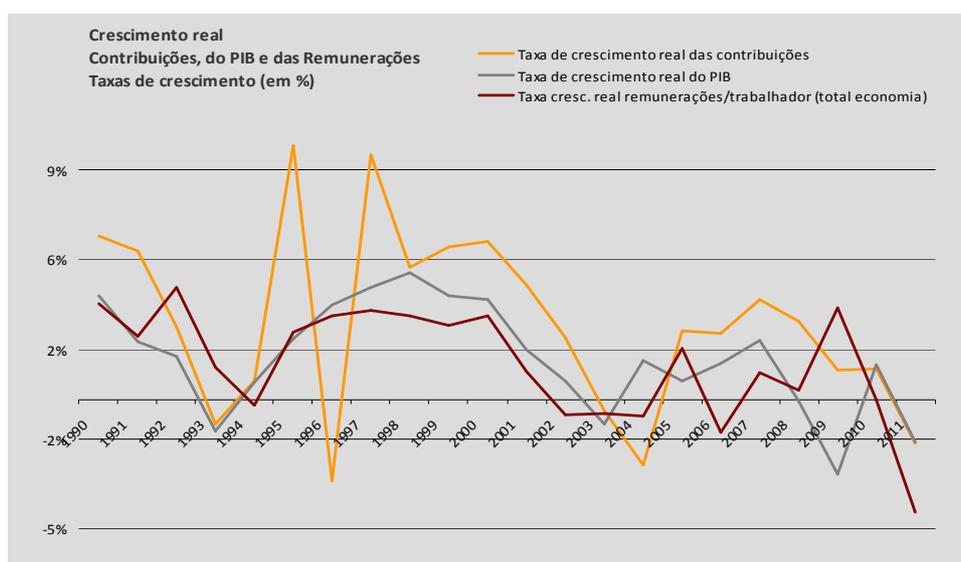
Fonte: INE e Banco de Portugal.

¹¹ Fonte: Dados publicados pelo INE e *Boletim Económico* Banco de Portugal.

¹² A preços de 1990, com base nos valores do IPC publicados pelo INE e no *Boletim Económico* do Banco de Portugal.

Comparando a dinâmica de crescimento das contribuições com a da economia nacional, no período entre 1990 e 2011, observa-se no gráfico seguinte que a curva de crescimento real das contribuições acompanha – com exceção dos anos de 1996¹³ e 2004¹⁴ – a curva de crescimento do PIB, mantendo um *gap* favorável àquelas.

Assim, entre 1995 e 2011, o diferencial entre a taxa de crescimento médio real das contribuições (que ronda os 2,5%) e a taxa de crescimento médio real do PIB (que no mesmo período se situa em cerca de 1,6%), fixou-se nos 0,92 p.p. no período em análise. Em 2011, o diferencial entre o crescimento real das contribuições e a variação real do PIB foi de -0,1 p.p., idêntico ao verificado em 2010, de 4,1 p.p. em 2009 e de 3,1 p.p. em 2008.

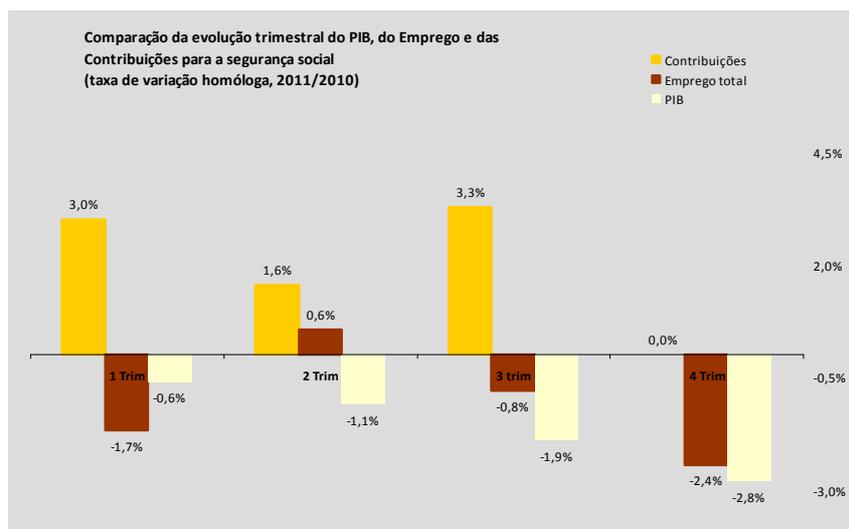


Nota: Dados do PIB e das Remunerações reais por trabalhador retirados dos *Relatórios Anuais* e do *Boletim Económico* do Banco de Portugal.

Há semelhança do sucedido em 2010, registou-se uma contração do emprego em 2011, na ordem dos -1,5% (variação idêntica à registada no ano transato). A análise intra-anual permite constatar uma variação homóloga negativa do emprego na generalidade dos trimestres do ano, com exceção do segundo trimestre (conforme gráfico seguinte). No quarto trimestre constata-se um agravamento das condições macroeconómicas (variação homóloga de -2,4% do emprego e -2,8% do PIB), com a conseqüente redução do ritmo de crescimento das contribuições (com um crescimento de 0,01%). A evolução negativa do emprego acompanha a própria dinâmica de crescimento negativo do PIB em 2011, que verificou uma redução real de 1,6%.

¹³ A quebra registada em 1996 resulta de um crescimento extraordinário das contribuições ocorrido em 1995, prende-se com o facto de a Segurança Social ter cedido créditos de contribuintes à Direção-Geral do Tesouro (DGT) no valor de 349.190 milhares de € (70.006,5 milhares de contos), os quais contribuíram para o crescimento das contribuições observado no ano de 1995 relativamente a 1994, em mais 6,5%.

¹⁴ Resultante do efeito desfasado da recessão da economia portuguesa em 2003 que fez com que a receita de contribuições registasse crescimento reais negativos em 2003 e 2004 (-0,4% e -2,5%, respetivamente), pese embora o contributo da receita obtida em 2003 com a cedência de créditos à *Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos* no valor de 306.929,3 milhares de euro.



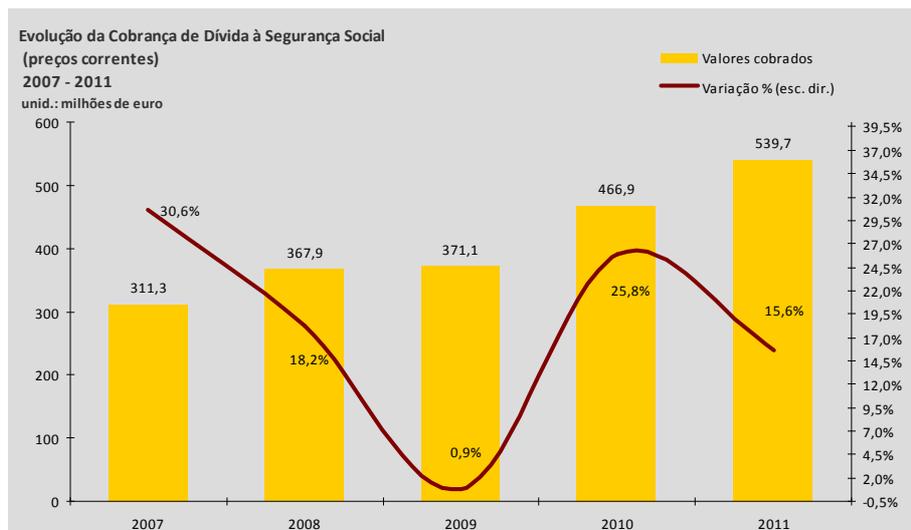
Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais e Estatísticas do Emprego.

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA

Constituem atribuições do IGFSS, IP na área da gestão da dívida à segurança social, controlar a cobrança das contribuições e as formas de recuperação da dívida à segurança social, promover a regularização das situações de incumprimento contributivo e assegurar a cobrança coerciva da dívida à segurança social, através da instauração e instrução de processos executivos.

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, o IGFSS, IP exerce essa competência através das Secções de Processo Executivo, de âmbito distrital, da sede ou da área da residência do devedor. As Secções de Processo distritais do IGFSS, IP visam a cobrança executiva das dívidas ao Sistema de Segurança Social, garantindo maior facilidade, celeridade e eficiência do processo, e concorrendo para o combate à evasão e fraude contributiva.

O gráfico seguinte ilustra a evolução da cobrança de dívida à Segurança Social nos últimos cinco anos verificando-se um crescimento da dívida cobrada de 15,6% no último biênio, apresentando uma arrecadação de cerca de 539,7 milhões de euro.

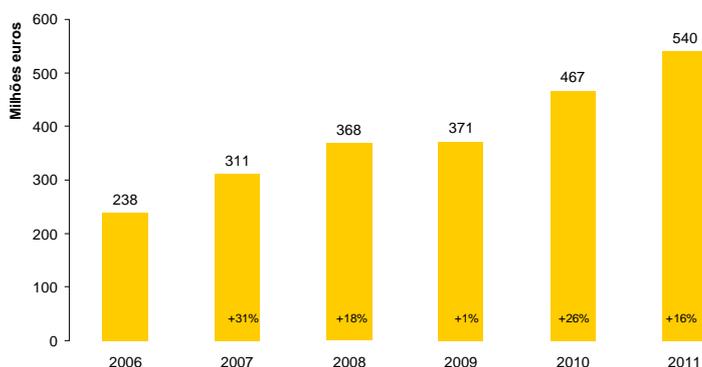


Do valor total cobrado, 529,2 milhões de euro foram arrecadados no âmbito do processo executivo e 10,5 milhões de euro no âmbito da recuperação extraordinária.

Dívida cobrada de 2007 a 2011

Dívida Cobrada	(Milhões de euro)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Recuperação Executiva	287,5	341,3	350,8	445,7	529,2
Recuperação Extraordinária	23,8	26,7	20,4	21,2	10,5
Total	311,3	367,9	371,1	466,9	539,7

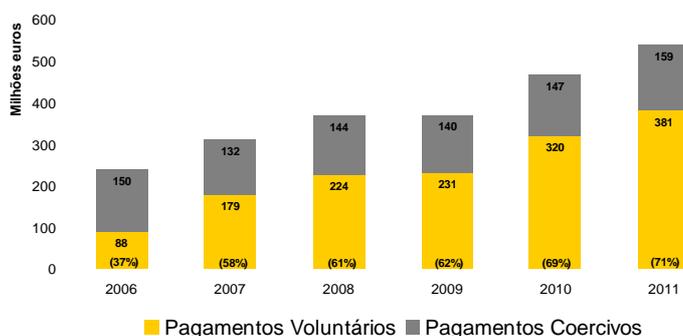
Como pode observar-se, em 2011, a Segurança Social recuperou mais 16% do que o valor arrecadado em 2010 (467.000,0 milhares de euro), mantendo uma evolução fortemente positiva na recuperação de dívida desde 2006, conforme gráfico infra:



Os resultados obtidos sustentam-se em três vetores estratégicos de atuação:

1. Manutenção de uma postura de diálogo com o contribuinte, procurando em conjunto uma solução de viabilização e recuperação de créditos. Este posicionamento permite que, do valor total recuperado, 71% seja voluntário e apenas 29% resultante da ação coerciva, ou seja, penhora e venda de bens.

O gráfico seguinte ilustra a evolução anual na implementação desta estratégia, duplicando o rácio de cobrança voluntária de 2006 (37%).



2. Aumento de produtividade das equipas, através do reforço na formação e otimização de procedimentos, nomeadamente ao nível dos diversos canais de atendimento. Por exemplo, iniciou-se a gestão de acordos com devedores por via eletrónica, desde a apresentação de requerimentos e envio mensal de prestações à notificação de incumprimento.
3. Manutenção de uma atuação forte sobre gentes, responsáveis subsidiários pela criação da dívida, tendo-se realizado acima de onze mil citações individuais para responsabilização pessoal pelas dívidas contraídas, correspondendo a uma arrecadação de 37.000,0 milhares de euro.

Em termos de distribuição da receita por natureza do devedor, a tabela seguinte sintetiza os valores arrecadados:

Tipo devedor	M€	Peso
Empresas	399	74%
Trabalhadores independentes	104	19%
Responsáveis subsidiários	37	7%

Durante o ano de 2011 foram celebrados acordos com 84.033 contribuintes, mais 33% do que em 2010. Dos acordos celebrados, mais de 90% respeitam a novos acordos, tendo os restantes resultado de processos de renegociação de acordos existentes.

Os acordos celebrados corresponderam a um volume total de dívida de 974 milhões de euros. Deste valor, 740 milhões de euros correspondem a novos acordos e 234 milhões de euros à renegociação de acordos.

Como referido, o valor de dívida cobrada por via de acordo correspondeu a um total de 294 milhões de euros. Este valor corresponde a um aumento superior a 21,6% em relação ao ano de 2010.

Através da gestão de grandes devedores em medidas de regularização extraordinária e mantendo o foco na viabilização de empresas, foi adicionalmente enquadrado em acordo cerca de 67 milhões de euros e salvaguardados 4.452 postos de trabalho. Importa referir que, quer o número de grandes devedores à Segurança

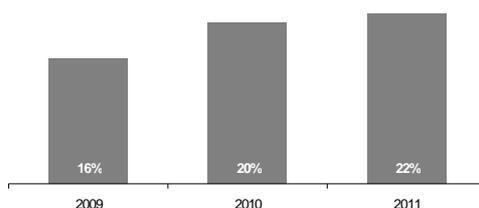
Social, quer o peso dessas empresas no que respeita ao número de trabalhadores tem tendência a diminuir devido à atuação cada vez mais célere no que respeita à recuperação da dívida.

Recuperação Extraordinária	2011
Postos de Trabalho	4.452
Valor Enquadrado	67 M€

No seguimento da ação das Secções de Processo, foram solicitadas sobre 91,54% dos processos em condições legais para o efeito, representando 172.911 penhoras (de contas bancárias, veículos, IRS, IVA, créditos e imóveis), mais 250% que no ano anterior. Este crescimento acentuado verificou-se essencialmente ao nível das penhoras bancárias e às penhoras de IVA, sendo que estas últimas apenas começaram a ser executadas em 2011 face a alterações legislativas.

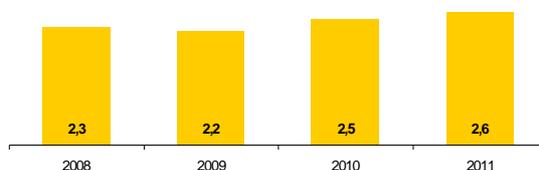
O forte aumento da cobrança foi determinante para o aumento da taxa de cobrança da carteira de dívida líquida que ascendeu a 21,5% em 2012, o que representa um crescimento um aumento da eficiência de 5,7% face ao ano anterior.

Taxa de cobrança da carteira líquida de dívida ativa



No que respeita à evolução da carteira de dívida líquida verificou-se um aumento de 13% face ao ano anterior, situando-se agora aproximadamente em 2,6 mil milhões de euros. No ano de 2011 passou a existir participação massiva de TI's o que contribuiu para o crescimento da dívida.

Carteira líquida de dívida ativa (10⁹ €)



Titularização

Nos termos do artigo 25º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2003, foi o Governo autorizado a proceder à cedência de créditos para efeitos de titularização respeitantes, nomeadamente, às contribuições e quotizações para a segurança social. Ao abrigo daquela autorização foi publicada a Portaria n.º 1.375-A/2003, de 18 de dezembro, que aprovou a celebração de contrato com a sociedade de titularização de créditos, Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., para a cessão, até 31 de

dezembro de 2003, de créditos que fossem objeto de processos de execução instaurados entre 1 de janeiro de 1993 e 30 de setembro de 2003.

Estes créditos foram titularizados em dois portfólios distintos, um constituído por todos os processos instaurados até 30/09/2001 que foram cedidos através do portfólio da DGCI e o outro, constituído por todos os processos após essa data e até à data do contrato, que foram cedidos no portfólio do IGFSS.

No total, o IGFSS procedeu à transferência, em 2003, para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”, de créditos da Segurança Social associados às rubricas de “Contribuintes c/c” no valor de 1.995 milhões de euros, o que permitiu reduzir o valor da dívida de contribuintes registada na Segurança Social, tendo sido obtido, por conta desta cedência o valor nominal de 307 milhões de euros.

No período entre 2003 e 2011 foram cobrados 271 milhões de euros, representando 13,6% do total dos créditos titularizados, sendo que 127 milhões euros são respeitantes ao portfólio do IGFSS (34,13% deste portfólio) e 144 milhões de euros são respeitantes ao portfólio da DGCI (8,9% do total deste portfólio), conforme se constata no quadro seguinte.

Em 2011, foram cobrados cerca de 913 mil euros do portfólio do IGFSS.

Titularização - Valores cobrados

(euros)

Rubricas	Portfólio IGFSS	Portfólio DGCI	Total
Cobranças até 31/Dez/2004	33.801.018	36.569.724	70.370.741
Cobranças em 2005	22.475.748	26.823.034	49.298.782
Cobranças em 2006	21.281.405	28.023.759	49.305.165
Cobranças em 2007	20.105.019	27.992.203	48.097.222
Cobranças em 2008	15.867.493	15.578.591	31.446.084
Cobranças em 2009	7.853.434	7.186.887	15.040.321
Cobranças em 2010	4.658.429	2.294.856	6.953.285
Cobranças em 2011	913.894	0	913.894
Total cobrado	126.956.440	144.469.054	271.425.494
Total dos créditos titulados	372.022.854	1.623.224.948	1.995.247.803
Cobrança (em %)	34,13%	8,90%	13,60%

No fim de cada período, o IGFSS procedia à transferência para a Direção-Geral do Tesouro, dos valores recebidos que seriam, posteriormente, transferidos para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.” conforme quadro seguinte.

Em 2011 o IGFSS transferiu cerca de 903 mil euros referentes a cobranças do ano de processos executivos titularizados cobrados pelo IGFSS (relativos a processos a decorrer no âmbito das Secções de Processo).

Titularização - Valores Transferidos para a DGT

(euros)

Rubricas	Portfólio IGFSS	Portfólio DGCI	Total
Cobranças até 31/Dez/2004	33.645.577	36.446.633	70.092.210
Cobranças em 2005	22.427.348	26.766.490	49.193.838
Cobranças em 2006	21.178.293	27.931.342	49.109.635
Cobranças em 2007	20.060.274	27.952.943	48.013.217
Cobranças em 2008	15.781.135	15.532.191	31.313.326
Cobranças em 2009	7.818.712	7.172.835	14.991.547
Cobranças em 2010	4.620.678	2.274.977	6.895.656
Cobranças em 2011	906.233	-3.054	903.179
Total transferido	126.438.250	144.074.358	270.512.608

Dos montantes recebidos pela Direção-Geral do Tesouro, em cada período, ficam retidos 1,0%, para obstar à má cobrança, sendo o restante transferido para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”.

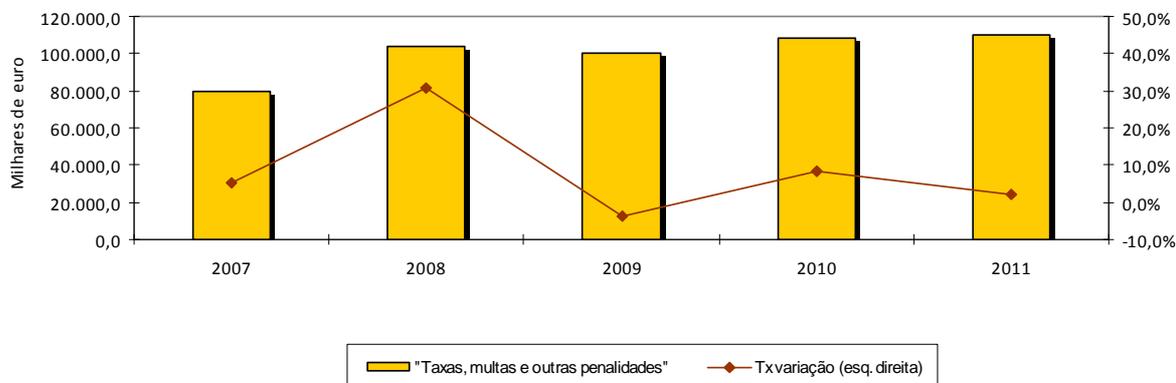
A Operação de titularização findou em 31-03-2011 com a assinatura entre as partes do contrato de transferência dos créditos cedidos para o estado e para a segurança social, correspondendo este resumo ao resultado final da operação.

▪ R.04 – Taxas, multas e outras penalidades

A receita executada no capítulo “Taxas, multas e outras penalidades” atingiu no ano de 2011 o montante de 110.481,5 milhares de euro, mais 17.736,7 milhares de euro do que a previsão de receita, sendo que o seu peso relativo no total da receita é apenas de 0,4% e 0,5% da receita efetiva.

No que se refere à evolução deste capítulo ao longo do quinquénio 2007-2011 verifica-se, no gráfico seguinte, um acréscimo de 38,9% da receita cobrada em taxas, multas e outras penalidades, mais 30.968,8 milhares de euro.

Sistema de Segurança Social
Evolução do Capítulo "Taxas, multas e outras penalidades"
2007-2011



Este capítulo é constituído essencialmente pelos juros de mora de contribuições incluídos no grupo de "Multas e outras penalidades", representando 91% do total do capítulo que, em valor, se traduz em 100.550,0 milhares de euros.

Face à evolução positiva registada nas receitas cobradas deste capítulo no quinquénio em análise (38,9%) apresenta-se a desagregação por Instituições de Segurança Social inseridas no perímetro de consolidação, no qual é possível constatar que, em 2011, o IGFSS detém 95,8% do total da receita arrecadada neste capítulo, correspondendo a 105.826,3 milhares de euro, mantendo-se desta forma o padrão de anos anteriores.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Taxas, multas e outras penalidades", por Instituições da Segurança Social

Instituições da Segurança Social	2007		2008		2009		2010		2011		Evolução em %				
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10	Δ 11/07
IGFSS	75.547,6	95,0	100.714,9	96,8	96.750,0	96,8	104.472,6	96,4	105.826,3	95,8	33,3	-3,9	8,0	1,3	40,1
ISS,IP	1.029,6	1,3	575,2	0,6	180,5	0,2	93,5	0,1	298,8	0,3	-44,1	-68,6	-48,2	219,5	-71,0
RA's	2.934,9	3,7	2.754,8	2,6	3.029,0	3,0	3.754,9	3,5	4.347,8	3,9	-6,1	10,0	24,0	15,8	48,1
Cx's e Outras ISS's	0,6	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	1,2	0,0	8,6	0,0	-99,6	14.995,2	207,3	644,1	1.428,5
Total	79.512,7	100,0	104.045,0	100,0	99.959,8	100,0	108.322,2	100,0	110.481,5	100,0	30,9	-3,9	8,4	2,0	38,9

Ainda no IGFSS, no quadro seguinte é apresentada a evolução da receita das diferentes componentes deste capítulo:

Análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Taxas, multas e outras penalidades"
IGFSS
2010-2011

Receitas	2010		2011		Δ 11/10	
	Execução orçamental	Peso relativo de cada rubrica no total do capítulo	Execução orçamental	Peso relativo de cada rubrica no total do capítulo	Valor	%
Taxas, multas e outras penalidades	104.472,6	100,0%	105.826,3	100,0%	1.353,7	1,3%
Taxas:	8.470,8	8,1%	9.680,6	9,1%	1.209,8	14,3%
Taxas de justiça	8.470,8	8,1%	9.680,6	9,1%	1.209,8	14,3%
Multas e outras penalidades:	96.001,8	91,9%	96.145,7	90,9%	143,9	0,1%
Juros de mora - contribuições	92.241,1	88,3%	92.530,7	87,4%	289,6	0,3%
Juros compensatórios	344,1	0,3%	256,6	0,2%	-87,5	-25,4%
Coimas	3.354,5	3,2%	3.311,8	3,1%	-42,7	-1,3%
Multas	62,1	0,1%	46,6	0,0%	-15,5	-25,0%

1. O grupo “Taxas” é constituído pelos valores recebidos das taxas de justiça por conta de processos executivos que, em 2011, ascende a 9.680,6 milhares de euro, refletindo uma variação positiva de 14,3% no biénio 2010-2011, ou seja 1.209,8 milhares de euro.
2. Relativamente ao grupo “Multas e outras penalidades”:
 - a. Os “juros de mora de contribuições” representam 87,4% do montante total deste capítulo, ascendendo a 92.530,7 milhares de euro e refletindo uma variação de 0,3%, ou seja 289,6 milhares de euro, quando comparado com o período homólogo anterior.
 - b. Os “Juros compensatórios”, no montante de 256,6 milhares de euro, representam apenas 0,2% do total do capítulo e sofreram uma variação negativa de 25,4% (87,5 milhares de euro) relativamente ao período homólogo anterior.
 - c. As “Coimas” provenientes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), sofreram um acréscimo de 36,0%, face a 2010, devido essencialmente ao aumento da rapidez do processo de transferência destes montantes, ficando por receber o valor das cobranças relativo ao 4.º trimestre. O quadro seguinte identifica os montantes transferidos da ACT para o IGFSS, por trimestre.

**Receita de Coimas da ACT
IGFSS
2010-2011**

(milhares de euro)

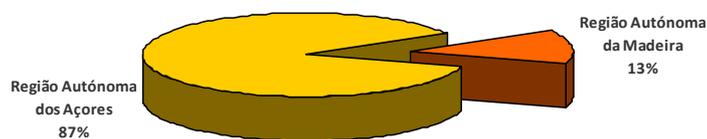
Ano	Descrição	Montante transferido
2010	Coimas do 4.º trimestre de 2009	549,4
	Coimas do 1.º trimestre de 2010	601,7
	Coimas do 2.º trimestre de 2010	597,2
	Total	1.748,3
2011	Coimas do 3.º trimestre de 2010	512,9
	Coimas do 4.º trimestre de 2010 e do 1.º e 2.º trimestre de 2011	1.506,5
	Coimas do 3.º trimestre de 2011	358,1
	Total	2.377,5

- d. As “Multas e penalidades diversas” representam menos de 0,1% em relação ao montante total deste capítulo e sofreram uma variação negativa de 25,0% relativamente ao período homólogo de 2010. Estão incluídos neste artigo multas em processos disciplinares, multas de rendas e penalidades contratuais.

No que se refere às Regiões Autónomas, verifica-se o seguinte:

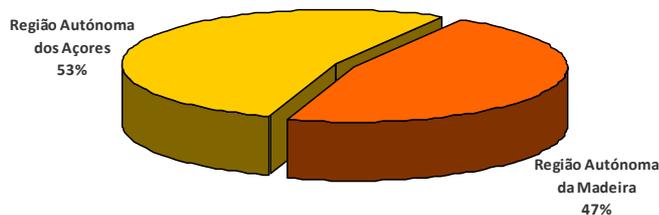
1. Mantém-se a evolução positiva dos últimos 5 anos. Efetivamente, em 2011 o capítulo “Taxas, multas e outras penalidades” apresenta uma variação de (+) 15,8%, face ao período homólogo anterior.
2. A receita cobrada neste capítulo, pelas Regiões Autónomas, representa 3,9% (4.347,8 milhares de euro) do total da receita arrecadada, distribuída da seguinte forma:
 - a. O grupo “Taxas” nas Regiões Autónomas representa apenas 2,5% do total da receita cobrada neste grupo (250,9 milhares de euro), apresentando a seguinte distribuição:

Sistema de Segurança Social
2011
Receita arrecada no grupo "Taxas" nas RA's



- b. O grupo "Multas e outras penalidades" é mais significativo, representando 4,1% do total da receita cobrada neste grupo (4.096,9 milhares de euro) e 3,7% do total da receita cobrada no capítulo "Taxas, multas e outras penalidades". O gráfico seguinte mostra o peso de cada Região Autónoma no total do grupo em análise.

Sistema de Segurança Social
2011
Receita arrecada no grupo "Multas e outras penalidades" nas RA's



• R.05 – Rendimentos da propriedade

Como se constata no quadro seguinte, o capítulo referente aos "Rendimentos da propriedade" evidencia uma receita cobrada no exercício de 2011, de 451.211,1 milhares de euro, conduzindo a uma taxa de execução orçamental de 15,7%, ou seja, cerca de (+) 61.116,2 milhares de euro do que a previsão de receita.

No que concerne à sua expressão relativa no total da receita, esta parcela representa apenas 1,5% do montante total arrecadado e 1,9% da receita efetiva.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada no Capítulo "Rendimentos da Propriedade"

(milhares de euro)

Capítulo	Grupo	Receitas	2011				Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental	
			Orçamento Revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cd rubrica no total da receita %	Peso relativo de cd rubrica no total da receita efetiva %		Exec.Orç.-OSS Revisto	
								Em valor absoluto	Em %
05	Rendimentos da Propriedade		390.094,9	451.211,1	1,5	1,9	115,7	61.116,2	15,7
01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras		900,0	139,3	0,0	0,0	15,5	-760,7	-84,5
02	Juros - Sociedades Financeiras		49.322,7	109.713,5	0,4	0,5	222,4	60.390,7	122,4
03	Juros - Administração Pública		223.565,4	235.849,1	0,8	1,0	105,5	12.283,7	5,5
04	Juros - Instituições sem fins lucrativos		11,0	8,4	0,0	0,0	76,6	-2,6	-23,4
06	Juros - Resto do mundo		55.620,3	42.464,7	0,1	0,2	76,3	-13.155,6	-23,7
07	Divid. e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras		47.581,2	52.116,5	0,2	0,2	109,5	4.535,3	9,5
08	Dividendos e particip. nos lucros de soc.financeiras		9.123,5	8.027,3	0,0	0,0	88,0	-1.096,2	-12,0
10	Rendas		3.970,8	2.892,4	0,0	0,0	72,8	-1.078,4	-27,2
	Receita Total do Sistema		37.944.712,8	30.082.788,8	100,0		79,3	-7.861.924,0	-20,7
	Receita Efetiva do Sistema		24.060.965,2	23.542.592,5		100,0	97,8	-518.372,6	-2,2

Relativamente aos grupos que compõem este capítulo, observa-se que, os índices de desvio orçamental oscilam entre (-) 84,5% e (+) 122,4%, assumindo maior peso relativo neste capítulo os “Juros – Administração Pública” e “Juros – Sociedades Financeiras”, representando 1,0% e 0,5%, respetivamente, do volume global da receita do Sistema da Segurança Social cobrada em 2011.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Rendimentos da Propriedade"

(milhares de euro)

Capítulo	Grupo	Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07		Δ 10/09		Δ 11/10		Δ 11/07	
								%	%	valor	%	valor	%		
								05	Rendimentos da Propriedade	331.548,9	410.728,9	361.507,4	374.475,4	451.211,1	23,9
01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras	1.588,6	2.555,7	551,2	351,6	139,3	60,9	-78,4	-36,2	-212,3	-60,4	-1.449,3	-91,2		
02	Juros - Sociedades Financeiras	98.480,0	145.598,8	60.670,9	44.543,7	109.713,5	47,8	-58,3	-26,6	65.169,8	146,3	11.233,5	11,4		
03	Juros - Administração Pública	152.503,6	161.674,0	200.211,0	199.973,1	235.849,1	6,0	23,8	-0,1	35.876,0	17,9	83.345,5	54,7		
04	Juros - Instituições sem fins lucrativos	68,3	49,7	44,2	12,5	8,4	-27,2	-11,1	-71,8	-4,0	-32,4	-59,9	-87,7		
06	Juros - Resto do mundo	52.864,1	67.277,1	54.830,6	65.246,9	42.464,7	27,3	-18,5	19,0	-22.782,2	-34,9	-10.399,4	-19,7		
07	Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras	17.921,7	22.277,8	37.520,1	54.251,3	52.116,5	24,3	68,4	44,6	-2.134,8	-3,9	34.194,8	190,8		
08	Dividendos e particip. nos lucros de soc.financeiras	3.006,1	6.384,1	4.268,1	6.783,4	8.027,3	112,4	-33,1	58,9	1.243,8	18,3	5.021,2	167,0		
10	Rendas	5.116,6	4.911,7	3.411,3	3.313,0	2.892,4	-4,0	-30,5	-2,9	-420,6	-12,7	-2.224,2	-43,5		
	Receita Total do Sistema	23.144.587,2	28.196.354,0	31.459.339,2	32.320.506,7	30.082.788,8	21,8	11,6	3,1	-2.237.718,0	-6,9	6.938.201,6	30,0		
	Receita Efetiva do Sistema	20.314.053,8	21.649.912,2	22.849.150,6	23.857.400,2	23.542.592,5	6,6	5,5	4,7	-314.807,6	-1,3	3.228.538,7	15,9		

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se ainda que as receitas registadas no capítulo “Rendimentos da propriedade” evoluíram positivamente no quinquénio 2011/2007 em (+) 119.662,2 milhares de euro, correspondendo a (+) 36,1%. Os grupos que neste capítulo mais se destacam são os referentes a dividendos, com um crescimento de 190,8% nos “Dividendos e participação nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras” e de 167,0% nos “Dividendos e participação nos lucros de sociedades financeiras”.

Em relação ao período homólogo de 2010, as receitas de “Rendimentos da propriedade” cresceram 20,5%, ou seja, 76.735,7 milhares de euro, sendo que, por ordem de crescimento percentual:

- Os “Juros – Sociedades financeiras” são os que apresentam maior crescimento (146,3%). No cômputo global, 87.141,6 milhares de euro estão registados no IGFSS e decorrem da gestão diária de tesouraria, conducente a saldos de depósitos à ordem de menor dimensão e à possibilidade de concentração de valores para aplicação. Este último fator reforça a capacidade de negociação junto dos bancos, proporcionando taxas de juro mais elevadas. A estes fatores acresce a falta de liquidez em muitos bancos onde são efetuadas aplicações financeiras e a dificuldade destes na obtenção de financiamento no mercado, agravadas no ano 2011 pela necessidade de apresentarem no final do ano os níveis de liquidez impostos pelo Banco Central Europeu e pela crise da dívida pública, tendo como consequência o aumento significativo das taxas de rentabilidade oferecidas por estas instituições bancárias nas aplicações financeiras.
- “Dividendos e participação nos lucros de sociedades financeiras”, que apresentam um crescimento de 18,3%, representando em termos de valor 1.243,8 milhares de euro, e que se encontram na sua totalidade registados no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

- Os “Juros – Administração Pública” cresceram 17,9%, ou seja, 35.876,0 milhares de euro. Este grupo reflete a carteira de títulos de rendimento fixo que é composta por Títulos da Dívida Pública emitidos pela Administração Central.
- Os restantes grupos apresentam variações negativas em comparação com o período homólogo de 2010, sendo as mais significativas as referentes a:
 - “Juros – Sociedades e quase sociedades não financeiras” com um decréscimo de 60,4%, que em valor representa 212,3 milhares de euro. Neste grupo encontram-se os juros de obrigações e de papel comercial, que fazem parte da carteira de títulos do FEFSS.
 - “Juros – Resto do mundo”, registado no FEFSS, apresenta um decréscimo de 34,9%, ou seja, 22.782,2 milhares de euro. Neste grupo estão registados os juros referentes a obrigações, títulos da dívida pública, papel comercial, entre outros.
 - “Juros – Instituições sem fins lucrativos” com uma variação negativa de 32,4% (4,0 milhares de euro), contemplando, entre outros, os juros cobrados à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e ao Sindicato de Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Restaurantes Similares do Sul (STIHRSS) decorrente do pagamento prestacional acordado para a compra de imóveis. A variação é negativa devido à diminuição do capital em dívida.

No quadro seguinte verifica-se a evolução ocorrida neste capítulo ao longo do quinquénio 2007-2011 por Instituição de Segurança Social, assim como o peso relativo de cada ISS no total da receita do capítulo. Para que a comparação com anos anteriores seja possível, os valores do IGFSS e do FEFSS são apresentados como se de uma só instituição se tratasse.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo “Rendimentos da Propriedade”, por Instituições da Segurança Social

Instituições da Segurança Social	2007		2008		2009		2010		2011		Evolução em %				
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10	Δ 11/07
IGFSS	64.295,4	19,4	109.202,5	26,6	45.166,0	12,5	30.793,1	8,2	89.449,9	19,8	69,8	-58,6	-31,8	190,5	39,1
IGFCSS+FEFSS	256.954,0	77,5	291.627,7	71,0	311.213,4	86,1	340.977,2	91,1	357.936,4	79,3	13,5	6,7	9,6	5,0	39,3
ISS_IP	3.522,2	1,1	2.735,5	0,7	715,7	0,2	178,9	0,0	241,3	0,1	-22,3	-73,8	-75,0	34,9	-93,1
RA's	4.054,7	1,2	5.200,7	1,3	3.728,5	1,0	2.138,5	0,6	2.750,2	0,6	28,3	-28,3	-42,6	28,6	-32,2
Cx's e Outras ISS's	2.722,5	0,8	1.962,5	0,5	683,7	0,2	387,7	0,1	833,3	0,2	-27,9	-65,2	-43,3	114,9	-69,4
Total	331.548,9	100,0	410.728,9	100,0	361.507,4	100,0	374.475,4	100,0	451.211,1	100,0	23,9	-12,0	3,6	20,5	36,1

Através da análise do quadro supra verifica-se que o IGFCSS e o FEFSS detêm 79,3% do total dos “Rendimentos da propriedade”, dos quais 916,1 milhares de euro estão registados no IGFCSS e 357.927,3 milhares de euro ao FEFSS.

Relativamente ao período homólogo anterior, destaca-se o seguinte:

- O IGFCSS em conjunto com o FEFSS apresenta uma variação positiva de 5%.
- A maior variação neste capítulo cabe ao IGFSS (190,5%, ou seja, 58.656,8 milhares de euro), para a qual concorreram os resultados obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

No que se refere à evolução registada no quinquénio 2007-2011, o ISS apresenta uma evolução negativa de 93,1%, ou seja, 3.280,9 milhares de euro, que resulta da diminuição das taxas de juros de depósitos à ordem e da implementação de procedimentos de devolução dos excedentes ao IGFSS, no âmbito da tesouraria única.

R.06 - Transferências Correntes

As “transferências correntes” cifraram-se em 8.929.539,3 milhares de euro e representam um grau de execução orçamental de 97,3%, correspondente a (-) 246.246,2 milhares de euro, isto é, (-) 2,7% do total inscrito no orçamento revisto. O grau de execução orçamental de 2011 é inferior ao registado em 2010 que se cifrou na ordem dos 97,7%.

As “Transferências Correntes” representam 29,7% e 37,9% da receita total e da receita efetiva, respetivamente.

Neste capítulo as transferências que mais contribuíram para o desvio orçamental foram as relativas ao “Resto do Mundo” com (-) 194.827,3 milhares de euro seguindo-se as transferências de “Administração Central” com (-) 53.269,7 milhares de euro.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada no Capítulo "Transferências Correntes"

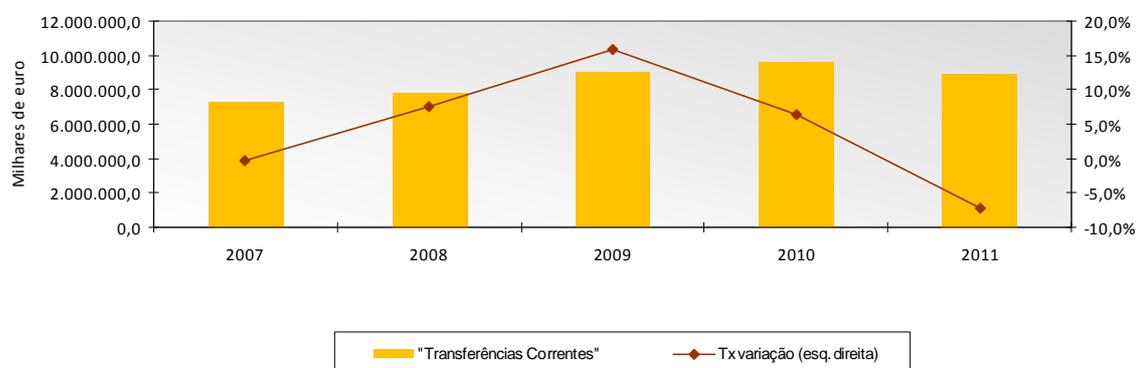
Capítulo	Grupo	Receitas	2011				Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental	
			Orçamento Revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cd rubrica no total da receita %	Peso relativo de cd rubrica no total da receita efetiva %		Exec. Orç.-OSS Revisto	
								Em valor absoluto	Em %
06		Transferências Correntes	9.175.785,5	8.929.539,3	29,7	37,9	97,3	-246.246,2	-2,7
	01	Sociedades e quase Sociedades Financeiras	500,0	651,9	0,0	0,0	130,4	151,9	30,4
	03	Administração Central	7.667.813,1	7.614.543,4	25,3	32,3	99,3	-53.269,7	-0,7
	07	Instituições sem fins lucrativos	161.920,7	163.619,7	0,5	0,7	101,0	1.699,0	1,0
	09	Resto do mundo	1.345.551,6	1.150.724,3	3,8	4,9	85,5	-194.827,3	-14,5
		Receita Total do Sistema	37.944.712,8	30.082.788,8	100,0		79,3	-7.861.924,0	-20,7
		Receita Efetiva do Sistema	24.060.965,2	23.542.592,5		100,0	97,8	-518.372,6	-2,2

O quadro seguinte evidencia a evolução das transferências correntes obtidas ao longo do último quinquénio, sendo que a sua evolução percentual está também espelhada no gráfico seguinte.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Transferências Correntes"

Capítulo	Grupo	Receitas	2007-2011					Δ 08/07			Δ 09/08			Δ 10/09			Δ 11/10			Δ 11/07		
			2007	2008	2009	2010	2011	%	%	%	%	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
06		Transferências Correntes	7.274.830,6	7.820.257,5	9.052.986,9	9.635.921,7	8.929.539,3	7,5	15,8	23,2	-706.382,4	-7,3	1.654.708,8	22,7								
	01	Sociedades e quase Sociedades Financeiras	0,0	0,0	609,1	610,9	651,9			19,1	41,0	6,7	651,9									
	03	Administração Central	6.687.981,0	7.205.750,7	7.877.123,7	8.582.215,9	7.614.543,4	7,7	9,3	19,1	-967.672,5	-11,3	926.562,4	13,9								
	07	Instituições sem fins lucrativos	184.881,9	161.150,2	161.478,9	142.841,1	163.619,7	-12,8	0,2	-11,4	20.778,6	14,5	-21.262,2	-11,5								
	09	Resto do mundo	401.967,7	453.356,5	1.013.775,2	910.253,8	1.150.724,3	12,8	123,6	100,8	240.470,5	26,4	748.756,7	186,3								
		Receita Total do Sistema	23.144.587,2	28.196.354,0	31.459.339,2	32.320.506,7	30.082.788,8	21,8	11,6	14,6	-2.237.718,0	-6,9	6.938.201,6	30,0								
		Receita Efetiva do Sistema	20.314.053,8	21.649.912,2	22.849.150,6	23.857.400,2	23.542.592,5	6,6	5,5	10,2	-314.807,6	-1,3	3.228.538,7	15,9								

Sistema de Segurança Social
Evolução do capítulo "Transferências Correntes"
2007-2011



O ano de 2011 quebrou o ciclo de crescimento das “Transferências correntes”, com uma redução de 706.382,4 milhares de euro, uma variação negativa de 7,3% em comparação com o período homólogo de 2010. As transferências da Administração Central concorreram significativamente para esta redução, no sentido em que sofreram uma redução de 11,3% face a igual período de 2010. Esta variação é explicada a seguir.

Da decomposição da receita total de transferências correntes, pelo setor ou unidade institucional em que têm origem, constata-se que (*vide* quadros seguintes):

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
"Transferências Correntes" por classificação do sector e unidade institucional

Rubricas	OSS Revisto	Execução Orçamental	Grau de Execução Orçamental em percentagem	Peso relativo de cd rubrica no total da receita %	Peso relativo de cd rubrica no total da receita efetiva %	Desvio Orçamental	
						Exec. Orç. - OSS Revisto	
						Em valor absoluto	Em %
I.V.A. Social	715.190,2	715.190,0	100,0	2,4	3,0	-0,2	0,0
Transferências do MSSS para cumprimento da LBSS (Sist.PSC)	6.603.363,0	6.603.469,4	100,0	22,0	28,0	106,4	0,0
Transferências do MSSS - CPN (Sist. Previdencial)	117.796,2	117.796,2	100,0	0,4	0,5	0,0	0,0
MAOTDR + IHRU - Subsídio de renda	731,8	721,8	98,6	0,0	0,0	-10,0	-1,4
Ministério da Saúde - Cuidados de saúde - CSI	2.166,1	1.116,4	51,5	0,0	0,0	-1.049,7	-48,5
Ministério da Defesa Nacional (artº 39 do DL 118/04+divida de 2004 a 2006)	26.743,9	116,7	0,4	0,0	0,0	-26.627,2	-99,6
Ministério das Finanças- DGT	13.824,7	11.782,9	85,2	0,0	0,1	-2.041,8	-14,8
Ministério da Educação (comp. educ.pré-escolar / IPSS+ financia/ bolsas estudo e educação especial)	163.500,0	147.169,3	90,0	0,5	0,6	-16.330,7	-10,0
SCM de Lisboa - Departamento de Jogos	161.917,3	163.599,7	101,0	0,5	0,7	1.682,4	1,0
Transferências CGA - Marconi	16.853,0	16.341,0	97,0	0,1	0,1	-512,0	-3,0
Formação Profissional - F.S.E.	1.345.341,6	1.150.724,3	85,5	3,8	4,9	-194.617,3	-14,5
NAV Portugal	500,0	651,9	130,4	0,0	0,0	151,9	30,4
Outras Transferências Correntes*	7.857,7	859,7	10,9	0,0	0,0	-6.997,9	-89,1
Total das Transferências correntes	9.175.785,5	8.929.539,3	97,3	29,7	37,9	-246.246,2	-2,7
Receita Total do Sistema	37.944.712,8	30.082.788,8	100,0			-7.861.924,0	-20,7
Receita Efetiva do Sistema	24.060.965,2	23.542.592,5		100,0		-518.372,6	-2,2

* Inclui as verbas relativas a projetos de Formação Profissional do Subsistema de Ação Social e ainda valores presentes nos capítulos "Outras receitas correntes" referentes a projetos cofinanciados- POAP (SAMA e ÚNICA)

1. Transferências de sociedades e quase sociedades não financeiras

As transferências de sociedades e quase sociedades não financeiras atingem o montante de 651,9 milhares de euro e dizem respeito às verbas cobradas à NAV Portugal no âmbito do Regime de Controladores de Tráfego Aéreo, correspondendo à parcela devida relativamente às pensões pagas em 2011, não sendo significativa a variação face ao período homólogo de 2010.

2. Transferências da Administração Central Estado

As transferências da Administração Central aprovadas no âmbito da Lei n.º 4/2007, 16 de janeiro e da Lei n.º 26-A/2008 de 27 de junho, para cobertura financeira das despesas do Subsistema de Solidariedade, do Subsistema de Proteção Familiar e do Subsistema de Ação Social e Sistema Previdencial - Repartição atingiram 7.614.543,4 milhares de euro, menos 967.672,5 milhares de euro, ou seja, (-)11,3%, em relação ao período homólogo de 2010, cuja distribuição por Subsistemas e Sistema apresenta-se a seguir.

No Subsistema de Solidariedade, a análise do quadro abaixo permite concluir que:

Execução Orçamental
2010-2011
Transferências da Administração Central
Subsistema de Solidariedade

(milhares de euro)

Rubricas	CSS 2010 (1)	Orçamento revisto 2011 (2)	Execução Orçamental da CSS/2011 (3)	Grau de Execução Orçamental em % (4)=(3)/(2)	Δ % do período homólogo (5)=(3-1)/1
Transferência para subsídio de renda (MAOTDR - RAU)	731,8	731,8	721,8	98,6%	-1,4%
Transferência do Ministério da Saúde para cuidados de saúde (CSI)	4.246,7	2.166,1	1.116,4	51,5%	-73,7%
Transferências do MSSS (ex. MTSS)	4.599.748,4	4.524.772,3	4.524.878,7	100,0%	-1,6%
Transferências do MSSS - Receitas cessantes	313.144,7				
Transferências do Ministério da Defesa Nacional	24,7	26.743,9	116,7	0,4%	371,7%
Transferência do MF (ex.MFAP)	17.554,8	13.824,7	11.782,9	85,2%	-32,9%
Total	4.935.451,1	4.568.238,9	4.538.616,5	99,4%	-8,0%

- A transferência obtida do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (ex-MAOTDR), em 2011, para financiamento do subsídio de renda, é no valor de 721,8 milhares de euro, igual à verba recebida no período homólogo de 2010.
- Nos termos legais, o Ministério da Saúde deverá transferir para o IGFSS as verbas que se referem à comparticipação daquele Ministério nos benefícios adicionais de saúde pagos aos beneficiários do “complemento solidário de idosos”. Em 2011 esta verba ascendeu a 1.116,4 milhares de euro, correspondendo a uma redução de 73,7% quando comparada com o período homólogo anterior.
- As transferências do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ex-MTSS) para cobertura financeira das despesas do Subsistema de Solidariedade, no âmbito da Lei n.º 4/2007, ascendem, em 2011, a 4.524.878,7 milhares de euro, o que representa um decréscimo de 1,6% face ao valor recebido em igual período do ano anterior.
- Relativamente às transferências obtidas do Ministério da Defesa Nacional, em 2011, destaca-se o seguinte:
 - Estas transferências dizem respeito ao reembolso das prestações sociais pagas nos períodos de fevereiro, março e junho a outubro de 2011 e ascendem a 116,7 milhares de euro, desdobrando-se em:
 - 20,4 milhares de euro, que correspondem ao reembolso das prestações sociais pagas aos militares em RV e RC, nos meses de:

**Execução Orçamental
2011**

Transferências do MDN

(milhares de euro)

Meses	Montante
Fevereiro	4,4
Março	0,6
Junho	1,1
Julho	6,8
Agosto	2,0
Setembro	1,7
Outubro	3,8
Total	20,4

- 96,3 milhares de euro, que se referem à transferência do MDN para cobertura parcial da dívida do FAC (2004 a 2006) no que se refere aos benefícios pagos a ex-combatentes.
 - Relativamente aos meses de janeiro, abril e maio de 2011, não existe despesa executada pelo que não foi solicitado qualquer reembolso ao Ministério da Defesa Nacional.
 - No que respeita à despesa executada nos meses de novembro e dezembro de 2011, no valor de 9,5 e 13,8 milhares de euro, respetivamente, o reembolso por parte do Ministério da Defesa Nacional ocorreu durante o ano de 2012.
 - Encontra-se por regularizar a dívida transitada do ano de 2009 e relativa aos benefícios pagos aos antigos combatentes respeitante ao período 2004 – 2008, no montante de 30.689,9 milhares de euro.
- As transferências do Ministério das Finanças, a título de reembolso da despesa efetuada com pensões de desalojados das ex-colónias, ascendeu a 11.782,9 milhares de euros e referem-se ao reembolso de pensões pagas pelo CNP nos seguintes períodos:

**Execução Orçamental
2011**

Transferências da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(milhares de euro)

Período		Beneficiários		Total da transferência
Ano	Mês	Ex-colónias	CP Caminho-de-Ferro Benguela	
2010	Outubro	896,0	176,1	1.072,1
	Novembro	929,3	175,2	1.104,6
	Dezembro	1.811,1	344,2	2.155,3
2011	Janeiro a Março	2.668,9	604,5	3.273,5
	Abril a Maio	1.712,9	397,5	2.110,4
	Junho	842,6	198,2	1.040,8
	Agosto	829,0	197,2	1.026,2
Total		9.689,9	2.093,0	11.782,9

Relativamente às pensões pagas pelo CNP no mês de julho de 2011, no valor de 2.050,4 milhares de euro, o reembolso só foi efetuado no mês de janeiro do ano de 2012.

O quadro abaixo mostra a desagregação das transferências da Administração Central para financiamento do Subsistema de Proteção Familiar.

Execução Orçamental
2010-2011
Transferências da Administração Central
Subsistema de Proteção Familiar

(milhares de euro)

Rubricas	CSS 2010 (1)	Orçamento revisto 2011 (2)	Execução Orçamental da CSS/2011 (3)	Grau de Execução Orçamental em % (4)=(3)/(2)	Δ % do período homólogo (5)=(3-1)/1
Transferências do MSSS (Lei de Bases - Lei n.º 4/2007)	894.855,6	478.229,8	478.229,8	100,0%	-87,1%
Transferências do Ministério da Educação	0,0	40.000,0	21.669,3	54,2%	
Receitas fiscais consignadas (IVA social)	697.750,0	715.190,2	715.190,0	100,0%	2,5%
Transferências - CGA - Pensões Rádio Marconi	0,0	102,0	94,7	92,8%	
Total	1.592.605,6	1.233.522,0	1.215.183,7	98,5%	-23,7%

Para uma análise detalhada do quadro acima, esclarece-se que:

- As transferências do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ex-MTSS) para cobertura financeira das despesas do Subsistema de Proteção Familiar, no âmbito da Lei nº 4/2007, ascendem, em 2011, a 478.229,8 milhares de euro, o que representa um decréscimo de 87,1% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (894.855,6 milhares de euro).
- O Ministério da Educação transferiu 21.669,3 milhares de euro referente à comparticipação de bolsas do ensino secundário, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto.
- O IVA Social consignado à Segurança Social, no montante de 715.190,2 milhares de euro, regista um acréscimo de 2,5% quando comparada com igual período de 2010, a que correspondem 17.440,0 milhares de euro.
- O valor transferido pela Caixa Geral de Aposentações respeitante a encargos com os complementos de dependência dos beneficiários da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. ascende a 94,7 milhares de euro, de acordo com o Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro.

O quadro abaixo identifica as transferências da Administração Central para cobertura financeira das despesas do Subsistema de Ação Social.

Execução Orçamental
2010-2011
Transferências da Administração Central
Subsistema de Ação Social

(milhares de euro)

Rubricas	CSS 2010 (1)	Orçamento revisto 2011 (2)	Execução Orçamental da CSS/2011 (3)	Grau de Execução Orçamental em % (4)=(3)/(2)	Δ % do período homólogo (5)=(3-1)/1
Transferências do MSSS	1.494.734,8	1.339.631,0	1.339.631,0	100,0%	-10,4%
Transferências do Ministério da Educação	133.250,0	123.500,0	125.500,0	101,6%	-5,8%
Transferências de Serviços e Fundos Autónomos - Formação	7.468,2	3.523,6	4.966,6	141,0%	
Total	1.635.453,0	1.466.654,6	1.470.097,6	100,2%	-10,1%

Relativamente às transferências identificadas no quadro supra, importa saber que:

- A transferência do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social para financiamento nos termos da Lei 4/2007, de 16 de Janeiro, foi de 1.339.631,0 milhares de euro, o que representa um decréscimo de 10,4% relativamente ao período homólogo anterior (1.494.734,8 milhares de euro).

- A transferência do Ministério da Educação e da Ciência para fazer face à componente educativa do pré-escolar da rede social (IPSS's), que no exercício de 2011, atingiu 125.500,0 milhares de euro, evidenciando um grau de execução orçamental de 101,6% e um decréscimo de 5,8% em relação ao montante recebido em igual período do ano anterior, explicados pelo facto de, em 2010, aquele montante incluir 3.000,00 milhares de euro relativos a 2009 e 4.750,00 milhares de euro respeitante ao diferencial entre o valor da previsão da receita inscrita no OSS e a dotação de despesa aprovada para o GGFME no Programa de Expansão do Pré-escolar.

Relativamente ao valor orçamentado em 2011, importa referir que o montante aprovado pelo Gabinete de Gestão Financeira do referido Ministério, em novembro de 2011, foi de 125.500,0 milhares de euro, a que correspondeu uma transferência obtida de igual montante, embora a receita inscrita no Orçamento da Segurança Social fosse de 123.500,0 milhares de euro.

- As transferências dos Serviços e Fundos Autónomos para o Subsistema de Ação Social foram no montante de 4.966,6 milhares de euro e destinam-se ao cofinanciamento de programas de formação.

Relativamente às transferências para o Subsistema Previdencial – Repartição, o quadro seguinte identifica a origem das receitas.

Execução Orçamental
2010-2011
Transferências da Administração Central
Sistema Previdencial Repartição

(milhares de euro)

Rubricas	CSS 2010	Orçamento revisto 2011	Execução Orçamental da CSS/2011	Grau de Execução Orçamental em %	Δ % do período homólogo
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	(5)=(3-1)/1
Transferências correntes do MSSS -CPN	228.190,0	117.796,2	117.796,2	100,0%	-48,4%
Para financiamento do QREN	218.288,6	116.821,2	116.821,2	100,0%	-46,5%
Para financiamento dos QCA	9.901,4	975,0	975,0	100,0%	-90,2%
Transferências correntes do OE	196.236,4	260.729,9	260.729,9	100,0%	32,9%
Atualização Pensões	196.236,4				-100,0%
Receitas Cessantes		258.199,9	258.199,9	100,0%	
Compensação por cessação de contrato		2.530,0	2.530,0	100,0%	
Transferências de SFA's	0,0	17.359,0	16.716,2	96,3%	
Transferências - CGA - Pensões Rádio Marconi		16.751,0	16.246,4	97,0%	
Outras receitas - Autoridade p/ Condições Trabalho		608,0	469,8	77,3%	
Transferências de SFA's-participação comunitária em projectos cofinanciados	1.029,5	3.512,6	89,0	2,5%	
SAMA, ÚNICA E POPH		3.512,6	89,0	77,3%	
IEFP - POC's	1.029,5				
Total	425.455,9	399.397,7	395.331,3	99,0%	-7,1%

Para uma melhor compreensão do quadro supra, importa referir que:

- As transferências do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ex-MTSS) para financiamento da contrapartida pública nacional dos subsídios a ações de formação profissional cofinanciadas no âmbito do QCA III e do QREN, ascendem a 117.796,2 milhares de euro, correspondente ao valor orçamentado, mas inferior ao montante arrecadado em igual período de 2010 em 228.190,0 milhares de euro.
- As restantes transferências do Orçamento de Estado registadas no sistema em análise, nos termos da lei de bases da Segurança Social, destinam-se a:
 1. Cobrir parcelarmente as receitas cessantes, no montante de 258.199,9 milhares de euro, a que corresponde um grau de execução orçamental de 100%.

2. Compensação por cessação de contrato, no montante de 2.530,0 milhares de euro em 2011 e não apresentando valor em 2010.
- As transferências dos Serviços e Fundos Autónomos, que totalizam 16.716,2 milhares de euro, estão repartidas da seguinte forma:
 1. Do valor transferido pela Caixa Geral de Aposentações, de acordo com o Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, 16.246,4 milhares de euro destinam-se, ao reembolso das prestações pagas aos beneficiários da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A..
 2. Em outras receitas correntes está incluído o montante de 469,8 milhares de euro, provenientes da Autoridade para as Condições de Trabalho. O montante inscrito em Orçamento corrigido é de 608,0 milhares de euro.
 - A componente para participação comunitária em projetos cofinanciados, proveniente dos Serviços e Fundos Autónomos, destinada aos programas SAMA e ÚNICA ascende a 89,0 milhares de euro, a que corresponde um grau de execução orçamental de 98,9%.

3. Transferências de Instituições sem fins lucrativos

As transferências de Instituições sem fins lucrativos totalizam, em 2011, 163.619,7 milhares de euro, dos quais 163.599,7 milhares de euro respeitam a transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o restante (20,0 milhares de euro) refere-se a transferências recebidas pelo ISS do Fundo Social Europeu para ações de formação profissional no âmbito do projeto AECPEs – Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

A parcela das receitas dos jogos sociais, consignada à Segurança Social, regista uma evolução positiva até dezembro de 2011, face a igual período de 2010, sendo o valor recebido até ao período em questão de 163.599,7 milhares de euro e de 142.841,1 milhares de euro para o mesmo período de 2010, representando um acréscimo de 14,5% (ver quadro seguinte).

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Receitas dos Jogos Sociais
2010-2011

Transferências da SCML	2010	2011	Variação %
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)
Desenvolvimento de programas, medidas e projetos de apoio (Ação Social)	55.265,9	63.274,2	14,5%
Cobertura de despesas das ISS's na Ação Social	39.536,4	45.259,9	14,5%
Apoio a IPSS para Ação Social - (FSS)	11.903,4	13.643,8	14,6%
Prevenção, reabilitação e apoio a deficientes graves profundos	10.628,1	12.173,0	14,5%
Combate à pobreza e exclusão social	9.777,8	11.192,4	14,5%
Programas especiais de apoio a crianças carenciadas e em risco (Ser Criança)	7.227,1	8.292,8	14,7%
Projetos e ações de auxílio a idosos carenciados (PAII)	7.227,1	8.292,8	14,7%
Medidas e projetos de apoio à família e à criança (PAFAC)	1.275,4	1.470,9	15,3%
Total	142.841,1	163.599,7	14,5%

O quadro supra apresenta, de forma detalhada, os valores recebidos pelo IGSS até dezembro de cada um dos anos de 2011 e 2010, em subordinação à respetiva distribuição por alíneas, conforme artigo 3º do Decreto Lei n.º 56/2006, de 15 de março.

De referir ainda que o valor das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até dezembro de 2011 (163.599,7 milhares de euro) divide-se em duas parcelas: uma parte respeita a resultados de exploração dos jogos sociais de 2010, no montante de 23.398,7 milhares de euro e a outra parte é referente a receitas de jogos sociais do próprio ano de 2011, no montante de 140.201,0 milhares de euro.

4. Transferências do Resto do Mundo – União Europeia

- **Transferências do Fundo Social Europeu**

No ano de 2011 foram recebidos do Fundo Social Europeu 1.150.724,3 milhares de euro para cofinanciar ações de formação profissional, das quais 1.139.249,9 milhares de euro provêm do QREN e 11.474,4 milhares de euro do QCAIII, conforme quadro a seguir apresentado.

Análise comparativa das transferências do FSE 2010-2011

(milhares de euro)

Fundo	Execução Orçamental		Δ% do período homólogo (3)=[(2)-(1)]/(1)
	2010 (1)	2011 (2)	
QCA I	1.050,1	0,0	-100,0%
QCA III	2.865,4	11.474,4	300,5%
QREN Açores	30.400,2	31.604,21	4,0%
QREN Madeira	27.855,9	25.700,0	-7,7%
QREN POPH	836.281,3	1.070.308,0	28,0%
QREN POAT	11.795,5	11.637,7	-1,3%
QREN (Total Programas)	906.332,8	1.139.249,9	25,7%
Total	910.248,3	1.150.724,3	26,4%

A transferência proveniente do QCAIII sofreu um acréscimo de 300,5%, relativamente ao período homólogo de 2010, resultante do facto das transferências realizadas pela União Europeia no ano em análise englobarem o saldo final de três Programas Operacionais do QCAIII (PO Assistência Técnica, PO Administração Pública e Iniciativa Comunitária EQUAL).

No QREN regista-se uma variação de 25,7%, relativamente ao período homólogo de 2010, decorrente da execução dos programas integrantes daquele quadro, no decurso do ano de 2011.

R.07 - Venda de bens e serviços correntes

Da análise ao quadro seguinte, pode constatar-se que, no exercício de 2011, foram arrecadados 17.737,4 milhares de euro, os quais representam um desvio orçamental positivo de 4.320,8 milhares de euro, correspondente a um grau de execução orçamental de 132,2%.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada no Capítulo "Venda de bens e serviços correntes"

Capítulo	Grupo	Receitas	2011				Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental	
			Orçamento Revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cd rubrica no total da receita %	Peso relativo de cd rubrica no total da receita efetiva %		Exec.Orç.-OSS Revisto	
								Em valor absoluto	Em %
07		Venda de bens e serviços correntes	13.416,6	17.737,4	0,1	0,1	132,2	4.320,8	132,2
	01	Venda de bens	105,3	43,8	0,0	0,0	41,6	-61,5	-58,4
	02	Serviços	13.311,3	17.693,6	0,1	0,1	132,9	4.382,3	132,9
		Receita Total do Sistema	37.944.712,8	30.082.788,8	100,0		79,3	-7.861.924,0	-20,7
		Receita Efetiva do Sistema	24.060.965,2	23.542.592,5		100,0	97,8	-518.372,6	-2,2

O grupo "Venda de bens" regista no período de 2011 uma receita de 43,8 milhares de euro e o grupo "Serviços" evidencia-se como o mais representativo do total arrecadado neste capítulo, aproximadamente 99,8% deste, isto é, cerca de 17.693,6 milhares de euro.

O quadro seguinte mostra a evolução deste capítulo no quinquénio 2007-2011, sendo possível verificar a evolução positiva da "Venda de bens e serviços correntes", ao longo dos cinco anos, 59,4%, a que corresponde o valor de 6.613,0 milhares de euro, tendo a rubrica "Serviços" contribuído de forma mais significativa para esta evolução, especialmente no período 2008-2011.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Venda de bens e serviços correntes"

Capítulo	Grupo	Receitas	2007-2011					Evolução em %						
			2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10		Δ 11/07	
			Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%	%	%	Valor	%	Valor	%
07		Venda de bens e serviços correntes	11.124,3	8.507,3	8.856,5	15.281,1	17.737,4	-23,5	4,1	4,1	2.456,3	16,1	6.613,0	59,4
	01	Venda de bens	118,1	103,2	90,6	67,7	43,8	-12,6	12,2	12,2	-23,9	-35,3	-74,3	-62,9
	02	Serviços	11.006,2	8.404,1	8.765,9	15.213,4	17.693,6	-23,6	4,3	4,3	2.480,2	16,3	6.687,4	60,8
		Receita Total do Sistema	23.144.587,2	28.196.354,0	31.459.339,2	32.320.506,7	30.082.788,8	21,8	11,6	11,6	-2.237.718,0	-6,9	6.938.201,6	30,0
		Receita Efetiva do Sistema	20.314.053,8	21.649.912,2	22.849.150,6	23.857.400,2	23.542.592,5	6,6	5,5	5,5	-314.807,6	-1,3	3.228.538,7	15,9

Da análise à distribuição pelas Instituições da Segurança Social da receita arrecadada no capítulo "Venda de bens e serviços correntes" no período 2007-2011, refletida no quadro seguinte, pode concluir-se que:

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Venda de bens e serviços correntes", por Instituições da Segurança Social

Instituições da Segurança Social	2007		2008		2009		2010		2011		Evolução em %				
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10	Δ 11/07
IGFSS	105,1	0,9	273,1	3,2	245,0	2,8	185,2	1,2	175,4	1,0	159,8	-10,3	-24,4	-5,3	66,8
IGFCSS	21,6	0,2	20,1	0,2	31,4	0,4	32,8	0,2	43,6	0,2	56,6	4,6	17,656,5	26,846,8	
ISS	6.987,7	62,8	6.885,9	80,9	7.114,0	80,3	7.301,0	47,8	5.832,2	57,0	3,3	2,6	38,5	44,7	
RA's	1.267,0	11,4	1.305,8	15,3	1.438,2	16,2	1.487,4	9,7	1.552,9	8,8	3,1	10,1	3,4	4,4	22,6
Cx's e Outras ISS's	2.742,9	24,7	22,5	0,3	27,9	0,3	6.274,6	41,1	10.133,4	0,4	-99,2	24,0	22.356,0	-99,0	-97,6
Total	11.124,3	100,0	8.507,3	100,0	8.856,5	100,0	15.281,1	100,0	17.737,4	100,0	-23,5	4,1	72,5	16,1	59,4

- O ISS contribui com 57,0%, ou seja, 5.832,2 milhares de euro, para o capítulo em análise. Aqui estão incluídas as comparticipações dos utentes que utilizam os estabelecimentos integrados e famílias de acolhimento;
- O valor da “Venda de bens e serviços correntes” no IGFSS (175,4 milhares de euro) inclui os reembolsos obtidos de prestações pagas aos representantes legais dos menores no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos a Menores, num total de 140,5 milhares de euro, e a comissão de gestão da titularização que, em 2011, atinge o montante de 34,9 milhares de euro;
- Relativamente às Caixas e outras ISS's, destaca-se o Fundo de Garantia Salarial, com uma receita de 10.112,0 milhares de euro, o que corresponde a 57,0% do total da “Venda de bens e serviços correntes”. Este montante resulta da recuperação de créditos provenientes de planos prestacionais e valores transferidos do produto da massa falida, relativos a duzentas empresas de que o FGS é credor.

Relativamente ao valor recuperado no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos a Menores, refira-se que o mesmo regista um decréscimo de 44,8 milhares de euro, isto é, 24,2% face ao montante obtido em igual período de 2010.

▪ R.08 - Outras receitas correntes

Como se constata no quadro seguinte, o capítulo referente às “Outras receitas correntes” regista, no exercício de 2011, o total de 12.786,7 milhares de euros, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 250,3%, ou seja, cerca de 7.678,5 milhares de euro acima do valor de 5.108,2 milhares de euro previsto em sede de orçamento revisto.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada no Capítulo "Outras receitas correntes"

Capítulo	Grupo	Receitas	2011				Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental	
			Orçamento Revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cd rubrica no total da receita %	Peso relativo de cd rubrica no total da receita efetiva %		Exec.Orç.-OSS Revisto	
								Em valor absoluto	Em %
08		Outras Receitas Correntes	5.108,2	12.786,7	0,0	0,1	250,3	7.678,5	150,3
	01	Outras	5.108,2	12.786,7	0,0	0,1	250,3	7.678,5	150,3
Receita Total do Sistema			37.944.712,8	30.082.788,8	100,0			-7.861.924,0	-20,7
Receita Efetiva do Sistema			24.060.965,2	23.542.592,5		100,0		-518.372,6	-2,2

(Milhares de euro)

No quinquénio 2011/2007, assiste-se a um decréscimo da receita arrecadada neste capítulo de 4.552,0 milhares de euro, valor este que reflete uma variação negativa de 26,3%.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Outras receitas correntes"

Capítulo	Grupo	Receitas	2007-2011					Δ 08/07				Δ 09/08				Δ 10/09				Δ 11/10				Δ 11/07			
			2007	2008	2009	2010	2011	%	%	%	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
			08		Outras Receitas Correntes	17.338,8	23.967,6	21.993,9	10.970,8	12.786,7	38,2	-8,2	-8,2	1.815,9	16,6	-4.552,0	-26,3										
	01	Outras	17.338,8	23.967,6	21.993,9	10.970,8	12.786,7	38,2	-8,2	-8,2	1.815,9	16,6	-4.552,0	-26,3													
Receita Total do Sistema			23.144.587,2	28.196.354,0	31.459.339,2	32.320.506,7	30.082.788,8	21,8	11,6	11,6	-2.237.718,0	-6,9	6.938.201,6	30,0													
Receita Efetiva do Sistema			20.314.053,8	21.649.912,2	22.849.150,6	23.857.400,2	23.542.592,5	6,6	5,5	5,5	-314.807,6	-1,3	3.228.538,7	15,9													

(milhares de euro)

O quadro seguinte desagrega a receita arrecadada neste capítulo no período de 2007-2011 pelas Instituições de Segurança Social.

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da receita arrecadada no Capítulo "Outras receitas correntes", por Instituições da Segurança Social

Instituições da Segurança Social	2007		2008		2009		2010		2011		Evolução em %				
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10	Δ 11/07
IGFSS	7.108,6	41,0	6.014,1	25,1	3.700,1	16,8	5.398,3	49,2	8.364,5	65,4	-15,4	-38,5	45,9	54,9	17,7
ISS,IP	9.018,7	52,0	13.467,7	56,2	11.962,9	54,4	5.451,6	49,7	4.033,4	31,5	49,3	-11,2	-54,4	-26,0	-55,3
RA's	1.029,4	5,9	270,9	1,1	371,7	1,7	117,4	1,1	351,6	2,7	-73,7	37,2	-68,4	199,6	-65,8
Cx's e Outras ISS's	182,0	1,0	4.214,9	17,6	5.959,3	27,1	3,6	0,0	37,3	0,3	2.215,4	41,4	-99,9	936,2	-79,5
Total	17.338,8	100,0	23.967,6	100,0	21.993,9	100,0	10.970,8	100,0	12.786,7	100,0	38,2	-8,2	-50,1	16,6	-26,3

Da análise do quadro supra conclui-se que:

- O IGFSS detém 65,4% do valor total deste capítulo, registando 8.364,5 milhares de euro, um aumento de 54,9% relativamente ao valor registado no ano anterior. Este acréscimo deve-se à alteração definida para a contabilização do ressarcimento de custas e outros encargos de SEF que, em anos anteriores, estava associado à económica R.15 – “Reposições não abatidas nos pagamentos”.
- O ISS, que detém 31,5% do valor total deste capítulo, regista 4.033,4 milhares de euro, apresentando uma variação negativa relativamente ao período homólogo anterior, de 26,0% e no quinquénio 2007-2011, de 55,3%. As rubricas que contribuíram para o montante registado pelo ISS referem-se maioritariamente (cerca de 82% do total do capítulo) a prestações prescritas de:

Execução Orçamental
2011
Decomposição por natureza da receita arrecadada no Capítulo
"Outras receitas correntes"
ISS,IP

(milhares de euro)

Designação da prestação	Montante	Peso relativo de cd rubrica no total da receita
Pensões	2.959,7	89,1%
Subsídio de desemprego	159,0	4,8%
Deficiência	127,7	3,8%
Abono família a crianças e jovens	49,9	1,5%
Maternidade e paternidade	4,3	0,1%
Complementos soc	6,9	0,2%
Rend.social inse	4,1	0,1%
Doença.	4,3	0,1%
Outras	7,0	0,2%
Total	3.322,9	100,0%

O restante respeita a reembolso de vencimentos, rendas, espólios, indemnizações, dívidas de fornecedores, entre outros.

De salientar que, em sede de consolidação e com o intuito de fazer face à orientação normativa da DGO referente aos registos orçamentais e contabilísticos da contribuição extraordinária de solidariedade, foram transferidas para a económica R.03.01.02.01 – “Contribuições para a Segurança Social, CGD e ADSE - Sistema Previdencial”, o montante de 1.785,3 milhares de euro.

Receitas de Capital

A comparação entre as “Receitas de Capital” cobradas, no montante de 5.454.381,6 milhares de euro, e a previsão final aprovada, 12.833.664,3 milhares de euro, permite concluir que aquelas foram inferiores a esta em 7.379.282,8 milhares de euro, cujo resultado está refletido num grau de execução global de 42,5%.

No cômputo das “Receitas de Capital”, a receita obtida em “Ativos Financeiros”, no valor 5.447.667,6 milhares de euro (18,1% do total das receitas do sistema), apresenta um desvio orçamental de 7.343.551,4 milhares de euro, ou seja, um grau de execução orçamental de 42,6%.

A “Venda de bens de investimento” apresenta um desvio orçamental de (-) 31.076,8 milhares de euro, com um grau de execução orçamental de 11,2%, registando, relativamente a 2010, um decréscimo de 0,8%.

As “Transferências de Capital” apresentam um desvio orçamental de (-) 4.650,5 milhares de euro, registando um grau de execução orçamental de 37,5%.

O gráfico seguinte mostra a evolução deste capítulo no período de 2007-2011, sendo notório o decréscimo ocorrido neste capítulo, no ano em análise.



▪ R.09 - Vendas de bens de investimento

Este capítulo regista o produto da alienação de bens de investimento e apenas apresenta valor no IGFSS, gerando no ano de 2011 uma receita de 3.924,3 milhares de euro, enquanto que no período homólogo de 2010 registou o valor de 23.768,9 milhares de euro.

Esta variação deve-se ao facto de, no primeiro semestre de 2010, o IGFSS ter realizado uma venda extraordinária à ESTAMO, composta por uma carteira de imóveis, cujos valores totalizaram cerca de 20.000,0 milhares de euro.

A necessidade de autorização prévia por parte do Ministério das Finanças, para aquisição dos serviços de publicidade dos anúncios do concurso de venda, provocou um atraso no procedimento, reduzindo o previsto, cerca de 12.000,0 milhares de euro, para o valor executado, obtido por vendas de habitação social e outras de renda livre que estavam em curso desde 2010.

▪ R.10 - Transferências de capital

Da análise ao quadro seguinte constata-se que, em 2011, as “Transferências de capital” ascendem a 2.789,6 milhares de euro, originando um desvio orçamental de (-) 62,5%, ou seja, cerca de (-) 4.650,5 milhares de euro, em termos absolutos.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da receita arrecadada no Capítulo "Transferências de capital"

(milhares de euro)

Capítulo	Grupo	Receitas	2011				Grau de Execução Orçamental em %	Desvio Orçamental	
			Orçamento Revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cd rubrica no total da receita %	Peso relativo de cd rubrica no total da receita efetiva %		Exec.Orç.-OSS Revisto	
								Em valor absoluto	Em %
10		Transferências de capital	7.440,1	2.789,6	0,0	0,0	37,5	-4.650,5	-62,5
	03	Administração Central	7.335,9	2.702,3	0,0	0,0	36,8	-4.633,7	-63,2
	09	Resto do Mundo	104,1	87,3	0,0	0,0	83,9	-16,8	-16,1
		Receita Total do Sistema	37.944.712,8	30.082.788,8	100,0		79,3	-7.861.924,0	-20,7
		Receita Efetiva do Sistema	24.060.965,2	23.542.592,5		100,0	97,8	-518.372,6	-2,2

Relativamente aos grupos que compõem este capítulo, observa-se que, o grupo “Administração Central” apresentou um grau de execução orçamental de 36,8%, enquanto que o grupo “Resto do Mundo” de 83,9%.

Neste Capítulo incluem-se as transferências de capital provenientes do OE - Capítulo 50º e da União Europeia – FEDER – para financiamento dos investimentos em equipamentos sociais e, ainda, transferências de capital provenientes da União Europeia para cofinanciamento de projetos na área de Ação Social da Região Autónoma dos Açores no âmbito do INTERREG.

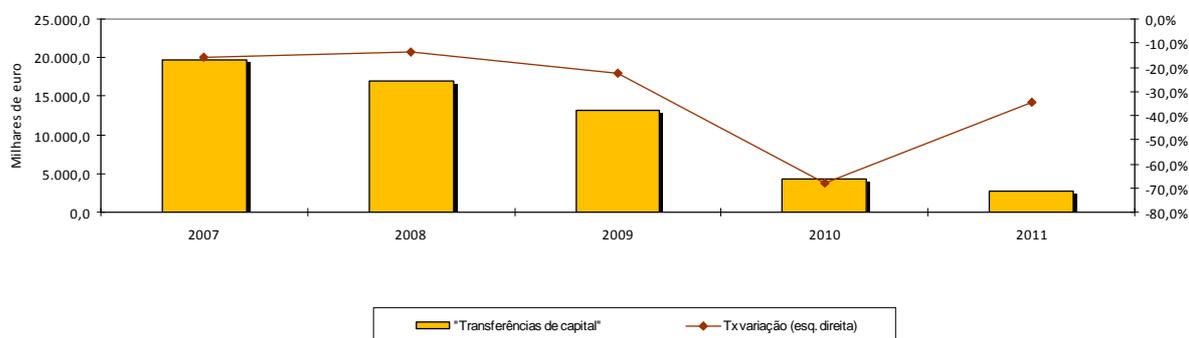
Assim, na receita em análise estão incluídas:

- Transferências de capital da Administração Central (PIDDAC-OE) no montante de 2.702,3 milhares de euro, obtidas pelo IGFSS, refletindo um desvio orçamental de (-) 63,2% a que corresponde o valor de (-) 4.633,7 milhares de euro, face ao valor do orçamento revisto.
- Transferências de capital do Resto do Mundo, no montante de 87,3 milhares de euro, obtidas pela Região Autónoma dos Açores, refletindo uma evolução negativa de 98,6% face a igual período homólogo de 2010, referente ao INTERREG.

Da análise à receita arrecadada no quinquénio 2007-2011 (ver gráfico seguinte), observa-se que no cômputo global, este capítulo registou um decréscimo de 85,9%, correspondendo em termos absolutos a uma variação negativa de 16.944,5 milhares de euro.

Em 2011 e relativamente ao período homólogo de 2010, a evolução foi de (-) 34,5%, correspondente em valor a (-) 1.467,0 milhares de euro.

Sistema de Segurança Social
Evolução do Capítulo "Transferências de capital"
2007-2011



▪ R.11 - Ativos financeiros

No exercício em análise, as receitas provenientes de “Ativos financeiros” ascendem a 5.447.667,6 milhares de euro, encontrando-se registadas na sua totalidade no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (para uma análise mais detalhada *vide* capítulo XII – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social).

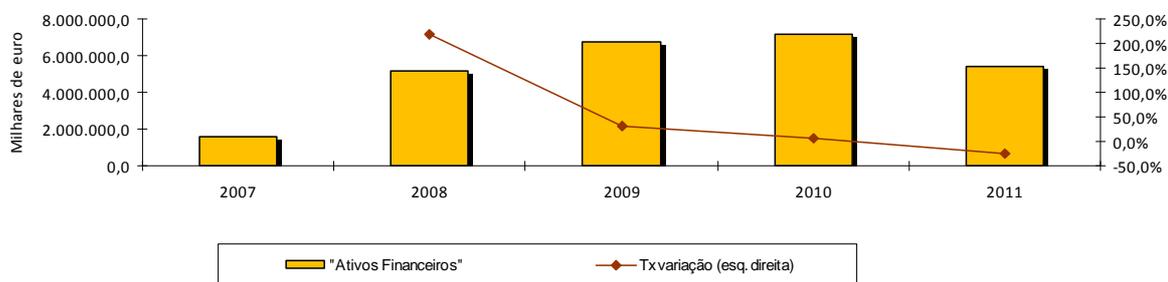
A comparação da execução orçamental deste capítulo com o orçamento revisto, evidenciada no início do capítulo V.2. – “Receitas por Classificação Económica – Sistema de Segurança Social”, permite concluir que o grau de execução orçamental foi de 42,6%, registando um desvio orçamental de (-) 57,4%, ou seja, (-) 7.343.551,4 milhares de euro.

No cômputo das receitas de capital, o capítulo referente a “Ativos financeiros” foi o que mais se destacou, tanto em termos de receita cobrada como em grau de execução orçamental.

No exercício de 2011 regista-se um ligeiro decréscimo das receitas de “Ativos financeiros” em cerca de 24,4% relativamente ao valor obtido no período homólogo de 2010.

Em termos de evolução quinquenal, o registo é altamente positivo até 2010, quebrando o ciclo de crescimento no exercício em análise. O gráfico seguinte evidencia esta evolução.

Sistema de Segurança Social
Evolução do Capítulo "Ativos financeiros"
2007-2011



Outras Receitas de Capital

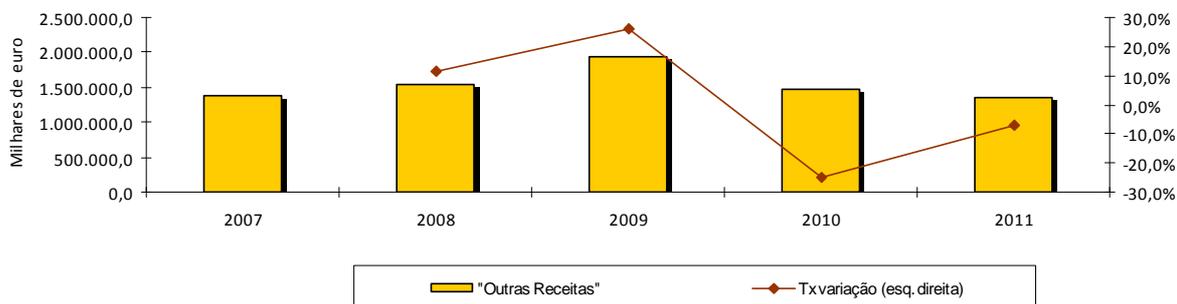
A comparação entre a execução orçamental de "Outras Receitas" e a previsão final aprovada, permite concluir que no capítulo "Reposições não abatidas nos pagamentos" a receita arrecadada foi superior à previsão orçamental aprovada em 38.210,7 milhares de euro, evidenciando um grau de execução global de 116,6%.

O capítulo "Saldo da gerência anterior" com 100% de execução orçamental manteve o comportamento registado em anos anteriores.

No biénio 2010/2011, regista-se um decréscimo global da receita arrecadada no agregado "Outras Receitas", de 101.766,2 milhares de euro, correspondente a (-) 7,0%.

Avaliando a performance desta receita no quinquénio 2011/2007 (ver gráfico seguinte), constata-se que a receita cobrada em 2011 apresenta montantes muito idênticos ao do período homólogo anterior, sendo a taxa de variação destes dois períodos de 0,1%.

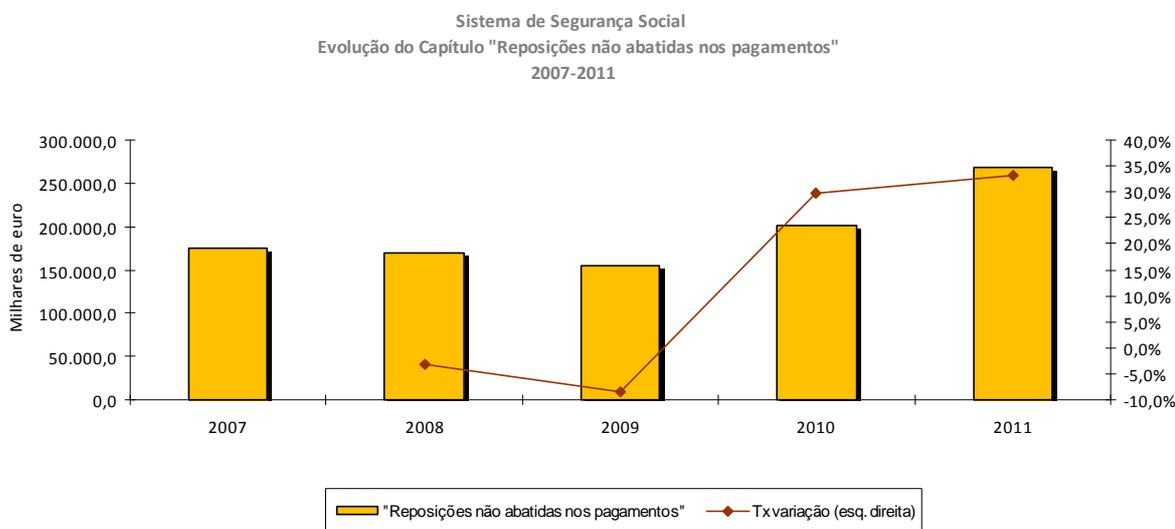
Sistema de Segurança Social
Evolução do Agregado "Outras receitas"
2007-2011



▪ R.15 - Reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP's)

No exercício de 2011, foram registados 267.805,5 milhares de euro, os quais representam um desvio orçamental positivo de 38.210,7 milhares de euro, ou seja, 16,6%, e um grau de execução orçamental de 116,6%, face à respetiva previsão anual corrigida de 229.594,9 milhares de euro.

No que respeita à evolução observada neste capítulo, no quinquénio 2007/2011, verifica-se um acréscimo de 53,1%, correspondendo a 92.858,3 milhares de euro. Até ao ano de 2010 a receita cobrada deste capítulo apresentava uma variação homóloga negativa, mas a partir daquele ano, com a introdução dos novos sistemas de informação que permitem uma melhor identificação destas receitas, a contabilização automática das mesmas e a introdução de novos canais de pagamento (multibanco, pagamento de serviços e DGITA) a receita arrecadada em RNAP's beneficiou de um acréscimo significativo conforme se pode observar no gráfico seguinte.



Da distribuição desta receita por Instituições de Segurança Social e por natureza, *vide* quadro seguinte, pode constatar-se que, no ano de 2011, são o ISS e o IGFSS, as Instituições que mais contribuem para aquele valor com 178.435,4 milhares de euros (66,6%) e 82.486,1 milhares de euros (30,8%) respetivamente.

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição por Instituição e natureza da receita arrecadada no Capítulo "Reposições não abatidas nos pagamentos"

RNAP'S	Execução Orçamental 2011										Total	Peso relativo/rúbrica
	ISS	IGFSS	Instituto de Informática	Caixa dos Bancários	Caixa dos Cimentos	Caixa dos Jornalistas	Caixa dos TLP	RAM	Fundo Garantia Salarial	RAA		
Pensões	10.270,6									2,3	10.272,9	3,8
Rendimento Social de Inserção (ex-RMG)	5.457,4							353,8		95,0	5.906,2	2,2
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	31.221,5			47,7		10,2		357,8		179,5	31.816,8	11,9
Subsídio por doença	16.946,8						1,6	56,8		13,9	17.019,1	6,4
Subsídio de maternidade	586,5							20,5		5,2	612,3	0,2
Subsídio de paternidade	14,2							1,2			15,5	0,0
Outras prestações	83.235,4	151,4		21,0	1,7	33,3	8,2	2.229,1		2.387,9	88.067,9	32,9
Complementos sociais	1.707,7							3,7		14,9	1.726,4	0,6
Ação Social	10.177,7							108,7		20,6	10.307,0	3,8
Administração+Ações de formação profissional		7.297,8									7.297,8	2,7
Contribuintes		9,5						0,5		0,2	10,2	0,0
Vencimentos	160,0	30,3	0,3				1,2	4,1		2,1	198,2	0,1
Outros	18.657,4	74.997,1	7,1	10,0		4,1	4,3	424,5	171,3	279,4	94.555,2	35,3
Total das Instituições	178.435,4	82.486,1	7,4	78,7	1,7	47,7	15,3	3.560,8	171,3	3.001,1	267.805,5	100,0
Peso relativo de cada Instituição (%)	66,6	30,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,1	1,1	100,0	

No ISS as reposições não abatidas nos pagamentos resultam do aumento das notas de reposição sobre beneficiários cobradas em 2011 e da recuperação de débitos emitidos no ano anterior referentes a diversas prestações sociais.

No IGFSS as RNAP's respeitam, essencialmente à recuperação de valores pagos indevidamente em ações de formação profissional do FSE, no montante de 5.541,8 milhares de euro, à Componente Pública Nacional de ações de formação, 1.756,0 milhares de euro, e à devolução de saldos de gerência do ano anterior por parte de alguns organismos financiados pelo IGFSS (vide quadro abaixo). O valor executado em 2011 é significativamente superior ao obtido em 2010 (36.068,1 milhares de euro), em virtude do disposto no n.º4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º29-A/2011 de 1 de março, o qual estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011:

“... sempre que os saldos resultem de receitas provenientes do orçamento da Segurança Social, que não tenham tido origem em receitas gerais do Estado, os mesmos devem ser entregues, nos termos referidos, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP”.

Execução Orçamental
2011
Saldos de gerência do IGFSS,IP

Rubricas	Montante
Agência Nacional para a Qualificação	1.812,5
Autoridade para as Condições de Trabalho	3.718,2
Direção Geral da Segurança Social	49,0
Gabinete de Estratégia e Planeamento	79,3
Insp.Geral Ministério da Solidariedade Seg. Social	0,1
Instituto de Emprego e Formação Profissional	65.124,7
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	2.722,9
Instituto Nacional para a Reabilitação	820,1
Secretaria Geral Ministério da Solidariedade Seg Social	264,2
Total	74.591,0

Da decomposição da receita cobrada em RNAP's, pode ainda observar-se que:

- 31.816,8 milhares de euro, isto é, 11,9% da receita total referem-se a prestações de desemprego, dos quais 357,8 milhares de euro são cobrados pela RAM, 179,5 milhares de euro pela RAA, e 31.221,5 milhares de euro registados pelo ISS, com o peso relativo de 98,1% da receita desta rubrica;
- A segunda receita mais expressiva em RNAP's diz respeito a “Outras prestações”, atingindo o montante de 88.067,9 milhares de euro, representando 32,9% da receita total, assumindo-se o ISS como a instituição predominante na arrecadação desta natureza de receita com 83.235,4 milhares de euro;
- Da receita de RNAP's arrecadada, está associado à Ação Social o montante de 10.307,0 milhares de euro dos quais 98,7% reportam ao ISS, cujo montante se cifrou em 10.177,7 milhares de euro, sendo o restante valor repartido pelas Regiões Autónomas, ou seja, 108,7 milhares de euro na RAM e 20,6 milhares de euro na RAA;
- 7.297,8 milhares de euro, representando 2,7% da receita em análise, referem-se a RNAP's de administração e de ações de formação profissional cofinanciadas pelo FSE, integralmente cobradas pelo IGFSS;

• Por fim, as RNAP's classificadas em "Outros" assumem o peso relativo maioritário, com 35,3% da receita, totalizando 94.555,2 milhares de euro. O IGFSS é a Instituição responsável por 79,3% da receita cobrada (74.997,1 milhares de euro), seguindo-se o ISS com 19,7%, ou seja, 18.657,4 milhares de euro, sendo o restante (1,0%) repartido pelas restantes Instituições que integram a Conta da Segurança Social.

• R.16 - Saldo da gerência anterior – Saldos Orçamentais

No exercício de 2011, está registado na rubrica "Saldo da gerência anterior" o montante de 1.092.528,6 milhares de euro, valor correspondente ao saldo orçamental do ano anterior com aplicação em despesa.

No valor do saldo orçamental transitado de 2010 e aprovado para integração em 2011, estão incluídos 737.697,5 milhares de euro constantes no OSS inicial que, conjuntamente com os restantes saldos, totalizam 1.092.528,6 milhares de euro, correspondentes aos montantes aprovados até dezembro de 2011 (*vide* quadro seguinte) para integração no OSS do ano em análise.

Saldo da Gerência Anterior - Saldo Orçamental
Com aplicação em despesa
2011

Sistema	Saldo Inicial	1ª Integração de	2ª Integração de	3ª Integração de	4ª Integração de	5ª Integração de	6ª Integração de	7ª Integração de	8ª Integração de	9ª Integração de	10ª Integração de	Saldo Final
		Saldos Despacho SESS 04-04-2011	Saldos Despacho SESS 13-05-2011	Saldos Despacho SESS 27-05-2011	Saldos Despacho SESS 31-08-2011	Saldos Despacho SESS 27-09-2011	Saldos Despacho SESS 10-11-2011	Saldos Despacho SESS 05-12-2011	Saldos Despacho SESS 15-12-2011	Saldos Despacho SESS 21-12-2011	Saldos Despacho SESS 29-12-2011	
Sistema de Proteção Social de Cidadania	86.063,5	0,0	4.166,3	3.847,4	0,0	280,0	0,0	17.630,0	10.000,0	1.960,0	0,0	123.947,3
Subsistema Solidariedade	0,0											0,0
Subsistema Proteção Familiar	0,0											0,0
Subsistema Ação Social	86.063,5		4.166,3	3.847,4		280,0		17.630,0	10.000,0	1.960,0		123.947,3
Sistema Previdencial	651.634,0	3.400,0	0,0	0,0	19.607,7	0,0	293.602,6	0,0	0,0	0,0	337,1	968.581,3
Subsistema Repartição	161.349,2	3.400,0			19.607,7		293.602,6				337,1	478.296,5
Subsistema Capitalização	490.284,8											490.284,8
Total	737.697,5	3.400,0	4.166,3	3.847,4	19.607,7	280,0	293.602,6	17.630,0	10.000,0	1.960,0	337,1	1.092.528,6

Comparativamente com o ano de 2010, observa-se no quadro seguinte a distribuição dos saldos com aplicação em despesa por subsistema/Sistema:

Saldo da Gerência Anterior - Saldo Orçamental
Distribuição dos saldos do ano anterior por subsistema c/ aplicação em despesa
Análise evolutiva 2010/2011

Sistema	2010		2011		Δ 11/10
	janeiro a dezembro	Peso relativo no total	janeiro a dezembro	Peso relativo no total	%
Proteção Social Cidadania:	59.993,7	4,8%	123.947,3	11,3%	106,6%
Subsistema Solidariedade	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Subsistema Proteção Familiar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Subsistema Ação Social	59.993,7	4,8%	123.947,3	11,3%	106,6%
Sistema Previdencial:	1.201.085,7	95,2%	968.581,3	88,7%	-19,4%
Sistema Previdencial - Repartição	508.043,0	40,3%	478.296,5	43,8%	-5,9%
Sistema Previdencial - Capitalização	693.042,7	55,0%	490.284,8	44,9%	-29,3%
TOTAL	1.261.079,4	100,0%	1.092.528,6	100,0%	-13,4%

Ainda relativamente ao saldo aprovado em 2011 para aplicação em despesa há a referir que:

- No Subsistema de Ação Social foi integrado um total de 123.947,3 milhares de euro referentes a jogos sociais;
- No Sistema Previdencial – Repartição, foram integrados 478.296,5 milhares de euro, dos quais:
 - ♦ 293.007,7 milhares de euro a transferir para reforço da Capitalização Pública de Estabilização, referente à parte do saldo do Sistema Previdencial – Repartição apurado em 2010;
 - ♦ 181.551,8 milhares de euros relativos a AFP’S em que:
 - ✓ 70.252,7 milhares de euro correspondentes AFP/FSE
 - ✓ 111.299,1 milhares de euro no âmbito das AFP/ Componente Pública Nacional.
 - ♦ 3.400,00 milhares de euro relativos a saldo orçamental registado no FESS – Profissionais da Banca dos Casinos;
 - ♦ 337,1 milhares de euro como produto de alienação de imóveis em 2009 a transferir para reforço da Capitalização Pública de Estabilização.
- No Sistema Previdencial – Capitalização foi integrado um saldo total de 490.284,8 milhares de euro aplicado exclusivamente em “Ativos financeiros”.

V.3 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E ECONÓMICA - SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL (MAPA XII)

V.3.1-Despesa por classificação funcional

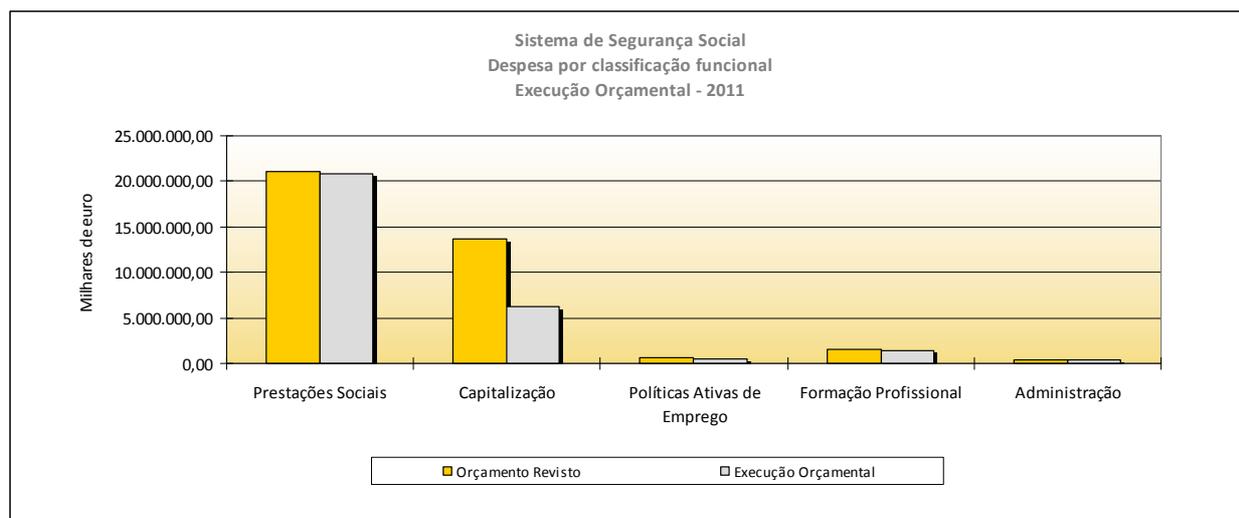
Segundo o critério da decomposição da despesa total do Sistema de Segurança Social por classificação funcional (de acordo com a Lei do Enquadramento Orçamental), apresenta-se o seguinte quadro e gráfico:

Conta da Segurança Social 2011
Execução Orçamental 2011
Mapa XI
Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional

(milhares de euro)

	OSS Revisto 2011	CSS 2011	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	Desvio Orçamental		Grau de execução (%)
				Em valor absoluto	Em %	
Segurança Social	34.733.039,9	27.075.728,9	92,2%	-7.657.311,1	-22,0%	78,0%
Prestações Sociais	21.052.718,4	20.822.006,7	70,9%	-230.711,7	-1,1%	98,9%
Capitalização	13.680.321,5	6.253.722,1	21,3%	-7.426.599,4	-54,3%	45,7%
Formação Profissional e Polit. Activ. Emprego	2.188.595,6	1.931.261,3	6,6%	-257.334,4	-11,8%	88,2%
Políticas Ativas de Emprego	593.403,4	545.470,2	1,9%	-47.933,2	-8,1%	91,9%
Formação Profissional	1.595.192,2	1.385.791,0	4,7%	-209.401,2	-13,1%	86,9%
Administração	413.715,6	349.877,3	1,2%	-63.838,2	-15,4%	84,6%
TOTAL	37.335.351,1	29.356.867,5	100,0%	-7.978.483,7	-21,4%	78,6%

O grau de execução orçamental da despesa da Segurança Social no ano económico de 2011 reflete uma taxa de 78,6%. Destaca-se aqui a despesa com prestações sociais onde a taxa de execução alcançou os 98,9%.



O quadro seguinte retrata a evolução observada nas despesas da Segurança Social pelo critério da “Classificação Funcional” no quinquénio de 2007/2011:

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Conta da Segurança Social 2011

Execução Orçamental 2011

Mapa XI

Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional

	CSS 2007	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	CSS 2008	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	CSS 2009	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	CSS 2010	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	CSS 2011	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	A 08/07	A 09/08	A 10/09	A 011/10		A 11/07	
	Valor	%	%	%	%	Valor	%	Valor	%								
Segurança Social	19.834.513,8	92,1%	25.137.518,9	93,8%	27.377.306,0	92,6%	28.866.908,3	92,8%	27.075.728,9	92,2%	26,7%	8,9%	5,4%	-1.791.179,4	-6,2%	7.241.215,1	36,5%
Prestações Sociais	17.443.916,0	81,0%	18.474.814,6	68,9%	20.157.599,4	68,2%	20.941.198,1	67,3%	20.822.006,7	70,9%	5,9%	9,1%	3,9%	-119.191,3	-0,6%	3.378.090,7	19,4%
Capitalização	2.390.597,8	11,1%	6.662.704,3	24,9%	7.219.706,7	24,4%	7.925.710,2	25,5%	6.253.722,1	21,3%	178,7%	8,4%	9,8%	-1.671.988,1	-21,1%	3.863.124,4	161,6%
Formação Profissional e Polít. Activ. Emprego	1.279.504,5	5,9%	1.234.669,8	4,6%	1.787.523,8	6,0%	1.833.917,6	5,9%	1.931.261,3	6,6%	-3,5%	44,8%	2,6%	97.343,7	5,3%	651.756,8	50,9%
Políticas Ativas de Emprego	581.057,0	2,7%	650.620,6	2,4%	689.856,2	2,3%	628.284,7	2,0%	545.470,2	1,9%	12,0%	6,0%	-8,9%	-82.814,4	-13,2%	-35.586,7	-6,1%
Formação Profissional	698.447,5	3,2%	584.049,2	2,2%	1.097.667,6	3,7%	1.205.632,9	3,9%	1.385.791,0	4,7%	-16,4%	87,9%	9,8%	180.158,1	14,9%	687.343,5	98,4%
Administração	418.848,5	1,9%	428.990,0	1,6%	412.547,0	1,4%	393.071,7	1,3%	349.877,3	1,2%	2,4%	-3,8%	-4,7%	-43.194,3	-11,0%	-68.971,2	-16,5%
TOTAL	21.532.866,8	100,0%	26.801.178,7	100,0%	29.577.376,8	100,0%	31.093.897,6	100,0%	29.356.867,5	100,0%	24,5%	10,4%	5,1%	-1.737.030,1	-5,6%	7.824.000,6	36,3%

- Em 2011, observa-se, face a 2007 um incremento na despesa na ordem dos 7.824.000,6 milhares de euro, que se traduz numa variação percentual de 36,3%. O incremento de 3.378.090,7 milhares de euro na rubrica de “Prestações sociais” e 3.863.124,4 milhares de euro na rubrica de “Capitalização” justificam de forma expressiva a variação percentual alcançada no quinquénio.

- Entre 2007 e 2011, apenas a despesa funcional com as rubricas “Administração” e “Políticas ativas de emprego” registam um decréscimo em termos absolutos de (-) 68.971,2 milhares de euro e (-) 35.586,7 milhares de euro.

V.3.2 – Despesas por classificação económica

Neste capítulo do relatório analisa-se a execução orçamental da despesa da Segurança Social no ano de 2011 demonstrada pelo Mapa XII, anexo ao presente relatório, e que sinteticamente se apresenta decomposto da seguinte forma:

Execução Orçamental
2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição da despesa paga por grandes agrupamentos de classificação económica
(milhares de euro)

Agrupamento	Despesa	2011				Grau de execução orçamental em %	Desvio Orçamental	
		Orçamento Revisto	Execução Orçamental	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa %	Peso relativo de cd rubrica no total da despesa efetiva %		Exec. Orç.-OSS Revisto	
							Em valor absoluto	Em %
	Despesas Correntes	23.544.813,4	23.037.400,5	78,5	99,7	97,8	-507.412,9	-2,2
01	Despesas com o pessoal	342.806,0	302.036,2	1,0	1,3	88,1	-40.769,8	-11,9
02	Aquisição de bens e serviços	117.624,7	97.538,0	0,3	0,4	82,9	-20.086,7	-17,1
03	Juros e outros encargos	6.573,5	2.391,1	0,0	0,0	36,4	-4.182,4	-63,6
04	Transferências correntes	22.307.814,7	21.893.761,5	74,6	94,8	98,1	-414.053,2	-1,9
05	Subsídios	757.951,3	732.861,8	2,5	3,2	96,7	-25.089,5	-3,3
06	Outras despesas correntes	12.043,2	8.812,0	0,0	0,0	73,2	-3.231,2	-26,8
	Despesas Capital	13.790.537,7	6.319.467,0	21,5	27,4	45,8	-7.471.070,8	-54,2
07	Aquisição de bens de capital	47.953,7	23.853,0	0,1	0,1	49,7	-24.100,6	-50,3
08	Transferências de capital	63.069,5	41.905,4	0,1	0,2	66,4	-21.164,1	-33,6
09	Ativos financeiros	13.679.514,5	6.253.708,5	21,3		45,7	-7.425.806,0	-54,3
10	Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0			0,0	
	Despesa Total do Sistema	37.335.351,1	29.356.867,5	100,0		78,6	-7.978.483,7	-21,4
	Despesa Efetiva do Sistema	23.655.836,6	23.103.159,0		100,0	97,7	-552.677,6	-2,3

As despesas totais pagas no ano económico de 2011 atingem 29.356.867,5 milhares de euro, refletindo um grau de execução orçamental de 78,6%, revelando um desvio orçamental de (-) 7.978.483,7 milhares de euro face ao montante orçamentado, desvio este explicado em grande parte pelos “Ativos financeiros”, cerca de 7.425.806,0 milhares de euro (-54,3% que a dotação inscrita no orçamento revisto). A despesa efetiva reflete, contudo, um grau de execução orçamental de 97,7%.

Em 2011, do total dos recursos consumidos pelo Sistema da Segurança Social, 78,5%, ou seja, 23.037.400,5 milhares de euro respeitam a “Despesas Correntes” que revelam uma taxa de execução orçamental de 97,8%, enquanto os restantes 21,5% (cerca de 6.319.467,0 milhares de euro) são referentes a “Despesas de Capital”, onde se observa um nível de realização orçamental na ordem dos 45,8%.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da despesa paga por grandes agrupamentos de classificação económica
(milhares de euro)

Agrupamento	Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07			Δ 011/10		Δ 11/07	
							%	%	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	19.069.384,9	19.964.903,3	22.165.840,4	23.071.151,7	23.037.400,5	4,7	11,0	4,1	-33.751,2	-0,1	3.968.015,6	20,8
01	Despesas com o pessoal	364.855,7	364.021,6	366.503,7	337.636,1	302.036,2	-0,2	0,7	-7,9	-35.599,9	-10,5	-62.819,5	-17,2
02	Aquisição de bens e serviços	101.443,5	107.229,5	112.198,7	121.217,9	97.538,0	5,7	4,6	8,0	-23.679,9	-19,5	-3.905,5	-3,8
03	Juros e outros encargos	1.815,4	2.493,0	2.924,4	2.917,0	2.391,1	37,3	17,3	-0,3	-525,9	-18,0	575,7	31,7
04	Transferências correntes	17.869.212,3	18.862.524,1	20.635.079,7	21.891.091,2	21.893.761,5	5,6	9,4	6,1	2.670,3	0,0	4.024.549,2	22,5
05	Subsídios	712.309,1	599.728,4	1.035.296,3	707.690,7	732.861,8	-15,8	72,6	-31,6	25.171,2	3,6	20.552,7	2,9
06	Outras despesas correntes	19.749,0	28.906,8	13.837,6	10.598,9	8.812,0	46,4	-52,1	-23,4	-1.786,9	-16,9	-10.937,0	-55,4
	Despesas Capital	2.463.482,0	6.836.275,4	7.411.536,4	8.022.745,8	6.319.467,0	177,5	8,4	8,2	-1.703.278,9	-21,2	3.855.985,0	156,5
07	Aquisição de bens de capital	40.574,7	32.605,5	27.708,5	25.296,0	23.853,0	-19,6	-15,0	-8,7	-1.443,0	-5,7	-16.721,7	-41,2
08	Transferências de capital	32.341,0	41.034,7	76.225,3	71.803,5	41.905,4	26,9	85,8	-5,8	-29.898,0	-41,6	9.564,4	29,6
09	Ativos financeiros	2.390.566,2	6.762.635,2	7.219.602,6	7.925.646,3	6.253.708,5	182,9	6,8	9,8	-1.671.937,8	-21,1	3.863.142,3	161,6
10	Passivos financeiros	0,0	0,0	88.000,0	0,0	0,0				0,0	#DIV/0!	0,0	
	Despesa Total do Sistema	21.532.866,9	26.801.178,7	29.577.376,8	31.093.897,6	29.356.867,5	24,5	10,4	5,1	-1.737.030,1	-5,6	7.824.000,6	36,3
	Despesa Efetiva do Sistema	19.142.300,6	20.038.543,5	22.269.774,2	23.168.251,3	23.103.159,0	4,7	11,1	4,0	-65.092,3	-0,3	3.960.858,4	20,7

O exercício de 2011, face ao período homólogo de 2010, apresenta um decréscimo global da despesa de 1.737.030,1 milhares de euro (correspondendo a uma variação nominal de (-) 5,6%), explicado pelo

comportamento das despesas de capital (-) 21,2%) e pelas despesas correntes que, no biénio 2011/2010, registaram um decréscimo na ordem dos 33.751,2 milhares de euro, ou seja, (-) 0,1%.

No que se refere à despesa efetiva, no exercício de 2011 regista um montante inferior ao apurado em 2010 em 65.092,3 milhares de euro, isto é (-) 0,3%, cifrando-se nos 23.103.159,0 milhares de euro. Para análise mais detalhada do comportamento desta despesa *vide capítulo V.4 – Execução orçamental por sistemas e subsistemas de segurança social (Mapas XIII e XIV)*.

Analisando o comportamento da execução orçamental observada em cada agrupamento que integra os grandes agregados da despesa, salienta-se o seguinte:

♦ Despesas correntes

Retomando o quadro anterior, as despesas correntes evidenciam um decréscimo nominal de 0,1% no último biénio 2011/2010, sendo que para este resultado concorrem:

▪ D.01 - Despesas com pessoal

Em 2011, esta componente da despesa fixando -se em 1,0% da despesa do Sistema da Segurança Social e 1,3% da despesa efetiva (menos 0,2 p.p que no ano anterior), atinge o montante de 302.036,2 milhares de euro, registando, assim, um decréscimo, relativamente a 2010, de 35.599,9 milhares de euro, isto é, (-) 10,5%.

Pode observar-se no quadro seguinte, a decomposição das despesas com pessoal no quinquénio 2007/2011:

Distribuição de despesa com pessoal
Análise evolutiva 2007-2011

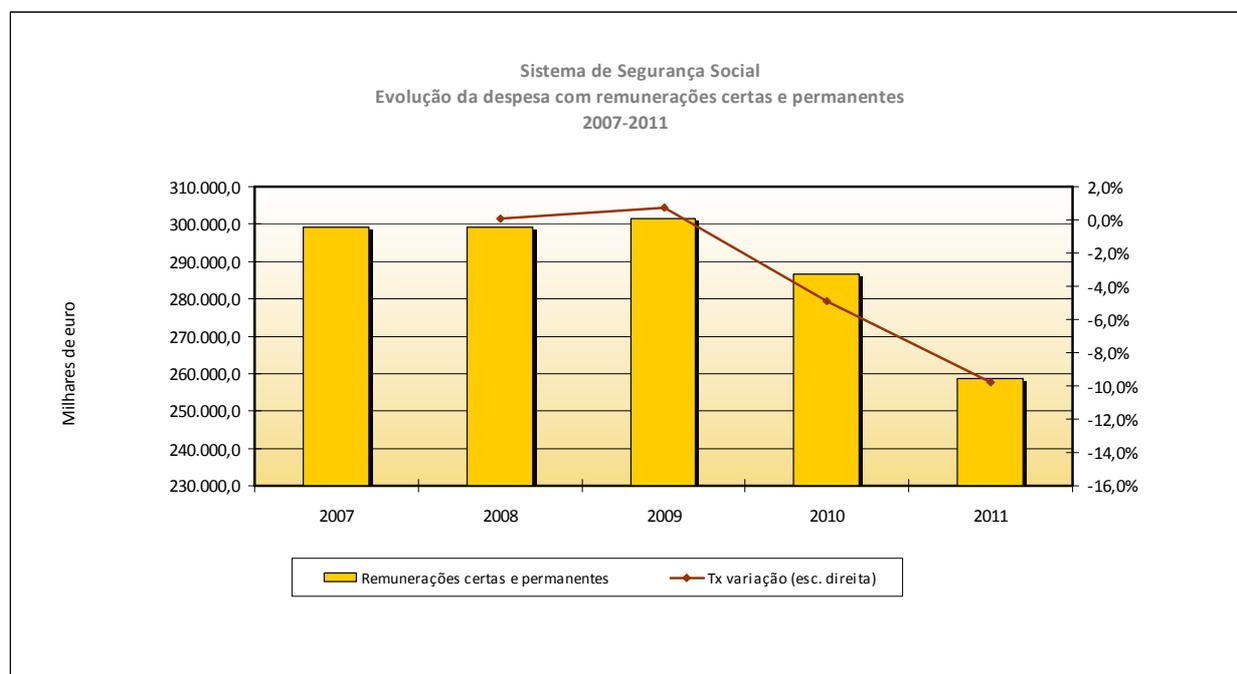
Económica		2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
		Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%								
D.01	Despesas com pessoal	364.855,7	100,0	364.021,6	100,0	366.503,7	100,0	337.636,1	100,0	302.036,2	100,0	-35.599,9	-10,5	-62.819,5	-17,2
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	299.041,0	82,0	299.211,7	82,2	301.420,1	82,2	286.711,1	84,9	258.692,9	85,6	-28.018,2	-9,8	-40.348,0	-13,5
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	11.800,4	3,2	11.000,0	3,0	11.547,7	3,2	9.656,3	2,9	6.378,1	2,1	-3.278,1	-33,9	-5.422,3	-45,9
D.01.03	Segurança Social	54.014,3	14,8	53.809,8	14,8	53.535,9	14,6	41.268,8	12,2	36.965,1	12,2	-4.303,7	-10,4	-17.049,2	-31,6

Relativamente a 2007, de realçar a contração registada em 17,2% em 2011, significando em termos absolutos um montante de 62.819,5 milhares de euro nesta componente da despesa, provocada, nomeadamente pela sucessiva redução anual do número de efetivos.

A rubrica de “remunerações certas e permanentes” regista em 2011 um montante de 258.692,9 milhares de euro, evidenciando um decréscimo relativamente ao período homólogo de 2010 de (-) 9,8%. Para esta variação negativa concorreram:

- ♦ A redução de efetivos em aproximadamente 9,3%;
- ♦ A redução remuneratória progressiva, variando entre 3,5% (sobre o valor de remunerações compreendido entre 1.500 e 2.000 € e até 10% (sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 € - Lei n.º 55 – A/2010 de 31 de dezembro);

- ♦ Reestruturação dos serviços do ISS, IP;
- ♦ Diminuição da económica de Suplementos e prémios em cerca de 67,6%;



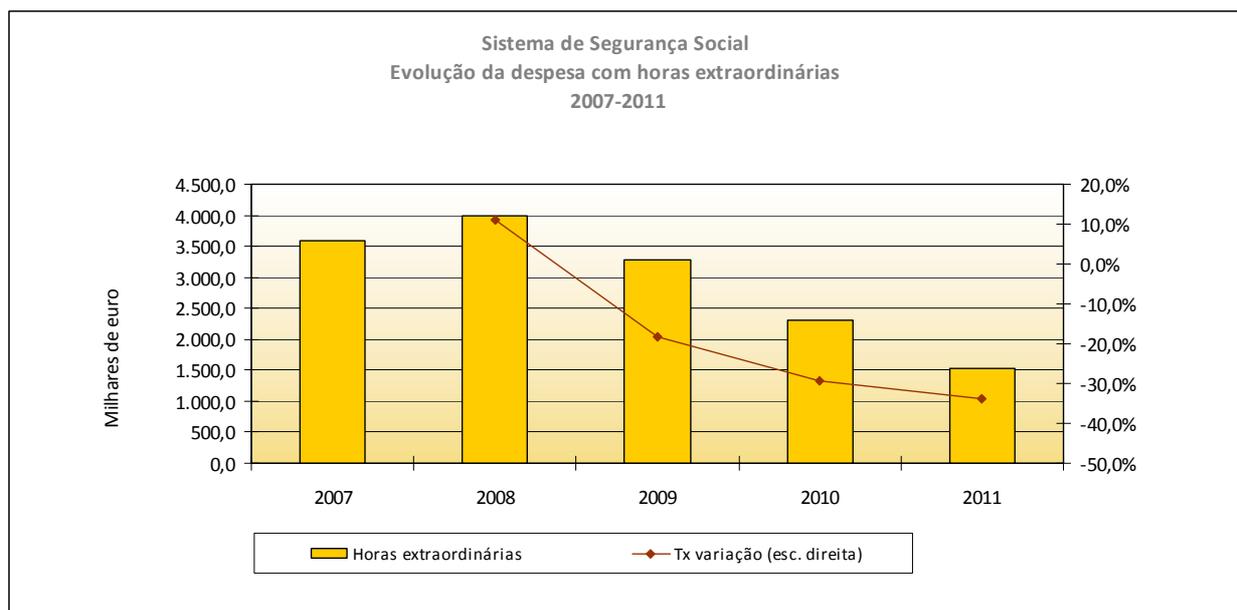
Como se observa no gráfico supra apresentado, evidencia-se a acentuada redução deste tipo de despesa no quinquénio 2007/2011, fixando-se numa variação negativa de 13,5%.

♦ Rubrica de “**Abonos variáveis ou eventuais**”

Distribuição de abonos variáveis ou eventuais
Análise evolutiva 2007-2011

Classificação Económica / Descrição	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%
D.01.02 Abon.var.ou event.	11.800,4	100,0	11.000,0	100,0	11.547,7	100,0	9.656,3	100,0	6.378,1	100,0	-3.278,1	-33,9	-5.422,3	-46,0
D.01.02.01 Grat.var.ou event.	8,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	-0,7		-8,9	-100,0
D.01.02.02 Horas extraordinár.	3.599,2	30,4	3.995,1	36,3	3.270,0	28,3	2.306,3	23,9	1.526,3	23,9	-780,0	-33,8	-2.066,9	-57,5
D.01.02.03 Alimentaç.e alojam.	37,1	0,3	7,8	0,1	5,1	0,0	7,4	0,1	4,5	0,1	-2,9	-39,4	-32,6	-87,9
D.01.02.04 Ajudas de custo	2.174,8	18,4	2.312,0	21,0	2.464,4	21,3	2.118,8	21,9	1.492,1	23,4	-626,6	-29,6	-682,6	-31,4
D.01.02.05 Abono para falhas	719,1	6,1	710,4	6,5	739,0	6,4	667,8	6,9	636,3	10,0	-31,5	-4,7	-82,8	-11,5
D.01.02.06 Formação	65,9	0,6	115,1	1,0	77,6	0,7	67,5	0,7	53,7	0,8	-13,8	-20,4	-12,2	-18,5
D.01.02.08 Sub.ab.fix.res.e al	25,0	0,2	24,8	0,2	28,1	0,2	27,9	0,3	21,3	0,3	-6,6	-23,7	-3,7	-14,8
D.01.02.09 Subsid.de prevenção	24,9	0,2	22,3	0,2	21,3	0,2	24,7	0,3	0,0	0,0	-24,7	-100,0	-24,9	-100,0
D.01.02.10 Subs.de trab.nocturn	30,8	0,3	2,3	0,0	2,5	0,0	2,4	0,0	2,3	0,0	-0,1	-3,4	-28,5	-92,4
D.01.02.11 Subsídio de turno	2.013,4	17,1	1.959,7	17,8	1.977,3	17,1	1.845,4	19,1	1.436,0	22,5	-409,4	-22,2	-577,4	-28,7
D.01.02.12 Indemn.por cess.funç	2,0	0,0	5,0	0,0	27,2	0,2	33,8	0,3	162,8	2,6	129,0	381,8	160,8	8.245,6
D.01.02.13 Outr.suple.prémios	8,6	0,1	95,3	0,9	1.579,2	13,7	1.322,8	13,7	0,2	0,0	-1.322,6	-100,0	-8,4	-97,6
D.01.02.14 Out.ab.em num.ou esp	3.096,9	26,2	1.750,1	15,9	1.356,0	11,7	1.230,7	12,7	1.042,5	16,3	-188,1	-15,3	-2.054,3	-66,3

Conforme exposto no quadro supra, a despesa registada em “**Abonos variáveis ou eventuais**” reflete, entre 2007 e 2011, um decréscimo de 46,0%, justificada essencialmente pelo comportamento das rubricas de “horas extraordinárias”, “ajudas de custo” e “subsídios de turno”, representando no seu conjunto 69,8% daquela.



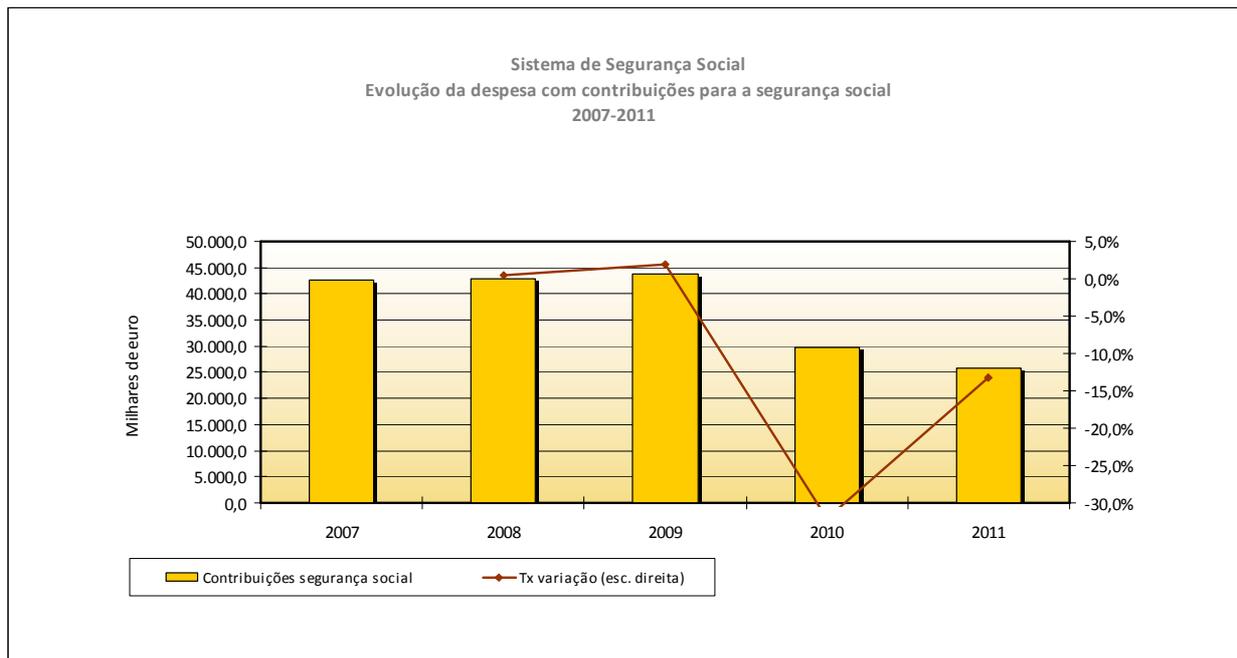
No ano de 2011 a taxa de redução desta rubrica de despesa atinge os 33,9%, comparativamente a 2010 (menos cerca de 3.278,1 milhares de euro).

Para este comportamento registado em 2011, concorre a redução de:

- ✓ 780,0 milhares de euro, isto é, (-) 33,8%, em “**horas extraordinárias**”, representando, 23,9% do total da despesa com “abonos variáveis ou eventuais”, ou seja, assumindo a rubrica com o maior peso relativo da despesa desta natureza;
- ✓ 29,6%, em “**Ajudas de custo**” que, em termos absolutos, atinge 626,6 milhares de euro, segunda rubrica com maior expressão no peso relativo deste tipo de despesa (23,4% do total);
- ✓ 22,2% no “**subsídio de turno**”, com um peso em 22,5% na despesa com “abonos variáveis ou eventuais”, variação aquela que em montante se situa em (-) 409,4 milhares de euro;
- ✓ 100,0% na rubrica “**outros suplementos e prémios**”, com um valor de despesa executada de 0,2 milhares de euro [(-) 1322,6 milhares de euro que no ano transato].

♦Globalmente, no subagrupamento “**Segurança Social**”, assumem especial relevância as rubricas: “*Contribuições para a Segurança Social*” cuja despesa paga em 2011 absorve 69,7% da despesa total do subagrupamento e “*Encargos com saúde*” assumindo uma expressão relativa de 20,3%.

O gráfico seguinte permite visualizar a evolução da despesa registada nas contribuições para a Segurança Social:



Da análise ao anterior gráfico, assiste-se um decréscimo de 39,6% deste tipo de despesa entre 2007 e 2011, explicado, nomeadamente pela redução, em 22,5%, do número total de efetivos e pelas medidas de contenção de despesa implementadas;

Distribuição por rubricas de "Despesa com Pessoal - Segurança Social"
Análise evolutiva 2007-2011

(milhares de euro)

Classificação Económica / Descrição	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%								
D.01.03 Segurança Social	54.014,3	100,0	53.809,8	100,0	53.535,9	100,0	41.268,8	100,0	36.965,1	100,0	-4.303,7	-10,4	-17.049,3	-31,6
D.01.03.01 Encargos com a saúde	9.129,6	16,9	8.613,8	16,0	7.552,3	14,1	6.917,0	16,8	7.490,1	20,3	573,1	8,3	-1.639,5	-18,0
D.01.03.02 Outr. encarg. c/saúde	2,3	0,0	3,5	0,0	2,3	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	-12,2	-100,0	-2,3	-100,0
D.01.03.03 Sub.fam.crian.e.jov.	1.425,9	2,6	1.595,5	3,0	1.668,7	3,1	1.412,8	3,4	637,0	1,7	-775,8	-54,9	-788,9	-55,3
D.01.03.04 Outras prest.famil.	199,2	0,4	225,5	0,4	262,9	0,5	320,4	0,8	302,7	0,8	-17,6	-5,5	103,5	52,0
D.01.03.05 Contrib.seg.social	42.668,4	79,0	42.876,7	79,7	43.715,6	81,7	29.679,1	71,9	25.750,9	69,7	-3.928,2	-13,2	-16.917,5	-39,6
D.01.03.06 Ac.serv.e doen.prof	220,5	0,4	176,2	0,3	112,8	0,2	113,5	0,3	58,9	0,2	-54,6	-48,1	-161,6	-73,3
D.01.03.08 Outras pensões	2,8	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,8	-100,0
D.01.03.09 Seguros	47,3	0,1	40,3	0,1	29,3	0,1	2,4	0,0	4,4	0,0	2,0	83,6	-42,9	-90,7
D.01.03.10 Out.desp.seg.social	318,4	0,6	275,0	0,5	192,1	0,4	2.811,4	6,8	2.721,0	7,4	-90,4	-3,2	2.402,6	754,6

Relativamente à despesa registada em "Encargos com a saúde", de referir que, em 2011, a mesma sofre um aumento de 8,3%, ou seja 573,1 milhares de euro relativamente ao ano anterior, contrariando a tendência já registada em períodos anteriores. Das instituições de Segurança Social, o ISS, IP absorve 92,6% desta despesa tendo a mesma aumentada 6,7%, face ao ano 2010, justificada pelo pagamento de reembolsos de saúde da ADSE refletida na rubrica D.01.03.01.01 "encargos com saúde - ADSE".

Como suporte à análise da execução orçamental do subagrupamento “Despesas com pessoal”, apresenta-se a distribuição da referida despesa paga por grandes áreas ou centros de responsabilidade no quadro seguinte, permitindo em síntese a seguinte leitura:

Distribuição de despesas com pessoal, por áreas
Análise evolutiva 2007-2011

Áreas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%								
Apoio Judiciário	2.069,0	0,6	1.697,4	0,5	1.326,3	0,4	1.063,9	0,3	802,8	0,3	-261,1	-24,5	-1.266,2	-61,2
Doenças profissionais	565,9	0,2	635,4	0,2	553,5	0,2	510,6	0,2	751,9	0,2	241,3	47,3	186,1	32,9
Administração	286.217,2	78,4	283.422,7	77,9	287.344,6	78,4	265.180,3	78,5	242.496,3	80,3	-22.684,0	-8,6	-43.720,9	-15,3
Ações de Formação Profissional	170,8	0,0	1.309,4	0,4	1.655,5	0,5	1.316,8	0,4	1.508,6	0,5	191,8	14,6	1.337,8	783,2
Programas de Ação Social	75.826,5	20,8	76.951,5	21,1	75.623,8	20,6	69.563,3	20,6	56.475,3	18,7	-13.087,9	-18,8	-19.351,2	-25,5
INTERREG	4,4	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	1,3	0,0	-0,1	-7,5	-3,1	-71,3
Regime de Solidariedade	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,9	-100,0
TOTAL	364.855,7	100,0	364.021,6	100,0	366.503,7	100,0	337.636,1	100,0	302.036,2	100,0	-35.599,9	-10,5	-62.819,5	-17,2

- No cômputo das despesas de “Administração”, aquelas atingem em 2011 o montante de 242.496,3 milhares de euro representando 80,3% do total da despesa com pessoal, registando um decréscimo de -8,6% relativamente à despesa executada no período homólogo de 2010. De notar, que apesar daquela variação negativa no último biénio, ao longo do quinquénio, o peso relativo desta área tem-se mantido sempre acima dos 77,0% no computo global do agrupamento: “despesas com pessoal”;

- Relativamente aos “Programas de Ação Social”, em 2011, o montante com a componente pessoal cifra os 56.475,3 milhares de euro, consumindo 18,7% do total da despesa que em conjunto com as despesas de “administração” representam naquele ano cerca de 99,0% do total da despesa de Pessoal do Sistema de Segurança Social (percentagem esta que se tem mantido ao longo de todo o quinquénio 2007/2011). Todavia, em 2011, nesta área observa-se um decréscimo de (-) 18,8% relativamente ao período homólogo de 2010;

- Comportamento diferente assiste-se na despesa desta natureza na área das “Ações de Formação Profissional”, registando em 2011 o montante de 1.508,6 milhares de euro (+) 14,6% no biénio 2011/2010). Assumindo ainda, no quinquénio 2007/2011 uma variação positiva de (+) 783,2%.

- No que se refere à área de “Apoio Judiciário”, verifica-se um desagrevamento da despesa em (-) 24,5% relativamente ao período homólogo de 2010 que, em termos absolutos, consiste numa diminuição de 261,1 milhares de euro, justificado essencialmente pela redução do número de colaboradores afetos ao Apoio Judiciário.

- Na rubrica “Doenças Profissionais”, manifesta-se em 2011 um aumento em 47,3% na execução das despesas com pessoal face a 2010. Tal situação resulta, de no exercício de 2011, terem sido realizado os ajustes necessários no âmbito da adequada afetação de cada trabalhador ou equiparado. No caso vertente, avenças de médicos afetos ao serviço do ISS, IP CNPPR que estavam inicialmente registados no fundo de administração e que foram corrigidos, dado que eram referentes a certificação de doenças profissionais de beneficiários.

Distribuição de despesas com pessoal por ISS's

Análise evolutiva 2007-2011

(milhares de euro)

Instituições da Seg.Social	2007		2008		2009		2010		2011		A 2011/2010		A 2011/2007	
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	%	Valor	%
IGFSS	12.567,0	3,4	13.326,6	3,7	13.071,4	3,6	14.269,4	4,2	13.213,6	4,4	-1.055,8	-7,4	646,6	5,1
IGFCSS	1.213,5	0,3	1.156,7	0,3	1.352,3	0,4	1.217,6	0,4	1.106,8	0,4	-110,9	-9,1	-106,8	-8,8
ISS,IP	298.739,4	81,9	296.790,6	81,5	299.191,6	81,6	272.324,1	80,7	240.729,3	79,7	-31.594,8	-11,6	-58.010,1	-19,4
RA'S	36.787,3	10,1	37.508,2	10,3	39.704,1	10,8	38.503,6	11,4	36.806,6	12,2	-1.697,0	-4,4	19,3	0,1
CK'S e outras	15.548,5	4,3	15.239,4	4,2	13.184,3	3,6	11.321,4	3,4	10.179,9	3,4	-1.141,5	-10,1	-5.368,6	-34,5
TOTAL	364.855,7	100,0	364.021,6	100,0	366.503,7	100,0	337.636,1	100,0	302.036,2	100,0	-35.600,0	-10,5	-62.819,5	-17,2

Da análise à decomposição das despesas com pessoal, pagas em 2011, por ISS's (*vide* quadro supra), constata-se que:

- ✓ No ISS, IP a despesa com pessoal atinge o montante de 240.729,3 milhares de euro, correspondendo a 79,7% da despesa total com pessoal do Sistema de Segurança Social, refletindo um decréscimo de (-) 11,6% face ao ano de 2010. Esta redução da despesa justifica-se nomeadamente com um decréscimo de (-) 19,4% do pessoal em funções desde 2007, fruto do aumento das saídas dos colaboradores para a situação de aposentação;
- ✓ No IGFSS, IP as despesas com pessoal registam o montante de 13.213,6 milhares de euro, correspondendo a 4,4% da despesa total e a um decréscimo de (-) 7,4% relativamente a 2010. Para esta variação contribui nomeadamente a diminuição do pessoal efetivo, que passou de 404 para 393 colaboradores;
- ✓ No conjunto das restantes ISS's do continente, aqui agrupado sob a designação de "Caixas e outras", as despesas com pessoal atingem o montante de 10.179,9 milhares de euro, correspondendo a 3,4% da despesa total, o que representa uma diminuição de (-) 10,1%, face a 2010;
- ✓ Nas Regiões Autónomas, a despesa com pessoal atinge o montante de 36.806,6 milhares de euro, com um peso relativo de 12,2% da despesa total. No biénio 2010/2011 aquela despesa apresenta uma diminuição de -4,4% a qual reflete o efeito das aposentações e a redução remuneratória ocorridas no decorrer do ano 2011. Contudo, no quinquénio 2011/2007 observa-se um agravamento da despesa com pessoal em 0,1%;
- ✓ No IGFCSS, IP, as despesas com pessoal atingem o montante de 1.106,8 milhares de euro, correspondendo a 0,4% da despesa total, evidenciando um decréscimo nominal de 9,1% relativamente ao ano 2010.

▪ D.02 - Aquisição de bens e serviços

As despesas com "Aquisição de Bens e Serviços" ascendem, no exercício de 2011, a 97.538,0 milhares de euro, evidenciando um decréscimo de 19,5% face ao valor registado em 2010, para o qual concorrem, fundamentalmente as rubricas de "Outros serviços" (-9,7%); "Comunicações" (-10,4%); "Outros trabalhos especializados" (-39,6%).

Entre 2007 e 2011, a variação nominal da despesa desta natureza é de (-) 3,8%.

Distribuição de despesas com aquisição de bens e serviços, por áreas
Análise evolutiva 2007-2011

Áreas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%						
Apoio Judiciário	54,5	0,1	49,3	0,0	59,9	0,1	64,4	0,1	19,3	0,0	-45,1	-70,0	-35,2	-64,6
Doenças profissionais	826,8	0,8	886,0	0,8	321,7	0,3	410,9	0,3	337,5	0,3	-73,5	-17,9	-489,3	-59,2
Administração	74.588,5	73,5	75.899,1	70,8	78.281,5	69,8	86.777,9	71,6	76.329,3	78,3	-10.448,6	-12,0	1.740,8	2,3
Ações de Formação Profissional	491,9	0,5	1.053,4	1,0	1.185,7	1,1	2.299,8	1,9	993,8	1,0	-1.306,1	-56,8	501,8	102,0
Programas de Ação Social	25.241,6	24,9	29.265,3	27,3	32.234,7	28,7	31.664,8	26,1	19.854,5	20,4	-11.810,4	-37,3	-5.387,1	-21,3
Interreg	27,1	0,0	18,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	0,0	3,7		-23,4	-86,4
PIDDAC	213,0	0,2	58,1	0,1	115,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		-213,0	-100,0
Regime de Solidariedade	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		-0,1	-100,0
TOTAL	101.443,5	100,0	107.229,5	100,0	112.198,7	100,0	121.217,9	100,0	97.538,0	100,0	-23.679,9	-19,5	-3.905,5	-3,8

Analisando a decomposição da totalidade desta despesa por “áreas”, verifica-se que:

- No cômputo das despesas de “Administração” estas absorvem 78,3% do total da despesa registada neste agrupamento, sendo que o montante executado em 2011 de 76.329,3 milhares de euro evidencia uma variação negativa nominal de 12,0 % relativamente ao ano de 2010. Este comportamento justifica-se pelo decréscimo desta despesa no IGFSS e no ISS, que no seu conjunto representam 83,6% da despesa do agrupamento.
- Na área da “Ação Social” a despesa paga com a aquisição de bens e serviços ascende a 19.854,5 milhares de euro e representa 20,4% do total desta despesa, apresentando também um decréscimo de 37,3% face ao exercício de 2010.

Esta diminuição reflete essencialmente o comportamento registado no ISS, IP, nos seguintes sub grupos de despesa (fundos):

- Comissão de Proteção Crianças e Jovens em Risco, assume um valor de despesa de 338,2 milhares de euro o que traduz uma variação negativa face a 2010 de (-) 92,8%. Este comportamento resulta da diminuição da despesa na rubrica de Outros Trabalhos Especializados, Locação de Outros Bens e Outros Serviços;
- Programa P/ Inclusão e Cidadania (PIEC), a variação negativa em 2011, relativamente a 2010, de (-) 36,8%, com um total executado de 174,7 milhares de euro;
- Programa Alargamento Rede Equipamentos Sociais (PARES), a variação negativa nesta rubrica de (-) 60,0%, no montante (-) 315,4 milhares de euro, face a 2010, que engloba 200,0 milhares de euro referente à rubrica de Outros Trabalhos Especializados, que inclui os custos de contratação de técnicos em regime de outsourcing;
- Funcionamento de Estabelecimentos Integrados, regista em 2011 uma despesa de 17.085,8 milhares de euro traduzindo uma variação negativa de aproximadamente (-) 26,9% face a 2010, no montante de (-) 6.299,8 milhares de euro, justificada essencialmente pelas rubricas de “outros trabalhos especializados” e de “alimentação – refeições confeccionadas”;
- A área de “Ações de Formação Profissional” regista, em 2011, despesa no montante de 993,8 milhares de euro representando 1,0% no total da despesa do agrupamento em análise e reflete um decréscimo de 56,8%, face ao exercício de 2010.
- Da análise ainda ao comportamento deste tipo de despesa por ISS’s:
 - O ISS, IP absorve cerca de 71,2% da despesa total desta rubrica, a qual atinge o montante de 69.491,2 milhares de euro, registando um decréscimo de 22,3% face ao ano de 2010 para o qual concorrem, designadamente, a

rubrica D.02.01.05 “Alimentação, Refeições confeccionadas” com (-) 19,5%, D.02.02.09 “Comunicações” com (-) 14,4% e D.02.02.20 “Outros trabalhos especializados” com (-) 46,6%;

- O IGFSS tem um peso relativo de 13,4% no total desta despesa e regista no período em análise uma despesa de 13.116,7 milhares de euro apresentando um decréscimo de (-) 2,3% relativamente ao exercício de 2010.

- As Regiões Autónomas apresentam despesa que representa apenas 6,9% no total, cujo montante é de 6.776,2 milhares de euro apresentando um decréscimo de 6,6% face ao período homólogo de 2010.

▪ D.03 - Juros e outros encargos

A despesa paga em 2011 cifra-se em 2.391,1 milhares de euro, inferior em 18,0% ao valor executado em 2010.

Como se pode constatar no quadro seguinte, à semelhança do que tem acontecido ao longo do quinquénio 2007/2011, é no IGFSS/FEFSS que se regista 94,1% desta despesa, sendo que, em 2011 totaliza 2.250,9 milhares de euro em serviços bancários (comissões de transação de títulos associada à rotatividade da carteira dos títulos do FEFSS) e seguros, evidenciando um decréscimo de 17,9% em relação ao ano anterior, Para análise mais detalhada, *vide* capítulo XII - Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Sistema de Segurança social
Distribuição de Juros e outros encargos por Instituição de Segurança Social
Análise evolutiva 2007-2011

Instituições da Seg.Social	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%								
ISS,IP	144,5	8,0	86,8	3,5	10,4	0,4	47,2	1,6	11,4	0,5	-35,8	-75,8	-133,1	-92,1
IGFSS	78,7	4,3	80,5	3,2	122,5	4,2	64,0	2,2	73,3	3,1	9,2	14,4	-5,5	-6,9
IGFCSS/FEFSS	1.529,9	84,3	2.268,9	91,0	2.738,5	93,6	2.741,5	94,0	2.250,9	94,1	-490,7	-17,9	721,0	47,1
RA'S	48,8	2,7	41,3	1,7	43,6	1,5	49,8	1,7	46,4	1,9	-3,5	-7,0	-2,5	-5,1
CK'S e outras	13,4	0,7	15,5	0,6	9,5	0,3	14,3	0,5	9,1	0,4	-5,2	-36,4	-4,3	-31,9
TOTAL	1.815,4	100,0	2.493,0	100,0	2.924,4	100,0	2.917,0	100,0	2.391,1	100,0	-525,9	-18,0	575,7	31,7

Como se observa no quadro anterior, o ISS, IP regista no exercício 2011 o montante de 11,4 milhares de euro e uma variação de 75,8% diretamente relacionada com o pagamento de juros indemnizatórios à SOGRAPE – Vinícola do Vale do Dão, Lda., no ano 2010, cujo montante ascendeu a 37,3 milhares de euro.

No IGFSS assiste-se a um acréscimo nominal de 14,4% no biénio 2011/2010, que se justifica pelo facto de, no exercício de 2011, o IGFSS, IP ter aumentado a despesa referente a encargos bancários e comissões para cheques devolvidos.

Nas restantes instituições, nomeadamente nas RA's, II, IP e FGS, a despesa registada é essencialmente relativa a pagamentos decorrentes de serviços bancários.

▪ D.04 - Transferências correntes

Assumindo claramente maior expressão no conjunto das despesas do Sistema de Segurança Social (74,6% no total da despesa e 94,8% no total da despesa efetiva), nesta rubrica encontra-se executado, no ano de 2011, o montante de 21.893.761,5 milhares de euro, evidenciando um crescimento de 0,01% face ao exercício do ano anterior.

No quinquénio 2007/2011, as transferências correntes (agrupamento onde se regista a generalidade das prestações sociais), sofreram um agravamento de 22,5%.

Da decomposição da rubrica “Transferências Correntes” por destinatários, exposta no quadro que se segue, pode constatar-se que:

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Transferências Correntes por destinatário

Agrupamento	Subagrupamento	Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10		Δ 11/07	
								%	%	%	Valor	%	Valor	%
04	Transferências Correntes		17.869.212,3	18.862.524,1	20.635.079,7	21.891.091,2	21.893.761,5	5,6	9,4	6,09	2.670,3	0,01	4.024.549,2	22,5
	01	Soc. e Q. Sociedades Não Financeiras	0,0	0,0	9.841,7	10.893,5	7.747,5			10,7	-3.146,0	-28,9	7.747,5	
	03	Administração Central	625.638,3	693.934,1	728.617,9	1.115.190,6	1.151.363,9	10,9	5,0	53,1	36.173,3	3,2	525.725,6	84,0
	04	Administração Regional	20.998,9	22.244,1	23.456,6	85.981,6	93.793,3	5,9	5,5	266,6	7.811,7	9,1	72.794,4	346,7
	05	Administração Local	7.385,0	6.833,1	5.487,2	17.226,4	16.719,0	-7,5	-19,7	213,9	-507,5	-2,9	9.334,0	126,4
	07	Instituições sem fins lucrativos	1.180.653,6	1.251.266,5	1.325.993,6	1.346.360,8	1.360.702,3	6,0	6,0	1,5	14.341,5	1,1	180.048,7	15,2
	08	Famílias	16.025.434,2	16.879.014,3	18.533.903,8	19.308.645,8	19.256.727,0	5,3	9,8	4,2	-51.918,9	-0,3	3.231.292,8	20,2
	09	Resto do mundo	9.102,4	9.232,1	7.778,8	6.792,4	6.708,6	1,4	-15,7	-12,7	-83,8	-1,2	-2.393,9	-26,3
		Despesa Total do Sistema	21.532.866,8	26.801.178,7	29.577.376,8	31.093.897,6	29.356.867,5	24,5	10,4	5,1	-1.737.030,1	-5,6	7.824.000,6	36,3
		Despesa Efetiva do Sistema	19.142.300,6	20.038.543,5	22.269.774,2	23.168.251,3	23.103.159,0	4,7	11,1	4,0	-65.092,3	-0,3	3.960.858,4	20,7

• **Transferências correntes para Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras**, reflete uma variação negativa de 28,9% da despesa relativamente a 2010, para o qual concorrem:

— As transferências para o INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, no montante de 7.747,5 milhares de euro, destacando-se:

- ✓ As efetuadas pelo ISS, IP no âmbito do Subsistema de Ação Social – Programa “PAIES” – no valor de 187,5 milhares de euro, traduzindo um decréscimo de 25,2% face ao valor executado em 2010;
- ✓ As realizadas pelo IGFSS no âmbito do Subsistema de Solidariedade no montante de 5.656,8 milhares de euro, evidenciando um ligeiro acréscimo de 0,3% face a 2010, vide quadro seguinte:

Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2011/2010 - IGFSS

milhares de euro

Comparação dos Encargos no Biénio 2010/2011						
DESCRIÇÃO	OSS 2010	Execução 2010	OSS 2011	Execução 2011	Δ Execução (valor)	Δ%
D.04.01						
INATEL-Transf Corrent Sub Solidariedade	5.657	5.642	5.657	5.657	15	0,3
INATEL - Transf Corrente S. Ação Social	4.955	4.944	3.153	2.091	-2.853	-136,5
Total	10.612	10.586	8.810	7.747	-2.839	-36,64

— Outras transferências para o INATEL que, no ano de 2011, abrangem também os programas: Turismo Sénior, Turismo Solidário e Abrir Portas à Diferença. No seu conjunto, estas transferências totalizam 1.903,2 milhares de euro, refletindo um decréscimo de 61,5% face a 2010, conforme seguinte quadro:

Transferências correntes para o INATEL – 2011-IGFSS

milhares de euro

Programas	Ano de Referência			
	2010	2011	2011	
	<i>Despesa paga em 2010</i>	<i>Despesa paga em 2011</i>	<i>Dotação Corrigida</i>	<i>Despesa paga</i>
Turismo Sénior		750,0 - (1ª tranche de 2011 - 2012)	766,4	750,0
Turismo Solidário	483,6 - (1ª tranche 2010 - 300,0 ; última tranche 2010 - 183,6)	600,0 - (2ª tranche de 2011)	1.083,6	1.083,6
Abrir Portas à Diferença	34,7 - (2ª e última tranche de 2010)	34,8 - (1ª tranche de 2011)	69,6	69,60
TOTAL	518,4	1.384,8	1.919,6	1.903,2

- A rubrica de **Transferências correntes para Administração Central** apresenta em 2011 um acréscimo de 3,2%, em relação ao período homólogo de 2010, representando 5,3% do total das transferências correntes, (*vide* decomposição das transferências correntes para administração central no quadro subsequente).

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Execução orçamental Transferências correntes para a administração central 2011-2010

(milhares de euro)

Económica	Designação	2010	2011	Δ em valor	Δ em %
		(1)	(2)	(3)= (2)-(1)	(4)=(3)/(1)*100
D.04.03	Transferências correntes para a administração central	1.115.190,6	1.151.363,9	36.173,3	3,2%
D.04.03.01	Transf.correntes-Administração Central-Estado	223.137,2	321.779,7	98.642,5	44,2%
D.04.03.01.01	Inspecção-Geral MSSS(ex.MTSS)	2.005,0	1.706,3	-298,7	-14,9%
D.04.03.01.02.01	GEP- Reforma Sistema de Segurança Social	200,0	0,0	-200,0	-100,0%
D.04.03.01.04.01	Autoridade Condições de Trabalho	24.355,4	24.881,0	525,6	2,2%
D.04.03.01.05.01	DGSS - Reforma Sistema de Segurança Social	100,0	0,0	-100,0	-100,0%
D.04.03.01.06.01	Direção Geral emprego e das Relações de Trabalho	1.038,4	926,1	-112,3	-10,8%
D.04.03.01.08.01	Secretaria Geral do MSSS(ex.MTSS)	1.430,0	1.192,2	-237,8	-16,6%
D.04.03.01.20	Formação Profissional	193.988,3	293.044,1	99.055,8	51,1%
D.04.03.01.99	Outras - Transferências para Administração Central Estado	20,0	30,0	9,9	49,6%
D.04.03.02	Transf.correntes-Administração Central-Estado - Subsistema de Ação social	5.095,5	50.466,5	45.371,0	890,4%
D.04.03.02.01	Instituto Nacional de Reabilitação (ex-SNRIPD)	5.030,1	4.686,3	-343,7	-6,8%
D.04.03.02.02	Ministério dos Negócios Estrangeiros	65,4	0,0	-65,4	-100,0%
D.04.03.02.03	Direcções Regionais de Educação	0,0	45.780,2	45.780,2	
D.04.03.06	Transferências correntes - Administração Central -Serviço Fundos Autónomos-Subsistema Ação Social	66.461,6	0,0	-66.461,6	-100,0%
D.04.03.06.01	Gabinete de Gestão Financeira da Educação.	66.425,2	0,0	-66.425,2	-100,0%
D.04.03.06.02	Projetos de formação profissional para o Subs. de Ação Social	7,9	0,0	-7,9	-100,0%
D.04.03.06.03	IGFSE	28,6	0,0	-28,6	-100,0%
D.04.03.07	Transferências correntes - Administração Central -Serviços e Fundos Autónomos-Sistema Previdencial	820.496,3	779.117,7	-41.378,7	-5,0%
D.04.03.07.01.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional	570.454,7	490.788,1	-79.666,6	-14,0%
D.04.03.07.02.01	Agência Nacional para a Qualificação / INOFOR	7.398,9	3.966,0	-3.432,9	-46,4%
D.04.03.07.03	IGFSE	3.564,9	17.283,4	13.718,5	384,8%
D.04.03.07.08	Ações de Formação Profissional	239.077,8	267.080,2	28.002,3	11,7%

- Transferências correntes para a administração central-Estado

Esta rubrica regista, no ano de 2011, despesa no montante de 321.779,7 milhares de euro, uma variação nominal de 44,2% face a 2010, sendo de destacar neste biénio o seguinte:

- No âmbito do financiamento da Formação Profissional cofinanciada pelo FSE a despesa em 2011 atinge o montante de 293.044,1 milhares de euro, assumindo um crescimento da ordem dos 51,7% face ao ano de 2010;
- Transferência concedida à Autoridade para as Condições Trabalho (ex. ISHST + IGT) de 24.881,0 milhares de euro (+ 2,2% que em 2010), resultante de uma cativação de montante inferior em 525,6 milhares de euro face a 2010, cifrando-se esta em 2011, de montante 1.136,2 milhares de euro.

Contudo, de assinalar que a despesa com esta rubrica registou reduções nalgumas transferências, nomeadamente:

- Para a Secretaria-Geral do MSSS (ex-MTSS) de 1.192,2 milhares de euro em 2011, que inclui o financiamento do “Sistema de Mobilidade Especial” aprovado pelo Despacho SESS no ano 2009, despesa enquadrada nos gastos comuns das despesas de administração do sistema de segurança social. Outras - Transferências para Administração Central Estado
- Para Inspeção-Geral do MSSS, assegurando os pagamentos dos vencimentos com o pessoal em exercício nessa Inspeção bem como o funcionamento da atividade inspetiva externa. A transferência em 2011 atingiu os 1.706,3 milhares de euro, evidencia uma diminuição de 14,9% relativamente a 2010;
- Para a Direção Geral da Segurança Social e para o Gabinete de Estratégia e Planeamento, note-se que no ano 2011, não foram aprovadas dotações para estas transferências correntes, a primeira para apoio à regulamentação da Lei de Bases, a segunda verba destinada ao apoio da Reforma da Segurança Social;

- Transferências correntes para a administração central-Estado Subsistema Ação Social

- No que se refere a estas transferências, de destacar a redução para o Instituto Nacional para a Reabilitação (ex. SNIRPD), na ordem dos 6,8 p.p face a 2010, rubrica que foi objeto de cativação em 313,7 milhares de euro;
- Transferências para as Direções Regionais de Educação no montante de 45.780,2 milhares de euro. Note-se que decorrente de orientações normativas da DGO, as transferências para a Educação, concretamente o financiamento do apoio social na rede pública do pré-escolar, passaram a registar-se nesta rubrica, quando em 2010 se registavam em “Transferências correntes - Administração Central - Serviço Fundos Autónomos –Subsistema Ação Social - Gabinete de Gestão Financeira de Educação”, relativamente ao valor de 2010 tem-se assim uma diferença de 100%.

- Transferências correntes para a Administração Central- Serviços e Fundos Autónomos-Sistema Previdencial

Nesta componente da despesa constata-se que, em 2011, regista um decréscimo de 5,0% (41.378,7 milhares de euro) face a 2010, sendo que para aquele comportamento contribuíram as seguintes reduções nas transferências concretizadas:

- Para a Agência Nacional para a Qualificação, que evidenciam uma quebra relativa de 46,4%, registando o montante de 3.432,9 milhares de euro em 2011;
- Para o IEFP (assumem um peso relativo de 63,0% no total das transferências nesta componente) no montante de 79.666,6 milhares de euro registando, em 2011, uma diminuição de -14,0% face a 2010, influenciada pela cativação nesta rubrica de 30,3 milhares de euro.

No caso do IGFSE, a despesa registada assume o valor de 17.283,4 milhares de euro em 2011, refletindo um aumento de 384,8% face a 2010.

No que se refere às Ações de Formação profissional, componentes FSE e CPN, as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos atingiram 17.283,4 milhares de euro (+ 384,8% face a 2010) e 267.080,2 milhares de euro (+11,7% face ao ano anterior), respetivamente;

- **No que se refere às Transferências correntes para a Administração Regional**, estas apresentam um acréscimo de 9,1% face ao ano anterior, ((+) 7,9% para RAA e (+) 10,5% para RAM) que, em termos absolutos e no ano de 2011, cifra-se em 93.793,3 milhares de euro.

De mencionar que o crescimento desta despesa, em 2011, e em continuidade com o comportamento apresentado em 2010, justifica-se pelo facto destas transferências incluírem os subsídios de Formação Profissional cofinanciados pelo FSE, anteriormente classificados no agrupamento “D.05 – Subsídios”.

Relativamente ao valor de despesa registada em Transferências para Emprego, Higiene e Formação Profissional, manteve-se inalterado no biénio 2010/2011 para qualquer uma das Regiões autónomas.

- **Transferências correntes para Administração Local**, atingem em 2011, o valor de 16.719,0 milhares de euro, apresentando um decréscimo de 2,9%, face a 2010. Para este decréscimo de despesa concorre, designadamente, a redução de 9,3% das transferências de valores para financiamento de ações de formação profissional cofinanciadas pelo FSE.

Execução orçamental
Transferências correntes para a administração local
2011-2010

(milhares de euro)					
Económica	Designação	2010 (1)	2011 (2)	Δ em valor (3)=(2)-(1)	Δ em % (4)=(3)/(1)*100
D.04.05	Transferências correntes para a administração local	17.226,4	16.719,0	-507,5	-2,9%
D.04.05.01	Administração Local-Continente	17.226,4	16.719,0	-507,5	-2,9%
D.04.05.01.02	Protocolo de Cooperação c/ os Municípios	5.531,8	5.644,7	112,9	2,0%
D.04.05.01.03	Contrato c/ Municípios-desenvolvimento rede social	0,0	0,0	0,0	
D.04.05.01.05	Formação Profissional	11.679,9	10.595,9	-1.084,1	-9,3%
D.04.05.01.06	Câmaras Municipais	14,7	4,5	-10,2	-69,5%
D.04.05.01.07	PCH Pessoas Idosas	0,0	474,0	474,0	

- **Transferências para Instituições sem fins lucrativos**, atinge em 2011 o valor de 1.360.702,3 milhares de euro, manifestando um acréscimo de 1,1% relativamente a 2010, incluem as transferências efetuadas no âmbito da Ação Social (nomeadamente acordos de cooperação com as IPSS). Para uma análise mais pormenorizada *vide* VII.8 – Ação Social do presente relatório.

- A rubrica **Transferências corrente para famílias**, inclui as prestações sociais e assume uma representação de 65,6% do total da despesa do Sistema de Segurança Social. Em 2011, assiste-se a uma execução de despesa de 19.256.727,0 milhares de euro que corresponde a uma redução de 0,3% face a despesa registada no ano económico de 2010.

- As **Transferências correntes para Resto do Mundo** atingem o valor de 6.708,6 milhares de euro em 2011, evidenciando um decréscimo de 1,2% comparativamente com o ano transato e englobando maioritariamente as

despesas pagas no âmbito da “Cooperação Externa”, no montante de 6.698,6 milhares de euro no que apresentam uma redução de (-) 0,5% em relação ao ano exercício de 2010.

Execução orçamental
Transferências correntes para o Resto do Mundo
2011-2010

Económica	Designação	<i>(milhares de euro)</i>			
		2010 (1)	2011 (2)	Δ em valor (3)= (2)-(1)	Δ em % (4)=(3)/(1)*100
D.04.09	Transferências correntes para o Resto do Mundo	6.792,4	6.708,6	-83,8	-1,2%
D.04.09.01	Resto Mundo-União Europeia - Instituições - Antigo Fundo	51,3	0,0	-51,3	-100,0%
D.04.09.02	Resto Mundo-União Europeia - Países Membros	10,0	10,0	0,0	0,0%
D.04.09.03	Resto Mundo-P.terceiros e org.internacionais - Depart. de Cooperação	6.731,1	6.698,6	-32,5	-0,5%

▪ **D.05 - Subsídios**

A despesa registada neste agrupamento representa 2,5% da despesa total e 3,2% da despesa efetiva do Sistema de Segurança Social e ascende, em 2011, a 732.861,8 milhares de euro, assinalando um acréscimo de 3,6% face à despesa registada em 2010.

Distribuição de Subsídios, por áreas
Análise evolutiva 2007-2011

Áreas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%
Ações de Formação com suporte FSE	543.588,5	76,3	468.637,1	78,1	790.311,9	76,3	490.804,7	69,4	507.044,9	69,2	16.240,2	3,3	-36.543,6	-6,7
Ações de Formação com suporte OSS	154.836,1	21,7	115.332,1	19,2	219.115,4	21,2	198.710,1	28,1	213.889,8	29,2	15.179,7	7,6	59.053,7	38,1
Ação Social	13.884,5	1,9	15.758,3	2,6	22.743,1	2,2	15.442,0	2,2	9.240,6	1,3	-6.201,5	-40,2	-4.644,0	-33,4
DCRI + DAPRP			1,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração					3.125,6	0,3	2.733,8	0,4	2.686,5	0,4	-47,3	-1,7	2.686,5	2,9
TOTAL	712.309,1	100,0	599.728,4	100,0	1.035.296,3	100,0	707.690,7	100,0	732.861,8	100,0	25.171,2	3,6	20.552,7	2,9

Como se observa no quadro acima apresentado, os subsídios atribuídos no âmbito das políticas ativas de emprego e formação profissional representam ao longo do quinquénio 2011/2007 um peso acima dos 97,0% do total de subsídios concedidos, assistindo neste quinquénio a um decréscimo nominal de 6,7% (com suporte no FSE) e um acréscimo de 38,1% (com suporte na CPN).

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Subsídios - AFP 2011-2010

(milhares de euro)

Fundo	CSS 2010			CSS 2011			Δ em valor			Δ em %		
	CPN (1)	FSE (2)	Total 2010 (3)=(1)+(2)	CPN (4)	FSE (5)	Total 2011 (6)=(4)+(5)	período homólogo 2010/2011			período homólogo 2010/2011		
							CPN (7)=(4)-(1)	FSE (8)=(5)-(2)	Total (9)=(6)-(3)	CPN (10)=(7)/(1)*100	FSE (11)=(8)/(2)*100	Total (12)=(9)/(3)*100
	Antigo Fundo	338,4	3.277,5	3.615,8	1.208,2	2.277,7	3.485,9	869,8	-999,7	-129,9	257,1%	-30,5%
QCA I	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
QCA II	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
QCA III	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
QREN	198.371,7	487.527,3	685.899,0	212.681,6	504.767,2	717.448,8	14.309,9	17.239,9	31.549,8	7,2%	3,5%	4,6%
QREN_Açores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
QREN_Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
QREN_POPH / FSE	0,0	487.527,3	487.527,3	0,0	504.767,2	504.767,2	0,0	17.239,9	17.239,9		3,5%	3,5%
QREN_POAT- FSE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
QREN CPN - 100% Financiada pelo OE	198.371,7	0,0	198.371,7	212.681,6	0,0	212.681,6	14.309,9	0,0	14.309,9	7,2%		7,2%
Total	198.710,1	490.804,7	689.514,8	213.889,8	507.044,9	720.934,7	15.179,7	16.240,2	31.419,9	7,6%	3,3%	4,6%

Em 2011, foram pagos 717.448,8 milhares de euro no âmbito do QREN, representando 99,5% da despesa total com Ações de Formação Profissional e registando um aumento de 4,6% relativamente ao ano de 2010, ou seja, (+) 31.549,8 milhares de euro.

Da despesa total registada em “Subsídios”, a parcela relativa à Ação Social, no montante de 9.240,6 milhares de euro, representa apenas 1,3% e regista, em 2011, um decréscimo de (-) 40,2% face ao ano anterior.

Ainda no âmbito da Ação Social, os “Subsídios para Instituições sem fins lucrativos”, atingindo o montante de 9.104,8 milhares de euro, inferior ao valor registado em 2010 em (-) 39,8%, ou seja, (-) 6.023,2 milhares de euro, subdividem-se em:

- “Subsídios para Instituições sem fins lucrativos com suporte no Fundo de Socorro Social” com o valor de 1.755,3 milhares de euro, (-) 1.433,5 milhares de euro, ou seja, (-) 45,0% face o ano anterior;
- “Subsídios para Instituições sem fins lucrativos – outros subsídios eventuais” que regista o montante de 2.714,7 milhares de euro, acusando uma redução de 45,1% ou seja (-) 2.233,0 milhares de euro comparativamente ao ano de 2010;
- “Subsídios para Instituições sem fins lucrativos – medidas apoio segurança dos equipamentos sociais” que registam a despesa de 4.634,7 milhares de euro, refletindo também um decréscimo relativo de (-) 33,7%.

Subsídios a Instituições sem fins lucrativos 2010-2011

(milhares de euro)

Despesa	CSS 2010	CSS 2011	Δ em valor	Δ em %
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)*100
Subsídios a Instituições sem fins lucrativos	15.127,9	9.104,8	-6.023,2	-39,8%
C/suporte no FSS	3.188,8	1.755,3	-1.433,5	-45,0%
Outros sub.eventuais	4.947,7	2.714,7	-2.233,0	-45,1%
C/ Suporte no FSS - Medidas de Apoio e Segurança dos Equipamentos Sociais	6.991,4	4.634,7	-2.356,7	-33,7%

▪ D.06 - Outras despesas correntes

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Decomposição e análise evolutiva da despesa paga por grandes agrupamentos de classificação económica

(milhares de euro)

Agrupamento	Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 011/10		Δ 11/07	
							%	%	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	19.069.384,9	19.964.903,3	22.165.840,4	23.071.151,7	23.037.400,5	4,7	11,0	4,1	-33.751,2	-0,1	3.968.015,6	20,8
01	Despesas com o pessoal	364.855,7	364.021,6	366.503,7	337.636,1	302.036,2	-0,2	0,7	-7,9	-35.599,9	-10,5	-62.819,5	-17,2
02	Aquisição de bens e serviços	101.443,5	107.229,5	112.198,7	121.217,9	97.538,0	5,7	4,6	8,0	-23.679,9	-19,5	-3.905,5	-3,8
03	Juros e outros encargos	1.815,4	2.493,0	2.924,4	2.917,0	2.391,1	37,3	17,3	-0,3	-525,9	-18,0	575,7	31,7
04	Transferências correntes	17.869.212,3	18.862.524,1	20.635.079,7	21.891.091,2	21.893.761,5	5,6	9,4	6,1	2.670,3	0,0	4.024.549,2	22,5
05	Subsídios	712.309,1	599.728,4	1.035.296,3	707.690,7	732.861,8	-15,8	72,6	-31,6	25.171,2	3,6	20.552,7	2,9
06	Outras despesas correntes	19.749,0	28.906,8	13.837,6	10.598,9	8.812,0	46,4	-52,1	-23,4	-1.786,9	-16,9	-10.937,0	-55,4
	Despesas Capital	2.463.482,0	6.836.275,4	7.411.536,4	8.022.745,8	6.319.467,0	8,4	8,2	8,2	-1.703.278,9	-21,2	3.855.985,0	156,5
07	Aquisição de bens de capital	40.574,7	32.605,5	27.708,5	25.296,0	23.853,0	-19,6	-15,0	-8,7	-1.443,0	-5,7	-16.721,7	-41,2
08	Transferências de capital	32.341,0	41.034,7	76.225,3	71.803,5	41.905,4	26,9	85,8	-5,8	-29.898,0	-41,6	9.564,4	29,6
09	Ativos financeiros	2.390.566,2	6.762.635,2	7.219.602,6	7.925.646,3	6.253.708,5	182,9	6,8	9,8	-1.671.937,8	-21,1	3.863.142,3	161,6
10	Passivos financeiros	0,0	0,0	88.000,0	0,0	0,0				0,0		0,0	
	Despesa Total do Sistema	21.532.866,8	26.801.178,7	29.577.376,8	31.093.897,5	29.356.867,5	24,5	10,4	5,1	-1.737.030,1	-5,6	7.824.000,6	36,3
	Despesa Efetiva do Sistema	19.142.300,6	20.038.543,5	22.269.774,2	23.168.251,3	23.103.159,0	4,7	11,1	4,0	-65.092,3	-0,3	3.960.858,4	20,7

Esta rubrica, à semelhança de anos anteriores mantém uma expressão relativa no total da despesa do Sistema de Segurança Social de caráter residual (0,03%) registando em 2011 o montante de 8.812,0 milhares de euro, inferior em (-) 16,9% ao valor registado no período homólogo de 2010.

No presente ano económico, no agrupamento “Outras despesas correntes”, merecem destaque a “restituição de contribuições e de outras receitas” registada em 2011 pelo IGFSS, IP no montante de 2.881,5 milhares de euro originando uma diminuição de -40,4% comparativamente a 2010, justificado pela automatização do processo de restituições permitindo que estas sejam maioritariamente efetuadas no próprio ano, reduzindo as pendentes de anos anteriores.

A RAA regista despesa de 41,2 milhares de euro, ainda no âmbito da “restituição de contribuições e de outras receitas” que, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verifica uma redução de -92,7%, explicada pelos mesmos motivos apontados anteriormente no IGFSS, IP.

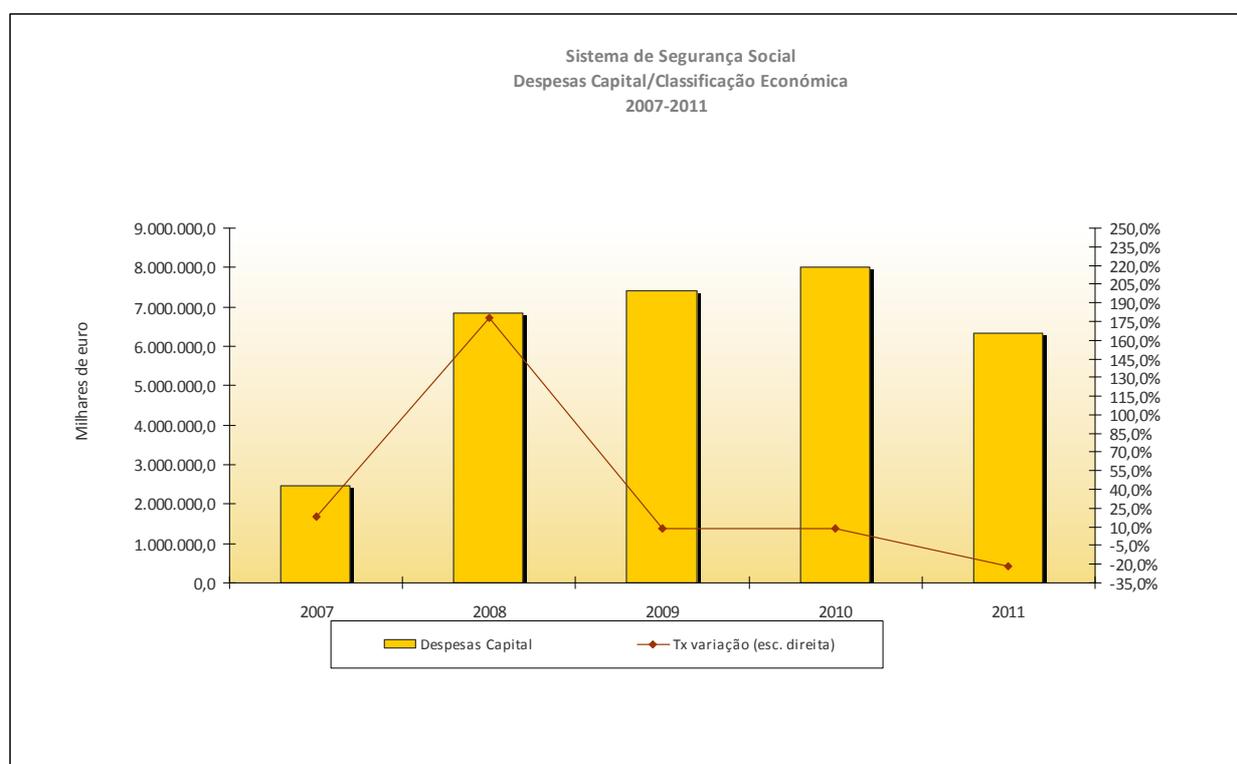
No ano de 2011, a despesa registada pelo ISS nesta económica, no âmbito da Ação Social, evidencia um incremento de 2,7%, face a 2010, decorrente do comportamento registado em:

- Funcionamento Estabelecimentos Integrados (representa aproximadamente 83,8% do total) que regista um aumento de 1,5% pelo facto de, em 2011, o ISS ter registado o reembolso de despesas, no âmbito do Acordo de Gestão celebrado com a Fundação D. Pedro IV – gestão do equipamento social: Mansão St.ª Maria de Marvila;
- Processos Tutelares Cíveis, cuja variação positiva de 56,8%, face a 2010, está relacionada diretamente com aumento de despesas inerentes a custas judiciais;
- Programa para a Inclusão e Cidadania, cujo aumento registado em 7,8 milhares de euro face ao biénio 2011/2010 decorre das despesas destinadas ao apoio técnico, administrativo e logístico ao funcionamento do PIEC assegurado pelo ISS, I.P. desde setembro de 2009; (Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009 de 02 de setembro);
- Plano/Linha de Emergência Social, cujo aumento de despesas em 6 milhares de euro é inerente ao protocolo entre o ISS, IP e a Cruz Vermelha Portuguesa;
- Comissão Proteção de Crianças e Jovens em Risco que reflete um aumento de 3,2% nas despesas com o “programa sem fronteiras”, em resultado do protocolo estabelecido entre o ISS, IDS, IPJ e Movijovem.

Apenas as despesas com a Promoção de Políticas de Apoio à família, sofrem uma redução de 10,0% face a 2010, cifrando-se no ano económico de 2011 em 13,8 milhares de euro que incluem despesa executada no âmbito do apoio financeiro do Estado às Associações de Famílias e Equiparadas (AFEAF).

Na RAM, que também regista despesa nesta rubrica no âmbito da Ação Social, assiste-se em 2011 a um acréscimo daquela em 113,3% justificado pelas despesas associadas à reabertura de um Lar de apoio à terceira idade e aumento da capacidade de outro.

• **Despesas de capital**



A evolução das “despesas de capital”, no período de 2007 a 2011 [(+)156,5%] é influenciada pelo comportamento da despesa em “ativos financeiros”[(+) 161,6% no quinquénio 2011/2007] que, em 2011, assume o peso de 99,0% no total daquelas despesas. Face a 2010, as despesas com “ativos financeiros” registam um prejuízo de (-) 1.671.937,8 milhares de euro, ou seja (-) 21,1%, fruto do comportamento dos mercados financeiros.

• **D.07 - Aquisição de bens de capital**

As despesas com aquisição de bens de capital atingem, em 2011, o valor de 23.853,0 milhares de euro, o que representa um decréscimo deste tipo de despesa em de (-) 5,7%, ou seja, (-) 1.443,0 milhares de euro em relação ao período homólogo do ano anterior, apresentando a seguinte distribuição por natureza:

Execução orçamental
Aquisição de bens de capital - Investimentos
2011-2010

(milhares de euro)

Económica	Designação	2010	2011	Δ em valor	Δ em %
		(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)*100
D.07.01	Aquisição de bens de capital - Investimentos	25.296,0	23.853,0	-1.443,0	-5,7%
D.07.01.01	Terrenos	2.999,3	2.419,1	-580,3	-19,3%
D.07.01.02	Habitacões	858,0	1.773,0	914,9	106,6%
D.07.01.03	Edifícios	519,2	5.781,4	5.262,1	1013,5%
D.07.01.04	Construções diversas	4.060,8	3.807,3	-253,5	-6,2%
D.07.01.06	Material de transporte	749,6	174,0	-575,6	-76,8%
D.07.01.07	Equipamento de informática	3.679,9	1.813,4	-1.866,5	-50,7%
D.07.01.08	Software informático	10.372,4	7.274,8	-3.097,6	-29,9%
D.07.01.09	Equipamento administrativo	546,6	85,9	-460,6	-84,3%
D.07.01.10	Equipamento básico	1.460,0	658,7	-801,3	-54,9%
D.07.01.11	Ferramentas e utensílios	1,1	0,5	-0,6	-55,7%
D.07.01.13	Investimentos incorpóreos	0,0	0,0	0,0	
D.07.01.15	Outros investimentos	49,1	65,0	15,9	32,5%

Da observação do quadro supra, constata-se no biénio 2010/2011, um decréscimo nas despesas de aquisição de “Equipamento administrativo” (-) 84,3%, “Material de transporte” (-) 76,8%, “Ferramentas e utensílios” (-) 55,7%, “Equipamento básico” (-) 54,9%, “Equipamento de informática” (-) 50,7%, “Software informático” (-) 29,9%, “Terrenos” (-) 19,3% e “Construções diversas” (-) 6,2%. Numa variação de sentido inverso apenas as rubricas de “Edifícios”, “Habitacões”, e “Outros investimentos”, com (+) 1013,5%, (+) 106,6% e (+) 32,50%, respetivamente.

Da distribuição das despesas pagas na rubrica em análise pelas ISS's (vide quadro seguinte) pode constatar-se que:

Distribuição de aquisição de bens de capital por ISS's
Análise evolutiva 2007-2011

Instituições da Seg.Social	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	%	Valor	%
IGFSS	12.620,1	31,1	9.929,2	30,5	6.099,8	22,0	2.389,1	9,4	3.007,1	12,6	618,0	25,9	-9.613,0	-76,2
IGFCSS	48,6	0,1	85,1	0,3	118,9	0,4	76,7	0,3	26,5	0,1	-50,3	-65,5	-22,1	-45,5
ISS,IP	11.568,4	28,5	5.092,6	15,6	5.479,3	19,8	4.468,6	17,7	3.966,1	16,6	-502,4	-11,2	-7.602,3	-65,7
RA'S	3.275,5	8,1	3.740,7	11,5	3.225,9	11,6	4.729,4	18,7	8.250,5	34,6	3.521,0	74,4	4.974,9	151,9
CX'S e outras	13.062,0	32,2	13.757,8	42,2	12.784,5	46,1	13.632,2	53,9	8.602,9	36,1	-5.029,4	-36,9	-4.459,2	-34,1
TOTAL	40.574,7	100,0	32.605,5	100,0	27.708,5	100,0	25.296,0	100,0	23.853,0	100,0	-1.443,0	-5,7	-16.721,7	-41,2

- A despesa executada no IGFSS em 2011 exhibe um acréscimo de (+) 25,9%, face a 2010, originado essencialmente pelo aumento do valor de bens imóveis recebidos, (+) 194,4 milhares de euros, no âmbito do processo de dação em cumprimento, pelo aumento de grandes obras de reparação dos Imóveis – património com uma execução de

62,6% do montante orçamentado de 410,0 milhares de euro; assim como 416,0 milhares de euro para a empreitada de conservação do Edifício sede com execução de 72,3%.

- No que respeita ao ISS, IP, apresenta uma despesa em “aquisição de bens de capital” no montante de 3.966,1 milhares de euro e uma redução de 11,2 % quando comparada com o valor despendido em 2010.

ISS, IP - DGCF - O quadro seguinte demonstra a desagregação do montante em causa:

Económica	Designação	2011
D.07	Aquisição de bens de capital	3.966.123,2
D.07.01	Investimentos	3.966.123,2
D.07.01.03	Edifícios	67.463,0
4421110000	Edifícios A.	67.463,0
D.07.01.04	Construções diversas	3.332.875,4
2723110000	Edifícios A.	153.207,8
2723210000	Edifícios A.	151.690,8
2724220000	Estudos e pareceres	12.192,1
4221100000	S/terreno subjacente	5.006,7
4421110000	Edifícios A.	3.010.778,0
D.07.01.07	Equipamento de informática	20.868,9
4231000000	Equipamento informático	14.935,4
4423100000	Equipamento informático	5.933,5
D.07.01.08	Software informático	208.697,8
2724110000	Serviços informatica	492,4
2724210000	Serviços informatica	208.205,4
D.07.01.10	Equipamento básico	335.739,6
4231000000	Equipamento informático	2.936,2
4232000000	Maquina e Equip. soc	96.551,4
4233000000	Equip.escrit.,reprog	66.000,9
4234000000	Mobiliário	56.928,1
4239000000	Outros	113.322,9
D.07.01.11	Ferramentas e utensílios	478,5
4250000000	Ferramentas e utensílios	478,5

Fonte: SIF - Mapa 7.1

-Relativamente às despesas apresentadas pelas RA's no ano económico de 2011, aquelas cifram-se em 8.250,5 milhares de euro, (+) 74,4% que no ano transato. Este acréscimo ficou a dever-se à execução de algumas obras de remodelação na RA dos Açores, com a compra de equipamento informático, de software (relógio de ponto) e de equipamento básico.

- Quanto às Caixas e Outras, as despesas em 2011 atingem o montante de 8.602,9 milhares de euro, sofrendo uma variação negativa de (-) 36,9%. Para o valor obtido, concorre, fundamentalmente, o Instituto de Informática despendendo 8.581,9 milhares de euro, ou seja, 99,8% do total da despesa daquelas e 36,0% do total das despesas com o agrupamento "aquisição de bens de capital".

Distribuição de aquisição de bens de capital por áreas
Análise evolutiva 2007-2011

Áreas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo no total %	Valor	%	Valor	%								
Apoio Judiciário	6,6	0,0	0,0	0,0	11,9	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	-0,6	-100,0	-6,6	-100,0
Doenças profissionais	9,1	0,0	20,7	0,1	0,0	0,0	7,2	0,0	0,0	0,0	-7,2		-9,1	-100,0
Administração	1.185,1	2,9	1.409,5	4,3	1.812,0	6,5	1.567,1	6,2	0,4	0,0	-1.566,7	-100,0	-1.184,8	-100,0
Ações de Formação Profissional		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Programas de Ação Social	3.757,6	9,3	2.409,5	7,4	1.658,3	6,0	1.691,6	6,7	2.506,1	10,5	814,6	48,2	-1.251,5	-33,3
Outras Despesas de Capital	14.926,5	36,8	12.159,3	37,3	8.574,8	30,9	6.558,7	25,9	21.346,5	89,5	14.787,8	225,5	6.420,0	43,0
Interreg	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		-3,3	
PIDDAC	20.686,4	51,0	16.606,4	50,9	15.651,6	56,5	15.470,9	61,2	0,0	0,0	-15.470,9	-100,0	-20.686,4	-100,0
TOTAL	40.574,7	100,0	32.605,5	100,0	27.708,5	100,0	25.296,0	100,0	23.853,0	100,0	-1.443,0	-5,7	-16.721,7	-41,2

Da análise à decomposição da despesa paga em "Aquisição de bens de capital" por áreas (vide quadro supra) pode constatar-se que:

No âmbito dos "Programas de Ação Social" assistiu-se a um investimento em 2011 de 2.506,1 milhares de euro, refletindo uma variação positiva (+) 48,2% relativamente ao ano de 2010, respeitante designadamente ao "Equipamento de apoio às pessoas idosas e pessoas com deficiência" e "Equipamentos de apoio à infância, crianças e jovens em risco e família e comunidade" envolvendo a despesa de 880,4 milhares de euro e de 1.064,8 milhares de euro respetivamente, no ISS; IP.

No exercício de 2011, as "Outras Despesas de Capital" apresentam um acréscimo face a 2010, de 225,5%, como já referido anteriormente, motivado pelo aumento da execução dos autos de dação em pagamento relativos a edifícios e terrenos na RAA como pode constatar-se no quadro seguinte:

Execução orçamental
Autos de dação em pagamento
2011-2010

(milhares de euro)

Instituição	2010	2011	Δ em valor	Δ em %
	(1)	(2)	(3)= (2)-(1)	(4)=(3)/(1)*100
RAA	1.661.040,0	5.105.881,3	3.444.841,3	207,4%
IGFSS	2.134.082,0	2.328.463,5	194.381,5	9,1%
Total	3.795.122,0	7.434.344,8	3.639.222,8	95,9%

Em “Administração”, a variação face a 2010 é inferior em cerca -100, %. (para melhor detalhe ver capítulo sobre Administração).

Aquisição de bens de capital
Programas de Ação Social
2010-2011

Programa de Ação Social	2010	2011	milhares de euro	
			Δ 2011/2010 valor	Δ 2011/2010 %
Prog. C. Ajuda Carenc.	0,0	0,0	0,0	
Intervenções Estab. Integrados	113,7	1.064,8	951,1	836,4%
Euromilhões	18,5	880,4	861,9	4668,7%
Funcionamento Estabelecimento Integrados	1.534,7	307,3	-1.227,4	-80,0%
Formação Ação Social	0,0	0,0	0,0	
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	24,6	0,0	-24,6	-100,0%
PIDDAC	0,0	253,6	253,6	
Total	1.691,6	2.506,1	814,6	48,2%

▪ **D.08 - Transferências de capital**

As transferências de capital, atingem em 2011 o valor de 41.905,4 milhares de euro, refletindo uma redução de 41,6% confrontando com o valor registado no ano de 2010.

Execução Orçamental
2007-2011
Sistema de Segurança Social
Transferências de Capital por destinatário

Agrupamento	Subagrupamento	Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 08/07		Δ 09/08		Δ 10/09		Δ 11/10		Δ 11/07	
								%	%	%	%	Valor	%	Valor	%		
08		Transferências de Capital	32.341,0	41.034,7	76.225,3	71.803,5	41.905,4	26,9	85,8	-5,8	-29.898,0	-41,6	9.564,4	29,6			
	01	Soc. E Q. Soc. Não Financeiras			6.601,5	5.589,9	4.343,2			-15,3	-1.246,7	-22,3	4.343,2				
	03	Administração Central	8.359,7	6.874,1	5.921,5	0,0	0,0	-17,8	-13,9	-100,0	0,0		-8.359,7	-100,0			
	04	Administração Regional	47,5	44,0	51,3	0,0	0,0		16,6	-100,0	0,0		-47,5	-100,0			
	07	Instituições sem fins lucrativos	23.787,7	33.993,1	61.990,1	63.837,1	37.296,4	42,9	82,4	3,0	-26.540,7	-41,6	13.508,7	56,8			
	09	Resto do Mundo	146,1	123,7	1.661,0	2.376,5	265,9	-15,4	1.243,2	43,1	-2.110,6	-88,8	119,8	82,0			
		Despesa Total do Sistema	21.532.866,8	26.801.178,7	29.577.376,8	31.093.897,6	29.356.867,5	24,5	10,4	5,1	-1.737.030,1	-5,6	7.824.000,7	36,3			
		Despesa Efetiva do Sistema	19.142.300,6	20.038.543,5	22.269.774,2	23.168.251,3	23.103.159,0	4,7	11,1	4,0	-65.092,3	-0,3	3.960.858,4	20,7			

As “Transferências de Capital” concedidas, incluem:

- Nas “**Transferências de capital para Sociedades Não financeiras**”, as transferências de capital para o INATEL, no âmbito do Subsistema de Solidariedade, evidenciando uma diminuição da despesa em -22,3%;
- No que concerne às “**Transferências para Instituições sem fins lucrativos**”, os valores despendidos em investimentos em equipamentos sociais no âmbito do Programa PARES que absorve 80,8% da despesa realizada em 2011;

• Nas “Transferências para o Resto do Mundo”, o montante de 265,9 milhares de euro, relativo a despesas suportadas pelo IGFSS no montante de 175,2 milhares de euro afetos a Administração – Cooperação externa - e as transferências pagas pela Região Autónoma dos Açores no valor de 90,7 milhares de euro, no âmbito do InterregIII B – projeto “ESCALA” e projeto “ATENA”, Governo Regional das Canárias, nos montantes 3,3 milhares de euro e 87,3 milhares de euro respetivamente;

▪ **D.09 - Ativos financeiros**

A despesa total desta rubrica cifra-se, em 2011, em 6.253.758,5 milhares de euro e corresponde à aquisição de títulos a curto, médio e longo prazo, derivados financeiros, ações e outras participações, unidades de participação e outros ativos financeiros, evidenciando um decréscimo de 21,1% face a 2010.

Distribuição de Ativos Financeiros por ISS's
Análise evolutiva 2007-2011

Instituições da Seg.Social	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011/2010		Δ 2011/2007	
	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	Peso relativo de cd ISS no total %	Valor	%	Valor	%
IGFSS	0,0		100.000,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
IGFCSS	2.390.549,2	100,0	6.662.619,2	98,5	7.219.587,8	100,0	7.925.633,5	100,0	6.253.695,7	100,0	-1.671.937,8	-21,1	3.863.146,5	161,6
BANCA DOS CASINOS	17,0	0,0	16,0	0,0	14,8	0,0	12,8	0,0	12,8	0,0	0,0	0,3	-4,2	-24,8
TOTAL	2.390.566,2	100,0	6.762.635,2	100,0	7.219.602,6	100,0	7.925.646,3	100,0	6.253.708,5	100,0	-1.671.937,8	-21,1	3.863.142,3	161,6

Com base nos elementos evidenciados na decomposição da despesa total por ISS's, registados no quadro supra, refira-se o seguinte:

- No IGFCSS, em 2011, a despesa executada com a aquisição de “Ativos Financeiros” atinge o montante de 6.253.695,7 milhares de euro, aproximadamente 100,0 % da despesa total, refletindo um decréscimo de 21,1% relativamente ao ano de 2010 (Para análise mais detalhada, *vide* capítulo IX – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)).

- No Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais da Banca dos Casinos regista, em 2011, despesa de 12,8 milhares de euro, concretizada na aquisição de unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, reflete um crescimento de (+) 0,3 % face ao ano de 2010.

▪ **D.10 - Passivos financeiros**

No ano de 2011 não existe qualquer registo de despesa desta natureza na Conta da Segurança Social.

V.4. – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR SISTEMAS E SUBSISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL

De acordo com o artigo 32.º da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas e as despesas da Segurança social são ainda apresentadas por Subsistema/Sistema e dentro destes codificadas de harmonia com o Classificador Económico das Receitas e Despesas Públicas em vigor.

Os referidos mapas – XIII (Receitas de cada Subsistema/Sistema, por classificação económica) e XIV (Despesas de cada Subsistema/Sistema, por classificação económica) identificados na Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto como mapas orçamentais derivados são apresentados nos quadros seguintes que, evidenciam ainda o resultado de comparação do somatório daqueles com o mapa orçamental de base: Mapa X – “Receitas da Segurança Social, por classificação económica” e com o mapa orçamental derivado: Mapa XII – “Despesas da Segurança Social, por classificação económica”.

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Execução orçamental por Sistemas e Subsistemas da Segurança Social

CSS2011

RECETA

Milhares de euro

Rubricas	Sistema de Proteção Social de Cidadania			Sistema Previdencial		Total Mapa XIII (1)	Total Mapa X (2)	Diferença (1)-(2)
	Subsistema de Proteção Familiar	Subsistema de Solidariedade	Subsistema de Ação Social	Repartição	Capitalização			
Receitas Correntes	1.216.856,3	4.541.582,7	1.644.380,0	15.658.310,6	359.614,8	23.420.744,5	23.268.073,1	152.671,4
Contribuições para a Segurança Social	0,0	0,0	0,0	13.760.029,5	0,0	13.760.029,5	13.746.317,0	13.712,5
Subsistema Previdencial				13.753.145,6		13.753.145,6	13.739.433,1	13.712,5
Regímenes complementares e especiais				6.883,9		6.883,9	6.883,9	0,0
Taxas, multas e outras penalidades	33,9	11,5	184,4	110.251,7	0,0	110.481,5	110.481,5	0,0
Rendimentos da propriedade	0,0	0,0	2.612,1	90.763,5	359.571,2	452.946,9	451.211,1	1.735,8
Juros - Soc. e quase soc. não financeiras					139,3	139,3	139,3	0,0
Juros - Sociedades Financeiras			2.612,1	88.254,0	18.847,3	109.713,5	109.713,5	0,0
Juros - Administração Pública				8,9	235.840,2	235.849,1	235.849,1	0,0
Juros - Instituições sem fins lucrativos				8,4		8,4	8,4	0,0
Juros - Resto do mundo					42.464,7	42.464,7	42.464,7	0,0
Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras				0,3	52.116,2	52.116,5	52.116,5	0,0
Dividendos e partic. nos lucros de soc. financeiras					8.027,3	8.027,3	8.027,3	0,0
Rendas				2.491,9	2.136,3	4.628,1	2.892,4	1.735,8
Transferências Correntes	1.215.183,7	4.538.616,5	1.633.717,3	1.679.245,0	0,0	9.066.762,5	8.929.539,3	137.223,2
Sociedades e quase Sociedades Financeiras				651,9		651,9	651,9	0,0
Administração Central	1.215.183,7	4.538.616,5	1.470.097,6	395.331,3	0,0	7.619.229,1	7.614.543,4	4.685,7
Estado				378.526,1		378.526,1	378.526,1	0,0
Estado-Subsistema de Solidariedade		4.538.616,5				4.538.616,5	4.538.616,5	0,0
Estado-Subsistema de Ação Social			1.465.131,0			1.465.131,0	1.465.131,0	0,0
Estado - Subsistema de Proteção Familiar	1.215.089,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1.215.089,1	1.215.089,1	0,0
Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados						0,0	0,0	0,0
SFA	94,7			16.716,2		16.810,9	16.810,9	0,0
Serviços e Fundos Autónomos						0,0	0,0	0,0
SFA - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados			4.966,6	89,0		5.055,6	369,9	4.685,7
SFA-Sub.Solidariedade						0,0	0,0	0,0
Estado - Sistema Previdencial						0,0	0,0	0,0
Segurança Social					132.537,5	132.537,5	0,0	132.537,5
Instituições sem fins lucrativos			163.619,7			163.619,7	163.619,7	0,0
Resto do mundo				1.150.724,3		1.150.724,3	1.150.724,3	0,0
Vendas de bens e serviços correntes	0,0	0,0	7.435,8	10.258,0	43,6	17.737,4	17.737,4	0,0
Vendas de bens			16,3	27,5	0,0	43,8	43,8	0,0
Serviços			7.419,6	10.230,5	43,6	17.693,6	17.693,6	0,0
Outras Receitas Correntes	1.638,7	2.954,7	430,3	7.763,0	0,0	12.786,7	12.786,7	0,0
Outras	1.638,7	2.954,7	430,3	7.763,0	0,0	12.786,7	12.786,7	0,0
Receitas Capital	0,0	0,0	2.789,6	3.924,3	5.744.697,4	5.751.411,4	5.454.381,6	297.029,8
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	2.789,6	3.924,3	297.029,8	299.819,4	2.789,6	297.029,8
Transferências de capital	0,0	0,0	2.702,3	0,0	0,0	2.702,3	2.702,3	0,0
Administração Central	0,0	0,0	2.702,3	0,0	0,0	2.702,3	2.702,3	0,0
Estado - Subsistema de Ação Social			2.702,3			2.702,3	2.702,3	0,0
Estado - Participação Portuguesa em Projetos Cofinanciados						0,0	0,0	0,0
SFA - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados						0,0	0,0	0,0
Segurança Social					297.029,8	297.029,8	0,0	297.029,8
Resto do Mundo			87,3			87,3	87,3	0,0
Ativos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	5.447.667,6	5.447.667,6	5.447.667,6	0,0
Depósitos, certificados de depósito e poupança	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sociedades financeiras						0,0	0,0	0,0
Títulos a curto prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	996.604,2	996.604,2	996.604,2	0,0
Sociedades e quase sociedades não financeiras					35.000,0	35.000,0	35.000,0	0,0
Administração Pública - Administração Central - Estado					756.149,1	756.149,1	756.149,1	0,0
Resto do Mundo - União Europeia					28.617,4	28.617,4	28.617,4	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais					176.837,8	176.837,8	176.837,8	0,0
Títulos a médio e longo prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	2.234.668,2	2.234.668,2	2.234.668,2	0,0
Administração Pública - Administração Central - Estado					603.727,0	603.727,0	603.727,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia					1.297.389,7	1.297.389,7	1.297.389,7	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais					333.551,6	333.551,6	333.551,6	0,0
Derivados financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	8.442,9	8.442,9	8.442,9	0,0
Resto do Mundo - União Europeia					-3.171,8	-3.171,8	-3.171,8	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais					11.614,7	11.614,7	11.614,7	0,0
Empréstimos a médio e longo prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições sem fins lucrativos						0,0	0,0	0,0
Ações e outras participações	0,0	0,0	0,0	0,0	744.112,6	744.112,6	744.112,6	0,0
Resto do Mundo - União Europeia					40.277,9	40.277,9	40.277,9	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais					703.834,8	703.834,8	703.834,8	0,0
Unidades de participação	0,0	0,0	0,0	0,0	1.463.839,7	1.463.839,7	1.463.839,7	0,0
Sociedades financeiras					897,9	897,9	897,9	0,0
Resto do Mundo - União Europeia					1.070.941,8	1.070.941,8	1.070.941,8	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais					392.000,0	392.000,0	392.000,0	0,0
Outros ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia						0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais						0,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos a curto prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sociedades financeiras						0,0	0,0	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas	54.924,7	26.280,4	134.438,7	654.405,5	490.284,8	1.360.334,1	1.360.334,1	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	54.924,7	26.280,4	10.491,5	176.109,0	0,0	267.805,5	267.805,5	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	54.924,7	26.280,4	10.491,5	176.109,0	0,0	267.805,5	267.805,5	0,0
Saldo do Ano Anterior	0,0	0,0	123.947,3	478.296,5	490.284,8	1.092.528,6	1.092.528,6	0,0
Saldo do ano anterior com aplicação em despesa (1)			123.947,3	478.296,5	490.284,8	1.092.528,6	1.092.528,6	0,0
Regularização ao saldo do ano anterior com aplicação em despesa (2)					0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo do ano anterior com aplicação em despesa - Ajustado (3) = (1) ± (2)	0,0	0,0	123.947,3	478.296,5	490.284,8	1.092.528,6	1.092.528,6	0,0
Receita Total	1.271.781,0	4.567.863,1	1.781.608,4	16.316.640,5	6.594.597,0	30.532.490,0	30.082.788,8	449.701,2
Receita Efetiva	1.271.781,0	4.567.863,1	1.657.661,1	15.838.344,0	656.644,6	23.992.293,8	23.542.592,5	449.701,2

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Execução orçamental por Sistemas e Subsistemas da Segurança Social
CSS2011
DESPESA

Milhares de euro

Rubricas	Sistema de Proteção Social de Cidadania			Sistema Previdencial		Total Mapa XIV (1)	Total Mapa XII (2)	Diferença (1)-(2)
	Subsistema de Proteção Familiar	Subsistema de Solidariedade	Subsistema de Ação Social	Repartição	Capitalização			
Despesas Correntes	1.257.140,3	4.480.829,1	1.592.992,8	15.854.700,0	4.409,7	23.190.071,9	23.037.400,5	152.671,4
Despesas com o pessoal	13.909,6	51.936,6	77.254,3	171.378,3	1.269,9	315.748,6	302.036,2	13.712,5
Aquisição de bens e serviços	4.232,8	15.561,0	26.401,5	52.200,8	877,6	99.273,7	97.538,0	1.735,8
Juros e outros encargos	7,3	26,8	9,9	96,2	2.250,9	2.391,1	2.391,1	0,0
Transferências Correntes	1.238.633,3	4.411.993,0	1.477.830,3	14.902.528,1	0,0	22.030.984,7	21.893.761,5	137.223,2
Soc. e quase soc. não financeiras		5656,83	2090,7			7747,5	7747,5	0,0
Administração Central	160,8	590,5	50.684,8	1.104.613,5	0,0	1.156.049,6	1.151.363,9	4.685,7
Estado	160,8	590,5	218,3	320.810,1	0,0	321.779,7	321.779,7	0,0
Estado - Subsistema de Ação social			50.466,5			50.466,5	50.466,5	0,0
Serviços e Fundos Autónomos			0,0			0,0	0,0	0,0
SFA - Subsistema de Ação Social			0,0			0,0	0,0	0,0
SFA - Sistema Previdencial				783.803,4		783.803,4	779.117,7	4.685,7
SFA - Participação Por. Projectos Cofinanciados						0,0	0,0	0,0
Administração Regional				93.793,3		93.793,3	93.793,3	0,0
Região Autónoma dos Açores				50.759,7		50.759,7	50.759,7	0,0
Região Autónoma dos Madeira				43.033,5		43.033,5	43.033,5	0,0
Administração Local			6.123,1	10.595,9		16.719,0	16.719,0	0,0
Segurança Social	56.337,5	76.200,0	0,0	0,0	0,0	132.537,5	0,0	132.537,5
Instituições sem fins lucrativos		30.441,9	1.330.260,4	0,0		1.360.702,3	1.360.702,3	0,0
Famílias	1.182.135,0	4.299.103,8	88.650,3	13.686.837,9	0,0	19.256.727,0	19.256.727,0	0,0
Resto do Mundo			21,0	6.687,6		6.708,6	6.708,6	0,0
Subsídios	147,5	541,7	9.440,8	722.731,8	0,0	732.861,8	732.861,8	0,0
Sociedades e quase sociedades não financeiras				263.380,3		263.380,3	263.380,3	0,0
Sociedades financeiras				48,1		48,1	48,1	0,0
Instituições sem fins lucrativos	147,5	541,7	9.321,1	459.303,3	0,0	469.313,6	469.313,6	0,0
Famílias			119,8	0,0		119,8	119,8	0,0
Outras despesas correntes	209,7	770,1	2.055,9	5.764,9	11,3	8.812,0	8.812,0	0,0
Diversas	209,7	770,1	2.055,9	5.764,9	11,3	8.812,0	8.812,0	0,0
Despesas Capital	0,0	4.343,2	39.821,8	318.609,5	6.253.722,1	6.616.496,8	6.319.467,0	297.029,8
Aquisição de bens de capital	0,0	0,1	5.440,7	18.385,8	26,5	23.853,0	23.853,0	0,0
Investimentos	0,0	0,1	5.440,7	18.385,8	26,5	23.853,0	23.853,0	0,0
Transferências de capital	0,0	4.343,2	34.381,1	300.211,0	0,0	338.935,2	41.905,4	297.029,8
Soc. e quas.soc.n/fin		4.343,2				4.343,2	4.343,2	0,0
Administração Central						0,0	0,0	0,0
Administração Regional						0,0	0,0	0,0
Segurança Social				297.029,8		297.029,8	0,0	297.029,8
Instituições sem fins lucrativos			34.290,5	3.005,9		37.296,4	37.296,4	0,0
Resto do Mundo			90,6	175,3		265,9	265,9	0,0
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	12,8	6.253.695,7	6.253.708,5	6.253.708,5	0,0
Títulos a curto prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	721.771,1	721.771,1	721.771,1	0,0
Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas					20.000,0	20.000,0	20.000,0	0,0
Administração pública central - Estado					454.360,3	454.360,3	454.360,3	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Instituições					37.945,9	37.945,9	37.945,9	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Países membros					6.080,3	6.080,3	6.080,3	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais					203.384,6	203.384,6	203.384,6	0,0
Títulos a médio e longo prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	3.632.006,4	3.632.006,4	3.632.006,4	0,0
Administração Pública Central - Estado					1.616.369,1	1.616.369,1	1.616.369,1	0,0
Administração Pública Local - Continente					0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Instituições					0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Países membros					1.383.516,8	1.383.516,8	1.383.516,8	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais					632.120,5	632.120,5	632.120,5	0,0
Derivados financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Países membros					0,0	0,0	0,0	0,0
Ações e outras participações	0,0	0,0	0,0	0,0	245.277,3	245.277,3	245.277,3	0,0
Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas					0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Instituições					38.274,4	38.274,4	38.274,4	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais					207.002,9	207.002,9	207.002,9	0,0
Unidades de participação	0,0	0,0	0,0	12,8	1.654.640,9	1.654.653,7	1.654.653,7	0,0
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras				12,8		12,8	12,8	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Instituições					1.224.390,9	1.224.390,9	1.224.390,9	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Países membros					430.250,0	430.250,0	430.250,0	0,0
Outros ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - União Europeia - Países membros					0,0	0,0	0,0	0,0
Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais					0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras						0,0	0,0	0,0
Despesa Total	1.257.140,3	4.485.172,3	1.632.814,7	16.173.309,5	6.258.131,8	29.806.568,7	29.356.867,5	449.701,2
Despesa Efetiva	1.257.140,3	4.485.172,3	1.632.814,7	16.173.296,7	4.436,2	23.552.860,2	23.103.159,0	449.701,2

As diferenças apuradas entre os mapas X e XII e o somatório, respetivamente, dos mapas XIII e XIV decorrem do acolhimento de recomendações do Tribunal de Contas (recomendação n.º 56-PCGE/2007; recomendação n.º 57-PCGE/2007; recomendação n.º 58-PCGE/2007; recomendação n.º 59-PCGE/2007; recomendação n.º 60-PCGE/2008). Em síntese o Tribunal de Contas recomenda:

1 – Eliminação dos fluxos orçamentais de receita e de despesa, correspondentes às operações recíprocas às ISS's. Contudo, “ (...) no que respeita aos Mapas XIII – Receitas dos Sistemas (componentes e subsistemas de acordo com a atual Lei de Bases) por classificação económica e XIV – Despesa dos Sistemas (componentes e subsistemas de acordo com a atual Lei de Bases) por classificação económica apenas devem ser eliminadas as operações recíprocas entre instituições de segurança social quando as receitas e as despesas pertençam ao mesmo Sistema (componentes ou subsistemas de acordo com a atual Lei de Bases).” (pág.XII.19 – Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2008).

2 – Visibilidade dos fluxos financeiros utilizados entre Sistemas/Subsistemas;

3 - Saldo integrado e não integrado de gerências anteriores refletido no mapa XXII e mapa de fluxos de caixa.

Neste contexto, procedeu-se em sede de elaboração da CSS/2011:

- Anulação entre receitas e despesas de operações recíprocas entre instituições de Segurança Social, nomeadamente:
 - a) Receitas e despesas com contribuições a cargo da entidade patronal;
 - b) Transferências relacionadas com ações de formação profissional;
 - c) Rendimentos e encargos com edifícios utilizados pelas ISS's para o desenvolvimento da sua atividade.
- Nos mapas derivados XIII e XIV, encontram-se evidenciadas as transferências entre Subsistemas e Sistemas da Segurança Social.

A observação da diferença existente entre o Mapa X e o Mapa XII e o Mapa XXII (Mapa das receitas e das despesas por classificação económica), deriva do facto de neste último se encontrar também refletido o saldo não integrado em despesa de gerências anteriores, enquanto que no Mapa X está, apenas, incluído na rubrica de receita “Saldo de gerência do ano anterior” a parcela do saldo transitado aprovada para aplicação em despesa.

Acresce ainda referir que, a diferença registada nos mapas derivados – Mapas XIII e XIV para com o Mapa LBSS, resulta do facto de, nos primeiros (Mapa XIII) estar incluída a parcela relativa ao saldo transitado de gerências anteriores com aplicação em despesa, enquanto que, no Mapa da LBSS, aliás à imagem do que sucede com o Mapa XXII, encontra-se vertido o valor do saldo integrado e não integrado em despesa de gerências anteriores.



Face às recomendações do Tribunal de Contas, o impacto das modificações introduzidas fez-se sentir, de forma transversal, quer nas componentes do Sistema Previdencial, quer nos Subsistemas que integram o Sistema de Proteção Social de Cidadania.

DIVERGÊNCIAS DOS MAPAS XIII E XIV COM OS MAPAS X E XII

Milhares de euro

Económica	Valor Mapas XIII e XIV	Valor Mapas X e XII	Diferença	Justificação
R.03.01.02.01 - Contribuições	13.760.029,5	13.746.317,0	13.712,5	Anulação da receita de contribuições a cargo da entidade patronal referente às operações internas do Sistema da Segurança Social.
R.05.10.03.01 - Rendas -Habitações- Instituições Seg. Social/ R.05.10.04.01 - Rendas - Edifícios - Instituições Seg. Social	4.628,1	2.892,4	1.735,8	Anulação de receitas com rendas recíprocas originárias de arrendamentos entre entidades compreendidas no perímetro da Segurança Social.
R.06.03.11 - Transf ⁹ correntes - Adm. Central - SFA - Part. Com. em proj.cofinanciados	7.619.229,1	7.614.543,4	4.685,7	Eliminação de operações recíprocas relativas a transferências com ações de formação profissional, entre o IGSS, I.p e o ISS, I.P.
R.06.06 - Transferências correntes - Segurança Social	132.537,5	0,0	132.537,5	Valor relativo a transferências internas ocorridas entre Sistemas/Subsistemas da Segurança Social (Sistema Previdencial Repartição - 132.537,5 milhares de euro)
R.10.06 - Transferências de capital - Segurança Social	297.029,8	0,0	297.029,8	Valor relativo a transferências internas ocorridas entre Sistemas/Subsistemas da Segurança Social (Sistema Previdencial Capitalização - 297.029,8 milhares de euro)
D.01.03.05.02 - Contribuições para a segurança Social	315.748,6	302.036,2	13.712,5	Anulação da despesa de contribuições a cargo da entidade patronal referente às operações internas do Sistema da Segurança Social.
D.02.02.03.01 -Conservação de bens - Inst. Seg. Social/ D.02.02.04.01 -Locação de edifícios - Instituições Seg. Social	99.273,7	97.538,0	1.735,8	Anulação de despesas com rendas recíprocas originárias de arrendamentos entre entidades compreendidas no perímetro da Segurança Social.
D.04.03.07.08 - Transf ⁹ correntes - Adm. Central - SFA - Sist. Previdencial - Ações form. prof.	783.803,4	779.117,7	4.685,7	Eliminação de operações recíprocas relativas a transferências com ações de formação profissional, entre o IGSS, IP e o ISS, IP
D.04.06 - Transferências correntes - Segurança Social	132.537,5	0,0	132.537,5	Valor relativo a transferências internas ocorridas entre Sistemas/Subsistemas da Segurança Social (Subsistema de Proteção Familiar - 56.337,5 milhares de euro e Subsistema de Solidariedade - 76.200,0 milhares de euro).
D.08.06 - Transferências de capital - Segurança Social	297.029,8	0,0	297.029,8	Valor relativo a transferências internas ocorridas entre Sistemas/Subsistemas da Segurança Social (Sistema Previdencial Repartição - 297.029,8 milhares de euro).

Em síntese, as divergências entre os Mapa XIII/XIV e os Mapas X/XII totalizam os 449.701,2 milhares de euro, desagregadas da seguinte forma:

- 20.133,9 milhares de euro dizem respeito aos movimentos de anulação das operações recíprocas entre instituições da Segurança Social.
- 429.567,3 milhares de euro dizem respeito às transferências internas entre Sistemas/Subsistemas do sistema de Segurança Social, detalhadas no quadro seguinte.

**Transferências entre Sistemas e Subsistemas
CSS2011**

Milhares euro

Sistemas e Subsistemas	Transferências	
	Cedidas	Obtidas
Subsistema Proteção Familiar	56.337,5	
Subsistema de Solidariedade		
Sistema Previdencial - Repartição	56.337,5	
Subsistema de Solidariedade	76.200,0	
Subsistema Proteção Familiar		
Sistema Previdencial - Repartição	76.200,0	
Subsistema de Ação Social		
Sistema Previdencial - Repartição		
Sistema Previdencial - Repartição	297.029,8	132.537,5
Subsistema Proteção Familiar		56.337,5
Subsistema de Solidariedade		76.200,0
Subsistema de Ação Social		0,0
Sistema Previdencial - Capitalização	297.029,8	
Sistema Previdencial - Capitalização		297.029,8
Total de transferências	429.567,3	429.567,3

Saldo Efetivo

Relativamente ao saldo efetivo, apresenta-se quadro com a sua desagregação por Sistema/Subsistemas conforme os mapas derivados XIII e XIV.

**Execução orçamental por Sistemas e Subsistemas da Segurança Social
CSS2011
Quadro síntese**

Milhares de euro

Rubricas	Sistema de Proteção Social de Cidadania			Sistema Previdencial		Total
	Subsistema de Proteção Familiar	Subsistema de Solidariedade	Subsistema de Ação Social	Repartição	Capitalização	
Receita Efetiva	1.271.781,0	4.567.863,1	1.657.661,1	15.838.344,0	656.644,6	23.992.293,8
Outras Receitas	0,0	0,0	123.947,3	478.296,5	5.937.952,4	6.540.196,2
Receita total	1.271.781,0	4.567.863,1	1.781.608,4	16.316.640,5	6.594.597,0	30.532.490,0
Despesa Efetiva	1.257.140,3	4.485.172,3	1.632.814,7	16.173.296,7	4.436,2	23.552.860,2
Outras Despesas	0,0	0,0	0,0	12,8	6.253.695,7	6.253.708,5
Despesa total	1.257.140,3	4.485.172,3	1.632.814,7	16.173.309,5	6.258.131,8	29.806.568,7
Receita efetiva - Despesa efetiva	14.640,7	82.690,8	24.846,4	-334.952,8	652.208,4	439.433,6
Receita total - Despesa total	14.640,7	82.690,8	148.793,7	143.330,9	336.465,2	725.921,3

Refira-se ainda que, o total de 439.433,6 milhares de euro de saldo efetivo encontra-se analisado de forma detalhada no capítulo V.6 – “Saldo orçamental global final e saldo orçamental na ótica da contabilidade pública – Sistema de Segurança Social”.

V.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS POR ORIGEM E DAS DESPESAS POR APLICAÇÃO E POR SISTEMAS E SUBSISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL (MAPA LBSS)

No capítulo precedente, apresentou-se a execução orçamental por subsistema/sistema, na ótica do classificador económico das receitas e despesas públicas (Mapas XIII e XIV).

Neste capítulo, apresenta-se a execução orçamental, ainda por subsistema/sistema, contudo, na ótica da origem e aplicação de recursos do Sistema de Segurança Social.

De referir que o Mapa da LBSS que a seguir se apresenta, difere dos Mapas XIII (Receitas de cada Subsistema/Sistema, por classificação económica) e XIV (Despesas de cada Subsistema/Sistema, por classificação económica), por nos primeiros incluírem o saldo de gerência anterior sem aplicação em despesa e o saldo de cada subsistema se encontrar vertido no próprio Mapa.

Para efeitos de comparabilidade, introduziu-se no Mapa que a seguir se apresenta, em cada subsistema/sistema, uma coluna reportada ao exercício anterior.

Execução Orçamental
CSS 2011

V.5 - Execução Orçamental das receitas por origem e despesas por aplicação e por Sistemas/Subsistemas do Sistema de Segurança Social

(Em euro)

RUBRICA RECEITA/DESPEZA	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA						SISTEMA PREVIDENCIAL			
	Subsistema de Solidariedade		Subsistema de Proteção Familiar		Subsistema de Ação Social		Sistema Previdencial Repartição		Sistema Previdencial Capitalização	
	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011
Total do Saldo do Ano Anterior (a)	0,00	0,00	0,00	25.235.891,96	429.154.176,72	492.824.060,73	1.445.238.541,12	1.484.566.598,87	693.042.738,48	530.338.632,66
Saldo do Ano Anterior S/Aplicação em Despesa	0,00	0,00	0,00	25.235.891,96	369.160.471,26	368.876.794,73	937.195.543,38	1.006.270.084,41	0,00	40.053.806,66
Saldo do Ano Anterior C/Aplicação em Despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	59.993.705,46	123.947.266,00	508.042.997,74	478.296.514,46	693.042.738,48	490.284.826,00
Contribuições e quotas (1)							13.496.026.131,77	13.760.029.463,36	0,00	0,00
IVA Social (2)			697.750.000,00	715.190.000,00						
Transferências do OE-LBSS (3)=(3.1)+(3.2)+(3.3)+(3.4)+(3.5)+(3.6)+(3.7)+(3.8)+(3.9)	4.935.451.178,78	4.538.616.501,14	894.855.595,00	499.899.052,00	1.627.984.757,00	1.465.131.007,00	196.236.442,00	260.729.938,00	0,00	0,00
Transferências do MSSS (ex-MTSS) (3.1)	4.599.748.449,00	4.524.878.680,00	894.855.595,00	478.229.758,00	1.494.734.757,00	1.339.631.007,00				
Transf. MSSS (ex- MTSS) (Lei de Bases da SS - Lei 4/2007)	4.599.748.449,00	4.524.878.680,00	894.855.595,00	478.229.758,00	1.494.734.757,00	1.339.631.007,00				
Receita do IVA - Lei 39/2005			0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferências OE - Receitas Cessantes (Inclui compensação por cessação contrato) (3.2)	313.144.763,00	0,00						260.729.938,00		
Transf. p/ Subsídio de Renda (3.3)	731.805,00	721.805,00								
MAMAOT (ex-MAOTDR) - subsídio de renda (RAU)	721.805,00	721.805,00								
Inst. da Habitação e Reab. Urbana - subsídio de renda (NRAU)	10.000,00	0,00								
Transf. do Minist. da Defesa Nacional (artº 39 do DL 118/04) (3.4)	24.740,69	20.389,87								
Transf. do Minist. da Defesa Nacional (divída de 2004 a 2006) (3.5)	0,00	96.317,00								
Transferência do Ministério das Finanças (ex-MFAP) (3.6)	17.554.763,51	11.782.873,61								
DGT - Desalojados das ex-colónias	17.554.763,51	11.782.873,61								
Transf. do Min. Saúde p/ Cuidados de saúde - CSI (3.7)	4.246.657,58	1.116.435,66								
Transferências do Ministério da Educação e da Ciência (3.8)				21.669.294,00	133.250.000,00	125.500.000,00				
Pré-escolar - componente educativa da rede das IPSS					133.250.000,00	125.500.000,00				
Transferências Ministério da Educação e da Ciência - Subs. Proteção Familiar				21.669.294,00						
Transferências do OE - atualização de pensões (3.9)							196.236.442,00	0,00		
Transferências do OE-AFP/CPN (4)							228.189.988,00	117.796.178,00		
Para financiamento do QREN							216.749.475,04	115.075.000,00		
Para financiamento dos QCA e anteriores quadros							9.901.413,00	975.000,00		
Para financiamento do QREN - Linha de crédito							1.539.099,96	1.746.178,00		
Transferências do Fundo Social Europeu (5)							910.248.310,20	1.150.724.321,96		
Para Ações de formação profissional c/suporte no FSE							910.248.310,20	1.150.724.321,96		
Transferências - CGA - Pensões Rádio Marconi (6)				94.684,71						
Outras Receitas Correntes (7)=(7.1)+(7.2)+(7.3)+(7.4)+(7.5)+(7.6)	27.368.441,96	29.246.618,85	43.967.262,27	56.597.280,71	169.349.412,82	189.740.485,08	280.570.577,91	396.355.861,09	342.639.903,83	359.614.776,26
Transferências da SCML - Dep. de Jogos* (7.1)					142.841.133,88	163.599.668,55				
Cobertura de despesas ISS na Ação Social - alínea b)					39.536.385,28	45.259.892,14				
Prevenção e Reabilitação de Deficientes - alínea d)					10.628.060,55	12.172.969,96				
Prog., med. Proj. A.S e combate à pobreza e exc. social- alínea a) + e)					55.265.914,90	63.274.205,10				
Fundo de Socorro Social - alínea c)					11.903.427,82	13.643.821,84				
Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII) - alínea g)					7.227.081,18	8.292.762,79				
Programa Ser Criança - alínea f)					7.227.081,18	8.292.762,79				
Programa de Apoio à Família e à Criança (PAFAC) - alínea i)					1.275.367,27	1.470.851,88				
Combate à pobreza e exclusão social - alínea e)					9.777.815,70	11.192.402,05				
Rendimentos (7.2)					1.694.508,06	2.612.148,33	31.987.293,06	90.763.504,56	342.607.058,39	359.571.225,10
Rendimentos							31.105.163,48	88.864.077,42	342.607.058,39	359.571.225,10
Rendimentos - PAII					540.097,45	0,00				
Rendimentos - Fundo de Socorro Social					1.154.410,61	2.612.148,33				
Rendimentos - Fundo de Garantia Salarial							10.657,63	23.478,95		
Rendimentos - AFP/FSE							142.487,70	367.819,93		
Rendimentos - AFP/QREN							728.984,25	1.508.128,26		
Transferência de Serviços e Fundos Autónomos -IEFP - POC's (7.3)							1.029.446,26	0,00		
Transferências de SFA's - Saldos de Gerência (7.4)							19.592.394,99	74.590.978,15		
NAV Portugal - EPE - Reembolsos de Pensões Antecipadas dos CTA's (7.5)							610.891,94	651.879,48		
Outras receitas (7.6)	27.368.441,96	29.246.618,85	43.967.262,27	56.597.280,71	24.813.770,88	23.528.668,20	227.350.551,66	230.349.498,90	32.845,44	43.551,16
Transferências do Orçamento de Estado - Capital (8)=(8.1)					3.957.911,41	2.702.294,78	0,00	0,00		
PIDDAC (8.1)					3.957.911,41	2.702.294,78	0,00	0,00		
PIDDAC OE					3.951.941,19	2.702.294,78				
PIDDAC FEDER					5.970,22	0,00				
PIDDAC FSE					0,00	0,00				
PIDDAC OSS					0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital (9)=(9.1)+(9.2)+(9.3)					105.464,65	87.314,98	23.956.551,27	3.924.338,02	0,00	0,00
INTERREG (9.1)					105.464,65	87.314,98				
Transferências de Serviços e Fundos Autónomos (9.2)							193.222,77	0,00		
Outras receitas (9.3)							23.763.328,50	3.924.338,02		
Ativos Financeiros (10)									7.202.027.123,17	5.447.667.619,54
Transferências obtidas de Sistemas/Subsistemas da Segurança Social (11)	51.738.096,80	0,00					385.984.294,50	132.537.490,00	223.484.568,50	297.029.793,31
Total (12)=(a)+(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)	5.014.557.717,54	4.567.863.119,99	1.636.572.857,27	1.297.016.909,38	2.230.551.722,60	2.150.485.162,57	16.966.450.836,77	17.322.910.551,10	8.461.194.333,98	6.634.650.821,77

Execução Orçamental
CSS 2011

V.5 - Execução Orçamental das receitas por origem e despesas por aplicação e por Sistemas/Subsistemas do Sistema de Segurança Social

(Em euro)

RUBRICA RECEITA/DESPESA	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA						SISTEMA PREVIDENCIAL			
	Subsistema de Solidariedade		Subsistema de Proteção Familiar		Subsistema de Ação Social		Sistema Previdencial Repartição		Sistema Previdencial Capitalização	
	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011	Execução Orçamental 2010	Execução Orçamental 2011
Pensões e complementos (desenvolvimento em mapa anexo) (13)	3.270.063.471,27	3.250.067.457,78	367.161.119,74	370.112.898,33	0,00	0,00	10.374.688.041,14	10.828.553.399,67	0,00	0,00
Sobrevivência	303.432.820,05	306.119.347,44	34.510.750,70	26.462.148,39	0,00	0,00	1.689.735.445,48	1.622.523.399,72	0,00	0,00
Invalidez	392.864.472,73	383.384.108,05	55.548.849,03	57.374.386,20	0,00	0,00	959.306.303,48	954.758.845,35	0,00	0,00
Velhice	1.928.224.769,30	1.898.791.903,44	277.101.520,01	286.276.363,74	0,00	0,00	7.725.646.292,18	8.251.271.154,60	0,00	0,00
Benefícios dos Antigos Combatentes	29.188.102,32	34.270.652,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por antecipação da idade da reforma	616.353.306,87	627.501.446,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações familiares (14)	213.023,48	255.648,94	1.108.523.598,42	812.022.083,04			211.768.663,53	219.798.239,35		
Abono de família a crianças e jovens	0,00	0,00	968.199.059,93	674.385.881,41						
Bonificação por deficiência	0,00	0,00	70.851.649,08	68.873.242,02						
Subsídio vitalício	0,00	0,00	29.304.466,18	29.722.303,64						
Assistência de 3ª pessoa (crianças, jovens e adultos)	0,00	0,00	13.498.086,86	13.382.806,80						
Subsídio de educação especial	0,00	0,00	23.163.573,77	22.349.707,30						
Subsídio de funeral	0,00	0,00	3.506.762,60	3.308.141,87						
Subsídio por morte	213.023,48	255.648,94					211.768.663,53	219.798.239,35		
Subsídio e complemento por doença e subsídio por tuberculose (15)	701.859,51	571.503,03					449.793.565,01	453.476.546,43		
Subsídio por doença e complemento por doença	701.859,51	571.503,03					446.225.418,55	449.940.345,45		
Subsídio por tuberculose	0,00	0,00					3.568.146,46	3.536.200,98		
Prestações e complemento de desemprego (16)	522.067.524,23	364.181.601,17					1.699.312.772,14	1.739.642.008,33		
Subsídio de desemprego	95.091.991,15	85.670.035,42					1.525.547.956,91	1.566.079.697,98		
Subsídio social de desemprego	426.731.244,82	278.481.456,11					0,00	0,00		
Compensação salarial	0,00	0,00					5.580.509,27	3.989.771,04		
Garantia salarial	0,00	0,00					110.374.175,46	112.490.599,54		
Indemnização compensatória por salários em atraso	0,00	0,00					57.810.130,50	56.734.447,29		
PEPS-Comp. custos de manut. dos postos de trab.	0,00	0,00					0,00	347.492,48		
Complemento remuneratório dos aduaneiros	244.288,26	30.109,64					0,00	0,00		
Prestações com doenças profissionais (17)							16.367.022,40	16.673.042,62		
Prestações e complementos por maternidade/parentalidade (18)	29.539.136,69	27.334.862,52					396.119.766,09	425.212.837,38		
Rendimento Social de Inserção (19)	519.908.699,86	414.383.544,93								
Complemento Solidário para Idosos (20)	265.222.004,33	272.748.370,31								
Apoio Judiciário (21)	1.201.782,94	884.268,74								
Subsídio de renda (RAU) (22)	6.500,46	2.685,80								
Ação social (Excluindo a Administração e o PIDDAC (desenvolvimento em mapa anexo) (23)					1.684.954.580,96	1.600.237.577,53				
Projetos de formação profissional das ISS's (24)							1.972.402,68	1.317.879,36		
Subsídios à formação profissional (25)							1.205.632.945,36	1.385.791.028,16		
Ações de Formação Profissional (25.1)							1.205.632.945,36	1.385.791.028,16		
Com suporte no Fundo Social Europeu							982.421.248,50	1.159.523.554,73		
Com suporte na componente pública nacional							223.211.696,86	226.267.473,43		
Transferências para emprego, higiene e formação profissional (26)							628.284.657,92	545.470.232,00		
Instituto de Emprego e Formação Profissional							570.454.730,00	490.788.100,00		
Autoridade p/ as Condições de Trabalho							24.355.416,00	24.880.997,00		
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu							3.564.871,00	3.436.621,00		
Agência Nacional para a Qualificação							7.398.893,92	3.966.029,00		
Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho							1.038.361,00	926.100,00		
Estruturas Emp. Form. Prof. - RA's							21.472.386,00	21.472.385,00		
Restituição de Contribuições e de outras receitas							5.397.820,49	2.922.750,80		
Transferências para o INATEL	11.231.690,00	10.000.000,00								
Outras despesas (27)	0,00	0,00			4.932.151,42	4.582.242,05	7.376.413,83	12.019.099,65	76.715,99	26.456,80
Ativos Financeiros (28)									7.925.633.527,74	6.253.695.682,02
Administração (29)	81.257.261,77	68.542.393,24	25.953.692,35	18.667.819,05	29.776.996,85	25.383.925,25	246.251.303,54	234.451.521,96	5.145.457,59	4.409.704,25
PIDDAC (30)					3.184.859,14	2.610.910,60	15.434.295,26	10.951.168,20		
PIDDAC OE					3.178.888,92	2.610.910,60	0	0		
PIDDAC FEDER					5.970,22	0,00	0,00	0,00		
PIDDAC OSS					0,00	0,00	15.434.295,26	10.951.168,20		
Transferências obtidas de Sistemas/Subsistemas da Segurança Social (31)	313.144.763,00	76.200.000,00	109.698.554,80	56.337.490,00	14.879.073,50	0,00	223.484.568,50	297.029.793,31		
Saldo do Sistema/Subsistema (b1)	0,00	82.690.783,53	25.235.891,96	39.876.618,96	492.824.060,73	517.670.507,14	0,00	0,00	530.338.632,66	376.518.978,70
Saldo do Sistema Previdencial - Repartição (b2)							1.097.359.167,47	871.208.320,71		
Saldo do Sistema Previdencial - AFP/FSE (b3)							211.237.317,15	208.345.622,29		
Saldo do Sistema Previdencial - AFP/CPN + QREN/CPN (b4)							175.970.114,26	70.047.060,88		
Total (32)=(12)+(13)+(14)+(15)+(16)+(17)+(18)+(19)+(20)+(21)+(22)+(23)+(24)+(25)+(26)+(27)+(28)+(29)+(30)+(31)(b)	5.014.557.717,54	4.567.863.119,99	1.636.572.857,27	1.297.016.909,38	2.230.551.722,60	2.150.485.162,57	16.966.450.836,77	17.322.910.551,10	8.461.194.333,98	6.634.650.821,77

* Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março.

V.6. SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL FINAL E SALDO ORÇAMENTAL NA ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

O saldo orçamental global no final de 2011 é de 2.166.357,9 milhares de euro, evidenciando uma diminuição de (-) 366.607,3 milhares de euro, isto é, (-) 14,5% que o saldo obtido no final de 2010.

Sistema de Segurança Social Saldo orçamental global final Decomposição pelo Sistema de Proteção Social de Cidadania e Sistema Previdencial 2010/2011

(milhares de euro)

	2010 Montante	Peso Relativo	2011 Montante	Peso Relativo
Sistema Previdencial (1) = (1.1) + (1.2)	2.014.905,2	79,5	1.526.120,0	70,4
Sistema Previdencial- Repartição (1.1)	1.484.566,6	58,6	1.149.601,0	53,1
Sistema Previdencial- Capitalização (1.2)	530.338,6	20,9	376.519,0	17,4
Sistema de Proteção Social de Cidadania:				
Subsistema de Proteção Familiar (2)	25.235,9	1,0	39.876,6	1,8
Subsistema de Solidariedade (3)	0,0	0,0	82.690,8	3,8
Subsistema de Ação Social (4)	492.824,1	19,5	517.670,5	23,9
Total (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	2.532.965,2	100,0	2.166.357,9	100,0

Sistema de Segurança Social Saldo orçamental global final Decomposição pelo Sistema de Proteção Social de Cidadania e Sistema Previdencial 2010/2011

(milhares de euro)

	2010 Montante	2011 Montante	Em valor absoluto 2011/2010	Em % 2011/2010
Sistema Previdencial (1) = (1.1) + (1.2)	2.014.905,2	1.526.120,0	-488.785,2	-24,3%
Sistema Previdencial- Repartição (1.1)	1.484.566,6	1.149.601,0	-334.965,6	-22,6%
Sistema Previdencial- Capitalização (1.2)	530.338,6	376.519,0	-153.819,7	-29,0%
Sistema de Proteção Social de Cidadania:				
Subsistema de Proteção Familiar (2)	25.235,9	39.876,6	14.640,7	58,0%
Subsistema de Solidariedade (3)	0,0	82.690,8	82.690,8	
Subsistema de Ação Social (4)	492.824,1	517.670,5	24.846,4	5,0%
Total (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	2.532.965,2	2.166.357,9	-366.607,3	-14,5%

Decompõe-se em seguida o saldo orçamental global do Sistema de Segurança Social no final de 2011, pelo respectivo Sistema e subsistema.

⇒ Sistema Previdencial

No Sistema Previdencial atinge em 2011 o saldo de 1.526.120,0 milhares de euro, representando 70,4% do saldo total e evidenciando um decréscimo de (-) 488.785,2 milhares de euro, isto é, (-) 24,3% relativamente a 2010.

Da decomposição do saldo orçamental final do Sistema Previdencial, entre Repartição e Capitalização, pode constatar-se que:

- O saldo orçamental global no Sistema Previdencial – Repartição apresenta em 31 de Dezembro de 2011 o valor de 1.149.601,0 milhares de euro, inferior ao registado em período homólogo de 2010 ((-) 334.965,6 milhares de euro, (-) 22,6%), conforme se visualiza no quadro seguinte:

		Execução Orçamental 2010/2011		Milhares de euro	
		Sistema Previdencial - Repartição		Δ 2011/2010	
		2010	2011	Em valor absoluto	%
Saldo de abertura (1)		1.445.238,5	1.484.566,6	39.328,1	2,7
Receitas próprias do Subsistema (2)=(2.1)+(2.2)+(2.3)+(2.4)+(2.5)		15.135.228,0	15.705.806,5	570.578,5	3,8
Contribuições e Quotizações (2.1)		13.496.026,1	13.760.029,5	264.003,3	2,0
Transferências do OE (2.2)		424.426,4	134.042,5	-290.383,9	-68,4
Transferências do OE - Receitas Cessantes (2.3)		,0	260.729,9	260.729,9	
Transferências do Exterior (2.4)		910.248,3	1.150.724,3	240.476,0	26,4
Outras transferências e Receitas (2.5)		304.527,1	400.280,2	95.753,1	31,4
Transferências do subsistema Solidariedade (3)=(3.1) + (3.2)		313.144,8	76.200,0	-236.944,8	-75,7
Saldo do Subsistema Solidariedade (3.1)		,0	76.200,0	76.200,0	
Receitas Cessantes (3.2)		313.144,8	,0	-313.144,8	-100,0
Transferências do saldo do Subsistema de Proteção familiar (4)		57.960,5	56.337,5	-1.623,0	-2,8
Transferências do Saldo do Subsistema de Ação Social (5)		14.879,1	,0	-14.879,1	-100,0
Receitas Totais (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		16.966.450,8	17.322.910,6	356.459,7	2,1
Despesas (7) = (8)+(9)+(10)+(11)		15.258.399,7	15.876.279,8	617.880,1	4,0
Prestações sociais (8)		13.157.016,2	13.690.850,8	533.834,6	4,1
Transf* p/ emprego, higiene e form. Profissional (9)		628.284,7	545.470,2	-82.814,4	-13,2
Subsídios à formação profissional (10)		1.205.632,9	1.385.791,0	180.158,1	14,9
Outras despesas e transferências de capital; Administração; Projetos de Formação Profissional (11)		267.465,9	254.167,7	-13.298,2	-5,0
Transferências para a Capitalização Pública de Estabilização (12)=(13)+(14)+(15)+(16)		223.484,6	297.029,8	73.545,2	32,9
Saldo anos anteriores - Imóveis (13)		58,3	337,1	278,8	477,8
Saldo anos anteriores (14)		200.000,0	293.007,7	93.007,7	46,5
Alienação Imóveis 2011 (15)		23.426,2	3.685,0	-19.741,2	-84,3
Divida do FAC (16)		,0	,0	,0	
Despesas Totais (17)=(7)+(12)		15.481.884,2	16.173.309,5	691.425,3	4,5
Saldo final do Sistema (18)=(6)-(17)		1.484.566,6	1.149.601,0	-334.965,6	-22,6
Saldo gerado no exercício (sem transferências para outros sistemas ou subsistemas) (19)=(2)-(7)		-123.171,7	-170.473,3	-47.301,6	38,4
Saldo gerado no exercício após a consideração das transferências internas relativas ao próprio exercício (20)=(19)+(3)+(4)+(5)-(12)		39.328,1	-334.965,6	-374.293,7	-951,7

No exercício de 2011 o saldo do exercício apresenta um agravamento em 170.473,3 milhares de euro. Para o crescimento da despesa e transferências correntes em 4% face a 2010, concorre nomeadamente:

- A despesa efetuada em prestações sociais em (+) 533.834,6 milhares de euro, destacando-se fundamentalmente a incorrida com Pensões e complementos de velhice no valor de (+) 525.624,9 milhares de euro, com o subsídio de desemprego em (+) 40.531,7 milhares de euro, e ainda, com as prestações e complementos por maternidade/paternidade em (+) 29.093,1 milhares de euro.

- As transferências e subsídios à formação profissional registando um agravamento de 180.158,1 milhares de euro, face a 2010. No que concerne às despesas e transferências de capital, registando um agravamento de 72.563,5 milhares de euro, importa referir a transferência para reforço de capitalização pública de estabilização, acusando um acréscimo de 73.545,2 milhares de euro, face a 2010, decorrente da variação da transferência de saldos de anos anteriores em 93.286,5 milhares de euro.

Em relação à receita, destacam-se as transferências oriundas do OE, sofrendo uma quebra de (-) 290.383,9 milhares de euro relativamente a 2010, fruto essencialmente da diminuição do valor transferido para financiamento do QREN em (-) 101.674,5 milhares de euro, e ainda, em (-) 196.236,4 milhares de euro relativos a valores afetos ao processo de atualização de pensões. Revelando variação positiva face a 2010, apresentam-se as contribuições (+) 264.003,3 milhares de euro, e transferências do exterior (+) 240.476,0 milhares de euro.

- O **Sistema Previdencial – Capitalização** regista em 2011 um saldo orçamental de 376.519,0 milhares de euro, inferior ao evidenciado em período homólogo de 2010 em (-) 153.819,7 milhares de euro, isto é (-) 29,0%, sendo que o comportamento verificado resulta essencialmente do efeito conjugado:

- rotação da carteira de ativos financeiros, gerando em 2011 uma receita inferior em 1.737.384,6 milhares de euro à obtida em 2010, enquanto que, na despesa de activos financeiros o diferencial entre os dois anos referidos é de (-) 1.672.723,9 milhares de euro;

- acréscimo de rendimentos e transferências do Sistema Previdencial Repartição que no cômputo registam um acréscimo no biénio em análise (+) 73.545,2 milhares de euro;

- redução do saldo inicial em (-) 162.704,1 milhares de euro.

Execução Orçamental
2010/2011
Sistema Previdencial - Capitalização

	2010	2011	Δ 2011/2010	
			Em valor absoluto	%
Saldo de abertura (1)	693.042,7	530.338,6	-162.704,1	-23,5
Receitas (2)	7.544.667,0	5.807.282,4	-1.737.384,6	-23,0
Transferências do Sistema Previdencial Repartição (3)	223.484,6	297.029,8	73.545,2	32,9
Receitas Totais (4)=(1)+(2)+(3)	8.461.194,3	6.634.650,8	-1.826.543,5	-21,6
Despesas (5)	7.930.855,7	6.258.131,8	-1.672.723,9	-21,1
Saldo final do Sistema (6)=(4)-(5)	530.338,6	376.519,0	-153.819,7	-29,0
Saldo gerado no exercício (sem transferências para outros sistemas ou subsistemas) (7)=(2)-(5)	-386.188,7	-450.849,4	-64.660,8	16,7
Saldo gerado no exercício após a consideração das transferências internas relativas ao próprio exercício (8)=(7)+(3)	-162.704,1	-153.819,7	8.884,5	-5,5

⇒ **Sistema de Proteção Social de Cidadania**

- O saldo final do **Subsistema de Ação Social** atinge 517.670,5 milhares de euro, concorrendo com 23,9% para o saldo global do Sistema de Segurança Social e regista um acréscimo de (+) 24.846,4 milhares de euro, isto é (+) 5,0% relativamente a 2010, conforme quadro seguinte:

Execução Orçamental
2010/2011
Subsistema de Ação Social

	2010	2011	Δ 2011/2010	
			Em valor absoluto	%
Saldo de abertura (1)	429.154,2	492.824,1	63.669,9	14,8
Receitas próprias do Subsistema (2)=(2.1)+(2.2)	1.801.397,5	1.657.661,1	-143.736,4	-8,0
Transferências obtidas (2.1)	1.774.889,3	1.631.520,3	-143.369,0	-8,1
Outras Receitas (2.2)	26.508,3	26.140,8	-367,5	-1,4
Receitas Totais (3)=(1)+(2)	2.230.551,7	2.150.485,2	-80.066,6	-3,6
Despesas (4) = (5)+(6)+(7)+(8)	1.722.848,6	1.632.814,7	-90.033,9	-5,2
Programas com receita consignada (5)	107.013,5	126.842,8	19.829,3	18,5
Outros programas e prestações de Ação Social (6)	1.512.854,1	1.428.243,7	-84.610,3	-5,6
Transferências para o Gabinete de Gestão Financeira da Educação (7)	65.000,0	45.000,0	-20.000,0	-30,8
Outras despesas e transferências correntes e capital (8)	37.981,0	32.728,1	-5.252,9	-13,8
Saldo gerado no ano/Transf. para Previdencial Repartição (9)	14.879,1	0,0	-14.879,1	-100,0
Despesas Totais (10)=(4)+(9)	1.737.727,7	1.632.814,7	-104.913,0	-6,0
Saldo final do Subsistema (11)=(3)-(10)	492.824,1	517.670,5	24.846,4	5,0
Saldo gerado no exercício (sem transferências para outros sistemas ou subsistemas) (12)=(2)-(4)	78.549,0	24.846,4	-53.702,5	-68,4
Saldo gerado no exercício após a consideração das transferências internas relativas ao próprio exercício (13)=(12)-(9)	63.669,9	24.846,4	-38.823,4	-61,0

Para aquele resultado concorre de forma significativa a quebra da despesa total do Subsistema, comportamento esse justificado pela diminuição na rubrica outros programas e prestações de Ação Social, mais concretamente na diminuição da despesa com os programas “PARES - Prog. de Alargamento da Rede de Equip. Sociais”, “PARES - Acordos Cooperação – Corrente” e “Comissão Prot. Crianças e Jovens em Risco” em (-) 58.876,2 milhares de euro, (-) 19.730,4 milhares de euro e (-) 11.460,0 milhares de euro, respetivamente. Também a rubrica “Transferências para o Gabinete de Gestão Financeira da Educação”, sem incluir o financiamento do investimento na rede pré-escolar, acusa uma redução de 20.000,0 milhares de euro (montante correspondente ao reforço registado em 2010 face ao orçamento inicial)

Relativamente ao comportamento da receita, regista-se um decréscimo do valor das transferências obtidas em (-) 143.369,0 milhare de euro por comparação com o ano de 2010, destacando-se as transferências do MSSS (Lei de Bases da SS – Lei n.º4/2007) com uma redução de (-) 155.103,8 milhares de euro, decorrente da necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da segurança Social, em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.

No que se refere à contração registada no biénio em análise nas transferências obtidas, aquela regista-se nas transferências com origem no OE, cifrando-se em (-) 164.109,4 milhares de euro.

- **Subsistema de Solidariedade** apresenta um saldo de 82.690,8 milhares de euro, enquanto que em 2010 o saldo final neste subsistema havia sido nulo. O resultado obtido decorre essencialmente das medidas legislativas implementadas que conduziram a uma contração em 2011, face a 2010, na despesa com prestações sociais de aproximadamente de 292.440,6 milhares de euro, sendo que para este cômputo concorrem nomeadamente:

- Rendimento Social de Inserção registando uma redução de (-) 105.525,2 milhares de euro;
- Subsídio Social de Emprego com uma diminuição de (-) 148.249,8 milhares de euro e;
- Pensões no valor de (-) 19.996,0 milhares de euro.

No que concerne à evolução, no biénio 2011/2010, de receita do Subsistema de Solidariedade refira-se a redução registada nas transferências com origem direta e indireta do OE em (-) 396.834,7 milhares de euro.

Finalmente, comporta referir que a execução orçamental neste subsistema em 2011 ainda viabilizou a concretização nos termos legais da transferência interna para o Sistema Previdencial Repartição em 76.200,0 milhares de euro.

Execução Orçamental
 2010/2011
 Subsistema de Solidariedade

	2010	2011	Milhares de euro	
			Δ 2011/2010	
			Em valor absoluto	%
Saldo de abertura (1)	0,0	0,0	0,0	
Receitas próprias do Subsistema (2)=(2.1)+(2.2)	4.649.674,9	4.567.863,1	-81.811,7	-1,8
Transferências obtidas (2.1)	4.622.306,4	4.538.616,5	-83.689,9	-1,8
Outras Receitas (2.2)	27.368,4	29.246,6	1.878,2	6,9
Transferências do OE - Receitas Cessantes (3)	313.144,8	0,0	-313.144,8	-100,0
Transf. do Subsistema de Proteção Familiar (4)	51.738,1	0,0	-51.738,1	-100,0
Receitas Totais (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	5.014.557,7	4.567.863,1	-446.694,6	-8,9
Despesas (6)	4.701.413,0	4.408.972,3	-292.440,6	-6,2
Transferências para o Sistema Previdencial Repartição / Receitas Cessantes (7)	313.144,8	0,0	-313.144,8	-100,0
Saldo do Ano/Transferências para o Subsistema Previdencial Repartição (8)	0,0	76.200,0	76.200,0	
Antigos Combatentes - Dívida de 2004 a 2006/Transferência para o Sistema Previdencial Repartição (9)	0,0	0,0	0,0	
Despesas Totais (10)=(6)+(7)+(8)+(9)	5.014.557,7	4.485.172,3	-529.385,4	-10,6
Saldo final do Subsistema (11)=(5)-(10)	0,0	82.690,8	82.690,8	
Saldo gerado no exercício (sem transferências para outros sistemas ou subsistemas) (12)=(2)-(6)	-51.738,1	158.890,8	210.628,9	-407,1
Saldo gerado no exercício após a consideração das transferências internas relativas ao próprio exercício (13)=(12)+(3)+(4)-(7)-(8)-(9)	-51.738,1	82.690,8	134.428,9	-259,8

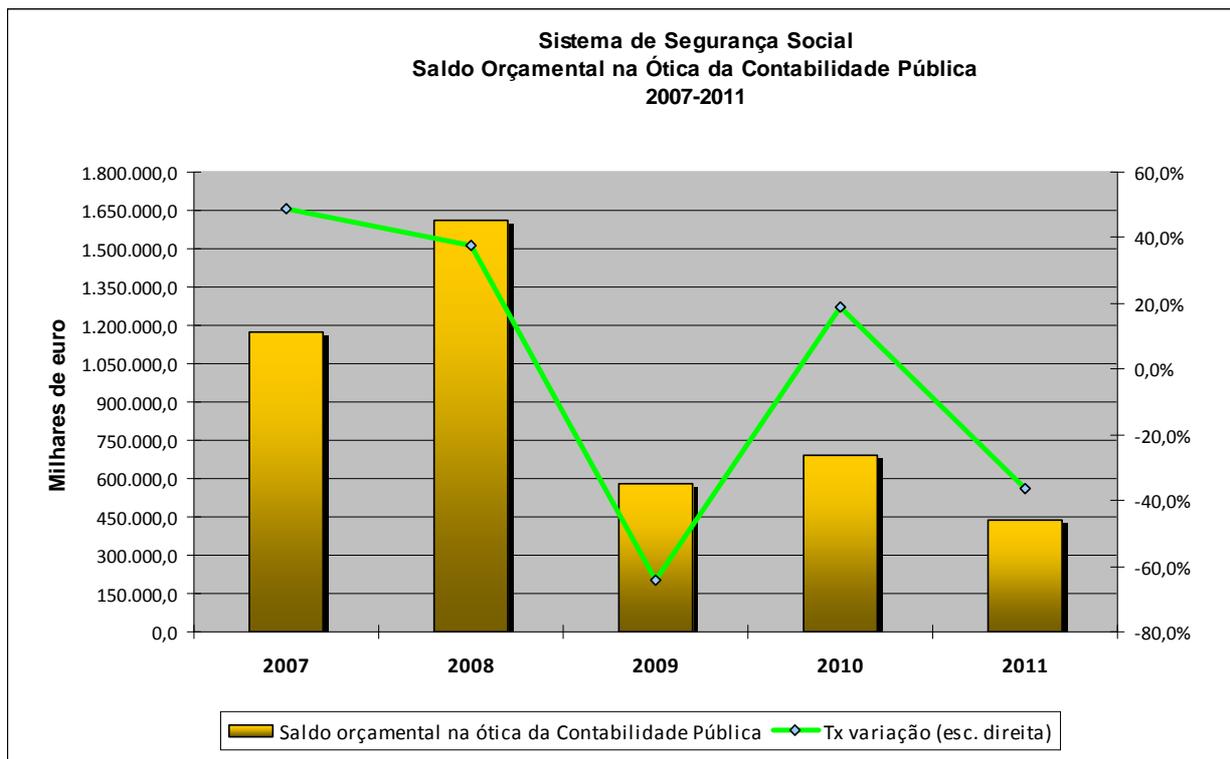
- **Subsistema de Proteção Familiar** apresenta um saldo final de 39.876,6 milhares de euro, que se reflecte num aumento de (+) 14.640,7 milhares de euro, ou seja, (+) 58,0% face a 2010. Importa contudo notar que a contração face a 2010 registada na despesa com prestações sociais (para a qual o abono de família a criança e a jovens concorre com uma redução de 293.813,2 milhares de euro) é menos acentuada [(-) 300.835,6 milhares de euro] que a observada no conjunto das receitas [(-) 339.555,9 milhares de euro], para esta redução concorre a transferência do OE em (-) 377.421,9 milhares de euro, levando a que o saldo gerado em 2011 sem transferências internas (70.978,2 milhares de euro) seja inferior ao obtido em 2010 (134.934,4 milhares de euro).

 Execução Orçamental
 2010/2011
 Subsistema de Proteção Familiar

	2010	2011	Milhares de euro	
			Δ 2011/2010	
			Em valor absoluto	%
Saldo de abertura (1)	0,0	25.235,9	25.235,9	
Receitas próprias do Subsistema (2)=(2.1)+(2.2)	1.636.572,9	1.271.781,0	-364.791,8	-22,3
Transferências obtidas (2.1)	1.592.605,6	1.215.183,7	-377.421,9	-23,7
Outras Receitas (2.2)	43.967,3	56.597,3	12.630,0	28,7
Receitas Totais (3)=(1)+(2)	1.636.572,9	1.297.016,9	-339.555,9	-20,7
Despesas (4)	1.501.638,4	1.200.802,8	-300.835,6	-20,0
Transferência para Subsistema de Solidariedade (5)	51.738,1	0,0	-51.738,1	-100,0
Transferência para Sistema Previdencial Repartição (6)	57.960,5	56.337,5	-1.623,0	-2,8
Despesas Totais (7)=(4)+(5)+(6)	1.611.337,0	1.257.140,3	-354.196,7	-22,0
Saldo final do Subsistema (8)=(3)-(7)	25.235,9	39.876,6	14.640,7	58,0
Saldo gerado no exercício (sem transferências para outros sistemas ou subsistemas) (9)=(2)-(4)	134.934,4	70.978,2	-63.956,2	-47,4
Saldo gerado no exercício após a consideração das transferências internas relativas ao próprio exercício (10)=(9)-(5)-(6)	25.235,9	14.640,7	-10.595,2	-42,0

Na sequência do exposto, em 2011, o Sistema de Segurança Social regista um saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública de 439.433,6 milhares de euro, no que evidencia um decréscimo, relativamente ao valor obtido no período homólogo de 2010, de (-) 249.715,3 milhares de euro, isto é, (-) 36,2%.

Entre 2007 e 2011, o saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública evidencia um decréscimo de (-) 732.319,6 milhares de euro, isto é, (-) 62,5%, como pode observar-se no gráfico seguinte:



Para obtenção do saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública em 2011 (*vide* quadro seguinte) concorre, nomeadamente, o comportamento registado respetivamente nas:

- Receitas efetivas no montante 23.542.592,5 milhares de euro, isto é, (-) 314.807,6 milhares de euro (-1,3%) do que em igual período de 2010;
- Despesas efetivas, no montante de 23.103.159,0 milhares de euro, que diminuíram em (-) 65.092,3 milhares de euro, ou seja, (-) 0,3% relativamente a 2010.

Sistema de Segurança Social
Execução Orçamental
Análise da receita e despesa efetiva
CSS2011

	2007	2008	2009	2010	2011	Em % 2008/2007	Em % 2009/2008	Em % 2010/2009	Em valor absoluto 2011/2010	Em % 2011/2010	Em % 2011/2007
Receitas efetivas (1)	20.314.053,8	21.649.912,2	22.849.150,6	23.857.400,2	23.542.592,5	6,6	5,5	4,4	-314.807,6	-1,3	15,9
Despesas efetivas (2)	19.142.300,6	20.038.543,5	22.269.774,2	23.168.251,3	23.103.159,0	4,7	11,1	4,0	-65.092,3	-0,3	20,7
Saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública (3) = (1) - (2)	1.171.753,2	1.611.368,7	579.376,3	689.148,9	439.433,6	37,5	-64,0	18,9	-249.715,3	-36,2	-62,5

(milhares de euro)

Relativamente à **Receita Efetiva**, importa realçar o comportamento registado em 2011, nas diferentes rubricas (vide quadro seguinte):

- As “Contribuições e quotizações” no montante de 13.746.317,0 milhares de euro que, assumindo uma expressão relativa na receita efetiva do Sistema de Segurança Social de 58,4%, registam um diferencial face ao período homólogo de 2010 de (+) 262.985,6 milhares de euro, isto é (+) 2,0%;
- As “Transferências correntes do OE (MTSS)”, incluindo entre outras as relativas a “Receitas Cessantes”, o “Adicional ao IVA” (Lei nº 39/2005 de 24 de junho), o “IVA Social” (Lei n.º 39-B/94, de 27 de dezembro) e a componente pública nacional nas AFP’s, no montante de 7.436.455,6 milhares de euro (31,6% da receita efetiva do Sistema de Segurança Social), evidenciam um decréscimo de (-) 988.204,4 milhares de euro, isto é (-) 11,7% face a 2010;
- Os “Rendimentos” totalizando 451.211,1 milhares de euro, registam uma subida de (+) 76.735,7 milhares de euro relativamente ao valor registado em 2010 ((+) 20,5%), assumindo uma expressão relativa na receita efetiva de, apenas, 1,9%;
- O cômputo de “Outras receitas correntes” e “outras receitas de capital” no valor de 339.004,2 milhares de euro (1,4% da receita efetiva do Sistema de Segurança Social), acusa um decréscimo no biénio de 2011/2010 de (-) 1.124,6 milhares de euro, isto é, (-) 0,3%;
- As “Transferências do exterior - correntes”, no montante de 1.150.811,6 milhares de euro (4,9% da receita efetiva do Sistema de Segurança Social), registam um diferencial positivo face ao período homólogo de 2010 de (+) 240.457,9 milhares de euro, isto é (+) 26,4%;
- Outras receitas e outras transferências no montante 418.793,0 milhares de euro, que incluem, essencialmente, as “transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa” (163.599,7 milhares de euro), as “transferências oriundas do Ministério da Educação – componente educativa do pré-escolar – IPSS” e bolsas de estudo (147.169,3 milhares de euro) e as referentes ao PIDDAC OE (2.702,3 milhares de euro), evidenciam um acréscimo de (+) 94.342,3 milhares de euro, isto (+) 29,1% face a 2010, assumindo uma expressão relativa na receita efetiva de 1,8%.

No que concerne à **Despesa Efetiva**, refletindo em 2011 um desagravamento de (-) 65.092,3 milhares de euro face ao período homólogo de 2010, refira-se o comportamento evidenciado designadamente nas seguintes rubricas:

- Prestações dos Regimes de Segurança Social em 2011 atingem os 19.203.352,8 milhares de euro (83,1% da despesa efetiva do Sistema neste ano), e sofrem, em comparação com 2010, uma redução de (-) 38.196,2 milhares de euro, ou seja, (-) 0,2%). Destaca-se em particular a contração dos encargos com o “Abono de família” em (-) 293.813,2 milhares de euro, com “subsídio de desemprego e apoio ao emprego” em (-) 117.342,5 milhares de euro e “Rendimento social de inserção” no montante de (-) 105.525,2 milhares de euro;
- Prestações sociais e outras despesas do Subsistema de Ação Social, em 2011, no montante de 1.548.862,6 milhares de euro (6,7% da despesa efetiva do Sistema de Segurança Social), registam um decréscimo de (-) 62.542,9 milhares de euro ((-) 3,9%) ;
- Ações de Formação Profissional (Fundo Social Europeu e Componente Pública Nacional), no montante de 1.385.791,0 milhares de euro, representando 6,0% da despesa efetiva do Sistema de Segurança Social, registam um acréscimo de (+) 180.158,1 milhares de euro, no biénio 2011/2010;

- Administração apresenta, em 2011, um valor de 337.631,5 milhares de euro (1,5% da despesa efetiva do Sistema de Segurança Social), registando um decréscimo de (-) 38.042,9 milhares de euro, isto é, (-) 10,1%, comparativamente a 2010.
- Outras despesas e transferências, incluindo, nomeadamente, as transferências para emprego, formação, segurança e higiene no trabalho ((-) 82.814,4 milhares de euro face a 2010), atingem em 2011 o valor de 627.521,1 milhares de euro, assumindo uma expressão relativa na despesa efetiva do Sistema de Segurança Social de 2,7%, e registando um diferencial face a 2010 de (-) 106.468,3 milhares de euro.

Sistema de Segurança Social
Quadro demonstrativo execução do saldo orçamental na ótica da contabilidade pública
2011/2010

(milhares de euro)

Rúbricas	CEO		Δ 11/10		Peso relativo de cd rubrica no total da receita e despesa efetiva %
	2010	2011	Em valor absoluto	Em %	
Receitas e Transferências Correntes					
Contribuições e quotizações	13.483.331,4	13.746.317,0	262.985,6	2,0	58,4
Rendimentos	374.475,4	451.211,1	76.735,7	20,5	1,9
Outras receitas correntes e de capital	340.128,9	339.004,2	-1.124,6	-0,3	1,4
Transferências do MSSS (ex-MTSS)	8.424.660,0	7.436.455,6	-988.204,4	-11,7	31,6
Transferências do exterior - correntes e capital	910.353,8	1.150.811,6	240.457,9	26,4	4,9
Outras receitas e outras transferências	324.450,6	418.793,0	94.342,3	29,1	1,8
Receita Efetiva	23.857.400,2	23.542.592,5	-314.807,6	-1,3	100,0
Despesas, Transferências Correntes e Administração					
Prestações dos regimes de segurança social *	19.241.549,0	19.203.352,8	-38.196,2	-0,2	83,1
Prestações sociais e outras despesas do Subsistema de Ação Social	1.611.405,5	1.548.862,6	-62.542,9	-3,9	6,7
Administração	375.674,4	337.631,5	-38.042,9	-10,1	1,5
Subsídios Correntes - Ações de Formação Profissional (CPN e FSE)	1.205.632,9	1.385.791,0	180.158,1	14,9	6,0
Outras despesas e outras transferências	733.989,4	627.521,1	-106.468,3	-14,5	2,7
Despesa Efetiva	23.168.251,3	23.103.159,0	-65.092,3	-0,3	100,0
Saldo Orçamental na Ótica da Contabilidade Pública	689.148,9	439.433,6	-249.715,3	-36,2	100,0

* (Despesas correntes (Mapa IX) - Administração - Ação Social-Projetos de Formação Profissional)

Da análise à decomposição do saldo orçamental em 31 de dezembro de 2011 em saldo de operações correntes e de operações de capital pode ainda constatar-se (vide quadro seguinte) que:

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Conta da Segurança Social - 2011
Execução Orçamental
Saldo - corrente, capital e primário

(milhares de euro)

	Orçamento Revisto 2011	CSS 2011	Desvio Orçamental	
			Valor absoluto	Em %
Receitas e transferências correntes+outras (A)	24.018.524,0	23.535.878,6	-482.645,4	-2,0%
Despesas e transferências correntes (B)	23.602.512,3	23.073.064,6	-529.447,7	-2,2%
Saldo corrente (C) = (A)-(B)	416.011,7	462.814,0	46.802,3	11,3%
Receitas e transferências capital (D) ⁽¹⁾	42.441,2	6.713,9	-35.727,2	-84,2%
Despesas e transferências capital (E) ⁽²⁾	53.324,3	30.094,4	-23.229,9	-43,6%
Saldo capital (F) = (D)-(E)	-10.883,1	-23.380,4	-12.497,3	114,8%
Saldo Orçamental - Cont. Pública (G)=(C)+(F)	405.128,6	439.433,6	34.305,0	8,5%
Encargos da dívida pública (H)	0,0	0,0	0,0	
Saldo primário (I)= (G)+(H)	405.128,6	439.433,6	34.305,0	8,5%

⁽¹⁾ Não inclui ativos e passivos financeiros

⁽²⁾ Não inclui ativos e passivos financeiros

- Em 2011, o saldo de operações correntes atinge os 462.814,0 milhares de euro, inferior em (-) 231.410,2 milhares de euro, ao valor do saldo obtido em igual período de 2010, isto é (-) 33,3%, evidenciando um desvio orçamental positivo de (+) 46.802,3 milhares de euro ((+) 11,3%).
- Em 2011, o saldo de operações de capital no montante de (-) 23.380,4 milhares de euro, apresenta, em valores absolutos, um desvio orçamental no montante de (-) 12.497,3 milhares de euro, comportamento justificado pelo efeito conjunto medido pelo diferencial entre o valor de previsão orçamental e de execução orçamental relativo à rubrica da receita “Venda de bens de investimento” e da despesa com “Investimentos”.

Relativamente a 2010, o saldo de capital evidenciou, em 2011, um decréscimo de (-) 18.305,2 milhares de euro.

Conta da Segurança Social - 2011
Execução Orçamental
Evolução do Saldo - corrente, capital e primário

(milhares de euro)

	CSS 2007	CSS 2008	CSS 2009	CSS 2010	CSS2011	Variação absoluta 2008/2007	Variação absoluta 2009/2008	Variação absoluta 2010/2009	Variação absoluta 2011/2010
Receitas e transferências correntes+outras (A)	20.260.081,2	21.618.978,2	22.832.052,5	23.829.380,2	23.535.878,6	1.358.897,0	1.213.074,3	997.327,8	-293.501,6
Despesas e transferências correntes (B)	19.078.984,5	19.984.525,1	22.225.352,4	23.135.156,1	23.073.064,6	905.540,6	2.240.827,3	909.803,7	-62.091,5
Saldo corrente (C) = (A)-(B)	1.181.096,7	1.634.453,1	606.700,1	694.224,2	462.814,0	453.356,4	-1.027.753,0	87.524,1	-231.410,2
Receitas e transferências capital (D) ⁽¹⁾	53.972,5	30.934,0	17.098,1	28.019,9	6.713,9	-23.038,6	-13.835,9	10.921,8	-21.306,0
Despesas e transferências capital (E) ⁽²⁾	63.316,1	54.018,4	44.421,9	33.095,2	30.094,4	-9.297,7	-9.596,6	-11.326,7	-3.000,8
Saldo capital (F) = (D)-(E)	-9.343,5	-23.084,4	-27.323,8	-5.075,3	-23.380,4	-13.740,9	-4.239,3	22.248,5	-18.305,2
Saldo Orçamental - Cont. Pública (G)=(C)+(F)	1.171.753,2	1.611.368,7	579.376,3	689.148,9	439.433,6	439.615,5	-1.031.992,3	109.772,6	-249.715,3
Encargos da dívida pública (H)	0,0	0,0	54,6	0,0	0,0			-54,6	0,0
Saldo primário (I)= (G)+(H)	1.171.753,2	1.611.368,7	579.430,9	689.148,9	439.433,6	439.615,5	-1.031.937,7	109.718,0	-249.715,3

⁽¹⁾ Não inclui ativos e passivos financeiros

⁽²⁾ Não inclui ativos e passivos financeiros

Finalmente, o saldo primário do Sistema de Segurança Social tem apresentado valores, no final de cada um dos anos do quadriénio (2007 e 2008) e ainda em (2010 e 2011), idênticos ao valor do saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública, com exceção de 2009, em que aquele é reduzido no montante correspondente aos juros pagos (54,6 milhares de euro) pela utilização da linha de crédito.

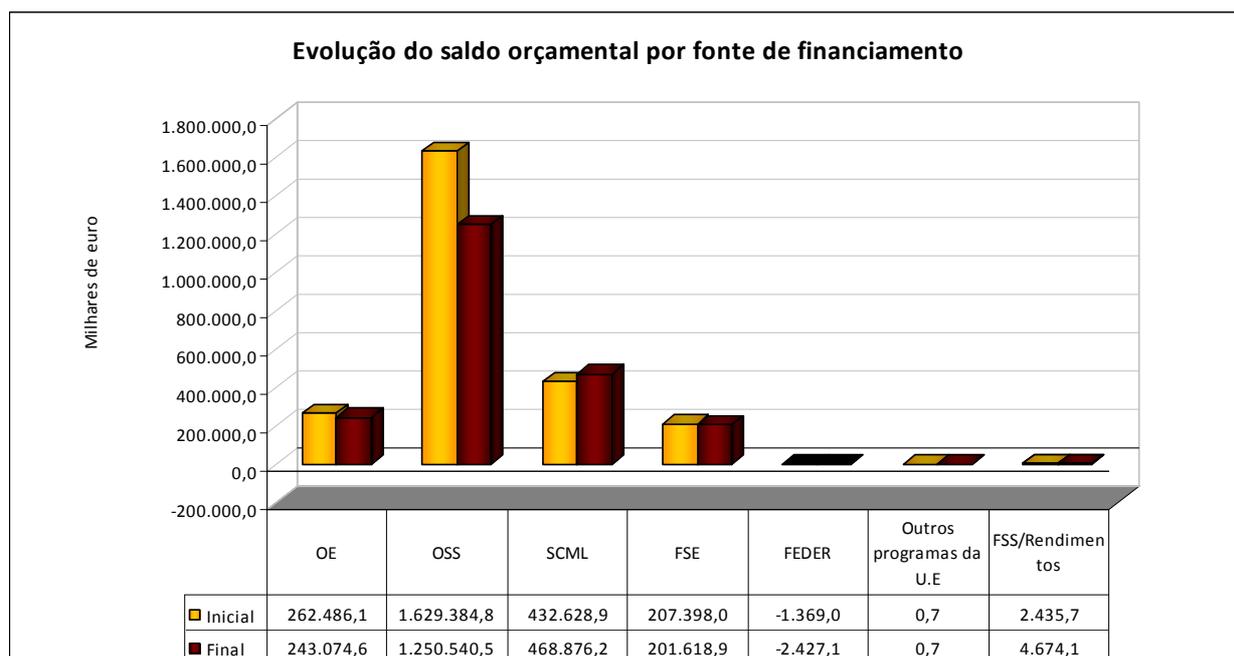
V.7 – FINANCIAMENTO – DESDOBRAMENTO DO SALDO ORÇAMENTAL POR FONTES DE FINANCIAMENTO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2002 de 25 de janeiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, o Mapa de Fluxos de Caixa a apresentar pelas ISS's deve ser estruturado por fontes de financiamento.

Ainda no que se refere ao Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado, a Orientação n.º 1/2010 - "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo", que integra a Portaria 474/2010 de 1 de julho, no seu ponto 5.2 — "Componentes das demonstrações financeiras consolidadas", alínea c), determina que aquele se refere consolidado de operações orçamentais.

No contexto referido, desde o exercício de 2009 que a Conta da Segurança Social inclui o Mapa de Fluxos de Caixa das operações orçamentais estruturado por fonte de financiamento quanto às operações orçamentais.

Seguidamente apresenta-se a evolução do saldo orçamental no exercício de 2011 – inicial e final - pelas diversas fontes de financiamento



Da análise conjugada com o gráfico anterior, importa referir o seguinte:

- O saldo final da fonte de financiamento OE registou uma variação negativa de (-) 19.411,6 milhares de euro ((-) 7,4%) face ao saldo inicial.

Para um maior detalhe, apresentam-se os quadros seguintes relativamente a cada Sistema e Subsistema de Segurança Social, com a posição a 31 de dezembro de 2011

Sistema Previdencial Repartição
Posição a 31 de dezembro de 2011

Fontes de Financiamento	Milhares de euro	
	Saldo do ano anterior	Saldo final 2011
OE	175.970,1	70.047,1
AFP / CPN - QCAIII	59.117,6	59.052,5
AFP / CPN - QREN	116.852,5	10.994,6

Subsistema de Ação Social
Posição a 31 de dezembro de 2011

Fontes de Financiamento	Milhares de euro	
	Saldo do ano anterior	Saldo final 2011
OE	61.280,1	50.460,1
Gabinete de Gestão Financeira da Educação - Pré-escolar - componente educativa da rede das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social)	3.904,9	12.179,7
PIDDAC OE	12.465,0	12.556,4
Outras rúbricas (incluí o pagamento de despesa com a alínea b) e d))	44.910,2	25.724,0

Subsistema de Proteção Familiar
Posição a 31 de dezembro de 2011

Fontes de Financiamento	Milhares de euro	
	Saldo do ano anterior	Saldo final 2011
OE	25.235,9	39.876,6

Subsistema de Solidariedade
Posição a 31 de dezembro de 2011

Fontes de Financiamento	Milhares de euro	
	Saldo do ano anterior	Saldo final 2011
OE	0,0	82.690,8
Antigos Combatentes - dívida de 2004 a 2006/Transferência para Previdencial Repartição	-27.883,9	-27.883,9
Antigos Combatentes - dívida de 2004 a 2006/Transferência para Previdencial Capitalização	0,0	96,3
Benefícios de antigos combatentes (2004 a 2008) mas pagas aos pensionistas em 2011	-456,4	-2.902,3
Prestações familiares - militares RV e RC	0,0	-23,4
Ex-Colónias	-4.300,6	-7.040,4
Subsídio de Renda	1.190,2	1.909,3
Transferências da Saúde - Benefícios adicionais de saúde	0,0	-2.004,4
Outros -Parcela da dívida da saúde regularizada a transferir para Sistema Previdencial-Repartição	3.603,4	4.532,3
Transferências do OE/Transfª para o Sistema Previdencial - Repartição	0,0	-76.200,0
Transfª do Subsistema Ação Social	128.094,0	128.094,0
Transfª do Subsistema de Proteção Familiar	51.738,1	51.738,1
Outras rúbricas	-151.984,8	12.375,2
Total da Fonte de Financiamento OE	262.486,1	243.074,6
Variação	-19.411,6	

- ⇒ No que concerne ao saldo do Sistema Previdencial Repartição este apresenta uma variação negativa de (-) 105.923,5 milhares de euro face ao saldo apurado no ano de 2010. Constatase que as Ações de Formação Profissional relativas ao QREN foram a componente que mais contribui para esta variação. Note-se que a receita das transferências do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ex-MTSS) para financiamento da contrapartida pública nacional dos subsídios a ações de formação profissional cofinanciadas no âmbito do QREN, ascendeu a 116.812,2 milhares de euro, correspondente a uma quebra de (-) 46,5% face a igual período de 2010, enquanto que a despesa paga correspondente atingiu 224.187,3 milhares de euro, superando em 1.747,9 milhares de euro a despesa paga em 2010.
- ⇒ O Subsistema de Ação Social apresenta um decréscimo em termos percentuais de 17,7%, sendo a rubrica de “outros” (OE e alínea b) e d) da receita dos jogos sociais) a que mais contribui para este decréscimo.

Refira-se ainda que, o saldo apurado do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação deve-se ao facto de a compensação financeira pelo diferencial remuneratório aos educadores de infância relativa ao ano letivo 2010/2011 apenas ter sido pago no 1.º semestre de 2012.

- ⇒ Quanto ao Subsistema de Proteção Familiar, o aumento do saldo em 14.640,7 milhares de euro deveu-se a uma quebra da despesa deste Subsistema em 22,0%, tendo a rubrica de abono de família apresentado um decréscimo de 30,3% relativamente ao ano transato, sendo que tal comportamento se deveu ao efeito das políticas implementadas a partir do 2.º semestre 2010 e em 2011;
- ⇒ Por último, o Subsistema de Solidariedade apresenta um acréscimo do saldo de 82.690,8 milhares de euro, sendo que para este concorre o comportamento da despesa de prestações sociais objeto de medidas de política, cujo efeito se refletiu ao longo do ano (exemplo do Rendimento Social de Inserção e Subsídio de Desemprego)

- ⇒ O saldo da fonte de financiamento OSS registou uma variação negativa de (-) 378.844,3 milhares de euro, ou seja (-) 23,3% face ao saldo inicial, sendo a sua distribuição por Sistemas da seguinte forma:

Sistema Previdencial Repartição
Posição a 31 de dezembro de 2011

Fontes de Financiamento	Milhares de euro	
	Saldo do ano anterior	Saldo final 2011
OSS	1.099.046,2	874.021,5
Banca Casinos	13.736,3	11.224,7
Venda de Imóveis/Transf. Capitalização	337,1	239,3
Saldo Previdencial/Transferências para Capitalização	293.007,7	0,0
Transferências da Solidariedade	666.864,5	743.064,5
Transf. do Subsistema de Acção Social	34.428,9	34.428,9
Transf. do Subsistema de Protecção Familiar	57.960,5	114.297,9
Outros	32.711,3	-29.233,8

Sistema Previdencial Capitalização
Posição a 31 de dezembro de 2011

Fontes de Financiamento	Milhares de euro	
	Saldo do ano anterior	Saldo final 2011
OSS	530.338,6	376.519,0
Total da Fonte de Financiamento OSS	1.629.384,8	1.250.540,5
Variação	-378.844,3	

Na fonte de financiamento OSS, o Sistema Previdencial Repartição apresenta uma quebra de saldo relativamente ao ano transato de 225.024,7 milhares de euro sendo de referir nomeadamente:

- ⇒ O grau de cobertura das despesas com prestações sociais e outras pelas receitas próprias e transferências correntes obtidas que se deteriorou em 2011, face a 2010, em aproximadamente 61.945,1 milhares de euro;
- ⇒ A transferência da parcela remanescente do saldo integrado já em 2010 para reforço da Capitalização Pública de Estabilização (293.007,7 milhares de euro);
- ⇒ O reforço das transferências internas do Subsistema Solidariedade e Protecção Familiar (132.537,5 milhares de euro).

O Sistema Previdencial Capitalização beneficiou relativamente ao ano de 2010 de uma maior integração do saldo do ano anterior (693.042,7 milhares de euro) que no exercício 2011, tendo-se refletido manifestamente no apuramento do saldo final deste Sistema.

- ⇒ O saldo da fonte de financiamento “SCML” e “FSS/Rendimentos”, registam variações positivas de: (+) 36.247,3 milhares de euro, e (+) 2.238,4 milhares de euro, respetivamente, face ao saldo inicial.



A variação positiva no saldo da fonte de financiamento “SCML” é explicada pelo comportamento da receita e da despesa das diversas alíneas conforme quadro seguinte:

Comparativo de Receita e de Despesa
2010/2011
Fonte de financiamento SCML

	Receita		Δ 11/10		Despesa		Δ 11/10	
	CSS/2010	CSS/2011	Valor	%	CSS/2010	CSS/2011	Valor	%
	(1')	(2')	(3') = (2) - (1)	(4') = (3)/(1)*1000	(5')	(6')	(7') = (6) - (5)	(8') = (7)/(5)*100
	<small>Milhares de euro</small>							
Alínea a)	55.265,9	63.274,2	8.008,3	14,5	87.377,1	63.310,7	-24.066,4	-27,5
Alínea e)	9.777,8	11.192,4	1.414,6	14,5	7.986,5	4.881,7	-3.104,8	-38,9
FSS/SCML - alínea c)	11.903,4	13.643,8	1.740,4	14,6	9.796,9	6.501,3	-3.295,5	-33,6
alínea f)	7.227,1	8.293,0	1.065,9	14,7	0,0	19.312,1	19.312,1	
alínea g)	7.777,0	8.293,0	515,9	6,6	991,3	31.816,2	30.824,9	3.109,4
alínea i)	1.275,4	1.470,9	195,5	15,3	187,6	650,3	462,7	246,6
Receita da alínea b) e d)	50.164,4	57.432,9	7.268,4	14,5				
Total Dec-Lei nº 56/2006	143.391,1	163.600,1	20.209,0	14,1	106.339,4	126.472,4	20.133,0	18,9
EuroMilhões (Desp. Conj. Nº 1057/2005, 12 Dezº)		0,0	0,0		18,5	880,4	861,9	4.668,7
Total SCML	143.391,1	163.600,1	20.209,0	14,1	106.357,9	127.352,8	20.994,9	19,7

No cômputo global das prestações sociais enquadradas no apuramento assegurado pelas receitas dos jogos sociais – alíneas a), e) e c) – constata-se um resultado positivo em 2011, uma vez que o acréscimo da receita foi acompanhado de uma contração das despesas por aquelas financiadas.

Em contrapartida o valor total da despesa em 2011 enquadrada no financiamento dos jogos sociais apurada nas alíneas f) e g) sofreu um agravamento em 19.312,1 milhares de euro e 30.824,9 milhares de euro, respetivamente, decorrente fundamentalmente da inclusão de novas prestações sociais.

Note-se que relativamente à:

- Alínea f), em 2011, para além do Programa Ser Criança (que já era considerado nesta alínea em 2010) encontram-se ainda inseridos os valores referentes à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Programa Escolhas e Programa para a Inclusão e Cidadania;
- Alínea g), em 2011, para além do Programa de Apoio Integrado a Idosos (que já era considerado nesta alínea em 2010) encontram-se ainda inseridos os valores referentes ao Subsídio por Utilização de Lares com Fins Lucrativos e Ações de Acolhimento e Apoio Domiciliário.

Quanto à fonte de financiamento “FSS/Rendimentos” regista um crescimento do saldo fruto da conjugação do bom comportamento da receita obtida em juros de bancos e outras instituições financeiras e da diminuição da despesa em (-) 43.1%.

- ⇒ O saldo relativo à fonte de financiamento FSE, apresenta uma variação negativa no montante de (-) 5.779,1 milhares de euro (*vide* o quadro seguinte) apresenta:

Comparativo de Receita e de Despesa
2010/2011
Fonte de financiamento FSE

Milhares de euro

	Receita		Δ 11/10		Despesa		Δ 11/10	
	CSS/2010	CSS/2011	Valor	%	CSS/2010	CSS/2011	Valor	%
	(1')	(2')	(3') = (2) - (1)	(4') = (3)/(1)*1000	(5')	(6')	(7') = (6) - (5)	(8') = (7)/(5)*100
AFP / FSE - QCAIII e antigos quadros	10.784,7	11.938,1	1.153,4	10,7	5.333,1	15.971,0	10.637,9	199,5
AFP / FSE - QREN	907.585,4	1.144.695,8	237.110,4	26,1	977.090,1	1.143.554,7	166.464,6	17,0
Projectos de Formação Profissional das ISSS's - Financiados pelo FSE	0,0		0,0		78,8	131,8	53,0	67,2
Projectos de Administração - Financiados pelo FSE	0,0		0,0		0,0		0,0	
Projectos Sociais das ISSS's - Financiados pelo FSE	7.468,2	5.006,4	-2.461,8	-33,0	9.270,4	7.762,0	-1.508,4	-16,3
Total FSE	925.838,3	1.161.640,3	235.802,0	25,5	991.772,4	1.167.419,4	175.647,0	17,7

Assim constata-se que as Ações de Formação Profissional de âmbito de Fundo Social Europeu -QREN registam um aumento de 237.110,4 milhares de euro na respetiva fonte de financiamento relativamente ao ano transato enquanto a despesa paga acusa um acréscimo de 166.464,6 milhares de euro.

- ⇒ Na fonte de financiamento FEDER, o saldo final apresenta-se inferior em (-) 1.058,1 milhares de euro face ao saldo orçamental inicial, justificado fundamentalmente por não ter havido transferências de capital obtidas da União Europeia – FEDER.

O quadro seguinte ilustra, ainda, a decomposição do saldo orçamental de forma analítica por classificação económica

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Sistema de Segurança Social Decomposição do Saldo Orçamental por Fontes de Financiamento - Analítico CSS 2011

Milhares de euro

Rubricas	Fonte de Financiamento:							TOTAL
	OE	OSS	SCML	FSE	FEDER	Outros programas da U.E.	FSS/RENDIMENTOS	
(1) Saldo Orçamental Inicial	262.486,1	1.629.384,8	432.628,9	207.398,0	-1.369,0	,7	2.435,7	2.532.965,2
(2) Receita = a) + b) + c) :	7.445.267,4	20.221.613,4	163.600,1	1.156.954,6	176,3	,0	2.648,3	28.990.260,2
a) Receitas Correntes	7.350.869,0	14.599.454,2	163.599,7	1.151.412,8	89,0	,0	2.648,3	23.268.073,1
R.03.01 Sistema Previdencial		13.739.433,1						13.739.433,1
R.03.02 Regimes complementares e especiais		6.883,9						6.883,9
R.04.01 Taxas		9.931,5						9.931,5
R.04.02 Multas e outras penalidades	229,8	100.320,2						100.550,0
R.05.01 Juros - Sociedades e quase sociedades não financeiras		139,3						139,3
R.05.02 Juros - Sociedades financeiras	1.508,1	105.225,4		367,8			2.612,1	109.713,5
R.05.03 Juros - Administrações Públicas		235.849,1						235.849,1
R.05.04 Juros-Instituições sem fins lucrativos		8,4						8,4
R.05.06 Juros - Resto do mundo		42.464,7						42.464,7
R.05.07 Divid e particip lucros de socied. e quase socied. não finan		52.116,5						52.116,5
R.05.08 Divid e particip lucros de socied. e quase socied. finan		8.027,3						8.027,3
R.05.10 Rendas		2.892,4						2.892,4
R.06.01 Sociedades e quase sociedades não financeiras		651,9						651,9
R.06.03 Administração Central	7.336.727,4	277.446,1		280,9	89,0			7.614.543,4
R.06.07 Instituições sem fins lucrativos			163.599,7	20,0				163.619,7
R.06.09 Resto do Mundo				1.150.724,3				1.150.724,3
R.07.01 Venda de bens	16,3	27,5						43,8
R.07.02 Serviços	7.419,6	10.274,0						17.693,6
R.08.01 Outras	4.967,8	7.763,0		19,8			36,2	12.786,7
b) Receitas de Capital	2.702,3	5.451.592,0	,0	,0	87,3	,0	,0	5.454.381,6
R.09.02 Habitações		3.924,3						3.924,3
R.09.04 Outros bens de investimento								,0
R.10.03 Administração Central	2.702,3							2.702,3
R.10.09 Resto do Mundo					87,3			87,3
R.11.02 Títulos curto prazo		996.604,2						996.604,2
R.11.03 Títulos a médio e longo prazo		2.234.668,2						2.234.668,2
R.11.04 Derivados financeiros		8.442,9						8.442,9
R.11.08 Ações e outras participações		744.112,6						744.112,6
R.11.09 Unidades de participação		1.463.839,7						1.463.839,7
R.13.01 Outras								,0
c) Outras Receitas	91.696,1	170.567,2	,4	5.541,8	,0	,0	,0	267.805,5
R.15.01 Reposições não Abatidas aos Pagamentos	91.696,1	170.567,2	,4	5.541,8	,0	,0	,0	267.805,5
(3) Despesa = d) + e) :	7.326.947,0	20.738.568,4	127.017,9	1.162.698,1	1.226,2	,0	409,9	29.356.867,5
d) Despesa Corrente	7.313.558,2	14.467.077,6	94.954,6	1.161.180,0	332,2	,0	297,9	23.037.400,5
D.01.01 Remunerações certas e permanentes	111.292,0	142.739,2	4.147,9	403,7	72,5		37,7	258.692,9
D.01.02 Abonos variáveis ou eventuais	3.835,3	2.464,3	66,7	8,1	2,3		1,6	6.378,1
D.01.03 Segurança Social	16.581,6	20.149,9	192,5	35,4	5,7			36.965,1
D.02.01 Aquisição de bens	8.703,5	2.629,1	25,9	,2				11.358,8
D.02.02 Aquisição de serviços	34.983,0	49.509,4	702,7	732,3	251,6		,1	86.179,2
D.03.05 Outros Juros	3,6	7,4						11,0
D.03.06 Outros encargos financeiros	39,8	2.338,2		2,1				2.380,0
D.04.01 Trans.corr.-Socied.e quase socied.não financeiras	7.560,0		187,5					7.747,5
D.04.03 Transf.correntes-Administração Central	54.086,5	526.405,8	780,2	570.091,4				1.151.363,9
D.04.04 Administração Regional	6.948,6	21.472,4		65.372,3				93.793,3
D.04.05 Administração Local	61,6		6.118,6	10.538,8				16.719,0
D.04.07 Instituições sem fins lucrativos	1.304.974,2		48.958,7	6.769,4				1.360.702,3
D.04.08 Famílias	5.542.788,7	13.686.837,9	27.100,4					19.256.727,0
D.04.09 Resto do Mundo	2.205,5	4.503,1						6.708,6
D.05.01 Sociedades e quase soc.não financeiras	79.432,2	604,1		183.344,1				263.380,3
D.05.02 Sociedades financeiras	16,4			31,8				48,1
D.05.07 Instituições sem fins lucrativos	137.195,5	1.809,0	6.501,3	323.669,1			138,7	469.313,6
D.05.08 Famílias							119,8	119,8
D.06.02 Outras despesas correntes-diversas	2.850,3	5.607,9	172,3	181,5				8.812,0
e) Despesa de Capital	13.388,8	6.271.490,8	32.063,3	1.518,1	894,1	,0	112,0	6.319.467,0
D.07.01 Investimentos	3.495,6	17.664,3	1.945,2		748,0			23.853,0
D.08.01 Sociedades e quase sociedades não financeiras	4.343,2							4.343,2
D.08.07 Instituições sem fins lucrativos	5.492,8	,0	30.118,1	1.518,1	55,4		112,0	37.296,4
D.08.09 Resto do mundo	57,2	118,0			90,6			265,9
D.09.02 Títulos a curto prazo		721.771,1						721.771,1
D.09.03 Títulos a médio e longo prazo		3.632.006,4						3.632.006,4
D.09.07 Ações e outras participações		245.277,3						245.277,3
D.09.08 Unidades de participação		1.654.653,7						1.654.653,7
(4) Transfª de outras fontes financiamento	,0	138.110,6	,0	,0	,0	,0	,0	138.110,6
(5) Transfª para outras fontes financiamento	137.732,0	,0	334,9	35,6	8,2	,0	,0	138.110,6
(6) Saldo Orçamental Final = (1)+(2)-(3)+(4)-(5)	243.074,6	1.250.540,5	468.876,2	201.618,9	-2.427,1	,7	4.674,1	2.166.357,9

VI – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

VI.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL

A Conta da Segurança Social é elaborada com base nas contas individuais das instituições que integram o perímetro de consolidação. A consolidação patrimonial da Conta da Segurança Social é efetuada pelo método da simples agregação¹⁵, sendo as demonstrações financeiras das instituições que integram o perímetro de consolidação agregadas a 100%, à exceção da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Rádio Marconi onde apenas é considerado o montante referente às prestações de desemprego.

Em 1 de julho de 2010 é publicada a Portaria n.º 474/2010, aprovando a “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo», anexa ao referido diploma de que faz parte integrante.

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas de acordo com o POCISSSS, sendo que nas omissões existentes se remeteu para o POCP, norma hierarquicamente superior, que remete para o POC o tratamento dos investimentos financeiros. Tendo presente a alteração legislativa ocorrida em 2009 de substituição com efeitos a 2010 do POC pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), utilizam-se, para efeitos de interpretação, alguns princípios contabilísticos aplicáveis à consolidação, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos registos contabilísticos, maioritariamente apoiados no SIF, das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações.

O processo de consolidação da conta da segurança social compreende as seguintes fases:

1. Preparação da consolidação, que engloba, entre outras operações a homogeneização dos princípios contabilísticos, dos critérios de valorimetria, uniformidade no âmbito e na movimentação de contas e a emissão de circulares normativas, levando ainda em consideração as especificidades da atividade própria do IGFCSS, IP e do FEFSS.
2. Recolha de informação financeira, que consiste na receção e análise da conformidade interna de valores apresentados nas demonstrações financeiras e a organização de um dossiê de consolidação por cada entidade consolidável, sendo que a conta consolidada da Região Autónoma dos Açores é apresentada pelo CGFSS da Região Autónoma dos Açores.
3. Delimitação das entidades a consolidar, conforme organograma do perímetro de consolidação apresentado no ponto III.1 do presente relatório. O perímetro de consolidação da Segurança Social compreende as instituições de segurança social e demais organismos com orçamentos integrados no orçamento de segurança social.
4. Operações de agregação, que consistem na aplicação do método de integração global às demonstrações financeiras das instituições que integram o perímetro de consolidação, ou seja as instituições articuladas com o IGFCSS e consequentemente financiadas pelo Orçamento da Segurança Social.

Da agregação das demonstrações financeiras das diversas Instituições de Segurança Social resultaram as seguintes demonstrações financeiras:

¹⁵ De acordo com o definido na alínea a) do n.º 6.5 – Métodos de consolidação, da Orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo», anexa à Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho.



Balço Agregado - Ativo			
ATIVO	Unidade monetária: euro		
	Ativo Bruto 2011	Amortizações/ Provisões 2011	Ativo líquido 2011
Imobilizado			
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
451-Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
452-Edifícios	0,00	0,00	0,00
453-Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00
455-Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
459-Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
445-Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
446-Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas:	956.857,60	949.410,47	7.447,13
431-Despesas de instalação	262.502,53	255.055,40	7.447,13
432-Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
433-Propriedade industrial e outros direitos	694.355,07	694.355,07	0,00
443-Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
449-Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas:	614.703.273,27	411.783.210,79	202.920.062,48
421-Terrenos e recursos naturais	35.660.599,58	0,00	35.660.599,58
422-Edifícios e outras construções	179.905.279,84	60.680.339,58	119.224.940,26
423-Equipamento básico	315.219.638,71	278.157.505,92	37.062.132,79
424-Equipamento de transporte	13.757.958,79	12.742.652,85	1.015.305,94
425-Ferramentas e utensílios	250.039,25	238.325,36	11.713,89
426-Equipamento administrativo	55.307.463,97	53.395.727,14	1.911.736,83
427-Taras e vasilhame	211,59	211,59	0,00
429-Outras imobilizações corpóreas	7.111.990,12	6.568.448,35	543.541,77
442-Imobilizações em curso	7.367.801,75	0,00	7.367.801,75
448-Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	122.289,67	0,00	122.289,67
Investimentos financeiros:	241.706.566,44	11.597.512,29	230.109.054,15
411-Partes de capital	131.053.600,13	2.981.558,68	128.072.041,45
412-Obrigações e títulos de participação	228.609,05	228.609,05	0,00
413-Empréstimos de financiamento	0,00	0,00	0,00
414-Investimentos em imóveis	109.687.340,82	8.195.553,99	101.491.786,83
415-Outras aplicações financeiras	737.016,44	191.790,57	545.225,87
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
447-Adiantamentos por conta investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
Circulante:			
Existências:	1.584.078,78	0,00	1.584.078,78
36-Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.583.178,29	0,00	1.583.178,29
35-Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
34-Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
33-Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
32-Mercadorias	900,49	0,00	900,49
37-Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	4.117.104.107,97	3.712.896.720,62	404.207.387,36
2811+2821-Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00
211-Clientes c/c	0,00	0,00	0,00
212-Contribuintes c/c	0,00	0,00	0,00
213-Utentes c/c	0,00	0,00	0,00
214-Clientes, contribuintes e utentes -Títulos a receber	0,00	0,00	0,00
218-Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.407.090.054,46	3.258.125.494,72	148.964.559,75
251-Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
2619-Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
24-Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
265-Prestações sociais a repôr	459.262.878,49	428.989.167,00	30.273.711,49
262+263+267+268-Outros devedores	250.751.175,02	25.782.058,90	224.969.116,12
Dívidas de terceiros - Curto prazo:	4.858.840.720,16	160.548.856,65	4.698.291.863,52
2811+2821-Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00
211-Clientes c/c	12.710.308,73	0,00	12.710.308,73
212-Contribuintes c/c	3.465.831.597,63	0,00	3.465.831.597,63
213-Utentes c/c	413.710,34	0,00	413.710,34
214-Clientes, contribuintes e utentes -Títulos a receber	0,00	0,00	0,00
218-Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	269.444.871,73	144.145.141,28	125.299.730,46
251-Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
2619-Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
24-Estado e outros entes públicos	3.551,03	0,00	3.551,03
265-Prestações sociais a repôr	120.026.105,61	14.849.674,03	105.176.431,58
262+263+267+268-Outros devedores	990.410.575,09	1.554.041,34	988.856.533,75
Títulos negociáveis:	8.399.277.885,10	0,00	8.399.277.885,10
151-Ações	1.356.355.291,43	0,00	1.356.355.291,43
152-Obrigações e títulos de participação	13.517.390,09	0,00	13.517.390,09
153-Títulos da dívida pública	6.253.492.499,50	0,00	6.253.492.499,50
159-Outros títulos	109.254.832,01	0,00	109.254.832,01
18-Outras aplicações de tesouraria	666.657.872,07	0,00	666.657.872,07
Depósitos em instituições financeiras e caixa:	2.301.374.369,39	0,00	2.301.374.369,39
12-Depósitos em instituições financeiras	2.292.731.987,03	0,00	2.292.731.987,03
11-Caixa	8.642.382,36	0,00	8.642.382,36
13-Tesouro	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e diferimentos:	55.363.512,54	0,00	55.363.512,54
271-Acréscimos de proveitos	52.213.766,84	0,00	52.213.766,84
272-Custos diferidos	3.149.745,70	0,00	3.149.745,70
Total de amortizações		420.928.175,25	
Total de provisões		3.876.847.535,56	
Total de ativo	20.590.911.371,25		16.293.135.660,44

Balanço Agregado - Passivo	
Rubricas	2011
Unidade monetária: euro	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Fundos próprios:	14.658.016.638,34
51-Património	11.200.110.968,30
52-Cedência de activos	-565.998,89
55-Ajustamento de partes de capital em empresas	229.549,05
56-Reservas de reavaliação	0,00
Reservas:	1.066.027.787,50
571-Reservas legais	1.004.463.177,35
572-Reservas estatutárias	60.791.070,27
573-Reservas contratuais	0,00
574-Reservas livres	0,00
575-Subsídios	0,00
576-Doações	222.205,48
577-Reservas decorrentes da transferência de activos	551.334,40
59-Resultados transitados	2.574.316.919,56
88-Resultado líquido do exercício	-182.102.587,18
Passivo:	1.635.119.022,10
29-Provisões para riscos e encargos	145.909,88
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00
23111+23211-Empréstimo por dívida titulada	
23112+23212-Emprést. por dívida não titulada	
269-Adiantamentos por conta de vendas	
221-Fornecedores c/c	
228-Fornecedores -Facturas em recepção e conferência	
222-Fornecedores - Títulos a pagar	
2612-Fornecedores de imobilizado -Títulos a pagar	
252-Credores pela execução do orçamento	
219-Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	
2611-Fornecedores de imobilizado c/c	
24-Estado e outros entes públicos	
266-Prestações sociais	
262+263+267+268-Outros credores	
Dívidas a terceiros - curto prazo:	897.535.693,74
23111+23211-Empréstimo por dívida titulada	0,00
23112+23212-Emprést. por dívida não titulada	0,00
269-Adiantamentos por conta de vendas	0,00
221-Fornecedores c/c	92.866,12
228-Fornecedores -Facturas em recepção e conferência	462.209,76
222-Fornecedores - Títulos a pagar	0,00
2612-Fornecedores de imobilizado -Títulos a pagar	0,00
252-Credores pela execução do orçamento	0,00
219-Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00
2611-Fornecedores de imobilizado c/c	25.989,35
24-Estado e outros entes públicos	76.099.527,36
266-Prestações sociais	11.182.590,77
262+263+267+268-Outros credores	809.672.510,38
Acréscimos e diferimentos:	737.437.418,48
273-Acréscimos de custos	39.549.669,77
274-Proveitos diferidos	697.887.748,71
Total dos fundos próprios e do Passivo	16.293.135.660,44

Demonstração de Resultados Agregada

Unidade monetária: euro

Rubricas	2011	
CUSTOS E PERDAS		
61-Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:		
Mercadorias	0,00	
Matérias	2.263.751,43	2.263.751,43
62-Fornecimentos e serviços externos		105.545.677,48
64-Custos com o pessoal:		
641+642-Remunerações		235.820.386,67
643 a 648-Encargos sociais:		
Pensões	1.039.767,73	
Outros	47.388.736,25	48.428.503,98
63-Transferências correntes concedidas e prestações sociais		43.251.019.136,44
66-Amortizações do exercício	17.733.693,01	
67-Provisões do exercício	321.451.492,26	339.185.185,27
65-Outros custos e perdas operacionais		10.179.934,17
[A]		43.992.442.575,44
68-Custos e perdas financeiras		2.221.216.286,74
[C]		46.213.658.862,18
69-Custos e perdas extraordinários		920.912.640,15
Aplicado nas reservas estatutárias		
[E]		47.134.571.502,33
88-Resultado líquido do exercício		-182.102.587,18
Total		46.952.468.915,15
PROVEITOS E GANHOS		
71-Vendas e prestações de serviços:		
Vendas de mercadorias	24.808,40	
Vendas de produtos	23.384,79	
Prestação de serviços	152.708.571,01	152.756.764,20
72-Impostos e taxas		15.332.796.245,92
Variação da produção		
75-Trabalhos para a própria entidade		0,00
73-Proveitos suplementares		15.993,15
74-Transferências e subsídios correntes obtidos:		
741-Transferências - Tesouro	0,00	
742+743- Outras	28.918.450.277,52	28.918.450.277,52
76-Outros proveitos e ganhos operacionais		606.368,27
[B]		44.404.625.649,06
78-Proveitos e ganhos financeiros		1.257.970.033,32
[D]		45.662.595.682,38
79-Proveitos e ganhos extraordinários		1.289.873.232,77
[F]		46.952.468.915,15
Resultados Operacionais [B]-[A]		412.183.073,62
Resultados Financeiros [D-B]-[C-A]		-963.246.253,42
Resultados Correntes [D]-[C]		-551.063.179,80
Resultado Líquido do Exercício [F]-[E]		-182.102.587,18



5. Confirmação de saldos entre entidades consolidáveis:

- Através da circular normativa n.º 07/2011 de 16 de dezembro, o IGFSS solicitou a todas as instituições que integram o perímetro de consolidação a elaboração e entrega do dossier de reconciliação das contas do exercício de 2011, antes do apuramento dos resultados.

- No presente exercício, a consolidação foi efetuada em simultâneo no módulo de consolidação – EC-ES – Consolidação Financeira.

- A elaboração dos dossiers de reconciliação tem como suporte a utilização da transação “exibir partidas recíprocas” no módulo de FI do SIF (Sistema de Informação Financeira). Esta ferramenta permite garantir que a informação constante do dossier de reconciliação seja fiel e coincidente com a do SIF, pelo que assume um papel preponderante no controlo da fiabilidade e integridade do sistema e por conseguinte da conta.

6. Ajustamentos prévios, que se baseiam em correções às contas individuais das entidades consolidáveis suportados nos verbetes de consolidação.

Referem-se seguidamente os ajustamentos prévios mais significativos efetuados no exercício em análise, nas instituições que se indicam:

6.1 Regularização à conta individual do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social:

Reclassificação das contas patrimoniais relativas a "investimentos financeiros" dos imóveis afetos à atividade das instituições da segurança social, para as respetivas contas do "Imobilizado corpóreo";

Correção das transferências efetuadas pela RAA em dezembro de 2011 mas só rececionadas no IGFSS em janeiro de 2012, no montante de 2.200.000,00 euro.

6.2 Regularização à conta individual do Instituto da Segurança Social:

Reconhecimento da especialização do subsídio de férias e encargos sociais de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (+) 2.034.358,05 euro.

Reclassificação económica para “contribuições para a segurança social”, nos termos da orientação normativa da DGO, da receita cobrada em 2011 relativamente à “contribuição extraordinária da solidariedade”, cujo montante foi de 1.785.293,90 euro.

6.3 Regularização à conta individual do Instituto de Informática:

Reconhecimento da especialização do subsídio de férias e encargos sociais de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (+) 3.498,18 euro.

6.4 Regularização à conta individual da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários:

Regularização da especialização do subsídio de férias e encargos sociais de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (-) 23.842,97 euro;

Reclassificação da conta 7971800000 - "Proveitos e ganhos extraordinários/Correções relativas a exercícios anteriores/Prestações sociais/Outras regularizações" para a conta 6924121110 - "Custos e perdas extraordinárias/Dívidas incobráveis/De beneficiários e utentes/Por prescrição/Subsistema de



Proteção Familiar/Encargos familiares/Subsídios a famílias/Subs. Familiar /Abono família a crianças e jovens", no montante de 4.437,87 euro.

6.5 Regularização à conta individual da Cimentos – Federação das Caixas de Previdência:

Procedeu-se à exclusão da Farmácia da "Cimentos" – Federação das Caixas de Previdência da Conta Consolidada da Segurança Social, uma vez que nos termos da orientação nº 1 da CNCAP aprovada pela Portaria 474/2010 de 1 de julho, se concluiu que o impacto da inclusão da farmácia anexa à "Cimentos – Federação das Caixas de Previdência" não é materialmente relevante para as contas consolidadas da segurança social;

Regularização da especialização do subsídio de férias e encargos sociais de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (-) 9.269,50 euro.

6.6 Regularização à conta individual da Caixa de Previdência dos Trabalhadores da Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA:

Regularização da especialização do subsídio de férias de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (-) 7.346,52 euro.

6.7 Regularização à conta individual da Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto:

Especialização do subsídio de férias e encargos sociais de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (-) 21.913,41 euro.

Reclassificação da conta 7977316000 - "Proveitos e ganhos extraordinários/Correções relativas a exercícios anteriores /Contribuições/ Regimes especiais/Beneficiários da CP TLP" para a conta 797180000 -"Proveitos e ganhos extraordinários/Correções relativas a exercícios anteriores/Prestações sociais/Outras regularizações", no montante de 3.400,00 euro

6.8 Regularização à conta individual da Caixa o Pessoal das Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade:

Regularização da especialização do subsídio de férias de acordo com o previsto na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012) no montante de (-) 3.350,03 euro.

6.9 Regularização à conta individual ao Fundos de Socorro Social:

Reclassificação das contas 268998699 - "Dívida de cobrança duvidosa em litígio - Outros" para a conta 268998599 - "Dívida de cobrança duvidosa em atraso - Outros" e da conta 2919299 - "Outros devedores de cobrança duvidosa - Cobrança em litígio - SEF - Outros" para 2919199 - "Outros devedores de cobrança duvidosa - Cobrança em atraso - Outros", resultante do facto da dívida da Associação de Paralisia Cerebral, no montante de 99.759,58 euro, não se encontrar em litígio.

6.10 Regularização à conta individual do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social:

De acordo com as regras de movimentação de conta prevista no POCISSSS, as transferências de capital concedidas pelo IGFSS para o FEFSS para financiamento da capitalização pública de estabilização, são consideradas um custo no IGFSS e um proveito no FEFSS. Adicionalmente, o FEFSS regista a verba recebida a débito numa conta de proveitos por contrapartida de fundos próprios, de forma a não afetar o resultado do exercício. Este movimento foi anulado em sede de consolidação, no exercício de 2011, no valor de 297.029.793,31 euro de modo a se obter uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do setor da Segurança Social;



Reclassificação das contas patrimoniais relativas a investimentos financeiros em imóveis afetos à atividade do II, IP para as respetivas contas de imobilizado corpóreo, no valor de 14.478.200,00 euro.

6.11 Regularização à conta individual do Centro de Gestão Financeira da Segurança Social – Região Autónoma dos Açores:

Reclassificação, nos termos do POCISSSS, conta patrimonial referente a dívida de contribuintes em sede de SEF cuja antiguidade é inferior a 6 meses registada na 2182210000 - "Clientes, contribuintes e utentes/Clientes - Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - Cobranças em litígio - Contribuintes de cobrança duvidosa, SEF", para 2121110000 - "Clientes, contribuintes e utentes - Contribuintes, conta corrente – Contribuintes, Regimes de Segurança Social, conta corrente – Contribuições - Regime Segurança Social trabalhadores p/ conta outrem" no montante de 2.698.779,66 euro.

Para além dos ajustamentos às Contas individuais acima referidos, procedeu-se ainda à identificação e reclassificação de entidades parceiras do perímetro de consolidação da Segurança Social conforme discriminado no quadro seguinte:

Afixação/reclassificação de entidades parceiras do perímetro da Segurança Social

(em euros)

Entidade	Conta	Entidade parceira	Valor
IGFSS	Transferência valores entre subentidades contabilísticas	ISS - Serviços Centrais	1.844.865,04
	Transferências correntes para acções de formação profissional C/ suporte no FSE	ISS - Serviços Centrais	4.781.103,48
	Fundo de garantia a menores	ISS - Serviços Centrais	80,00
	Rendas	Cx Jornalistas	6.175,24
	Especialização de rendas	Cx Jornalistas	5,66
	Contribuições para a Segurança Social - Da entidade empregadora (a)	Sem entidade parceira	70.554,14
ISS	Transferências correntes Serviços Fundos Autónomos - Financiamento comunitário Projectos	IGFSS	4.781.103,48
	IGFSS-c/ contribuições e adicionais a depositar	IGFSS	433.323,27
II	Acréscimos e diferimentos - Custos diferidos - Rendas adiantadas	IGFCSS	135.824,72
	Fornecimentos e serviços externos - Fornecimentos e serviços - Rendas e alugueres	IGFCSS	135.824,72
TLP	Contribuições para a Segurança Social - Da entidade empregadora (b)	Sem entidade parceira	7.622,44
	Contribuições para a Segurança Social - Dos trabalhadores (b)	Sem entidade parceira	4.034,47
Cx Jornalistas	Especialização de rendas	IGFSS	5,66

(a) Respeitante a registos do ano de 2007

(b) Respeitante a registos do ano de 2002

7. Anulação das dívidas ativas e passivas entre as entidades inseridas no perímetro de consolidação e dos proveitos e custos internos às entidades contabilísticas do setor da Segurança Social. Os quadros que se seguem apresentam a síntese global dos movimentos de consolidação por instituição, os movimentos de consolidação da RAA e os movimentos após a entrega da conta consolidada da RAA referentes às entidades incluídas no perímetro de consolidação.

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

CSS 2011 - Movimentos de consolidação da RAA

Código da Conta	Descrição	Verbetes		Anulações recíprocas		Total	
		débito	crédito	débito	crédito	débito	crédito
Classe 2	Terceiros	3.627.804,85	3.164.135,98	624.984,68	624.984,68	4.252.789,53	3.789.120,66
2100000000	Clientes, contribuintes e utentes	2.698.779,66	2.698.779,66	26,01	2.661,65	2.698.805,67	2.701.441,31
2121110000	Regime Segurança Social trabalhadores p/ conta	2.698.779,66	0,00	26,01	2.661,65	2.698.805,67	2.661,65
2182210000	SEF	0,00	2.698.779,66	0,00	0,00	0,00	2.698.779,66
2453000000	Segurança Social - Regime Geral	0,00	0,00	2.661,65	26,01	2.661,65	26,01
2453100000	Da entidade empregadora	0,00	0,00	2.661,65	26,01	2.661,65	26,01
2680000000	Devedores e credores diversos	0,00	0,00	76.053,67	76.053,67	76.053,67	76.053,67
2682412900	Outras operações	0,00	0,00	0,00	3.124,52	0,00	3.124,52
2684412000	Cred. p/O.transf.correntes c/suporte no OSS - ISSS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
2688922000	Outros credores - ISSS-Subsidio Compl.de Desemprego-Port 1324/93	0,00	0,00	0,00	744,90	0,00	744,90
2689261001	Subsidio de Desemprego	0,00	0,00	7.131,08	0,00	7.131,08	0,00
2689281000	Subsidio de Desemprego	0,00	0,00	0,00	7.131,08	0,00	7.131,08
2689460000	IGFSS-c/ contribuições e adicionais a depositar	0,00	0,00	11.661,16	0,00	11.661,16	0,00
2689530000	IGFSS-adiantamento p/ financ.prest. doenças prof.	0,00	0,00	3.685,94	0,00	3.685,94	0,00
2689540000	ISSS- Adiantamentos p/ fin. prest. doenças prof.	0,00	0,00	0,00	561,42	0,00	561,42
2689890000	IGFSS-Subsidio Compl.de Desemprego-Port 1324/93	0,00	0,00	211,44	0,00	211,44	0,00
2689985900	Outros	0,00	0,00	0,00	11.661,16	0,00	11.661,16
2689990002	Diversos com reconciliação	0,00	0,00	0,00	22.736,67	0,00	22.736,67
2689999000	Outros	0,00	0,00	53.364,05	93,92	53.364,05	93,92
2700000000	Acréscimos e diferimentos	927.893,36	463.946,68	546.243,35	546.243,35	1.474.136,71	1.010.190,03
2717000001	Transferências a receber do IGFSS	0,00	463.946,68	0,00	546.243,35	0,00	1.010.190,03
2732200000	Subsidio de férias	368.187,38	0,00	0,00	0,00	368.187,38	0,00
2732300000	Encargos sociais	95.759,30	0,00	0,00	0,00	95.759,30	0,00
2737000000	Transf. p* Inst. Seg. Social-Valores a liquidar	463.946,68	0,00	546.243,35	0,00	1.010.190,03	0,00
2919000000	Provisões - Para cobranças duvidosas - Outras dívidas de terceiros	1.131,83	1.409,64	0,00	0,00	1.131,83	1.409,64
2914111300	Complementos sociais	0,00	19,36	0,00	0,00	0,00	19,36
2914111800	Outros	0,00	268,16	0,00	0,00	0,00	268,16
2914131150	Assistência a menores	9,68	0,00	0,00	0,00	9,68	0,00
2914131400	Outros	1.122,15	1.122,12	0,00	0,00	1.122,15	1.122,12
Classe 5	Fundo patrimonial	466,87	0,00	410.058,92	410.058,92	410.525,79	410.058,92
5770000000	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00	0,00	410.058,92	410.058,92	410.058,92	410.058,92
5772000000	Transferências de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	372.596,21	372.596,21	372.596,21	372.596,21
5778800000	De outros	0,00	0,00	37.462,71	37.462,71	37.462,71	37.462,71
5900000000	Resultados Transitados	466,87	0,00	0,00	0,00	466,87	0,00
5990000000	Resultados Transitados - Outros	466,87	0,00	0,00	0,00	466,87	0,00
Classe 6	Custos e perdas	1.409,64	929.025,19	0,00	108.775.932,02	1.409,64	109.704.957,21
6310000000	Transferências correntes concedidas	0,00	463.946,68	0,00	108.583.802,81	0,00	109.047.749,49
6311521110	Pensões	0,00	0,00	0,00	2.881.580,71	0,00	2.881.580,71
6311521130	Prestação familiar	0,00	0,00	0,00	22.564.641,30	0,00	22.564.641,30
6311521140	Doença	0,00	0,00	0,00	25.617.394,93	0,00	25.617.394,93
6311521150	Desemprego	0,00	0,00	0,00	26.870.006,98	0,00	26.870.006,98
6311521160	Acção social	0,00	0,00	0,00	1.299.638,03	0,00	1.299.638,03
6311521170	Rend.Minimo Garantido	0,00	0,00	0,00	16.393.796,08	0,00	16.393.796,08
6311521180	Administração	0,00	463.946,68	0,00	12.393.613,59	0,00	12.857.560,27
6311521990	Outras	0,00	0,00	0,00	563.131,19	0,00	563.131,19
6400000000	Custos com pessoal	0,00	463.946,68	0,00	136.912,09	0,00	600.858,77
6412000000	Sub.s de férias e Natal.	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
6421121000	Quadro Função Pública	0,00	368.184,38	0,00	0,00	0,00	368.184,38
6452000000	Seg. Soc. funcionários públicos - C.G.A.	0,00	95.759,30	0,00	0,00	0,00	95.759,30
6453000000	Seg. Soc.Reg. Geral	0,00	0,00	0,00	136.912,09	0,00	136.912,09
6710000000	Provisões do exercício - Para cobranças duvidosas	1.409,64	1.131,83	0,00	0,00	1.409,64	1.131,83
6714111300	Complementos sociais	0,00	19,36	0,00	0,00	0,00	19,36
6714111800	Outros	0,00	268,16	0,00	0,00	0,00	268,16
6714131150	Assistência a menores	0,00	9,68	0,00	0,00	0,00	9,68
6714131400	Outros	1.122,12	1.122,15	0,00	0,00	1.122,12	1.122,15
6910000000	Custos e perdas extraordinárias - Transf. Capital concedidas	0,00	0,00	0,00	55.217,12	0,00	55.217,12
6911514000	Trans. de cap. do OSS # Partic. Portug. Proj. cof	0,00	0,00	0,00	28.276,92	0,00	28.276,92
6911517000	Trans.capital - Outras	0,00	0,00	0,00	26.940,20	0,00	26.940,20
Classe 7	Proveitos e ganhos	463.946,68	466,87	108.775.932,02	0,00	109.239.878,70	466,87
7230000000	Impostos e taxas - Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00	136.912,09	0,00	136.912,09	0,00
7231121800	Trab.Ent.s/Fins Lucr	0,00	0,00	136.912,09	0,00	136.912,09	0,00
7420000000	Transferências correntes obtidas	463.946,68	0,00	108.583.802,81	0,00	109.047.749,49	0,00
7421321110	Pensões.	0,00	0,00	2.881.580,71	0,00	2.881.580,71	0,00
7421321130	Prestação familiar.	0,00	0,00	22.564.641,30	0,00	22.564.641,30	0,00
7421321140	Doença.	0,00	0,00	25.617.394,93	0,00	25.617.394,93	0,00
7421321150	Desemprego.	0,00	0,00	26.870.006,98	0,00	26.870.006,98	0,00
7421321160	Acção social.	0,00	0,00	1.299.638,03	0,00	1.299.638,03	0,00
7421321170	R. Minimo Garantido / R.Inserção Social	0,00	0,00	16.393.796,08	0,00	16.393.796,08	0,00
7421321180	Administração.	463.946,68	0,00	12.393.613,59	0,00	12.857.560,27	0,00
7421321990	Outras	0,00	0,00	563.131,19	0,00	563.131,19	0,00
7960000000	Proveitos e ganhos extraordinários-Reduções de amortizações e de provisões	0,00	466,87	0,00	0,00	0,00	466,87
7962181990	Cobranças em atraso/outras	0,00	466,87	0,00	0,00	0,00	466,87
7980000000	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	0,00	55.217,12	0,00	55.217,12	0,00
7983116140	Trans. de capital - Participação Portuguesa nos Projectos cofinanciados - OSS	0,00	0,00	28.276,92	0,00	28.276,92	0,00
7983116170	Transferencias de capital - Outras	0,00	0,00	26.940,20	0,00	26.940,20	0,00
TOTAL		4.093.628,04	4.093.628,04	109.810.975,62	109.810.975,62	113.904.603,66	113.904.603,66

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

CSS 2011 - Movimentos de consolidação após a conta consolidada da RAA

Código da Conta	Descrição	Verbetes		Anulações recíprocas		Total	
		débito	crédito	débito	crédito	débito	crédito
Classe 1	Disponibilidades	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
120000000	Depósitos à ordem	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
1219100051	Depósitos à ordem	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
Classe 2	Terceiros	2.312.313,41	6.484.447,21	493.713.648,78	493.713.648,78	496.025.562,19	500.198.095,99
210000000	Cientes, contribuintes e utentes	80,00	80,00	0,00	177.679,79	80,00	177.759,79
211200000	Devedores p/ prestação de alimentos a menores	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
2121110000	Regime Segurança Social trabalhadores p/ conta	80,00	0,00	0,00	177.679,79	80,00	177.679,79
245300000	Segurança Social - Regime Geral	0,00	0,00	177.679,79	0,00	177.679,79	0,00
2453100000	Da entidade empregadora	0,00	0,00	177.679,79	0,00	177.679,79	0,00
265000000	Prestações sociais a repôr	4.437,87	4.437,87	0,00	0,00	4.437,87	4.437,87
2651211100	Subs. familiar/Ab. de família a crianças e jovens	4.437,87	4.437,87	0,00	0,00	4.437,87	4.437,87
266000000	Prestações sociais apagar	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	3.400,00	3.400,00
2661500000	Regimes especiais	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	3.400,00	3.400,00
268000000	Devedores e credores diversos	99.839,58	2.299.839,58	473.269.994,42	473.269.994,42	473.369.834,00	475.569.834,00
2682411100	Dev. p/out.Transf. - Correntes - IGSS - Financ. desp. Sist. de S.S.S.	0,00	0,00	1.237.261,87	20.796.904,50	1.237.261,87	20.796.904,50
2682412900	Outras operações	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
2682421700	Dev.p/out.transf.Capital - IGSS - Transferências de capital - Outras	0,00	0,00	594.366,82	0,00	594.366,82	0,00
2683730000	Devedores p/ adiantamentos ao FSE - QCA III	0,00	0,00	0,00	13.039.641,64	0,00	13.039.641,64
2684313000	Credores por adiantamentos por conta do FSE	0,00	0,00	13.039.641,64	0,00	13.039.641,64	0,00
2684412000	Cred. p/O.transf.correntes c/suporte no OSS - ISSSS	0,00	0,00	20.796.904,50	1.237.261,87	20.796.904,50	1.237.261,87
2684422000	Credores p/transf.capital - PIDDAC - OSS - ISSSS	0,00	0,00	0,00	594.366,82	0,00	594.366,82
2688922000	Outros credores - ISSSS-Subsidio Compl.de Desemprego-Port 1324/93	0,00	0,00	0,00	443,97	0,00	443,97
2689251100	Alemanha - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	101.309,26	31.346,08	101.309,26	31.346,08
2689251200	Andorra - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	506,01	0,00	506,01	0,00
2689251400	Austria - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	18.271,66	0,00	18.271,66	0,00
2689251500	Bélgica - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	14.060,89	0,00	14.060,89	0,00
2689251600	Brasil - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	1.060,28	0,00	1.060,28	0,00
2689251800	Canadá - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	477,88	0,00	477,88	0,00
2689252100	Dinamarca - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	20.883,02	0,00	20.883,02	0,00
2689252400	Espanha - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	1.354.489,30	0,00	1.354.489,30	0,00
2689252600	Finlândia - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	13.106,10	0,00	13.106,10	0,00
2689252700	França - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	361.596,14	0,00	361.596,14	0,00
2689252800	Grécia - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	491.395,89	0,00	491.395,89	0,00
2689252900	Hungria - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	18,88	0,00	18,88	0,00
2689253100	Irlanda - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	31.682,06	0,00	31.682,06	0,00
2689253200	Islândia - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	29.598,36	0,00	29.598,36	0,00
2689253300	Itália - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	9.453,87	0,00	9.453,87	0,00
2689253400	Letónia - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	3,62	0,00	3,62	0,00
2689253600	Luxemburgo - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	126.552,19	0,00	126.552,19	0,00
2689253800	Noruega - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	12.065,90	0,00	12.065,90	0,00
2689253900	Países Baixos - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	234.647,59	0,00	234.647,59	0,00
2689254200	Reino Unido - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	48.297,77	0,00	48.297,77	0,00
2689254500	Suécia - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	3.920,60	0,00	3.920,60	0,00
2689254600	Suíça - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	2.343.665,54	0,00	2.343.665,54	0,00
2689254700	Liechtenstein - Instituições de Segurança Social	0,00	0,00	5.208,34	0,00	5.208,34	0,00
2689259900	IGSS - Val.reemb.de países estrangeiros - Val. Pagos pelo ISS ainda não solicita	0,00	0,00	40.578,35	1.586.879,23	40.578,35	1.586.879,23
2689261001	Subsidio de Desemprego	0,00	0,00	229.835,42	0,00	229.835,42	0,00
2689271000	Subsidio de Desemprego	0,00	0,00	0,00	3.644.624,19	0,00	3.644.624,19
2689272000	Exames médicos	0,00	0,00	0,00	229.835,42	0,00	229.835,42
2689450000	ISSSS-Val. cob. de contr. e ad. p/ tesour. sistema	80,00	0,00	298.433,88	8.093.027,11	298.513,88	8.093.027,11
2689460000	IGSS-c/ contribuições e adicionais a depositar	0,00	0,00	7.794.593,23	0,00	7.794.593,23	0,00
2689511000	Abastecimento Financeiro concedido a ISSS	0,00	0,00	228.118.156,26	0,00	228.118.156,26	0,00
2689512000	Abastecimento Financeiro obtido do IGSS	0,00	0,00	0,00	228.118.156,26	0,00	228.118.156,26
2689530000	IGSS-adiantamento p/ financ.prest. doenças prof.	0,00	0,00	858.059,30	0,00	858.059,30	0,00
2689540000	ISSS - Adiantamentos p/ fin. prest. doenças prof.	0,00	0,00	0,00	858.059,30	0,00	858.059,30
2689550000	IGSS-c/ FGAM - valores a depositar	0,00	0,00	80,00	0,00	80,00	0,00
2689560000	ISSSS-Valores cobrados - FGAM	0,00	80,00	0,00	80,00	0,00	160,00
2689595400	Fundo dos certificados de reforma - Capitais acumulados - Valores a pagar por	0,00	0,00	66.004,69	0,00	66.004,69	0,00
2689595500	Fundo dos certificados de reforma - Capitais acumulados - Valores a receber do	0,00	0,00	0,00	66.004,69	0,00	66.004,69
2689711100	Devedores por valores a transferir - Operações de tesouraria única	0,00	0,00	8.993.068,71	0,00	8.993.068,71	0,00
2689712100	Credores por valores a transferir - Operações de tesouraria única	0,00	0,00	0,00	8.993.068,71	0,00	8.993.068,71
2689820000	CNP - Adiantamentos p/c de acordos - Pensões	0,00	0,00	0,00	185.961.955,35	0,00	185.961.955,35
2689830000	IGSS-Adiantamentos p/c de acordos - Pensões	0,00	0,00	185.961.955,35	0,00	185.961.955,35	0,00
2689890000	IGSS-Subsidio Compl.de Desemprego-Port 1324/93	0,00	0,00	443,97	0,00	443,97	0,00
2689985990	Outros	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00
2689986990	Outros	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58
2689988300	IGSS - Outras Operações de Tesouraria	0,00	0,00	18.339,28	0,00	18.339,28	0,00
2689988400	ISS's - Outras Operações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	18.339,28	0,00	18.339,28
270000000	Acréscimos e diferimentos	2.104.796,38	4.076.930,18	20.265.974,57	20.265.974,57	22.370.770,95	24.342.904,75
2717000001	Transferências a receber do IGSS	2.037.856,23	65.722,43	0,00	19.663.546,73	2.037.856,23	19.729.269,16
2722000000	Rendas adiantadas	0,00	0,00	0,00	136.237,85	0,00	136.237,85
2727000000	Transferências pº Instituições de Seg. Social	0,00	0,00	0,00	466.189,99	0,00	466.189,99
2732000000	*Subsidio de férias	56.776,49	1.724.822,45	0,00	0,00	56.776,49	1.724.822,45
2732300000	*Encargos sociais	10.163,66	314.251,50	0,00	0,00	10.163,66	314.251,50
2737000000	Transf. pº Inst. Seg. Social-Valores a liquidar	0,00	1.972.133,80	19.663.546,73	0,00	19.663.546,73	1.972.133,80
2742000000	Rendas recebidas adiantadamente	0,00	0,00	136.237,85	0,00	136.237,85	0,00
2749700001	Transferências obtidas do IGSS	0,00	0,00	466.189,99	0,00	466.189,99	0,00
291900000	Provisões - Para cobranças duvidosas - Outras dívidas de terceiros	99.759,58	99.759,58	0,00	0,00	99.759,58	99.759,58
2919199000	Cobranças em atraso/Outros	99.759,58	99.759,58	0,00	0,00	99.759,58	99.759,58
2919299000	Cobranças em litígio/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Classe 4	Investimentos financeiros	14.606.047,92	15.646.718,24	0,00	0,00	14.606.047,92	15.646.718,24
410000000	Partes de capital.	0,00	15.603.868,61	0,00	0,00	0,00	15.603.868,61
4141200000	Com imóveis afectos	0,00	1.040.670,32	0,00	0,00	0,00	1.040.670,32
4142112000	Com terreno subjacente	0,00	3.709.946,53	0,00	0,00	0,00	3.709.946,53
4142122000	Com terreno subjacente	0,00	3.431,27	0,00	0,00	0,00	3.431,27
4142221000	Sem terreno subjacente	0,00	81.567,02	0,00	0,00	0,00	81.567,02
420000000	Imobilizações Corpóreas	14.563.198,29	0,00	0,00	0,00	14.563.198,29	0,00
4211000000	Sem imóveis afectos	3.709.946,53	0,00	0,00	0,00	3.709.946,53	0,00
4221100000	Sem terreno subjacente	10.768.253,47	0,00	0,00	0,00	10.768.253,47	0,00
4221200000	Com terreno subjacente	84.998,29	0,00	0,00	0,00	84.998,29	0,00
480000000	Amortizações acumuladas	42.849,63	42.849,63	0,00	0,00	42.849,63	42.849,63
4812112000	Com terreno subjacente	2.139,42	0,00	0,00	0,00	2.139,42	0,00
4812122000	Com terreno subjacente	40.710,21	0,00	0,00	0,00	40.710,21	0,00
4822120000	Com terreno subjacente	0,00	42.849,63	0,00	0,00	0,00	42.849,63
Classe 5	Fundo patrimonial	298.000.707,86	0,00	0,00	0,00	298.000.707,86	0,00
510000000	Património	297.029.793,31	0,00	0,00	0,00	297.029.793,31	0,00
5100000000	Património	297.029.793,31	0,00	0,00	0,00	297.029.793,31	0,00
550000000	Ajustamentos de partes de capital em empresas	229.549,05	0,00	0,00	0,00	229.549,05	0,00
5500000000	Ajustamentos de partes de capital em empresas.	229.549,05	0,00	0,00	0,00	229.549,05	0,00
571000000	Reservas legais	656.774,19	0,00	0,00	0,00	656.774,19	0,00
5711000000	Reserva geral do sistema	656.774,19	0,00	0,00	0,00	656.774,19	0,00
590000000	Resultados Transitados	84.591,31	0,00	0,00	0,00	84.591,31	0,00
5990000000	Resultados Transitados - Outros	84.591,31	0,00	0,00	0,00	84.591,31	0,00

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

CSS 2011 - Movimentos de consolidação após a conta consolidada da RAA

Código da Conta	Descrição	Verbetes		Anulações recíprocas		Total	
		débito	crédito	débito	crédito	débito	crédito
Classe 6	Custos e perdas	4.016.087,65	67.382,18	39.912,46	21.018.148.553,51	4.056.000,11	21.018.215.935,69
622000000	Fornecimentos e serviços externos	0,00	0,00	0,00	1.774.717,51	0,00	1.774.717,51
622190000	Rendas e alugueres	0,00	0,00	0,00	1.733.847,27	0,00	1.733.847,27
622361900	Outros	0,00	0,00	0,00	39.372,61	0,00	39.372,61
6229821111	Condómino regular	0,00	0,00	0,00	1.497,63	0,00	1.497,63
631000000	Transferências correntes concedidas	1.972.133,80	0,00	0,00	20.684.429.486,85	1.972.133,80	20.684.429.486,85
631123000	Transf. corr. pª ações form. prof. - C/ suporte no FSE	0,00	0,00	0,00	4.781.103,48	0,00	4.781.103,48
631151110	Pensões	0,00	0,00	0,00	4.688.089,59	0,00	4.688.089,59
631151130	Prestação familiar	0,00	0,00	0,00	262,72	0,00	262,72
631151140	Doença	0,00	0,00	0,00	406,72	0,00	406,72
631151170	Rend. Mínimo Garantido	0,00	0,00	0,00	48,01	0,00	48,01
631151180	Administração	0,00	0,00	0,00	447.187,80	0,00	447.187,80
631151210	Excedentes nas Regiões Autónomas	0,00	0,00	0,00	184.694.880,41	0,00	184.694.880,41
631151990	Outras	0,00	0,00	0,00	9.665.828,65	0,00	9.665.828,65
631152180	Administração	0,00	0,00	0,00	85.089,46	0,00	85.089,46
631152110	Pensões	0,00	0,00	0,00	14.429.911.551,71	0,00	14.429.911.551,71
631152120	Subsídio p/ morte	0,00	0,00	0,00	210.319.886,05	0,00	210.319.886,05
631152130	Prestação familiar	0,00	0,00	0,00	559.563.408,73	0,00	559.563.408,73
631152140	Doença	0,00	0,00	0,00	427.439.679,77	0,00	427.439.679,77
631152150	Desemprego	0,00	0,00	0,00	2.007.312.966,36	0,00	2.007.312.966,36
631152160	Ação social	0,00	0,00	0,00	1.382.507.075,36	0,00	1.382.507.075,36
631152170	Rend. Mínimo Garantido	0,00	0,00	0,00	391.367.518,10	0,00	391.367.518,10
631152180	Administração	1.972.133,80	0,00	0,00	192.016.110,34	1.972.133,80	192.016.110,34
631152190	Outras prestações	0,00	0,00	0,00	861.590.165,65	0,00	861.590.165,65
631152220	Para financiamento - Regularização de valores - Excedentes das Regiões Autónomas	0,00	0,00	0,00	13.075.467,00	0,00	13.075.467,00
631152290	Outras	0,00	0,00	0,00	4.962.760,94	0,00	4.962.760,94
640000000	Custos com pessoal	2.037.856,23	65.722,43	39.372,61	13.638.453,75	2.077.228,84	13.704.176,18
641200000	Subs. de férias e Natal.	0,00	5.516,75	0,00	0,00	0,00	5.516,75
642111000	Quadro Função Pública	0,00	0,00	14.322,27	0,00	14.322,27	0,00
642112000	Contrato Individual de Trabalho	94.627,48	0,00	18.683,40	0,00	113.310,88	0,00
642121000	Quadro Função Pública	423,79	49.560,44	1.201,48	0,00	1.625,27	49.560,44
642122000	Contrato Individual de Trabalho	1.324.905,73	0,00	1.556,95	0,00	1.326.462,68	0,00
642132000	Subs. de férias e Natal.	304.865,45	0,00	0,00	304.865,45	0,00	304.865,45
642212000	Em dias de descanso semanal, complementar e férias	0,00	0,00	1.624,96	0,00	1.624,96	0,00
642241000	Quadro Função Pública	0,00	0,00	990,64	0,00	990,64	0,00
642242000	Contrato Individual de Trabalho	0,00	0,00	952,21	0,00	952,21	0,00
643100000	Pensões transitórias de aposentação.	0,00	0,00	40,70	0,00	40,70	0,00
645200000	Seg. Soc. funcionários públicos - C.G.A.	150.502,96	0,00	0,00	0,00	150.502,96	0,00
645300000	Seg. Soc. #Reg. Geral	162.530,82	10.645,24	0,00	13.638.453,75	162.530,82	13.649.098,99
651000000	Custos e perdas operacionais - Impostos e taxas	0,00	0,00	539,85	539,85	539,85	539,85
651200000	Taxa de saneamento	0,00	0,00	539,85	539,85	539,85	539,85
660000000	Amortizações do exercício	1.659,75	0,00	0,00	0,00	1.659,75	0,00
662212000	Com terreno subjacente	1.659,75	0,00	0,00	0,00	1.659,75	0,00
683000000	Custos e perdas financeiras - Amort. de invest. em imóveis	0,00	1.659,75	0,00	0,00	0,00	1.659,75
683212000	Com terreno subjacente	0,00	66,25	0,00	0,00	66,25	0,00
683222000	Com terreno subjacente	0,00	1.593,50	0,00	0,00	1.593,50	0,00
691000000	Custos e perdas extraordinárias - Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00	309.890.538,71	0,00	309.890.538,71
691151000	Transferências de capital # PIDDAC - OE.	0,00	0,00	0,00	2.610.910,60	0,00	2.610.910,60
691151700	Trans. capital - Outras	0,00	0,00	0,00	10.249.834,80	0,00	10.249.834,80
691152400	Trans. cap. OSS # Saldos anuais Subs. Previdenc.	0,00	0,00	0,00	293.344.752,06	0,00	293.344.752,06
691152500	Trans. cap. OSS # recei. da alien. do patrim. Seg.	0,00	0,00	0,00	3.685.041,25	0,00	3.685.041,25
692000000	Custos e perdas extraordinárias - Dívidas incorríveis	4.437,87	0,00	0,00	0,00	4.437,87	0,00
692412110	Subs. familiar / Abono família a crianças e jovens	4.437,87	0,00	0,00	0,00	4.437,87	0,00
697000000	Custos e perdas extraordinárias - Correções a exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	8.414.816,84	0,00	8.414.816,84
697287000	Financiamento concedido - Regularização de transferências	0,00	0,00	0,00	8.411.290,91	0,00	8.411.290,91
697330000	Rendas	0,00	0,00	0,00	3.525,93	0,00	3.525,93
Classe 7	Proveitos e ganhos	138.878,20	299.075.487,41	21.018.108.641,05	0,00	21.018.247.519,25	299.075.487,41
723000000	Impostos e taxas - Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00	13.638.453,75	0,00	13.638.453,75	0,00
723121100	Trabalhadores em entidades com fins lucrativos.	0,00	0,00	13.638.453,75	0,00	13.638.453,75	0,00
742000000	Transferências correntes obtidas	65.722,43	2.037.856,23	20.684.429.486,85	0,00	20.684.495.209,28	2.037.856,23
742123900	Outros Programas	0,00	0,00	4.781.103,48	0,00	4.781.103,48	0,00
742131110	Pensões.	0,00	0,00	14.429.911.551,71	0,00	14.429.911.551,71	0,00
742131120	Sub. por morte.	0,00	0,00	210.319.886,05	0,00	210.319.886,05	0,00
742131130	Prestação familiar.	0,00	0,00	559.563.408,73	0,00	559.563.408,73	0,00
742131140	Doença.	0,00	0,00	427.439.679,77	0,00	427.439.679,77	0,00
742131150	Desemprego.	0,00	0,00	2.007.312.966,36	0,00	2.007.312.966,36	0,00
742131160	Ação social.	0,00	0,00	1.381.785.075,36	0,00	1.381.785.075,36	0,00
742131170	R. Mínimo Garantido / R. Inserção Social	0,00	0,00	391.367.518,10	0,00	391.367.518,10	0,00
742131180	Administração.	65.722,43	2.037.856,23	189.794.765,01	0,00	189.860.487,44	2.037.856,23
742131190	Outras Prestações	0,00	0,00	861.590.165,65	0,00	861.590.165,65	0,00
742131990	Outras	0,00	0,00	11.783.769,74	0,00	11.783.769,74	0,00
742133100	Ações de formação profissional c/ suporte no OSS	0,00	0,00	4.959.815,99	0,00	4.959.815,99	0,00
742132110	Pensões.	0,00	0,00	4.688.089,59	0,00	4.688.089,59	0,00
742132130	Prestação familiar.	0,00	0,00	262,72	0,00	262,72	0,00
742132140	Doença.	0,00	0,00	406,72	0,00	406,72	0,00
742132160	Ação social.	0,00	0,00	722.000,00	0,00	722.000,00	0,00
742132170	R. Mínimo Garantido / R. Inserção Social	0,00	0,00	48,01	0,00	48,01	0,00
742132180	Administração.	0,00	0,00	2.668.533,13	0,00	2.668.533,13	0,00
742132120	Excedentes nas Regiões Autónomas	0,00	0,00	184.694.880,41	0,00	184.694.880,41	0,00
742132190	Outras	0,00	0,00	9.665.828,65	0,00	9.665.828,65	0,00
742133180	Administração.	0,00	0,00	85.089,46	0,00	85.089,46	0,00
742133210	Excedentes nas Regiões Autónomas	0,00	0,00	1.294.642,21	0,00	1.294.642,21	0,00
782000000	Ganhos em empresas filiais e associadas.	69.755,77	0,00	0,00	0,00	69.755,77	0,00
782000000	Ganhos em empresas filiais e associadas.	69.755,77	0,00	0,00	0,00	69.755,77	0,00
783000000	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00	1.735.344,90	0,00	1.735.344,90	0,00
783110000	Renda Social	0,00	0,00	165,12	0,00	165,12	0,00
783120000	Renda livre	0,00	0,00	12.717,92	0,00	12.717,92	0,00
783210000	Serviços	0,00	0,00	71.655,47	0,00	71.655,47	0,00
783220000	Outros	0,00	0,00	1.650.806,39	0,00	1.650.806,39	0,00
797000000	Outros proveitos e ganhos extraordinários - Correções a exercícios anteriores	3.400,00	7.837,87	8.414.816,84	0,00	8.418.216,84	7.837,87
797180000	Outras regularizações	0,00	7.837,87	0,00	0,00	7.837,87	0,00
797731600	Beneficiários da CP TLP.	3.400,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	0,00
797817000	Financiamento concedido - Regularização de transferências	0,00	0,00	8.411.290,91	0,00	8.411.290,91	0,00
797880000	Outros	0,00	0,00	3.525,93	0,00	3.525,93	0,00
798000000	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	297.029.793,31	309.890.538,71	0,00	309.890.538,71	297.029.793,31
798311610	Trans. de capital com suporte no PIDDAC - OE.	0,00	0,00	2.610.910,60	0,00	2.610.910,60	0,00
798311612	Trans. capital OSS - Saldos anuais do Subsistema Previdencial	0,00	293.344.752,06	293.344.752,06	0,00	293.344.752,06	293.344.752,06
798311613	Trans. capital OSS - Receitas da alienação de património da Segurança Social	0,00	3.685.041,25	3.685.041,25	0,00	3.685.041,25	3.685.041,25
7983116170	Transferências de capital - Outras	0,00	0,00	10.051.594,72	0,00	10.051.594,72	0,00
7983116280	Transferências de capital - Outras	0,00	0,00	198.240,08	0,00	198.240,08	0,00
TOTAL		321.274.035,04	321.274.035,04	21.511.862.202,29	21.511.862.202,29	21.833.136.237,33	21.833.136.237,33

8. Operações de controlo, que englobam o confronto de valores anuláveis reconhecidos pelas entidades com o dos respetivos balancetes e o confronto de valores anuláveis reconhecidos por cada entidade face à entidade parceira, sendo este processo confrontado com a informação do módulo de consolidação EC-CS - Consolidação Financeira, do SIF. Adicionalmente, e em paralelo ao processo descrito, no presente exercício, as demonstrações financeiras consolidadas são obtidas do balancete consolidado, construído para o efeito.
9. Após as operações de controlo são elaborados os quadros de variação do balanço, da demonstração de resultados do exercício, de resultados financeiros e extraordinários, onde constam as demonstrações agregadas das instituições que integram o perímetro de consolidação, às quais são abatidos os movimentos de consolidação, dando origem às demonstrações financeiras consolidadas.

Acresce referir o contributo da ferramenta de controlo proporcionada pela transação “Operações Financeiras e Orçamentais entre entidades” no módulo IS-PS, disponível em SIF desde janeiro de 2008, possibilitando obter informação sobre a execução orçamental recíproca, identificando simultaneamente as contas patrimoniais associadas. Esta funcionalidade permite no decorrer do exercício detetar as divergências de execução orçamental entre instituições da segurança social e, em simultâneo, a nível patrimonial, verificar eventuais divergências de registos contabilísticos, contribuindo assim como mais um complemento para garantir a fiabilidade das operações de consolidação da Conta da Segurança Social.

Os quadros que se seguem correspondem aos quadros de variação das demonstrações financeiras. As primeiras colunas dizem respeito à agregação das demonstrações financeiras das instituições que integram o perímetro de consolidação, sendo que esta agregação inclui os movimentos de consolidação da Região Autónoma dos Açores, seguindo-se as colunas com os movimentos de consolidação e as colunas finais que correspondem às demonstrações financeiras consolidadas.

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Quadro de Variações do Balanço da CSS - 2011										
Código das Contas POCS/SSS	ATIVO	Balanço agregado			Movimentos de consolidação			Balanço consolidado		
		AB	AP	AL	AB	AP	AL	AB	AP	AL
		Em euro								
	Imobilizado									
451	Bens de domínio público:									
452	Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens do património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações incorpóreas:									
431	Despesas de instalação	262.502,53	255.056,40	7.447,13	0,00	0,00	0,00	262.502,53	255.056,40	7.447,13
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	694.355,07	694.355,07	0,00	0,00	0,00	694.355,07	694.355,07	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		956.857,60	949.411,47	7.447,13	0,00	0,00	0,00	956.857,60	949.411,47	7.447,13
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terenos e recursos naturais	35.660.599,58	0,00	35.660.599,58	3.709.946,53	0,00	3.709.946,53	39.370.546,11	0,00	39.370.546,11
422	Edifícios e outras construções	179.905.379,84	60.680.379,58	119.224.940,26	10.853.251,76	42.849,63	10.810.402,13	190.758.931,60	60.723.189,21	130.035.742,39
423	Equipamento básico	315.219.638,71	278.157.505,52	37.062.133,19	0,00	0,00	0,00	315.219.638,71	278.157.505,52	37.062.133,19
424	Equipamento de transporte	13.757.958,79	12.742.652,85	1.015.305,94	0,00	0,00	0,00	13.757.958,79	12.742.652,85	1.015.305,94
425	Ferramentas e utensílios	250.039,25	238.325,36	11.713,89	0,00	0,00	0,00	250.039,25	238.325,36	11.713,89
426	Equipamento administrativo	55.307.463,97	53.395.727,14	1.911.736,83	0,00	0,00	0,00	55.307.463,97	53.395.727,14	1.911.736,83
427	Taras e vestilhame	211,59	211,59	0,00	0,00	0,00	0,00	211,59	211,59	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	7.111.990,12	6.568.448,35	543.541,77	0,00	0,00	0,00	7.111.990,12	6.568.448,35	543.541,77
442	Imobilizações em curso	7.367.801,75	0,00	7.367.801,75	0,00	0,00	0,00	7.367.801,75	0,00	7.367.801,75
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	122.289,67	0,00	122.289,67	0,00	0,00	0,00	122.289,67	0,00	122.289,67
		614.703.273,27	411.783.210,79	202.920.062,48	14.563.198,29	42.849,63	14.520.348,66	629.266.471,56	411.826.060,42	217.440.411,14
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	131.053.600,13	2.981.558,68	128.072.041,45	-1.040.670,32	0,00	-1.040.670,32	130.012.929,81	2.981.558,68	127.031.371,13
412	Obrigações e títulos de participação	228.609,05	228.609,05	0,00	0,00	0,00	0,00	228.609,05	228.609,05	0,00
413	Empréstimos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	109.687.340,82	8.195.553,99	101.491.786,83	-14.563.198,29	-42.849,63	-14.520.348,66	95.124.142,53	8.152.704,36	86.971.438,17
415	Outras aplicações financeiras	737.016,44	191.790,57	545.225,87	0,00	0,00	0,00	737.016,44	191.790,57	545.225,87
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		241.706.566,44	11.597.512,29	230.109.054,15	-15.603.868,61	-42.849,63	-15.561.018,98	226.102.697,83	11.554.662,68	214.548.035,17
	Circulante									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.583.178,29	0,00	1.583.178,29	0,00	0,00	0,00	1.583.178,29	0,00	1.583.178,29
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	900,49	0,00	900,49	0,00	0,00	0,00	900,49	0,00	900,49
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.584.078,78	0,00	1.584.078,78	0,00	0,00	0,00	1.584.078,78	0,00	1.584.078,78
2812+2822	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo									
211	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212	Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
213	Contribuintes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
214	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
215	Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.407.090.054,46	3.258.125.494,72	148.964.559,75	0,00	0,00	0,00	3.407.090.054,46	3.258.125.494,72	148.964.559,75
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
265	Prestações sociais a repór	459.262.878,49	428.989.167,09	30.273.711,40	0,00	0,00	0,00	459.262.878,49	428.989.167,09	30.273.711,40
62+263+267+26	Outros devedores	250.751.175,02	25.782.058,50	224.969.116,52	-10.686.645,59	0,00	-10.686.645,59	240.064.529,43	25.782.058,50	214.282.470,53
		4.117.104.107,97	3.712.896.720,62	404.207.387,36	-10.686.645,59	0,00	-10.686.645,59	4.106.417.462,38	3.712.896.720,62	393.520.741,77
2811+2821	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
211	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212	Clientes c/c	12.710.308,73	0,00	12.710.308,73	-80,00	0,00	-80,00	12.710.228,73	0,00	12.710.228,73
213	Contribuintes c/c	3.465.831.997,63	0,00	3.465.831.997,63	-177.599,79	0,00	-177.599,79	3.465.654.397,84	0,00	3.465.654.397,84
214	Utentes c/c	413.710,34	0,00	413.710,34	0,00	0,00	0,00	413.710,34	0,00	413.710,34
215	Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	269.444.871,73	144.145.141,28	125.299.730,46	0,00	0,00	0,00	269.444.871,73	144.145.141,28	125.299.730,46
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	3.551,03	14.849.674,03	105.176.431,58	0,00	0,00	0,00	3.551,03	14.849.674,03	105.176.431,58
265	Prestações sociais a repór	120.026.105,61	1.554.041,34	988.856.533,75	-461.927.781,65	0,00	-461.927.781,65	528.482.793,44	1.554.041,34	526.928.752,10
62+263+267+26	Outros devedores	990.410.575,09	1.554.041,34	988.856.533,75	-461.927.781,65	0,00	-461.927.781,65	528.482.793,44	1.554.041,34	526.928.752,10
		4.858.840.720,16	160.548.856,65	4.698.291.863,51	-462.105.461,44	0,00	-462.105.461,44	4.396.735.258,72	160.548.856,65	4.236.186.402,08
151	Títulos negociáveis:									
152	Ações	1.356.355.291,43	0,00	1.356.355.291,43	0,00	0,00	0,00	1.356.355.291,43	0,00	1.356.355.291,43
153	Obrigações e títulos de participação	13.517.390,09	0,00	13.517.390,09	0,00	0,00	0,00	13.517.390,09	0,00	13.517.390,09
154	Títulos da dívida pública	6.253.492.499,50	0,00	6.253.492.499,50	0,00	0,00	0,00	6.253.492.499,50	0,00	6.253.492.499,50
159	Outros títulos	109.254.832,01	0,00	109.254.832,01	0,00	0,00	0,00	109.254.832,01	0,00	109.254.832,01
18	Outras aplicações de tesouraria	666.657.872,07	0,00	666.657.872,07	0,00	0,00	0,00	666.657.872,07	0,00	666.657.872,07
		8.399.277.885,10	0,00	8.399.277.885,10	0,00	0,00	0,00	8.399.277.885,10	0,00	8.399.277.885,10
12	Depósitos em instituições financeiras e caixas:									
13	Depósitos em instituições financeiras	2.292.731.987,03	0,00	2.292.731.987,03	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	2.294.931.987,03	0,00	2.294.931.987,03
11	Caixa	8.642.382,36	0,00	8.642.382,36	0,00	0,00	0,00	8.642.382,36	0,00	8.642.382,36
13	Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.301.374.369,39	0,00	2.301.374.369,39						

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Código das Contas POCISSSS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Balanço Agregado	Movimentos de consolidação	Balanço Consolidado
	Fundos próprios:			
51	Património	11.200.110.968,30	-297.029.793,31	10.903.081.174,99
52	Cedência de Activos	-565.998,89		-565.998,89
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	229.549,05	-229.549,05	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00		0,00
		11.199.774.518,46	-297.259.342,36	10.902.515.176,10
	Reservas:			
571	Reservas legais	1.004.463.177,35	-656.774,19	1.003.806.403,16
572	Reservas estatutárias	60.791.070,27	0,00	60.791.070,27
573	Reservas contratuais	0,00		0,00
574	Reservas livres	0,00		0,00
575	Subsídios	0,00		0,00
576	Doações	222.205,48		222.205,48
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	551.334,40	0,00	551.334,40
		1.066.027.787,50	-656.774,19	1.065.371.013,31
59	Resultados transitados	2.574.316.919,56	-84.591,31	2.574.232.328,25
88	Resultado líquido do exercício	-182.102.587,18	294.987.903,74	112.885.316,56
		2.392.214.332,38	294.903.312,43	2.687.117.644,81
	Total dos Fundos Próprios	14.658.016.638,34	-3.012.804,12	14.655.003.834,22
	Passivo:			
292	Provisões para riscos encargos	145.909,88		145.909,88
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
262+263+267+268	Outros credores	0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
23111+23211	Empréstimo por dívida titulada	0,00		0,00
23112+23212	Empréstimos por dívida não titulada	0,00		0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00		0,00
221	Fornecedores, c/c	92.866,12	0,00	92.866,12
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	462.209,76		462.209,76
222	Fornecedores - Títulos a pagar	0,00		0,00
2612	Fornecedores de imobilizado -Títulos a pagar	0,00		0,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00		0,00
219	Adiantam. de clientes, contribuintes e utentes	0,00		0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	25.989,35		25.989,35
24	Estado e outros entes públicos	76.099.527,36	-177.679,79	75.921.847,57
266	Prestações sociais a pagar	11.182.590,77	0,00	11.182.590,77
262+263+267+268	Outros credores	809.672.510,38	-470.414.427,24	339.258.083,14
		897.535.693,74	-470.592.107,03	426.943.586,71
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimo de custos	39.549.669,77	-15.719.279,13	23.830.390,64
274	Proveitos diferidos	697.887.748,71	-602.427,84	697.285.320,87
		737.437.418,48	-16.321.706,97	721.115.711,51
	Total do passivo	1.635.119.022,10	-486.913.814,00	1.148.205.208,10
	Total dos fundos próprios e do passivo	16.293.135.660,44	-489.926.618,12	15.803.209.042,32

Quadro de Variações da Demonstração de Resultados da CSS - 2011

Em euro

Código das Contas POCISSSS	Custos e Perdas	D.R. Agregados	Movimentos de consolidação	D.R. Consolidados
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Mercadorias	0,00		0,00
	Matérias	2.263.751,43		2.263.751,43
62	Fornecimentos e serviços externos	105.545.677,48	-1.774.717,51	103.770.959,97
64	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	235.820.386,67	1.709.077,17	237.529.463,84
643 a 648	Encargos sociais:			
	Pensões	1.039.767,73	40,70	1.039.808,43
	Outros	47.388.736,25	-13.336.065,21	34.052.671,04
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	43.251.019.136,44	-20.682.457.353,05	22.568.561.783,39
66	Amortizações do exercício	17.733.693,01	1.659,75	17.735.352,76
67	Provisões do exercício	321.451.492,26	0,00	321.451.492,26
65	Outros custos e perdas operacionais	10.179.934,17		10.179.934,17
	(A)	43.992.442.575,44	-20.695.857.358,15	23.296.585.217,29
68	Custos e perdas financeiros	2.221.216.286,74	-1.659,75	2.221.214.626,99
	(C)	46.213.658.862,18	-20.695.859.017,90	25.517.799.844,28
69	Custos e perdas extraordinários	920.912.640,15	-318.300.917,68	602.611.722,47
	(E)	47.134.571.502,33	-21.014.159.935,58	26.120.411.566,75
88	Resultado líquido do exercício	-182.102.587,18	294.987.903,74	112.885.316,56
		46.952.468.915,15	-20.719.172.031,84	26.233.296.883,31
Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços			
	Vendas de mercadorias	24.808,40		24.808,40
	Vendas de Produtos	23.384,79		23.384,79
	Prestações de serviços	152.708.571,01	0,00	152.708.571,01
72	Impostos e taxas	15.332.796.245,92	-13.638.453,75	15.319.157.792,17
	Variação da produção			
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00
73	Proveitos suplementares	15.993,15		15.993,15
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:			
741	Transferências - Tesouro	0,00		0,00
742+743	Outras	28.918.450.277,52	-20.682.457.353,05	8.235.992.924,47
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	606.368,27		606.368,27
	(B)	44.404.625.649,06	-20.696.095.806,80	23.708.529.842,26
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.257.970.033,32	-1.805.100,67	1.256.164.932,65
	(D)	45.662.595.682,38	-20.697.900.907,47	24.964.694.774,91
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.289.873.232,77	-21.271.124,37	1.268.602.108,40
	(F)	46.952.468.915,15	-20.719.172.031,84	26.233.296.883,31

Resultados operacionais: (B) - (A) =
 Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =
 Resultados correntes: (D) - (C) =
 Resultado líquido do exercício: (F) - (E) =

2011 - CSS Agregada
 412.183.073,62
 -963.246.253,42
 -551.063.179,80
 -182.102.587,18

2011 - CSS Consolidada
 411.944.624,97
 -965.049.694,34
 -553.105.069,37
 112.885.316,56

VI.2. BALANÇO CONSOLIDADO

O quadro a seguinte evidencia as grandes rubricas do balanço consolidado referente ao biénio 2011/2010, permitindo observar, para além do valor desses elementos patrimoniais, as variações, em termos de valores absolutos e percentuais, bem como o respetivo peso relativo.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO
Variação das rubricas do balanço - Biénio 2010/2011

(milhares de euro)

Rubricas	2010		2011		Variação	
	Valor (1)	% (2)	Valor (3)	% (4)	Absoluta (5)=(1)-(3)	% (6)=(5)/(3)
ATIVO LIQUIDO DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES						
Ativo fixo líquido	515.194,1	3,7%	431.995,9	2,7%	-83.198,2	-16,1%
Imobilizações incorpóreas	19,9	0,0%	7,4	0,0%	-12,5	-62,6%
Imobilizações corpóreas	220.419,9	1,6%	217.440,4	1,4%	-2.979,4	-1,4%
Investimentos financeiros	294.754,3	2,1%	214.548,0	1,4%	-80.206,3	-27,2%
Ativo circulante líquido	13.414.773,7	96,3%	15.371.213,1	97,3%	1.956.439,5	14,6%
Existências	2.102,2	0,0%	1.584,1	0,0%	-518,1	-24,6%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	516.336,6	3,7%	393.520,7	2,5%	-122.815,8	-23,8%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.316.136,8	9,4%	4.236.186,4	26,8%	2.920.049,6	221,9%
Disponibilidades	11.416.382,9	82,0%	10.702.852,3	67,7%	-713.530,6	-6,3%
Títulos negociáveis	8.795.205,1	63,1%	8.399.277,9	53,1%	-395.927,2	-4,5%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2.621.177,8	18,8%	2.303.574,4	14,6%	-317.603,5	-12,1%
Acréscimos e diferimentos	163.815,3	1,2%	37.069,7	0,2%	-126.745,6	-77,4%
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	13.929.967,8	100,0%	15.803.209,0	100,0%	1.873.241,3	13,4%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios	12.871.090,1	92,4%	14.655.003,8	92,7%	1.783.913,8	13,9%
Passivo	1.058.877,7	7,6%	1.148.205,2	7,3%	89.327,5	8,4%
Provisões para riscos e encargos	0,0	0,0%	145,9	0,0%	145,9	
Dívidas a terceiros - curto prazo	304.431,8	2,2%	426.943,6	2,7%	122.511,8	40,2%
Acréscimos e diferimentos	754.445,9	5,4%	721.115,7	4,6%	-33.330,2	-4,4%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	13.929.967,8	100,0%	15.803.209,0	100,0%	1.873.241,3	13,4%

Da análise ao referido quadro pode observar-se que a variação ocorrida nos Fundos Próprios, no ano de 2011, ascende a 1.783.913,8 mil euro, ou seja, cerca de 13,9%, sendo que para tal terão concorrido nomeadamente:

- O valor das grandes massas patrimoniais do Ativo deduzidas as amortizações e as provisões, que beneficiam de um acréscimo de 13,4% o que, em termos de valores absolutos, representa 1.873.241,3 mil euro;
- Para a variação do “Ativo líquido”, em 1.873.241,3 mil euro, relativamente ao período homólogo do ano anterior, contribuiu com mais peso a variação ocorrida no “Ativo circulante líquido” que regista um acréscimo de 14,6%. A análise detalhada destas rubricas é apresentada nos capítulos seguintes;

O IGCSS,IP tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do FEFSS, bem como a administração do Regime Público de Capitalização. Complementarmente, o Instituto poderá prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico.

Em 2011 prosseguiu as suas atribuições legais, assegurando a gestão efetiva da carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), contudo, a clarificação quanto à separação dos patrimónios, orçamentos e contas do IGCSS e FEFSS recomendada pelo Tribunal de Contas no âmbito do relatório nº 29/2010 esteve na base da decisão do Conselho Diretivo do IGCSS que conduziu à separação das respetivas contabilidades, a partir de 2011.

O FEFSS é um património autónomo que tem por objetivo assegurar a estabilização financeira da segurança social, contribuindo para o ajustamento do regime financeiro do sistema público de segurança social às condições económicas, sociais e demográficas.

Tendo em conta a representatividade do FEFSS nos ativos da Conta da Segurança Social, em cerca de 58,5% dos Fundos próprios, o quadro que se segue ilustra bem o peso de cada uma das rubricas. Com efeito é visível que as dívidas ativas e as dívidas passivas são as rubricas em que as demais ISS's apresentam uma maior preponderância ao contrário das rubricas "Títulos negociáveis" e "Investimentos financeiros" em que o FEFSS se destaca com uma representatividade de 100% e 61,3% respetivamente.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO
Comparação entre rubricas da CSS 2011 e com as do FEFSS (*)

Rubricas	CSS	FEFSS	
	Valor (1)	Valor (2)	% (3) = (2)/(1)
ATIVO LIQUIDO DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES			
Ativo fixo líquido	431.995,9	145.938,2	33,8%
Imobilizado	431.995,9	145.938,2	33,8%
Imobilizações incorpóreas	7,4		0,0%
Imobilizações corpóreas	217.440,4	14.478,2	6,7%
Investimentos financeiros	214.548,0	131.460,0	61,3%
Ativo circulante líquido	15.371.213,1	8.795.379,2	57,2%
Existências	1.584,1	0,0	0,0%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	393.520,7	0,0	0,0%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	4.236.186,4	16.471,1	0,4%
Disponibilidades	10.702.852,3	8.778.805,9	82,0%
Títulos negociáveis	8.399.277,9	8.399.277,9	100,0%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2.303.574,4	379.528,0	16,5%
Acréscimos e diferimentos	37.069,7	102,3	0,3%
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	15.803.209,0	8.941.317,5	56,6%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios	14.655.003,8	8.575.455,9	58,5%
Passivo	1.148.205,2	68.871,8	6,0%
Provisões para riscos e encargos	145,9	0,0	
Dívidas a terceiros - curto prazo	426.943,6	68.388,0	16,0%
Acréscimos e diferimentos	721.115,7	483,8	0,1%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	15.803.209,0	8.644.327,7	54,7%

(*) Balanço do FEFSS, a 31/12/2011 após os movimentos de ajustamento efetuados em sede de consolidação

Da análise evolutiva das grandes massas patrimoniais, *vide* quadro seguinte, no período de 2007 a 2011 constata-se um crescimento médio anual de aproximadamente 8,1%, sendo que para o mesmo concorrem essencialmente:

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução das rubricas do balanço no quinquénio 2007-2011

(milhares de euro)

Rubricas	Anos					Variação 2007/2011	
	2007 (1)	2008 (2)	2009 (3)	2010 (4)	2011 (5)	Valor (6)=(5)-(1)	% (7)=(6)/(1)
ATIVO LÍQUIDO							
Imobilizado	532.939,8	458.456,9	517.898,3	515.194,1	431.995,9	-100.943,9	-18,9%
Existências	1.734,8	2.123,8	2.135,8	2.102,2	1.584,1	-150,8	-8,7%
Dívidas de Terceiros - Curto e M/L prazo	1.772.356,0	1.656.475,6	2.066.459,7	1.832.473,3	4.629.707,1	2.857.351,2	161,2%
Disponibilidades	9.131.721,1	10.087.474,6	10.737.509,4	11.416.382,9	10.702.852,3	1.571.131,2	17,2%
Acréscimos e diferimentos	158.562,6	242.613,2	149.259,0	163.815,3	37.069,7	-121.493,0	-76,6%
Total do Ativo Líquido	11.597.314,3	12.447.144,1	13.473.262,3	13.929.967,8	15.803.209,0	4.205.894,7	36,3%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO							
Fundos Próprios	10.870.881,6	11.638.185,6	12.312.108,5	12.871.090,1	14.655.003,8	3.784.122,3	34,8%
Passivo	726.432,7	808.958,5	1.161.153,8	1.058.877,7	1.148.205,2	421.772,5	58,1%
Provisões para riscos e encargos	117,2	117,2	117,2	0,0	145,9	28,8	24,5%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	240.549,0	261.330,1	374.365,8	304.431,8	426.943,6	186.394,6	77,5%
Acréscimos e diferimentos	485.766,6	547.511,3	786.670,9	754.445,9	721.115,7	235.349,1	48,4%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	11.597.314,3	12.447.144,1	13.473.262,3	13.929.967,8	15.803.209,0	4.205.894,7	36,3%

Nota: A coluna do Balço Consolidado referente ao exercício de 2007 encontra-se corrigida da subavaliação do Ativo e do Passivo efetuada no processo de consolidação nesse ano, no valor de 84.519.452,26 euro (vide página 477 do Relatório da CSS/2007).

- No "Ativo líquido" a rubrica de "Dividas de Terceiros", evidenciando um acréscimo de cerca de 161,2% entre 2007 e 2011;
- No "Passivo", a rubrica de "Dividas a terceiros – Curto prazo" registando um acréscimo no período em análise de 77,5%, seguida de "Acréscimos e diferimentos", que regista uma variação de 48,4% no quinquénio.

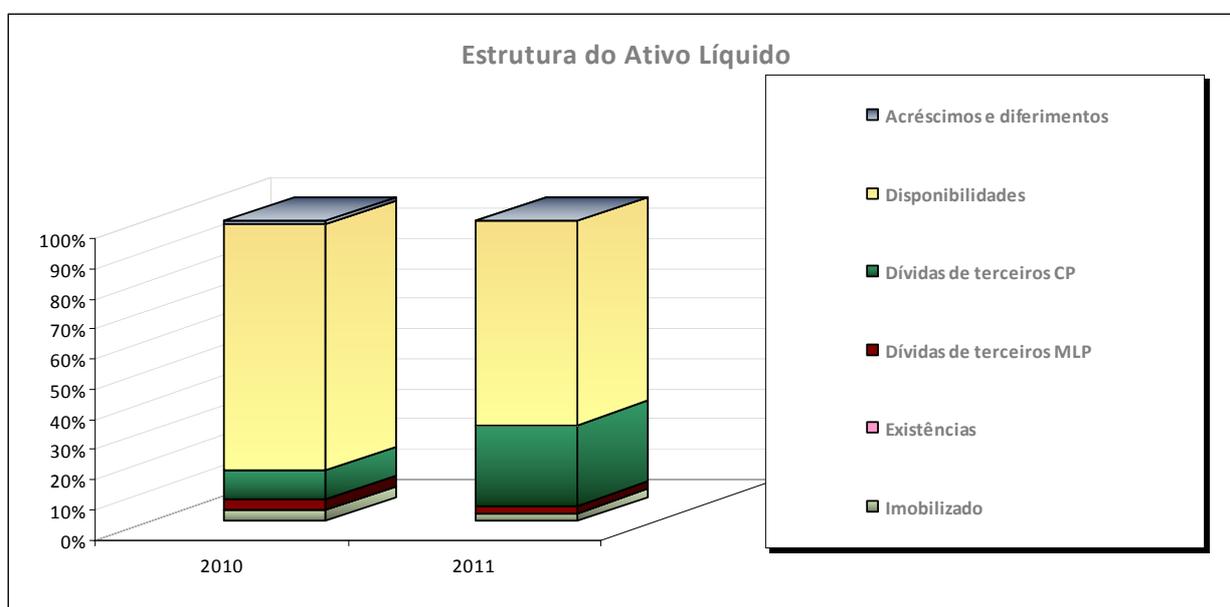
Seguidamente é apresentada uma desagregação e análise mais detalhada das rubricas que compõem o Balço.

VI.2.1. Composição do Ativo

Da análise comparativa no biénio 2011/2010, pode, em síntese, constatar-se que:

- ♦ Em 31 de dezembro de 2011, as “Disponibilidades” constituem a rubrica do ativo com maior valor absoluto, 10.702.852,3 mil euro, representando 67,7% do total do ativo líquido.
- ♦ As maiores variações das rubricas do ativo ocorrem em “Dívidas de terceiros – Curto prazo”, com um acréscimo de 221,9%, em “Acréscimos e diferimentos” que registam uma variação negativa de 77.4% e em “Imobilizações incorpóreas” também com uma variação negativa de 62.6%.

Complementarmente, o gráfico a seguir inserido ilustra a evolução da estrutura do ativo líquido no biénio 2010/2011, bem como o peso de cada uma das rubricas que o compõem.



VI.2.1.1. Imobilizações incorpóreas e corpóreas

A respeito das imobilizações corpóreas, o Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas da Conta da Segurança Social de 2011 refere o seguinte:

- Os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes e de acordo com o previsto no POCISSSS aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de janeiro.
- Constitui derrogação à norma enunciada anteriormente, a valorimetria aplicável à carteira de títulos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) gerido pelo IGFCSS, aprovados pelo Conselho Diretivo do IGFCSS em dezembro de 2003, após obtenção de parecer favorável da Comissão

Fiscalizadora e ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 7º dos Estatutos do IGFCSS, aprovados pelo Decreto-Lei nº 449-A/99, de 4 de novembro.

Os critérios valorimétricos estabelecidos no POCISSSS no que respeita à carteira de investimentos do FEFSS, foram derogados por forma a que fosse adotado, na conta individual e na conta consolidada, o critério do justo valor na valorização dos investimentos financeiros de negociação e do custo amortizado para efeito da carteira em convergência, de acordo com o referido Normativo de Valorimetria do FEFSS (Regulamento específico do IGFCSS - baseado na Norma 26/2002-R do ISP, de 31-12-2002).

A Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública emitiu em 31 de julho de 2008 o seguinte Parecer:

“A utilização do “Normativo específico de valorimetria do FEFSS”, que contempla a utilização do “justo valor”, na valorização dos ativos melhora a utilidade da informação financeira e permite atingir a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do IGFCSS, IP.

As normas internacionais e nacionais de contabilidade, em sede de consolidação de contas, admitem a derrogação de disposições das políticas contabilísticas desde que isso permita a apresentação de uma imagem mais adequada da realidade do grupo público.

De acordo com o exposto, considera-se que a derrogação à uniformização dos critérios de valorimetria nas contas consolidadas da Segurança Social, apresentada no Anexo às respetivas demonstrações financeiras, pode ser admitida”.

Critérios de Valorimetria
Imobilizações corpóreas
Exercício de 2011

(em euro)

Rubricas	Justo valor	Valor de mercado	Critérios de valorimetria POCISSSS	Total
ATIVO				
Imobilizado				
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais		3.709.946,53	35.660.599,58	39.370.546,11
Edifícios e outras construções		10.768.253,47	179.990.278,13	190.758.531,60
Equipamento básico			315.219.638,71	315.219.638,71
Equipamento de transporte			13.757.958,79	13.757.958,79
Ferramentas e utensílios			250.039,25	250.039,25
Equipamento administrativo			55.307.463,97	55.307.463,97
Taras e vasilhame			211,59	211,59
Outras imobilizações corpóreas		0,00	7.111.990,12	7.111.990,12
Imobilizações em curso			7.367.801,75	7.367.801,75
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			122.289,67	122.289,67
Total	0,00	14.478.200,00	614.788.271,56	629.266.471,56

c) As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações" da demonstração consolidada dos resultados.

d) A respeito das amortizações, o exercício de 2011 regulou-se pela aplicação do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 2/90 para os bens adquiridos até 2001 (exclusive), prosseguindo esse regime até ao final da vida útil dos bens. Aos bens adquiridos em 2001 e anos subsequentes aplica-se o definido na Portaria n.º 671/2000 (II Série) de 17 de abril, que aprovou as instruções regulamentadoras do cadastro

do inventário dos bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, contendo ainda as taxas de depreciação a aplicar a esses bens.

- e) Em regra, são totalmente amortizados no ano de aquisição ou produção os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores respeitem os limites fixados no artigo 34.º do CIBE.
- f) As despesas com reparação e manutenção dos imobilizados corpóreos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.
- g) As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos imobilizados corpóreos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Proveitos extraordinários” ou “Custos extraordinários”.
- h) Procedeu-se à reclassificação dos edifícios e dos respetivos terrenos arrendados a Instituições de Segurança Social e classificados como “Imobilizado Financeiro” para a rubrica do Balanço de “Imobilizações Corpóreas”.

O quadro seguinte apresenta a desagregação das imobilizações incorpóreas e corpóreas – Ativo bruto - permitindo analisar a evolução das respetivas rubricas, comparativamente ao ano de 2010, assim como o peso relativo de cada uma delas.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Imobilizações corpóreas e incorpóreas - Ativo bruto
2010 - 2011

(milhares de euro)

Rubricas	2010		2011				Variação	
	AB (1)	Peso relativo (2)	AB (3)	AP (4)	AL (5)=(3)-(4)	Peso relativo (6)	Absoluta (7)=(3)-(1)	% (8)=(7)/(1)
Imobilizações incorpóreas	956,9	0,2%	956,9	949,4	7,4	0,0%	0,0	0,0%
Despesas de instalação	262,5	0,0%	262,5	255,1	7,4	0,0%	0,0	0,0%
Propriedade industrial e outros direitos	694,4	0,1%	694,4	694,4			0,0	0,0%
Imobilizações Corpóreas	619.458,6	99,8%	629.266,5	411.826,1	217.440,4	100,0%	9.807,9	1,6%
Terrenos e recursos naturais	39.241,4	6,3%	39.370,5		39.370,5	18,1%	129,1	0,3%
Edifícios e outras construções	187.044,4	30,1%	190.758,5	60.723,2	130.035,3	59,8%	3.714,1	2,0%
Equipamento básico	297.385,2	47,9%	315.219,6	278.157,5	37.062,1	17,0%	17.834,4	6,0%
Equipamento de transporte	13.794,4	2,2%	13.758,0	12.742,7	1.015,3	0,5%	-36,4	-0,3%
Ferramentas e utensílios	250,0	0,0%	250,0		238,3	11,7	0,0	0,0%
Equipamento administrativo	56.334,9	9,1%	55.307,5	53.395,7	1.911,7	0,9%	-1.027,4	-1,8%
Taras e vasilhame	0,2	0,0%	0,2	0,2	0,0	0,0%	0,0	5,8%
Outras imobilizações corpóreas	7.072,4	1,1%	7.112,0	6.568,4	543,5	0,2%	39,6	0,6%
Imobilizações em curso	18.213,4	2,9%	7.367,8		7.367,8	3,4%	-10.845,6	-59,5%
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	122,3	0,0%	122,3		122,3	0,1%		
Total	620.415,5	100,0%	630.223,3	412.775,5	217.447,9	100,0%	9.807,8	1,6%

A variação de 1,6%, no biénio, reflete o aumento de 9.807,8 mil euro justificado essencialmente pelo II,IP e a RAM em 7.253,8mil euro e 2.376,4 mil euro, respetivamente.

A rubrica “Equipamento básico”, com o valor bruto de 315.219,6 mil euro (sendo que nesta rubrica estão incluídos o equipamento informático, o equipamento de escritório e reprografia e o mobiliário), é a que detém maior peso, representando 50,1% do total do imobilizado corpóreo bruto (629.266,5 mil euro), seguindo-se a rubrica “Edifícios e outras construções”, com 190.758,5 mil euro, ou seja 30,3%.

No computo global das imobilizações corpóreas, refira-se a redução das imobilizações em curso em 20.279,0 mil euros e integração destes nas imobilizações corpóreas, nomeadamente em “Equipamento básico” no montante de 16.715,5 mil euros (vide quadro seguinte)

Ativo Bruto Consolidado -Imobilizações corpóreas

milhares de euro

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Aumentos									
Aquisições		5,0	5.279,0	174,0	0,5	97,2	61,5	10.762,2	16.379,5
Integração de imobilizado em curso		3.969,6	16.715,5			12,4			20.697,5
Valorizações	140,0	460,0							600,0
Reclassificação de contas								301,3	301,3
(1) Total dos aumentos	140,0	4.434,6	21.994,5	174,0	0,5	109,6	61,5	11.063,5	37.978,3
Diminuições									
Alienações	5,9	536,6							542,5
Abates	5,0	101,0	3.818,7	210,5	0,4	1.134,2	21,9	366,9	5.658,7
Integração de imobilizado em curso								20.279,0	20.279,0
Reclassificação de contas		82,8						7,9	90,6
Nota de crédito/ Mov reg a crédito			341,4			2,9		870,7	1.215,0
Regularizações								384,6	384,6
(2) Total das diminuições	10,9	720,4	4.160,1	210,5	0,4	1.137,1	21,9	21.909,1	28.170,4
Varição absoluta (1)-(2)	129,1	3.714,2	17.834,4	-36,5	0,0	-1.027,4	39,6	-10.845,6	9.807,8

A desagregação do imobilizado corpóreo bruto por instituições (ver quadro seguinte) permite concluir que em 31 de dezembro de 2011 o ISS, IP detém imobilizações corpóreas no montante bruto de 335.123,9 mil euro o que representa 53,3% do total do imobilizado corpóreo da Segurança Social, seguindo-se-lhe o II, IP com 32,0%, sendo este Instituto responsável pela gestão da rede informática – hardware e software.

Relativamente ao acréscimo verificado, a variação absoluta de maior relevo diz respeito ao II,IP, com 7.253,8 mil euros, para esse aumento contribuiu a integração do equipamento informático que se encontrava em curso em equipamento básico, assim como a aquisição de novos equipamentos informáticos. Na RAM verifica-se o maior acréscimo relativo (8,1%), que deriva da aquisição de equipamento básico e de transporte, bem como da construção de um lar de idosos que se encontra em imobilizado em curso.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução do Imobilizado Corpóreo por Instituição de Segurança Social
2010 - 2011

(milhares de euro)

Instituições	2010		2011		Variação	
	AB (1)	Peso relativo (2)	AB (3)	Peso relativo (4)	Absoluta (5)=(3)-(1)	% (6)=(5)/(1)
IGFSS	15.701,5	2,5%	15.504,2	2,5%	-197,3	-1,3%
ISS	332.989,7	53,8%	335.123,9	53,3%	2.134,2	0,6%
II	194.069,8	31,3%	201.323,5	32,0%	7.253,8	3,7%
Bancários	1.130,9	0,2%	1.148,6	0,2%	17,8	1,6%
Cimentos	185,2	0,0%	185,2	0,0%		
EPAL	116,7	0,0%	116,7	0,0%		
Jornalistas	287,4	0,0%	287,7	0,0%	0,4	0,1%
TLP	71,3	0,0%	71,7	0,0%	0,5	0,7%
CRGE	4,3	0,0%	4,3	0,0%		
FSS	70,1	0,0%	70,1	0,0%		
RAM	29.413,6	4,7%	31.790,0	5,1%	2.376,4	8,1%
RAA	29.678,6	4,8%	28.012,5	4,5%	-1.666,1	-5,6%
IGFCSS	1.261,5	0,2%	1.149,9	0,2%	-111,7	-8,9%
FEFSS	14.478,2	2,3%	14.478,2	2,3%		
Total	619.458,6	100%	629.266,5	100%	9.807,8	1,6%

No que se refere às amortizações acumuladas do imobilizado corpóreo, no final de 2011 totalizavam 411.826,1 mil euro, o que representa um aumento de 3,2%, em relação ao ano anterior. O quadro que se segue apresenta a desagregação daquele total por rubricas, evidenciando ainda os reforços e as regularizações.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Amortizações de imobilizado corpóreo

(milhares de euro)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Edifícios e outras construções	57.938,3	3.145,2	-360,3	60.723,2
Equipamento básico	268.102,6	13.267,5	-3.212,6	278.157,5
Equipamento de transporte	12.778,8	175,7	-211,9	12.742,7
Ferramentas e utensílios	234,0	4,7	-0,4	238,3
Equipamento administrativo	53.563,3	1.312,8	-1.480,4	53.395,7
Taras e vasilhame	0,2			0,2
Outras imobilizações corpóreas	6.421,6	169,0	-22,1	6.568,4
Total	399.038,8	18.075,0	-5.287,7	411.826,1

Ainda relativamente a este quadro, importa referir que no exercício de 2011, tal como ocorreu no exercício anterior, reclassificaram-se os edifícios (e os respetivos terrenos) arrendados a Instituições da Segurança Social e classificados nas contas individuais como “Imobilizado financeiro” para a rubrica do Balanço de “Imobilizado corpóreo”. (Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas, Nota nº 20).

VI.2.1.2. Investimentos financeiros

O critério de valorimetria aplicado a estes ativos é o custo de aquisição, sendo que, nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor de mercado inferior ao registado na contabilidade, são objeto da correspondente redução, através da conta apropriada. Apenas a carteira de títulos do FEFS, gerida pelo IGFCSS, que se subordina ao Regulamento de Gestão do FEFS (nos termos da Portaria n.º 1273/2004, de 7 de outubro) tendo, como tal, integrado a correspondente Nota n.º 12 do Anexo às demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas, constitui uma derrogação àquele princípio.

No quadro seguinte encontram-se vertidos os critérios de valorimetria aplicados às imobilizações financeiras.

Critérios de Valorimetria
Investimentos Financeiros
Biénio 2010/2011

(milhares de euro)

Rubricas	2010	Justo valor	Valor de mercado	Critérios de valorimetria POCISSSS	Total	Varição absoluta	Varição %
ATIVO							
Imobilizado							
Investimentos financeiros:							
Partes de capital	213.998,1	126.094,0		3.918,9	130.012,9	-83.985,2	-39,2%
Obrigações e títulos de participação	228,6			228,6	228,6	0,0	0,0%
Empréstimos de financiamento							
Investimentos em imóveis	90.233,0		5.366,0	89.758,1	95.124,1	4.891,1	5,4%
Outras aplicações financeiras	724,2			737,0	737,0	12,8	1,8%
Imobilizações em curso							
Adiantamentos por conta investimentos financeiros							
Total	305.183,9	126.094,0	5.366,0	94.642,7	226.102,7	-79.081,2	-32,1%

Através da análise do quadro supra podemos observar que relativamente ao exercício de 2010, a rubrica “Partes de capital” registou um decréscimo de 39,2 %, fruto maioritariamente da desvalorização das participações detidas pelo FEFSS (*vide* presente capítulo alínea “a)Partes de Capital”). No que respeita a “Investimentos em imóveis”, a variação foi positiva (+) 5,4%, justificada através dos imóveis recebidos no âmbito de dações em pagamento (*vide* presente capítulo alínea “c) Investimentos em imóveis”).

Conforme referido anteriormente, no exercício de 2011, reclassificaram-se os edifícios e os respetivos terrenos arrendados a Instituições da Segurança Social e classificados nas contas individuais como “Imobilizado Financeiro” para a rubrica do Balanço de “Imobilizado Corpóreo”.

Os “Investimentos financeiros” integram as aplicações financeiras de carácter permanente, correspondendo-lhe no balanço em 31 de dezembro de 2011 a seguinte decomposição:

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Investimentos financeiros

(milhares de euro)

Rubricas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	
			Montante	Peso Relativo
Partes de capital	130.012,9	2.981,6	127.031,4	59,2%
Obrigações e títulos de participação	228,6	228,6	0,0	0,0%
Investimentos em imóveis	95.124,1	8.152,7	86.971,4	40,5%
Outras aplicações financeiras	737,0	191,8	545,2	0,3%
Imobilizações em curso	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	226.102,7	11.554,7	214.548,0	100,0%

Os “Investimentos financeiros” registaram um decréscimo de 27,2% relativamente ao ano anterior, totalizando em 31 de dezembro de 2011 a cifra de 214.548,0 mil euro representando 1,4% do total do ativo líquido. A rubrica “Partes de capital” é a que tem maior peso relativo, cerca de 59,2% do total dos investimentos financeiros líquidos de provisões e amortizações.

Através da análise do quadro seguinte é possível verificar que:

- O FEFSS é a instituição com maior valor na rubrica “Partes de capital”, seguindo-se-lhe o IGFSS e o ISS, IP, para uma análise mais detalhada vide “ a) Partes de Capital” do presente capítulo.
- Os “Investimentos financeiros” nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são constituídos por “Investimentos em imóveis”, a rubrica com maior peso a seguir a “Partes de capital” e que representa cerca de 40,5% do total dos investimentos financeiros líquidos de provisões e amortizações.

Investimentos financeiros brutos em 31 de dezembro
Distribuição por Instituição de Segurança Social

(milhares de euro)

Designação	IGFSS	Banca dos Casinos	ISS	FEFSS	RA Açores	RA Madeira	Total
Partes de Capital	3.913,5	0,0	5,4	126.094,0	0,0	0,0	130.012,9
Obrigações e títulos de participação	203,2	25,4	0,0	0,0	0,0	0,0	228,6
Empréstimos de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimentos em imóveis	82.139,7	19,2	154,5	5.366,0	7.433,2	11,5	95.124,1
Outras aplicações financeiras	253,1	484,0	0,0	0,0	0,0	0,0	737,0
Imobilizações em curso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	86.509,4	528,6	159,9	131.460,0	7.433,2	11,5	226.102,7

Relativamente ao valor bruto de “Outras aplicações financeiras” (737,0 mil euro), regista-se que as aplicações do IGFSS (253,1 mil euro) são representadas por títulos da dívida pública. As aplicações do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais da Banca dos Casinos (484,0 mil euro) são respeitantes a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário.

Durante o ano 2011, o ativo bruto referente aos investimentos financeiros foi corrigido através de reforços e regularizações de provisões e amortizações, conforme quadro seguinte:

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Provisões e amortizações de investimentos financeiros

(milhares de euro)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Partes de capital	2.731,6	252,1	-2,1	2.981,6
Obrigações e títulos de participação	228,6	0,0	0,0	228,6
Investimentos em imóveis	7.343,5	827,0	-17,8	8.152,7
Outras aplicações financeiras	126,0	65,8	0,0	191,8
Total	10.429,7	1.144,9	-19,9	11.554,7

Analisando com maior detalhe as contas que integram os investimentos financeiros verifica-se o seguinte:

a) Partes de capital

Nesta conta são registadas as participações de capital cuja aquisição tenha carácter de permanência na entidade (superior a um ano).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor bruto investido pela Segurança Social em “Partes de capital” totaliza 130.012,9 mil euro. As Instituições de Segurança Social que possuem valor nesta rubrica são o IGFSS, IP (3.913,5 mil euro), o ISS, IP (5,4 mil euro) e o FEFSS, IP que detém cerca de 97% do total de “Partes de capital” da Segurança Social (126.094,0 mil euro). O quadro a seguir inserido ilustra as participações detidas por cada uma destas Instituições.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro de 2011
Partes de capital detidas por Instituição de Segurança Social

(milhares de euro)

Designação	Parcela detida	Capitais próprios	Resultado líquido
FEFSS			
Portugal Telecom, SGPS, SA	2,31%	4.392.400,0	5.672.200,0
Finpro, SCR, S.A.(anterior Finpro, S.G.P.S., S.A.)	10,01%	173.061,4	40.264,0
ZON Multimédia - Comunicação corporativa	1,15%	235.013,9	34.199,0
Transurban Group	0,12%		
IGFSS			
ADRAVE - Agência Desenv. Região Vale do Ave	6,36%	249,5	4,5
Gestínsua	36,07%	-6.600,3	-29,2
Comp. Minas Ouro Penedono	N/D	N/D	N/D
Companhia de Pescarias do Algarve	0,25%	619,9	-292,6
Dilop,SA - Produtos alimentares	6,53%	-8.016,3	-2.466,5
Dilop,SA - Transportes	9,98%	456,9	-4,9
Dilop,SA - Charcutaria	9,98%	2.311,1	27,2
FNM - Produtos Alimentares e de Consumo	N/D	N/D	N/D
FRME - Fundo Ver. Modern. Tecido Empresarial	3,69%	23.317,5	-6.786,5
MARGUEIRA - Soc. Gestão Fundos Investimento	1,02%	544,2	31,1
Soc. Hidroeléctrica Revue	N/D	N/D	N/D
Sonefe - Soc. Angolana Forn. Energia Eléctrica	N/D	N/D	N/D
Tunapesca	N/D	N/D	N/D
ISS			
RIBEIRAPERA - Sociedade p/ Desenv. Cast. Pêra, SA	9,01%	293,6	3,8

O quadro a seguir apresentado releva a evolução ocorrida nos investimentos financeiros no biénio 2010-2011 permitindo verificar que a rubrica “Investimentos em imóveis” teve um maior crescimento, cerca de 4,9%. Nas restantes rubricas registou-se um decréscimo de 39,9% em “Partes de capital” e de 8,9% em “Outras aplicações financeiras”.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Investimentos financeiros
2010-2011

(milhares de euro)

Rubricas	2010		2011		Variação	
	AL	Peso relativo (%)	AL	Peso relativo (%)	Absoluta	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=((5)/(1))
Partes de capital	211.266,6	71,7%	127.031,4	59,2%	-84.235,2	-39,9%
Investimentos em imóveis	82.889,5	28,1%	86.971,4	40,5%	4.081,9	4,9%
Outras aplicações financeiras	598,2	0,2%	545,2	0,3%	-53,0	-8,9%
Total	294.754,3	100,0%	214.548,0	100,0%	-80.206,3	-27,2%

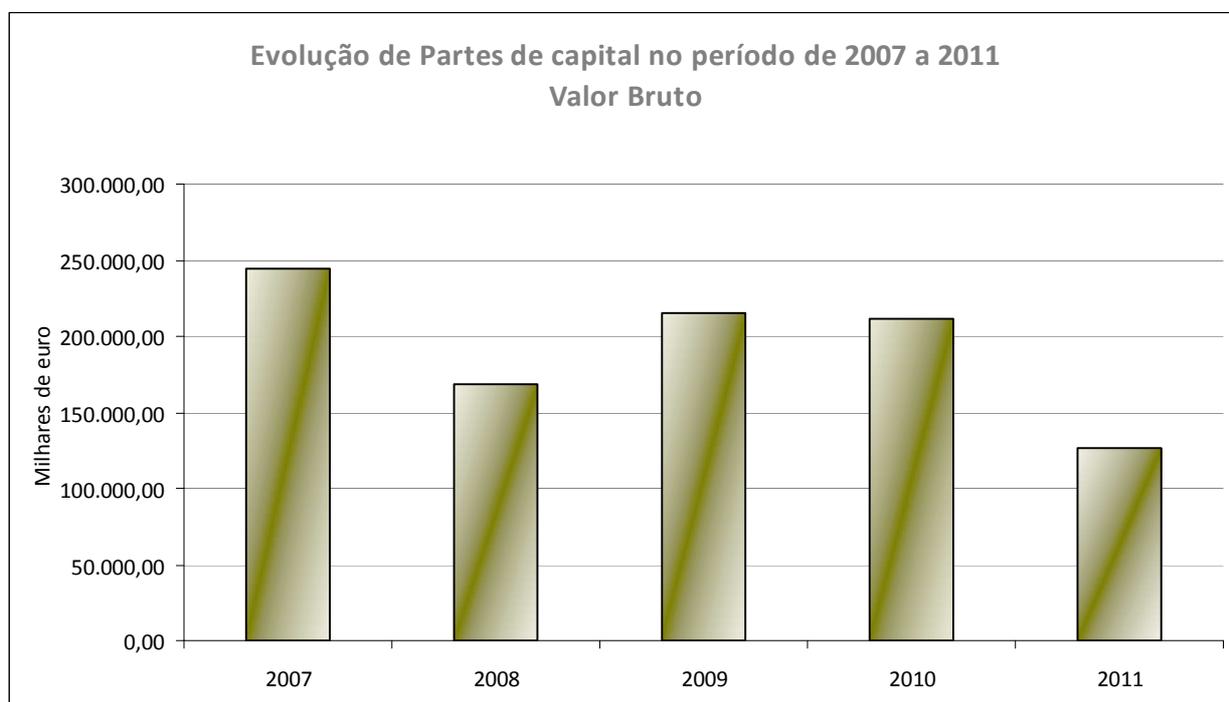
Para uma análise de maior detalhe das variações das rubricas que compõem os investimentos financeiros vide quadro seguinte:

Ativo Bruto Consolidado - Investimentos financeiros

milhares de euro

	Partes de capital	Obrigações e títulos de participação	Empréstimos de Financiamento	Investimentos em imóveis	Outras aplicações financeiras	Imobilizações em curso	Total
Aumentos							
Aquisições				18,4	12,8	561,0	592,2
Integração de imobilizado em curso				256,6			256,6
Dações				7.434,3			7.434,3
Valorizações				126,7			126,7
Reclassificação de contas				54,7			54,7
Outras operações				0,7			0,7
Reavaliações							
Total dos aumentos				7.891,4	12,8	561,0	8.465,3
Diminuições							
Alienações		1,9		154,0			155,8
Reclassificação de contas						301,3	301,3
Nota de credito/ Mov reg a crédito						3,1	3,1
Transferências para imob. corpórea						256,6	256,6
Reavaliações	83.983,3			2.846,4			86.829,7
Total das diminuições	83.985,2			3.000,3		561,0	87.546,6

O gráfico a seguir inserido ilustra a evolução do saldo desta conta, referente a 31 de dezembro, no período de 2007 a 2011, permitindo observar que o valor investido pela Segurança Social em “Partes de capital”, no exercício de 2011, teve um decréscimo significativo motivado pela desvalorização das participações constantes da carteira de títulos do FEFSS.



Em anos anteriores a 2009 foi registado em “Partes de capital”, pelo método de equivalência patrimonial, a participação da “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência na farmácia de que é proprietária. Contudo e após reanálise da matéria e tendo por base o disposto no Decreto-Lei 35/2005 de 17 de fevereiro e nas Normas Internacionais de Contabilidade, segundo as quais uma entidade pode ser excluída da consolidação quando não

seja materialmente relevante para a realização do objetivo prosseguido pela conta consolidada no sentido de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da Segurança Social, procedeu-se à avaliação do impacto da inclusão da Farmácia anexa à “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência” na CSS/2011 tendo-se concluído, como se pode observar no quadro abaixo, que o mesmo não é materialmente relevante porquanto a sua expressão relativa no Balanço é sempre menor ou igual a 0,007% e na Demonstração de Resultados é menor ou igual a 0,003% nos Custos e Proveitos e no RLE é igual a 0,062%.

Impacto da inclusão da Farmácia Anexa à "Cimentos - Federação das caixas de Previdência" nas Demonstrações Financeiras - 2011

(euro)

	Conta Consolidada da Segurança Social sem incluir a Farmácia (a)	Contas da farmácia (b)	Conta Consolidada da Segurança Social incluindo a Farmácia (c) = (a) + (b)	Impacto da farmácia na CSS Consolidada (d) = (b) / (c)
Balanço				
Ativo	15.803.209.042,32	1.110.921,37	15.804.319.963,69	0,007%
Passivo	1.148.205.208,10	76.814,84	1.148.282.022,94	0,007%
Fundos próprios	14.655.003.834,22	1.034.106,53	14.656.037.940,75	0,007%
Demonstração de Resultados				
Custos	26.120.411.566,75	828.977,72	26.121.240.544,47	0,003%
Proveitos	26.233.296.883,31	898.733,49	26.234.195.616,80	0,003%
RLE	112.885.316,56	69.755,77	112.955.072,33	0,062%

a.1) Partes de capital detidas pelo FEFSS

O valor inscrito pelo FEFSS integra uma classe de ativos denominada “reserva estratégica”. Esta reserva, constituída por Despacho n.º 20-I/SESS/2002 da Secretaria de Estado da Segurança Social, de 30 de dezembro, é formada por participações de longo prazo no capital de sociedades que representem interesses estratégicos do Estado Português ou constituam uma vertente complementar de investimento para a carteira, com um perfil temporal mais longo, com rendibilidade superior, prevendo o regulamento de gestão do FEFSS que pode representar até 5% do valor patrimonial do FEFSS.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Variação das Partes de capital detidas - Valor bruto - Biénio 2010/2011
FEFSS

(milhares de euro)

Participações	2010		2011		Variação	
	Unidades	Valor	Unidades	Valor	Absoluta	%
Ações da Portugal Telecom, SGPS, SA	20.260.743	169.785,0	20.260.743	90.160,3	-79.624,7	-46,9%
Finpro, SCR, S.A (anteriormente Finpro,S.G.P.S., S.A.)	2.751.752	21.195,4	2.751.752	19.701,2	-1.494,2	-7,0%
PT Multimédia, S.G.P.S., S.A./ZON Multimédia	3.567.248	12.093,0	3.567.248	8.283,1	-3.809,9	-31,5%
Transurban Group	1.787.398	7.004,0	1.787.398	7.949,4	945,4	13,5%
Total		210.077,4		126.094,0	-83.983,4	-40,0%

Da análise do quadro supra constatou-se, no biénio 2010/2011, uma diminuição das mais-valias acumuladas, evidenciadas essencialmente pelas desvalorizações das Ações Portugal Telecom, S.G.P.S, SA, das unidades de participação da PT Multimédia, SGPS., S.A/ZON Multimédia e da FINPRO,SCR,S.A. em cerca de 46,9% , 31,5% e

7,0% respetivamente . (Ver capítulo do presente relatório sobre a carteira de títulos detida pelo FEFSS). Mais se adianta que a Finpro, SCR, S.A é um título não cotado pelo que é utilizado o valor patrimonial como forma de valorização.

Ressalva-se a valorização das unidades de participação da Transurban Group em cerca de 13,5% .

a.2) Partes de capital detidas pelo IGFSS

A carteira de títulos do IGFSS é composta maioritariamente por ações obtidas sobretudo em processos de dação em pagamento de dívidas à Segurança Social e que inclui, também, ações associadas à revitalização e modernização do tecido empresarial, de que são exemplo as participações detidas na empresa FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, S.A.

O decréscimo de 1,9 mil euro no seu valor líquido, face a 2010, deve-se ao abate em 2011 das ações da Tunapesca atendendo a que a mesma foi liquidada e as suas ações dadas como não tendo valor.

Importa ainda referir que foi dado cumprimento ao disposto no normativo internacional – IAS28, relativamente aos investimentos financeiros nas entidades onde se detém pelo menos 20% dos direitos de voto procedendo as instituições ao registo das participações pelo método do custo e não pelo método da equivalência patrimonial quando existem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a entidade detentora.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Variação das Partes de capital detidas - Valor bruto - Biénio 2010/2011
IGFSS

(milhares de euro)

Participações	2010		2011		Variação	
	Unidades	Valor	Unidades	Valor	Absoluta	%
Cª Pesc Algarve	250	2,5	250	2,5	0,0	0,0%
Margueira SA	1.025	5,1	1.025	5,1	0,0	0,0%
F.N.M. SA	18.438	92,0	18.438	92,0	0,0	0,0%
FRME	534.428	2.666,8	534.428	2.666,8	0,0	0,0%
Buciqueira, SA (Gestínsua)	3.607	18,0	3.607	18,0	0,0	0,0%
Dilop,SA	128.190	639,7	128.190	639,7	0,0	0,0%
Adrave	5.000	25,0	5.000	25,0	0,0	0,0%
Cª Min Penedono	11.500	57,4	11.500	57,4	0,0	0,0%
Hid-Elect Revué	54.265	268,1	54.265	268,1	0,0	0,0%
Sonefe	57.200	139,0	57.200	139,0	0,0	0,0%
Tunapesca	375	1,9	0	0,0	-1,9	-100,0%
Total		3.915,4		3.913,5	-1,9	0,0%

O quadro seguinte reflete o provisionamento das partes de capital detidas pelo IGFSS no biénio 2010/2011.

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro

Provisões - Biénio 2010/2011

IGFSS

Milhares de euro

Participações	2010	2011
Adrave	9,4	9,1
Buciqueira, SA (Gestínsua)	18,0	18,0
C. Pescarias Algarve	0,0	0,9
Cª Minas Ouro Penedono	57,4	57,4
Dilop, SA	590,6	590,7
FNM, S.A	92,0	92,0
FRME	1.555,2	1.806,4
Soc. Hidro - Elect. Revué	268,1	268,1
Sonefe	139,0	139,0
Tunapesca	1,9	0,0
Total	2.731,6	2.981,6

a.3) Partes de capital detidas pelo ISS, IP

O ISS, IP detém 9% do capital da “RIBEIRAPERÁ – Sociedade para o desenvolvimento de Castanheira de Pera, SA”, uma empresa que tem como atividade principal a exploração do Mini Parque Industrial do Safrujo.

Tendo ocorrido no exercício de 2004 uma redução do capital social para 62.500 euro na Sociedade RIBEIRAPERÁ, SA, entidade participada, (ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, na redação do Decreto-Lei n.º 162/2002, de 11 de julho), mantendo-se o mesmo número de ações, mas reduzindo-se o valor unitário de 5,0 euro para 1,0 euro, o referido ativo do ISS, IP (registado pelo método do custo), foi ajustado por uma provisão no montante de 21.403,48 euro, relevando-se no ativo líquido do Balço reportado a 31/12/2009, a quantia recuperável, no montante de 5.367,00 euro, correspondente ao valor nominal da participação detida desde 2004. Decorridos estes anos, considera-se que a referida redução do capital social da participada não será recuperável pelo que no exercício de 2010, ajustou-se tal investimento financeiro permanente, reduzindo-se pelo montante de 21.403,48 euro, o saldo da rubrica 411 – “Partes de capital”.

b) Obrigações e títulos de participação

O valor total bruto investido pela Segurança Social em “Obrigações e títulos de participação” é, em 31 de dezembro de 2011, no montante de 228,6 mil euro, não se tendo verificado alteração em relação ao ano anterior.

Ainda sobre este assunto se adianta que as Obrigações e Títulos de Participação detidos pelo IGFSS se encontram totalmente provisionados, uma vez que as empresas, Cª Minas Ouro Penedono e Soc. Hidro – Elect. Revué se encontram em processo de falência e como tal o seu valor de mercado é igual a zero;

Conforme quadro a seguir apresentado e à semelhança do ano anterior cerca de 88,9% daquele montante encontra-se na posse do IGFSS e o montante restante na posse do F.E.S.S. Banca Casinos.

Obrigações e títulos de participação em 31 de dezembro de 2011
Distribuição por Instituição de Segurança Social

Designação	Milhares euro
IGFSS	
Obrigações da Companhia Minas Penedono	124,7
Obrigações da Soc. Hidro-Eléctrica Revué	78,5
Banca dos Casinos	
Obrigações da Vilatêxtil - Soc. Industrial Têxtil, S.A.	25,4
TOTAL	228,6

c) Investimentos em imóveis

A conta 414 – “Investimentos em imóveis” regista o valor dos edifícios e outras construções, terrenos subjacentes, terrenos urbanos e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da entidade. Privilegia o objetivo do investimento realizado – rendibilização dos capitais aplicados – e não a realização dos bens nela incluídos.

Mais, e tal como está referido no Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas, são considerados investimentos em imóveis, de acordo com as IFRS, os investimentos em imóveis em desenvolvimento que reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável. Considera-se que os investimentos em imóveis em desenvolvimento reúnem as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável quando existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto.

Os ativos da Segurança Social que se qualificam como investimentos em imóveis só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como investimento em imóveis, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica de “Investimentos em imóveis em curso”.

Os custos incorridos com investimentos em imóveis em utilização, nomeadamente manutenções e reparações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica de “Investimentos em imóveis”.

No contexto referido, no exercício de 2011 e em sede de consolidação, reclassificaram-se os edifícios (e os respetivos terrenos) arrendados a Instituições da Segurança Social e classificados nas contas individuais das entidades proprietárias como “Imobilizado Financeiro” para a rubrica do Balanço de “Imobilizado Corpóreo”, no montante de 14.563,2 mil euro. Esta reclassificação reflete-se no saldo inicial dos “Investimentos em imóveis”.





Ainda em relação à conta 414 - "Investimentos em imóveis", o gráfico anterior ilustra a evolução do saldo contabilístico desta conta no período de 2007 a 2011, sendo que para a variação ocorrida no biénio 2011/2010 e registada maioritariamente no IGFSS, IP e na RAA concorrem imóveis recebidos no âmbito de dações em pagamento, no valor total de 7.434,3 mil euro.

A análise do quadro a seguir apresentado permite observar a evolução dos investimentos em Imóveis no biénio 2010/2011 desagregada pelas instituições de segurança social, sendo que, em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor desta conta, no valor de 95.124,1 mil euro, regista um acréscimo de cerca de 5,4% relativamente ao período homólogo do exercício anterior (90.233,0 mil euro).

Evolução dos investimentos em imóveis no biénio 2010-2011
Desagregação por Instituição de Segurança Social
Valor bruto

(milhares de euro)

Instituições	2010 (1)	2011 (2)	Variação	
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
IGFSS	79.567,2	82.180,4	2.613,2	3,3%
B. Casinos	19,2	19,2	0,0	0,0%
ISS	95,4	113,8	18,4	19,3%
FEFSS	8.212,4	5.366,0	-2.846,4	-34,7%
R.A.A.	2.327,4	7.433,2	5.105,8	219,4%
R.A.M.	11,5	11,5	0,0	-0,2%
Total	90.233,0	95.124,1	4.891,0	5,4%

O quadro a seguir inserido apresenta a desagregação dos investimentos em imóveis em 31 de dezembro de 2011, segundo a natureza dos mesmos e por instituição.

Investimento em Imóveis em 31 de dezembro
Distribuição por Instituição de Segurança Social
Valor Bruto

(milhares de euro)

Designação	IGFSS	B. Casinos	ISS	FEFSS	R.A.A.	R.A.M.	Total
Terrenos e recursos naturais	32.135,2		3,6	1.927,5	3.268,0		37.334,3
Habitacões de renda social	2.385,1		18,4			5,1	2.408,6
Habitacões de renda livre	40.609,7		0,1		666,3	6,4	41.282,6
Serviços	2,1	19,2	89,6		1.433,4		1.544,3
Outros	7.048,3		2,1	3.438,5	2.065,5		12.554,4
Total	82.180,4	19,2	113,8	5.366,0	7.433,2	11,5	95.124,1

Como se constata, o IGFSS e o FEFSS são responsáveis pela gestão de 92,0% do capital investido pela Segurança Social em imóveis (95.124,1,0 mil euro). Tal proporção decorre do enquadramento da gestão destes ativos, dado que, no cumprimento das suas atribuições, compete ao IGFSS assegurar a titularidade, gestão e administração do património imobiliário e promover e implementar programas de alienação do mesmo património.

No quadro seguinte encontram-se traduzidos os critérios de valorimetria aplicados ao Imobilizado, Existências e Títulos Negociáveis. O FEFSS está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, com exceção da aplicação dos critérios valorimétricos à carteira de investimentos que foi derogada.

Critérios de valorimetria
Exercício de 2011

(euro)

Designação	Justo valor	Valor de mercado	Critérios de valorimetria POCISSS	Total
Imobilizado				
Bens de domínio público				
451-Terrenos e recursos naturais				
452-Edifícios				
453-Outras construções e infra-estruturas				
455-Bens do património histórico, artístico e cultural				
459-Outros bens de domínio público				
445-Imobilizações em curso				
446-Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
Imobilizações incorpóreas:			956.857,60	956.857,60
431-Despesas de instalação			262.502,53	262.502,53
432-Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433-Propriedade industrial e outros direitos			694.355,07	694.355,07
443-Imobilizações em curso				
449-Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
Imobilizações corpóreas:	0,00	14.478.200,00	614.788.271,56	629.266.471,56
421-Terrenos e recursos naturais		3.709.946,53	35.660.599,58	39.370.546,11
422-Edifícios e outras construções		10.768.253,47	179.990.278,13	190.758.531,60
423-Equipamento básico		0,00	315.219.638,71	315.219.638,71
424-Equipamento de transporte		0,00	13.757.958,79	13.757.958,79
425-Ferramentas e utensílios		0,00	250.039,25	250.039,25
426-Equipamento administrativo		0,00	55.307.463,97	55.307.463,97
427-Taras e vasilhame		0,00	211,59	211,59
429-Outras imobilizações corpóreas		0,00	7.111.990,12	7.111.990,12
442-Imobilizações em curso		0,00	7.367.801,75	7.367.801,75
448-Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0,00	122.289,67	122.289,67
Investimentos financeiros:	126.094.048,52	5.365.996,50	94.642.652,81	226.102.697,83
411-Partes de capital	126.094.048,52	0,00	3.918.881,29	130.012.929,81
412-Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	228.609,05	228.609,05
413-Empréstimos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
414-Investimentos em imóveis	0,00	5.365.996,50	89.758.146,03	95.124.142,53
415-Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	737.016,44	737.016,44
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447-Adiantamentos por conta investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências:			1.584.078,78	1.584.078,78
Títulos negociáveis:	8.399.277.885,10			8.399.277.885,10
151-Ações	1.356.355.291,43			1.356.355.291,43
152-Obrigações e títulos de participação	13.517.390,09			13.517.390,09
153-Títulos da dívida pública	6.253.492.499,50			6.253.492.499,50
159-Outros títulos	109.254.832,01			109.254.832,01
18-Outras aplicações de tesouraria	666.657.872,07			666.657.872,07

No que se refere aos investimentos em imóveis que integram o património do FEFSS acresce ainda referir o seguinte:

- Os investimentos em imóveis são valorizados ao valor de mercado, exceto no caso de imóveis adquiridos há menos de 5 anos, situação em que é utilizado o valor da transação de aquisição, não sendo sujeitos a amortização.
- O valor de mercado é definido como o preço pelo qual os terrenos e edifícios poderiam ser vendidos, à data da avaliação, por contrato privado, celebrado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, subentendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem, é determinado com base em uma avaliação separada de cada terreno e de cada edifício, devendo aquele valor resultar da avaliação efetuada por um perito independente.

- c) As avaliações são atualizadas no mínimo de cinco em cinco anos, sem embargo de avaliações mais frequentes quando se observarem alterações significativas do mercado.
- d) No primeiro período de cinco anos é utilizado, para efeitos de avaliação, o valor da transação de aquisição.
- e) O valor da diferença entre o valor de mercado face ao valor de aquisição (no caso de imóveis não reavaliados) ou valor contabilístico na data anterior à de reavaliação (no caso de imóveis reavaliados) é registado diretamente por contrapartida da rubrica “Reservas de reavaliação”. Na data de alienação do imóvel o valor do excedente líquido registado na rubrica “Reservas de reavaliação” correspondente a esse imóvel é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.
- f) O rendimento obtido com o arrendamento dos imóveis é registado na rubrica “Rendimentos de imóveis” incluída em proveitos financeiros.
- g) Conforme pode observar-se nos quadros seguintes, durante o exercício de 2011 procedeu-se à avaliação do Edifício Hospital de Cascais, tendo utilizado a média simples das avaliações de dois peritos independentes, o que originou uma imparidade no valor de 2.846,4 mil euro:

<i>Milhares de euro</i>				
Hospital de Cascais	Avaliador 1 - UON		Avaliador 2 - Worx	
Valor do imóvel	Método comparativo	Método rendimento	Método do discounted cash flow	Método Rendimento
		5.349,0	5.383,0	5.240,4
Valor de mercado do imóvel	5.349,0		5.383,0	

O valor aprovado pelo Conselho Diretivo, corresponde à média dos valores de mercado reportados pelos dois avaliadores independentes, ou seja, 5.366,0 mil euro.

**Detalhe de Investimentos em Imóveis
FEFSS**

<i>Milhares de euro</i>					
Descrição	Valor custo aquisição	Reversão	Perdas/Ganhos	Valor contabilístico reavaliado 31-12-2011	Valor contabilístico reavaliado 31-12-2010
Hospital de Cascais	8.212,4	-1.092,1	-1.754,3	5.366,0	8.212,4
Tagus Park	14.478,2	0,0	0,0	14.478,2	14.478,2
Total	22.690,6	-1.092,1	-1.754,3	19.844,2	22.690,6

d) Outras aplicações financeiras

A evolução ocorrida nesta rubrica, no biénio 2010/2011, está apresentada no quadro seguinte. Apenas o IGFSS e a Banca dos Casinos detêm títulos registados nesta conta, revestindo a forma de títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, num total de 737,0 mil euro, em 31 de dezembro de 2011, o que representa um acréscimo de cerca de 1,8% comparativamente com o ano anterior.

Evolução de outras aplicações financeiras no biénio 2010-2011

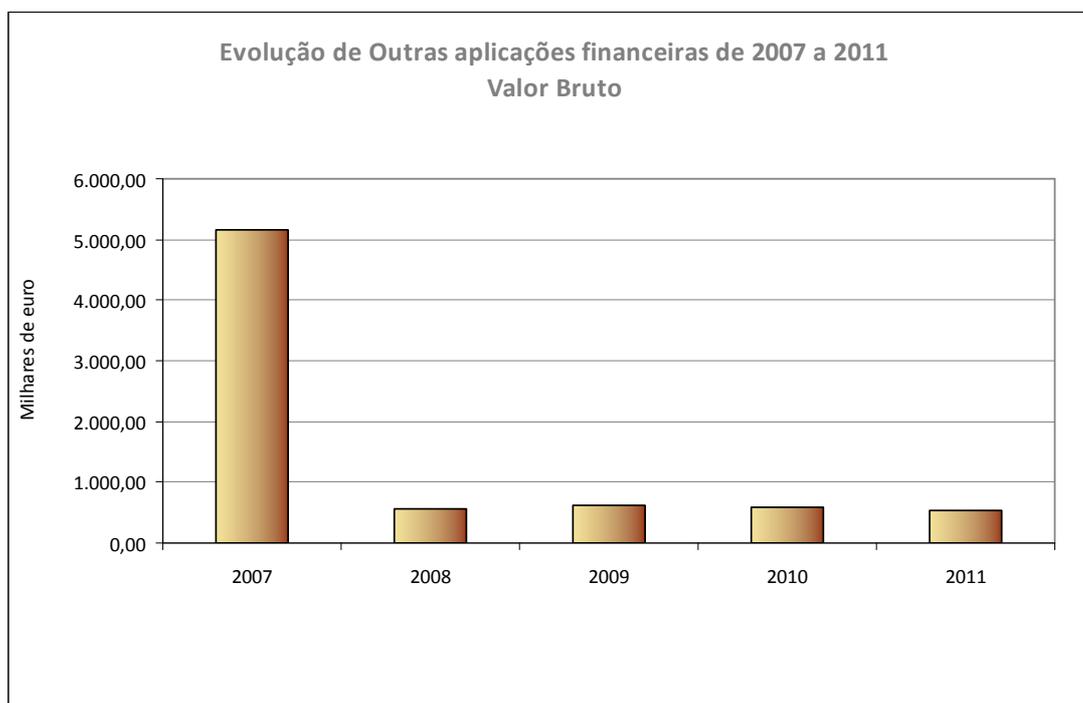
Valor Bruto

(milhares de euro)

Designação	2010	2011	Variação	
			Absoluta	%
Títulos da dívida pública	253,1	253,1	0,0	0,0%
Unid. Part. Fundos Investimento - Imobiliário	471,1	484,0	12,8	2,7%
TOTAL	724,2	737,0	12,8	1,8%

É de salientar que os títulos da dívida pública estão na posse do IGFSS e as unidades de participação em fundos de investimento imobiliário encontram-se registados na Banca dos Casinos. Relativamente à variação de 2,7% na “Unid.Part. Fundos investimento – imobiliário” deve-se ao reinvestimento, no ano 2011, do valor líquido do rendimento da Aplicação Financeira “FUNDIMO”, consubstanciado na aquisição de mais 1.622 Unidades de Participação. O montante de 484,0 mil euro representa 63.759 unidades de participação.

Relativamente ao saldo desta conta, no período de 2007 a 2011, verificou-se a seguinte evolução:



No exercício económico de 2008 verificou-se um decréscimo do saldo desta conta, acima evidenciado, passando de 5.165,4 mil euro em 2007 para 696,4 mil euro em 2008 devido em grande parte à alienação das unidades de participação do IGFSS em fundos de investimento imobiliário no valor de (4.485,0 mil euro). Em 31 de dezembro de 2011 o montante total desta rubrica situa-se em 737,0 mil euro, o que representa um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, provocado pelo aumento registado, na Banca dos Casinos, em unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, no montante de 12,8 mil euro.

e) Imobilizações em curso

Em 31 de dezembro de 2011 as “Imobilizações em curso” apresentavam um saldo nulo concluindo-se desta forma que as intervenções, no âmbito desta rubrica, tiveram o seu término.

VI.2.1.3. Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzidos dos valores dos descontos obtidos ou estimados ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saída.

Esta rubrica do ativo decompõe-se em:

a) Mercadorias, onde se registam os bens adquiridos com destino a venda e que não são objeto de trabalho posterior de natureza industrial, ascendendo em 31 de dezembro de 2011 a 0,9 mil euro, valor contabilizado na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários.

b) Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, que regista os bens que se destinam a ser incorporados materialmente nos produtos finais e também os bens necessários à produção que não se incorporam materialmente nos produtos finais. Em 31 de dezembro de 2011 o valor das existências em matérias-primas subsidiárias e de consumo ascendia a 1.583,2 mil euro.

VI.2.1.4. Dívidas de terceiros

Esta rubrica regista as dívidas a receber pela Segurança Social.

Sobre esta rubrica e de acordo com o Anexo às Demonstrações Financeiras e Consolidadas da Conta da Segurança Social de 2011, importa referir o seguinte:

- a) Relativamente às provisões para cobranças duvidosas:
 - i. São calculadas de acordo com os critérios do POCISSSS, isto é, a uma taxa de 25% para as dívidas com prazo de vencimento superior a 6 meses e inferior a um ano, a uma taxa de 50% para as dívidas com prazo de vencimento superior a um ano e inferior a dezoito meses, a uma taxa de 75% para as dívidas com prazo de vencimento superior a dezoito meses e inferior a vinte e quatro meses e uma taxa de 100% para as dívidas em mora há mais de vinte e quatro meses.
 - ii. A reversão de provisões reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as provisões reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que as provisões anteriormente reconhecidas tenham revertido. A reversão das provisões é reconhecida na demonstração dos resultados como “Proveitos extraordinários”.
 - iii. O POCISSSS é omissa para as dívidas que se encontrem em execução fiscal, contencioso ou nos casos de insolvência pelo que também é utilizado o critério acima descrito.
 - iv. Estas provisões não incluem as dívidas abrangidas por planos de pagamento ou por garantia real prestada, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de descoberto ou desconto obrigatório, apesar de englobadas no valor em dívida constante das contas do “clientes, contribuintes, utentes” e/ou “outros devedores”, nem incluem as dívidas sobre o Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais.



- v. No caso do Fundo de Garantia Salarial, não são seguidos os critérios expostos anteriormente. Dada a característica deste Fundo e face ao elevado risco de cobrança associado às entidades que a ele recorrem, é constituída uma provisão para cobranças duvidosas de 100% dos valores pagos.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor global bruto das “Dívidas de terceiros” ascendeu a 8.503.152,7 mil euro, correspondendo 48,3% a dívidas de médio e longo prazo e 51,7% a dívidas de curto prazo.

Seguidamente é feita uma análise mais detalhada das “Dívidas de terceiros”.

VI.2.1.5. Dívidas de terceiros a médio e longo prazo

Em dívidas de terceiros a médio e longo prazo são registadas as dívidas de terceiros classificadas em ativas não correntes, cujo total bruto ascende a 4.106.417,5 mil euro, sendo que relativamente às mesmas foram constituídas provisões para cobrança duvidosa, no montante de 3.712.896,7 mil euro situando-se o ativo líquido com o valor de 393.520,7 mil euro.

Balço em 31 de dezembro
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo
2009 -2011

Rubricas	2009			2010			2011			Variação 2011/2010	
	Activo Bruto	Provisões	Activo líquido	Activo Bruto	Provisões	Activo líquido	Activo Bruto	Provisões	Activo líquido	Absoluta	%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo											
Cientes contribuintes e utentes - Títulos a receber											
Cientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4.160.795,0	3.957.878,8	202.916,1	5.071.736,8	4.801.288,4	270.448,3	3.407.090,1	3.258.125,5	148.964,6	-1.664.646,7	-32,8%
Estado e outros entes públicos				0,2		0,2	0,0		0,0	-0,2	-100,0%
Prestações sociais a repôr	410.791,7	377.735,5	33.056,2	445.372,4	413.039,3	32.333,1	459.262,9	428.989,2	30.273,7	13.890,5	3,1%
Outros devedores	278.024,3	58.695,8	219.328,5	222.508,6	8.953,7	213.554,9	240.064,5	25.782,1	214.282,5	17.555,9	7,9%
Total	4.849.611,0	4.394.310,1	455.300,8	5.739.617,9	5.223.281,4	516.336,5	4.106.417,5	3.712.896,7	393.520,7	-1.633.200,5	-28,5%

Como se pode verificar no quadro supra, as dívidas de terceiros a médio e longo prazo, em termos brutos, têm registado um acréscimo 890,0 mil euro em 2010, e um decréscimo de 1.633.200,5 mil euro em 2011, sendo as dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” as que têm maior peso relativo do total das dívidas de terceiros de médio e longo prazo, no triénio 2009-2011.

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor total bruto das “Dívidas de terceiros – médio e longo prazo”, permitindo conhecer o montante registado em conta corrente e em cobrança duvidosa, assim como as respetivas provisões. A sua análise permite verificar que o montante da dívida de “Clientes, contribuintes e utentes” é na sua totalidade de cobrança duvidosa e encontra-se praticamente toda provisionada.

Balço em 31 de dezembro de 2011
Dívidas de terceiros MLP e respectivas provisões acumuladas

(milhares de euro)

Rubricas	Conta corrente	Cobrança duvidosa	Provisões acumuladas
Médio e Longo Prazo			
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,0	535.994,9	527.409,2
Contribuintes	0,0	2.869.056,6	2.728.828,0
Utentes	0,0	2.038,6	1.888,3
Adiantamentos a fornecedores	0,0	0,0	0,0
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,0	0,0	0,0
Estado e outros entes públicos	0,0	0,0	0,0
Prestações sociais a repôr	662,7	458.600,2	428.989,2
Outros devedores	210.697,6	29.366,9	25.782,1
Total	211.360,3	3.895.057,2	3.712.896,7

Seguidamente é feita a análise detalhada das rubricas que compõem as “Dívidas de terceiros – médio e longo prazo”.

a) Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa (médio e longo prazo)

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica apresenta um saldo de 3.407.090,1 mil euro, registando um decréscimo de 32,8% face a igual período de 2010. O valor provisionado representa 95,6% da dívida de “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa”, de cuja decomposição se pode constatar, nomeadamente que:

- “Clientes de cobrança duvidosa” apresenta em 31 de dezembro de 2011 o valor de 535.994,9 mil euro;
- “Contribuintes de cobrança duvidosa” regista, em 31 de dezembro de 2011, um saldo devedor de 2.869.056,6 mil euro, efetivamente, as dívidas de contribuintes representam 84,2% do valor global da rubrica de “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa”. Em 2011, o total desta rubrica evidencia um decréscimo de 38,6%. Da análise do quadro seguinte verifica-se que a rubrica “Cobrança em litígio – Contribuintes de cobrança duvidosa” é a que regista a maior diminuição comparativamente com o período homólogo do exercício anterior.

Balço em 31 de dezembro de 2011
Variação das dívidas de contribuintes (valor bruto) - Médio e longo prazo

(milhares de euro)

Designação	2010	2011	Variação 2010/2011	
			Absoluta	Percentual
Cobrança em atraso - Contrib. de cobrança duvidosa	100.742,0	92.034,7	-8.707,3	-8,6%
Cobrança em litígio - Contrib. de cobrança duvidosa	4.575.114,4	2.777.021,8	-1.798.092,6	-39,3%
Contribuintes - Títulos a receber	0,0	0,0	0,0	
Total	4.675.856,4	2.869.056,6	-1.806.799,8	-38,6%

Tendo em conta que as cobranças em litígio representam 96,8%, do total do valor bruto da dívida de contribuintes, apresenta-se a desagregação por instituição:

Cobrança em litígio - Contribuintes de cobrança duvidosa - Médio Longo Prazo

Desagregação por Instituição de Segurança Social

(milhares de euro)

Instituição	Montante	Provisões acumuladas	Valor líquido
Contribuintes de cobrança duvidosa IGFSS	2.621.312,6	2.489.707,3	131.605,3
Contribuintes de cobrança duvidosa RAA	64.245,58	60.320,00	3.925,6
Contribuintes de cobrança duvidosa RAM	91.463,68	86.765,95	4.697,7
Total	2.777.021,8	2.636.793,3	140.228,6

As dívidas de contribuintes (MLP), cuja maturidade é superior a 1 ano apresentam, em 2011, um valor líquido de provisões de 140.228,6 mil euro refletindo um decréscimo de 39,3% face a igual período de 2010. Este decréscimo resulta da regularização efetuada à conta 218 – dívida em cobrança duvidosa, do valor que se encontra em acordos no âmbito do processo executivo. Em 2011, a dívida que se encontra acordada encontra-se relevada contabilisticamente numa conta específica para o efeito ao nível das dívidas de terceiros de curto prazo.

As dívidas dos beneficiários – valor líquido de provisões - do Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM), acusam em 2011, um acréscimo de 1.192,5 mil euro, isto é, mais 16,1%, comparativamente a 2010.

A rubrica “Utentes”, com expressão no ISS, IP, regista, em 31 de dezembro de 2011 o montante de 2.038,6 mil euro, encontrando-se 92,6% provisionado.

b) Prestações sociais a repor (médio e longo prazo)

Em “Prestações sociais a repor” estão registadas as dívidas dos beneficiários relativamente a prestações indevidamente processadas e pagas. O montante total em 31 de dezembro de 2011 é de 459.262,9 mil euro, dos quais 458.600,2 mil euro são considerados de cobrança duvidosa.

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor global de “Prestações sociais a repor de cobrança duvidosa” por antiguidade da dívida, ordenadas por subsistemas/sistema de segurança social e por Instituições de Segurança Social, onde se evidencia um crescimento de 3,1% no total desta rubrica relativamente ao valor apresentado em 2010 (444.811,8 mil euros).

RELATÓRIO DA CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2011

Balanço em 31 de dezembro

Prestações sociais a repor de cobrança duvidosa

Desagregação de dívidas de médio e longo prazo por antiguidade e por Instituição de Segurança Social

Designação	2010	Antiguidade da dívida (em meses):			2011	Variação	
		De 12 a 18	De 18 a 24	Superior a 24		Absoluta	%
		(milhares de euro)					
Subsistema de Ação Social e Subsistema de Solidariedade (1)	138.176,2	10.850,3	9.940,4	133.229,3	154.020,0	15.843,8	11,5%
ISS	133.677,5	10.126,5	9.375,3	129.581,6	149.083,4	15.405,9	11,5%
Bancários	3,6			6,9	6,9	3,3	91,9%
Jornalistas	12,6		1,8	11,6	13,4	0,8	6,7%
R. A. Madeira	2.642,9	420,9	325,3	2.060,1	2.806,3	163,4	6,2%
R. A. Açores	1.839,6	302,8	238,1	1.569,1	2.110,0	270,4	14,7%
Subsistema de Proteção Familiar (2)	45.878,2	4.989,1	8.206,9	39.380,4	52.576,4	6.698,2	14,6%
ISS	43.334,7	4.570,8	7.831,6	37.201,5	49.604,0	6.269,3	14,5%
Bancários	52,5	6,7	23,7	21,6	52,0	-0,5	-0,9%
R. A. Madeira	1.090,8	189,1	216,4	903,2	1.308,7	217,9	20,0%
R. A. Açores	1.400,2	222,5	135,1	1.254,1	1.611,7	211,5	15,1%
Sistema Previdencial (3)	260.616,6	24.240,4	20.038,7	207.588,5	251.867,6	-8.749,0	-3,4%
ISS	257.563,6	23.573,4	19.590,0	205.140,8	248.304,2	-9.259,4	-3,6%
Bancários	156,4	0,0	0,0	174,6	174,6	18,2	11,6%
Jornalistas	87,4	0,0	3,9	81,9	85,8	-1,6	-1,9%
T.L.P.	54,5	0,0	0,0	54,5	54,5	0,0	0,0%
FGS	31,1	0,0	0,0	31,1	31,1	0,0	0,0%
R. A. Madeira	1.991,9	340,0	276,6	1.588,5	2.205,1	213,2	10,7%
R. A. Açores	731,8	327,0	168,2	517,1	1.012,3	280,5	38,3%
Sistemas Complementares (4)				0,0	0,0	0,0	
ISS					0,0	0,0	
Regimes Especiais (5)	140,9	46,3	6,1	83,9	136,2	-4,7	-3,3%
ISS	136,2	46,0	5,1	80,4	131,4	-4,8	-3,5%
T.L.P.	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	-1,9%
R. A. Madeira	2,9	0,3	1,0	1,8	3,0	0,1	5,0%
R. A. Açores	0,8	0,0	0,0	0,8	0,8	0,0	-5,2%
Total (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	444.811,8	40.126,1	38.192,1	380.282,1	458.600,2	13.788,4	3,1%

A análise do quadro supra permite concluir que em 2011 cerca de 54,9% das “Prestações sociais a repor” respeitam ao Subsistema Previdencial, que relativamente ao ano anterior sofreu um decréscimo de 3,4%. No sentido inverso as prestações referentes ao Subsistema de Solidariedade e Subsistema de Ação Social, representando cerca de 33,6% do montante total desta rubrica verificam um acréscimo de 11,5% face a 2010, bem como as prestações que integram o Subsistema de Proteção Familiar com uma variação positiva de 14,6%.

O Instituto da Segurança Social apresenta 447.123,0 mil euro nesta rubrica evidenciando um agravamento de 2,9% face a 2010, sendo a instituição com maior valor nesta rubrica, cerca de 97,5% do valor global das “Prestações sociais a repor”, estando o restante repartido pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e pelas Caixas dos Bancários, Jornalistas e Telefones. O quadro seguinte mostra a distribuição do montante desta rubrica por Instituições de Segurança Social, assim como o valor que se encontra provisionado.

Prestações sociais a repor de cobrança duvidosa - Médio e longo prazo
Desagregação por Instituição de Segurança Social - Quadro síntese
2010-2011

Milhares de euro

Instituição	AB 2010 (1)	2011			Variação
		AB (2)	Provisões acumuladas (3)	Valor líquido (4)=(2)-(3)	% (5)=(2)/(1)
ISS	434.712,0	447.123,0	418.764,2	28.358,8	2,9
Bancários	212,5	233,6	224,3	9,3	9,9
Jornalistas	99,9	99,2	97,8	1,4	-0,7
TLP	55,5	55,5	55,5	0,0	0,0
FGS	31,1	31,1	31,1	0,0	0,0
RAM	5.728,5	6.323,1	5.643,1	680,0	10,4
RAA	3.972,4	4.734,7	4.173,2	561,5	19,2
Total	444.811,8	458.600,2	428.989,2	29.611,0	3,1

c) Outros devedores (Médio e longo prazo)

Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o montante bruto de 240.064,5 mil euro, dos quais 210.697,6 mil euro referem-se a dívidas registadas em conta corrente e 29.366,9 mil euro registadas como cobrança duvidosa. O montante provisionado é de 25.782,1 mil euro.

O IGFSS nesta rubrica é a entidade com mais expressividade sobre o total do valor bruto, representando 89,6% , seguida do ISS com 9,5%.

O montante das dívidas registadas em situação de conta corrente apresenta a seguinte desagregação:

Outros devedores - conta corrente em 31 de dezembro
Dívida de terceiros a médio e longo prazo

Milhares de euro

Entidade devedora	Natureza da dívida	Valor
Ministério da Saúde	Dívida ao IGFSS relativa a encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram resp. do OE	84.526,7
Ministério da Defesa Nacional	Dívida ao IGFSS relativa ao Fundo dos antigos Combatentes	28.244,0
Ministério da Agricultura	Dívida ao IGFSS relativa à aplicação do Decreto-Lei nº 159/2001, de 18 de Maio	84.519,5
Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional da RAA	Dívida ao IGFSS relativa ao Fundo do Desemprego	1.825,0
DAFSE	Dívida ao IGFSS relativa a ações de formação profissional com suporte no FSE	2.279,3
CPP dos Caminhos de Ferro de Benguela	Dívida ao IGFSS relativa a adiantamentos, para pagamento de pensões	5.714,9
Casa da Imprensa	Dívida ao IGFSS relativa a adiantamentos, com regularização em curso	689,9
FSE - Fundo Social Europeu	Dívida ao IGFSS relativa ao projeto Integrar	2.793,7
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Dívida ao ISS relativa ao financiamento comunitário nos projetos cofinanciados	69,4
FER - Fundo Europeu para os Refugiados	Dívida ao ISS relativa ao financiamento comunitário nos projetos cofinanciados	4,4
Devedores/Países estrangeiros	Dívida ao ISS por acordos e convenções internacionais	30,9
Total da dívida de terceiros, outros devedores c/c inscritas no médio longo prazo		210.697,6

Da análise ao quadro anterior, e de acordo com o Anexo às demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas, refira-se que a rubrica “Outros devedores” inclui dívidas sobre as quais não foi constituída provisão por se tratar de créditos sobre entidades públicas que, nos termos do Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de janeiro que aprovou o POCISSS, não são considerados de cobrança duvidosa, nomeadamente:

- I. Foi regularizado por encontro de contas, o saldo relevado em 2010 na conta 2688927 – “IGIF valores a reembolsar”, no montante de 4.344.686,54 euro relativo ao valor pago em excesso pela ACCS ao longo do período de 2008 a 2010 mais o montante de 187.581,28 euro pago em 2011, referente aos “Benefícios adicionais de saúde” para beneficiários do complemento solidário para idosos (Dec. Lei n.º252 de 5 de julho) por contrapartida da dívida que o Ministério da Saúde tinha com o IGFSS no montante de 406.086,33 euro e parte da dívida transferida da Caixa de Previdência TLP no montante de 4.126.181,49 euro;

- II. Foi transferido para a conta do IGFSS a dívida relevada no balanço da Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e do Porto relativa a encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979, para a responsabilidade do Orçamento de Estado, na sequência da implementação do serviço nacional de saúde, no montante de 88.652.877,04 euro, sendo que em 31 de dezembro de 2011 o valor em dívida é de 84.526.695,55 euro (vide ponto anterior);
- III. A dívida do “Fundo dos Antigos Combatentes” do Ministério da Defesa ao IGFSS, em 31 de dezembro de 2011, apresenta o valor de 28.243.975,10 euro;
- IV. Encontra-se registado no IGFSS a dívida relativa a transferências a receber do Ministério da Agricultura e Pescas, no montante de 84.519.452,26 euro, no âmbito do Decreto - Lei n.º159/2001, de 18 de maio, através do qual foi instituída uma medida de apoio e proteção dos pequenos produtores agrícolas e respetivos cônjuges, consubstanciada na dispensa parcial, em 50%, das taxas contributivas aplicáveis, medida com carácter excecional e temporária no pagamento das contribuições. O financiamento desta medida, nos termos do artigo 12º do citado diploma, "(...) é assegurado pelo orçamento do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o qual transferirá, anualmente, para o orçamento da segurança social, o montante global correspondente à sua aplicação, apurado no exercício orçamental anterior”. Esta dívida encontra-se em fase de reapreciação, nomeadamente no que se refere aos códigos de classificação de regimes incluída;
- V. Dívida da Direção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional da RAA relativa a encargos com o subsídio de desemprego no período de maio de 1981 a dezembro de 1984, no montante de 1.825.029,00 euro. Este processo encontra-se em aprovação.
- VI. A dívida da Caixa de Previdência do Pessoal do Caminho de Ferro de Benguela, ao IGFSS, relativa ao empréstimo no valor de 5.714.939,29 euro, cuja antiguidades se reporta ao período de 1989 a 1993. O IGFSS, conforme recomendação do Tribunal de Contas solicitou a regularização da dívida através de ofício dirigido à Procuradora da Caixa de Previdência do Pessoal dos Caminhos de Ferro de Benguela, que remeteu o assunto para o Presidente da Direção da Instituição em Angola. Nesta data foi informado Sua Ex.ª o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social que o assunto, em Angola, transitou do Ministério do Trabalho, para o Ministério das Relações Exteriores, na sequência de um Despacho de Vice-Ministro, tendo em vista ser tratado no âmbito da Comissão Mista Angola-Portugal.
- VII. Casa da Imprensa – foi suspenso em setembro de 2008 a remessa para a Casa da Imprensa do valor das retenções efetuadas sobre o valor da faturação aos jornais. O IGFSS está a dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas procedendo à regularização do valor em dívida com as retenções efetuadas e prestando contas trimestralmente ao Tribunal de Contas;
- VIII. Dívida do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativa a financiamento comunitário nos projetos cofinanciados, no montante de 69.413,55 euro. O ISS tem feito diversas diligências junto dos respetivos Centros Distritais no sentido de identificação e regularização desta situação.
- IX. Dívida do FER - Fundo Europeu para os Refugiados relativa a financiamento comunitário nos projetos cofinanciados, no montante de 4.425,20 euro. O ISS tem feito diversas diligências junto dos respetivos Centros Distritais no sentido de identificação e regularização desta situação.

Na sequência da informação apresentada no quadro anterior, o próximo quadro ilustra o remanescente do valor total das dívidas registadas na rubrica “de outros devedores de cobrança duvidosa”:

Outros devedores de cobrança duvidosa em 31 de dezembro

Dívida de terceiros a médio e longo prazo

<i>Milhares de euro</i>	
Natureza da dívida	Valor
Reembolso do IVA - IPSS	502,1
Valores a repor por segurados estrangeiros	13,1
Dívida da entidade empregadora, artº 63 DL 220/2006	20.309,6
Vencimentos a repor	515,7
Devedores por serviços de Verificação de Incapacidades	41,5
Devedores por rendas	4.551,9
Juros devedores a regularizar pela Banca	11,6
Outros	3.421,4
Total	29.366,9

VI.2.1.6. Dívidas de terceiros a curto prazo

Em 31 de dezembro de 2011 o montante total registado em “Dívidas de terceiros – curto prazo” (valor líquido de provisões) é de 4.236.186,4 mil euro, cuja distribuição por natureza está refletida no quadro seguinte:

Balanco em 31 de dezembro
Dívidas de terceiros - Curto prazo
2010 -2011

Rubricas	<i>(milhares de euro)</i>					
	2010	2011			Variação	
	Ativo líquido (1)	Ativo Bruto (2)	Provisões (3)	Ativo líquido (4)	Absoluta (5)=(2)-(1)	Percentual (6)=(2)/(1)
Dívidas de terceiros - Curto prazo						
Empréstimos concedidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Clientes c/c	11.344,1	12.710,2	0,0	12.710,2	1.366,1	12,0%
Contribuintes c/c	399.880,5	3.465.654,0	0,0	3.465.654,0	3.065.773,5	766,7%
Utentes c/c	438,7	413,7	0,0	413,7	-25,0	-5,7%
Clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	290.414,3	269.444,9	144.145,1	125.299,7	-165.114,6	-56,9%
Estado e outros entes públicos	2,7	3,6	0,0	3,6	0,9	33,9%
Prestações sociais a repôr	106.790,6	120.026,1	14.849,7	105.176,4	-1.614,2	-1,5%
Outros devedores	507.265,9	528.482,8	1.554,0	526.928,8	19.662,9	3,9%
Total	1.316.136,8	4.396.735,3	160.548,9	4.236.186,4	2.920.049,6	221,9%

a) Empréstimos concedidos (a curto prazo)

No exercício de 2011 esta rubrica não apresenta valores.

b) Clientes c/c (a curto prazo)

A rubrica “Clientes” diz respeito aos créditos sobre clientes (compras de mercadorias, produtos e/ou serviços) e que não estejam representados por letras ou outros títulos a receber.

Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica apresentava um saldo de 12.710,2 mil euro, o que representa variação positiva de 12,0% face ao período homólogo do ano anterior, onde registava o valor de 11.344,1 mil euro. O IGFSS é a instituição que mais contribuiu para o saldo desta rubrica através da alteração de contabilização que refletiu o reconhecimento na conta de “Clientes” das dívidas ao Fundo de Garantia de Alimentos a Menores, no montante de 12.455,2 mil euro, e que em 2010 se encontravam em outros devedores.

c) Contribuintes c/c (a curto prazo)

Em “Contribuintes” são registados os movimentos relativos às contribuições declaradas à Segurança Social, mediante declarações de remunerações e às contribuições pagas pelos contribuintes e beneficiários (II e SSV) apresentando, em 31 de dezembro de 2011, um saldo devedor de 3.465.654,0 mil euro.

Para a determinação do montante total das dívidas de contribuintes c/c (curto prazo), o valor do saldo desta conta deverá ser acrescido do saldo da conta da conta 21812 – “Cobranças em atraso – Contribuintes de cobrança duvidosa” e da conta 21822 – “Cobranças em litígio – Contribuintes de cobrança duvidosa”.

Rubricas de curto prazo
Varição das dívidas de contribuintes (valor bruto)
2010 - 2011

Designação	2010	2011	Variação 2011/2010	
			Absoluta	%
			(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)
Contribuintes, c/c	399.880,5	3.465.654,0	3.065.773,5	766,7%
Cobrança em litígio - Contrib. de cobrança duvidosa	375.181,0	154.020,6	-221.160,4	-58,9%
Total	775.061,5	3.619.674,6	2.844.613,1	78,6%

O quadro supra evidencia a variação ocorrida nas rubricas de contribuintes no biénio 2010/2011. A maior variação ocorreu em “Contribuintes, c/c”, evidenciado um acréscimo de 766,7% face a 2010.

A rubrica “Cobrança em litígio – Contrib. Cobrança duvidosa” acusa uma variação negativa de 58,9%, sendo essa variação justificada por o valor correspondente à componente de acordos com maturidade entre os 6 e 12 meses, em 2011 ter deixado de ser considerada como dívida de cobrança duvidosa.

Como complemento desta análise, o quadro seguinte ilustra a desagregação por instituição da variação ocorrida na rubrica “Contribuintes c/c”.

Varição das dividas de contribuintes c/c - Curto prazo
Desagregação por Instituição

Instituição	2010 (1)	2011 (2)	Variação 2011/2010	
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
IGFSS	180.981,4	3.230.399,7	3.049.418,3	1684,9%
RAM	37.494,1	50.670,6	13.176,5	35,1%
RAA	181.405,0	184.583,7	3.178,8	1,8%
Total	399.880,5	3.465.654,0	3.065.773,5	766,7%

Através da análise do quadro anterior, verifica-se que para o acréscimo total de 766,7% concorreu essencialmente a variação verificada no IGFSS, no valor total de 3.049.418,3 mil euro, correspondente a:

1. Transferência de verbas de cobrança duvidosa para a conta de acordos prestacionais de 830.694,4 mil euro;
2. Transferência de cobrança duvidosa para conta corrente da divida garantida e/ou suspensa no montante de 1.425.880,3 mil euro;
3. Transferência da conta corrente para a conta de cobrança duvidosa pelo processo de participação de divida no valor de 1.155.442,7 mil euro;
4. Transferência da divida titularizada no montante de 950.358,5 mil euro;
5. Contabilização dos débitos da DOCAPESCA e MARCONI, no valor de 76.096,8 mil euro.

A variação de 35,1% ocorrida na RAM, resulta essencialmente de:

1. Transferência de verbas de cobrança duvidosa para a conta de acordos prestacionais no valor de 6.419,4 mil euro;
2. Diminuição do valor que se encontra em clarificação de (-) 255.094,5 mil euros em 2010, para (-)247.928,1 mil euros em 2011, que resulta numa variação absoluta de 7.166,4 mil euro.

Na RAA registou-se um acréscimo de 1,8% relativamente ao ano de 2010, que resulta maioritariamente da transferência de 2.698,8 mil euros que estavam registados em cobrança duvidosa para "contribuintes c/c".

d) Utentes c/c (a curto prazo)

Em 31 de dezembro de 2011 apresenta o valor de 413,7 mil euro, representando um decréscimo de 5,7% face ao período homólogo do ano anterior.

e) Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa (a curto prazo)

As dívidas de "Clientes, contribuintes e utentes" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais provisões, reconhecidos na rubrica "Provisões para cobranças duvidosas", de forma a refletir o valor de realização.



A desagregação da dívida por antiguidade (ver quadro seguinte) oferece uma visão da natureza da dívida nas respetivas Instituições de Segurança Social. A rubrica que mais contribui para o saldo de “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” é “Contribuintes”, onde estão registados cerca de 57,2% do montante global desta rubrica, seguindo-se “clientes” com cerca de 42,8% e por último “Utentes” que apenas tem expressão no ISS, IP.

Balço em 31 de dezembro de 2011
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa
Rubricas de curto prazo
Desagregação de dívidas por antiguidade

(milhares de euro)

Designação	Antiguidade da dívida (em meses)		Total
	Até 6	De 6 a 12	
Clientes (1)	58.251,4	56.939,7	115.191,1
IGFSS		12.812,5	12.812,5
ISS		0,0	0,0
Bancários			0,0
FGS	58.251,4	44.127,2	102.378,6
Contribuintes (2)		154.020,6	154.020,6
IGFSS		144.784,6	144.784,6
R. A. Madeira		5.337,3	5.337,3
R. A. Açores		3.898,8	3.898,8
Utentes (3)		233,1	233,1
ISS		233,1	233,1
Total (4) = (1) + (2) + (3)	58.251,4	211.193,5	269.444,9

O quadro seguinte consubstancia a desagregação de “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” por natureza identificando o montante provisionado. A sua análise permite verificar que as dívidas de “Clientes” encontram-se provisionadas em 91,7% e as relacionadas com “Contribuintes” e “Utentes” estão provisionadas em 25% do valor em dívida.

Balanço em 31 de dezembro de 2011

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e respectivas provisões acumuladas

Rubricas de curto prazo

milhares de euro

Rubricas	Cobrança duvidosa	Provisões acumuladas	% da dívida provisionada
Cientes	115.191,1	105.581,7	91,7%
Contribuintes	154.020,6	38.505,2	25,0%
Utentes	233,1	58,3	25,0%
Total	269.444,9	144.145,1	53,5%

f) Estado e outros entes públicos (a curto prazo)

Esta conta diz respeito às relações com o Estado, autarquias locais e outros entes públicos, referentes a impostos e taxas, apresentando em 31 de dezembro de 2011 um saldo devedor de 3,6 mil euro, o que representa um acréscimo de 33,9% face ao período homólogo anterior.

g) Prestações sociais a repor (a curto prazo)

As dívidas dos beneficiários relativamente a prestações indevidamente processadas e pagas apresentam em 31 de dezembro de 2011 o valor de 120.026,1 mil euro, dos quais 59.398,7 mil euro são considerados de cobrança duvidosa correspondendo uma provisão de 14.849,7 mil euro. Esta rubrica do balanço apresenta uma diminuição de 1.614,2 mil euro no biénio 2010/2011, cerca de (-) 1,5%.

O quadro seguinte apresenta a desagregação das “Prestações sociais a repor” de cobrança duvidosa por natureza da conta e por Instituição de Segurança Social. A antiguidade das dívidas de cobrança duvidosa desta rubrica situa-se entre os 6 a 12 meses.

Balanço em 31 de dezembro de 2010
 Prestações sociais a repor
 Rubricas de curto prazo
 Desagregação por Instituição de Segurança Social

Milhares de euro

Designação	Instituições				Total
	ISS	TLP	R. A. Madeira	R. A. Açores	
Sub. de Ação Social e Sub. de Solidariedade	10.025,7	0,0	595,5	93,7	10.715,0
Subsistema de Proteção Familiar	17.072,3	0,0	279,4	160,1	17.511,8
Sistema Previdencial	30.615,4	0,0	368,2	159,6	31.143,2
Regimes Especiais	28,0	0,4	0,1	0,3	28,8
Total	57.741,3	0,4	1.243,2	413,7	59.398,7

A análise do quadro supra permite verificar que 97,2% do montante global das “Prestações sociais a repor” estão registadas no ISS, IP e na sua maioria respeitam a prestações do subsistema previdencial.

h) Outros devedores (a curto prazo)

Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o valor de 528.482,8 mil euro, dos quais 6.123,0 mil euro estão registados em cobrança duvidosa, a que corresponde uma provisão de 1.554,0 mil euro.

O quadro seguinte mostra a desagregação das dívidas de cobrança duvidosa por Instituição de Segurança Social e a respetiva provisão.

Balanço em 31 de dezembro
Outros devedores de cobrança duvidosa - Curto prazo
Desagregação por Instituição de Segurança Social
2010-2011

(milhares de euro)

Instituição	2010						2011					
	Devedores por rendas	Dívida da entidade empregadora, artº 63 DL 220/2006	Outros	Montante Total	Provisões acumuladas	% provisionada	Devedores por rendas	Dívida da entidade empregadora, artº 63 DL 220/2006	Outros	Montante Total	Provisões acumuladas	% provisionada
IGFSS	247,2		0,4	247,6	61,9	25,0%	247,2	0,0	0,5	247,7	61,9	25,0%
ISS			86,9	86,9	45,0	51,8%	3,6	5.480,6	128,9	5.613,1	1.426,6	25,4%
R.A. Madeira		262,2	0,0	262,3	65,6	25,0%		262,2		262,2	65,6	25,0%
Total	247,2	262,2	87,4	596,8	172,5	28,9%	250,8	5.742,8	129,4	6.123,0	1.554,0	25,4%

No que respeita às dívidas de “Outros devedores – c/c” o quadro seguinte apresenta a evolução no biénio 2010-2011, em termos globais. No ano de 2011 as dívidas registadas nessa rubrica aumentaram 3,1% relativamente ao período homólogo de 2010. Concorre para o acréscimo registado na rubrica “Outros devedores”, os “Valores pendentes de liquidação- Titulos” do FEFSS que correspondem a valores relativos a vendas de titulos no final do exercicio cuja liquidação financeira ocorreu no inicio de 2012 e que ascende a 14.207,0 mil euro.

Balanço em 31 de dezembro
Outros devedores - c/c - Curto prazo
2010-2011

(milhares de euro)

Rubricas	Valor bruto		Variação	
	2010	2011	Absoluta	%
Outros devedores - c/c	506.848,0	522.359,8	15.511,8	3,1%

VI.2.1.7. Provisões (acumuladas)

De acordo com o Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas da Conta da Segurança Social de 2011:

- i. As provisões são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada entidade da Segurança Social tem em consideração informação de mercado que demonstre que:
 - a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
 - se verificarem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
 - se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

- ii. São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.
- iii. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma provisão, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões.
- iv. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.
- v. Desconhecendo-se o valor de mercado dos investimentos financeiros, são constituídas provisões com base na comparação entre o custo de aquisição/constituição e o valor de capital próprio da empresa de acordo com as contas disponíveis (proporcional à participação). Quando os capitais próprios das empresas participadas se apresentam negativos, são constituídas provisões para cobertura da totalidade da participação.

O quadro seguinte apresenta o desdobramento das contas de provisões acumuladas e os movimentos ocorridos no exercício (*vide* Nota 41 do Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas da Conta da Segurança Social):

Balanço em 31 de dezembro de 2011

Provisões acumuladas - Ativo

(milhares de euros)

Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobranças duvidosas	5.437.661,3	331.989,9	1.896.205,6	3.873.445,6
Provisões para investimentos financeiros	3.086,1	317,9	2,1	3.402,0

Apresenta-se no quadro seguinte a desagregação das provisões acumuladas de dívidas de cobrança duvidosa, em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros incluídas em Balanço:

Balanço em 31 de dezembro de 2011
 Demonstração das dívidas de cobrança duvidosa e respectivas provisões acumuladas

milhares de euro

Rubricas POCISSSS	Dívidas de cobrança duvidosa	Provisões acumuladas	% da dívida de cobrança duvidosa provisionada
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)
Médio Longo Prazo:	3.895.057,2	3.712.896,7	95,3%
218 - Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.407.090,1	3.258.125,5	95,6%
2181 - Cobranças em atraso	630.066,8	621.330,8	98,6%
21811 - Clientes de cobrança duvidosa	535.994,9	527.409,2	98,4%
218111 - Devedores por garantia salarial	436.261,4	436.261,4	100,0%
218112 - Devedores por prestação de alimentos a menores	99.193,8	90.608,7	91,3%
218119 - Outros	539,7	539,2	99,9%
21812 - Contribuintes de cobrança duvidosa	92.034,7	92.034,7	100,0%
21813 - Utenentes de cobrança duvidosa	2.037,2	1.886,9	92,6%
218131 - Por utilização de estabelecimentos sociais	542,6	462,1	85,2%
218132 - Por funcionamento de actividades de amas	445,8	423,3	95,0%
218133 - Por colocação em famílias de acolhimento	532,9	485,7	91,1%
218138 - Por outros	515,9	515,8	100,0%
2182 - Cobranças em litígio	2.777.023,3	2.636.794,7	95,0%
21822 - Contribuintes de cobrança duvidosa	2.777.021,8	2.636.793,3	95,0%
218221 - SEF	2.777.021,8	2.636.793,3	95,0%
21823 - Utenentes de cobrança duvidosa	1,4	1,4	100,0%
218238 - Por outros	1,4	1,4	100,0%
2652 - Outros devedores e credores - Prestações sociais a repor - Prestações a repor cobrança duvidosa	458.600,2	428.989,2	93,5%
26521 - Prestações a repor por Beneficiários - Cobranças em Atraso	458.544,8	428.933,7	93,5%
265211 - Subsistema de Solidariedade e Subsistema de Acção Social	154.020,0	146.109,7	94,9%
2652111 - Subsistema de Solidariedade	153.294,8	145.424,2	94,9%
26521111 - Rendimento Mínimo Garantido.	32.088,4	32.074,2	100,0%
26521112 - Pensões.	22,3	22,3	100,0%
26521113 - Complementos sociais.	6.391,9	5.874,6	91,9%
26521117 - Rendimento Social de Inserção	47.668,9	44.644,8	93,7%
26521118 - Outros	67.123,3	62.808,4	93,6%
2652112 - Acção Social.	725,2	685,5	94,5%
265212 - Subsistema de Protecção Familiar	52.576,4	48.030,1	91,4%
2652121 - Encargos familiares	43.774,6	39.882,2	91,1%
2652122 - Deficiência.	8.745,4	8.091,6	92,5%
2652123 - Dependência.	56,3	56,3	100,0%
2652124 - Outras.	0,0	0,0	75,0%
265213 - Sistema Previdencial	251.813,2	234.683,3	93,2%
265213111 - Regimes de Segurança Social - Subsídio -Doença.	56.605,9	51.316,5	90,7%
265213112 - Regimes de Segurança Social - Subsídio -Maternidade.	4.000,4	3.933,1	98,3%
265213113 - Regimes de Segurança Social - Subsídio -Paternidade.	166,1	144,9	87,2%
265213114 - Regimes de Segurança Social - Subsídio - Adopção.	12,1	12,1	100,0%
265213115 - Regimes de Segurança Social - Subsídio - Assistência a Menores	224,4	219,4	97,8%
265213116 - Regimes de Segurança Social - Subsídio - Tuberculose	723,9	600,2	82,9%
265213117 - Regimes de Segurança Social - Subsídio - Prestações por parentalidade (DL 91/2009)	992,2	633,7	63,9%
26521312 - Regimes de Segurança Social - Subsídio de desemprego.	155.995,5	145.295,2	93,1%
26521313 - Regimes de Segurança Social - Pensões.	26.288,8	25.928,7	98,6%
26521314 - Regimes de Segurança Social - Outros.	3.484,7	3.397,3	97,5%
26521315 - Regimes de Segurança Social - Subsídio provisório de desemprego	497,2	496,6	99,9%
265213161 - Regimes de Segurança Social - Majoração do subsídio de desemprego	2.821,9	2.705,5	95,9%
265215 - Regimes Especiais.	135,2	110,6	81,8%
26522 - Prestações a repor por Beneficiários - Cobranças em litígio - SEF	55,5	55,5	100,0%
265223 - Sistema Previdencial	54,5	54,5	100,0%
26522312 - Regimes de Segurança Social - Subsídio de desemprego.	54,5	54,5	100,0%
265225 - Regimes Especiais.	1,0	1,0	100,0%
268998 - Outros devedores de cobrança duvidosa	29.366,9	25.782,1	87,8%
2689985 - Outros devedores de cobrança duvidosa - Cobrança em atraso	28.894,8	25.310,0	87,6%
268998511 - Reembolso do IVA - IPSS	502,1	502,1	100,0%
268998512 - Valores a repor por segurados estrangeiros	13,1	12,7	97,0%
268998513 - Dívida da entidade empregadora, artº 63 DL 220/2006	20.309,6	17.043,2	83,9%
268998514 - Vencimentos a repor	515,7	500,0	97,0%
268998515 - Devedores por serviços de Verificação de Incapacidades	41,5	33,4	80,4%
268998516 - Devedores por rendas	4.551,9	4.400,7	96,7%
268998518 - Juros devedores a regularizar pela Banca	11,6	11,4	98,7%
268998599 - Outros	2.949,3	2.806,6	95,2%
2689986 - Outros devedores de cobrança duvidosa - Cobrança em litígio	472,1	472,1	100,0%
268998699 - Outros	472,1	472,1	100,0%

milhares de euro

Rubricas POCISSSS	Dívidas de cobrança duvidosa	Provisões acumuladas	% da dívida de cobrança duvidosa provisionada
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)
Curto Prazo:	334.966,6	160.548,9	47,9%
218 - Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	269.444,9	144.145,1	53,5%
2181 - Cobranças em atraso	115.424,2	105.640,0	91,5%
21811 - Clientes de cobrança duvidosa	115.191,1	105.581,7	91,7%
21813 - Utenentes de cobrança duvidosa	233,1	58,3	25,0%
2182 - Cobranças em litígio	154.020,6	38.505,2	25,0%
21822 - Contituibentes de cobrança duvidosa	154.020,6	38.505,2	25,0%
218221 - SEF	154.020,6	38.505,2	25,0%
2652 – Outros devedores e credores - Prestações sociais a repor - Prestações a repor cobrança duvidosa	59.398,7	14.849,7	25,0%
26521 – Prestações a repor por Beneficiários - Cobranças em Atraso	59.398,3	14.849,6	25,0%
265211 - Subsistema de Solidariedade e Subsistema de Acção Social	10.715,0	2.678,7	25,0%
2652111 – Subsistema de Solidariedade	10.562,2	2.640,5	25,0%
2652112 – Acção Social.	152,8	38,2	25,0%
265212 – Subsistema de Protecção Familiar	17.511,8	4.377,9	25,0%
2652121 – Encargos familiares	16.326,3	4.081,6	25,0%
2652122 – Deficiência.	1.185,5	296,4	25,0%
265213 – Sistema Previdencial	31.143,2	7.785,8	25,0%
265213111 – Regimes de Segurança Social - Subsídio -Doença.	7.331,6	1.832,9	25,0%
265213112 – Regimes de Segurança Social - Subsídio -Maternidade.	117,9	29,5	25,0%
265213113 – Regimes de Segurança Social - Subsídio -Paternidade.	43,7	10,9	25,0%
265213115 – Regimes de Segurança Social - Subsídio - Assistência a Menores	9,4	2,4	25,0%
265213116 – Regimes de Segurança Social - Subsídio - Tuberculose	32,2	8,0	25,0%
265213117 – Regimes de Segurança Social - Subsídio - Prestações por parentalidade (DL 91/2009)	835,7	208,9	25,0%
26521312 – Regimes de Segurança Social - Subsídio de desemprego.	17.799,2	4.449,8	25,0%
26521313 – Regimes de Segurança Social - Pensões.	4.720,7	1.180,2	25,0%
26521314 – Regimes de Segurança Social - Outros.	100,9	25,2	25,0%
26521315 – Regimes de Segurança Social - Subsídio provisório de desemprego	6,9	1,7	25,0%
265213161 – Regimes de Segurança Social - Majoração do subsídio de desemprego	96,1	24,0	25,0%
26521317 - Regimes de Segurança Social - Acidentes de trabalho e doenças profissionais	48,9	12,2	25,0%
265215 – Regimes Especiais.	28,4	7,1	25,0%
26522 – Prestações a repor por Beneficiários - Cobranças em litígio - SEF	0,4	0,1	25,0%
265225 – Regimes Especiais.	0,4	0,1	25,0%
268998 - Outros devedores de cobrança duvidosa	6.123,0	1.554,0	25,4%
2689985 - Outros devedores de cobrança duvidosa - Cobrança em atraso	6.123,0	1.554,0	25,4%
268998512 - Valores a repor por segurados estrangeiros	0,0	0,0	25,0%
268998513 - Dívida da entidade empregadora, artº 63 DL 220/2006	5.742,8	1.435,7	25,0%
268998514 - Vencimentos a repor	27,4	6,9	25,0%
268998515 - Devedores por serviços de Verificação de Incapacidades	15,0	3,8	25,0%
268998516 - Devedores por rendas	250,8	62,7	25,0%
268998518 - Juros devedores a regularizar pela Banca	0,0	0,0	25,0%
268998599 - Outros *	86,9	45,0	51,8%
Total (M/L Prazo e Curto Prazo)	4.230.023,8	3.873.445,6	91,6%

* - Da dívida de cobrança duvidosa total, o valor de 31,0 mil euro, resultante de furto, encontra-se provisionado a 100%

VI.2.1.8. Disponibilidades

O grupo patrimonial de “Disponibilidades” representa 67,7% do total do ativo líquido registando um decréscimo de 6,3%, relativamente ao período homólogo de 2010.

O quadro seguinte apresenta a desagregação por natureza desta rubrica.

Balço em 31 de dezembro
Rubricas das Disponibilidades
2010-2011

Milhares de euro

Rubricas	2010		2011		Variação 2010/2011	
	Valor	Peso relativo	Valor	Peso relativo	Absoluta	Percentual
Títulos negociáveis	8.795.205,1	77,0%	8.399.277,9	78,5%	-395.927,2	-4,5%
Ações	1.894.466,5	16,6%	1.356.355,3	12,7%	-538.111,2	-28,4%
Obrigações e títulos de participação	19.499,1	0,2%	13.517,4	0,1%	-5.981,7	-30,7%
Títulos da dívida pública	5.982.602,3	52,4%	6.253.492,5	58,4%	270.890,2	4,5%
Outros títulos	416.788,8	3,7%	109.254,8	1,0%	-307.534,0	-73,8%
Outras aplicações de tesouraria	481.848,3	4,2%	666.657,9	6,2%	184.809,5	38,4%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2.621.177,8	23,0%	2.303.574,4	21,5%	-317.603,5	-12,1%
Depósitos em instituições financeiras	2.609.825,2	22,9%	2.294.932,0	21,4%	-314.893,2	-12,1%
Caixa	11.352,6	0,1%	8.642,4	0,1%	-2.710,2	-23,9%
Total das Disponibilidades	11.416.382,9	100,0%	10.702.852,3	100,0%	-713.530,6	-6,3%

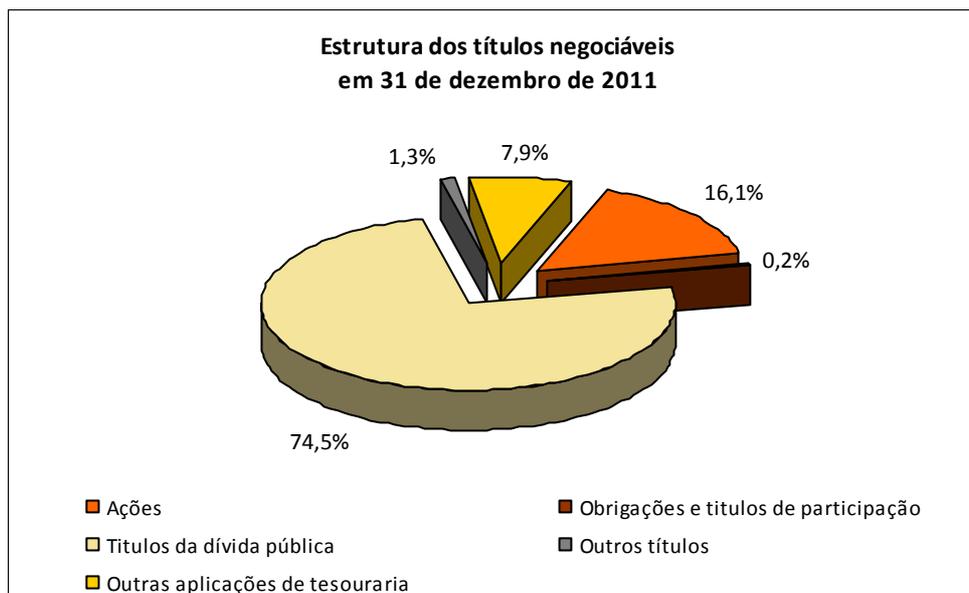
Da análise do quadro anterior ressalta que 78,5% das disponibilidades do sistema estão aplicadas em títulos negociáveis e 21,5% respeitam a depósitos em instituições financeiras e caixa. A variação absoluta do biénio 2010/2011 no montante de (-)713.530,6 mil euro justifica-se essencialmente pela variação das rubricas "Ações" e "Outros títulos" nos montantes 538.111,2 mil euro e 307.534,0 mil euro, respetivamente, no âmbito da desvalorização da carteira de títulos geridos pelo FEFSS, IP, e também da variação negativa ocorrida em "Depósitos em instituições financeiras" no valor de 314.893,2 mil euro.

De seguida é feita a análise detalhada das rubricas de "Disponibilidades".

a) Títulos negociáveis

No exercício de 2011 o saldo de "Títulos negociáveis" no valor de 8.399.277,9 mil euro pertence exclusivamente ao FEFSS.

O gráfico a seguir ilustra a estrutura dos "Títulos negociáveis" em 31 de dezembro de 2011.



Conforme se pode observar no gráfico supra os valores aplicados em títulos da dívida pública representam 74,5% do total dos títulos negociáveis, 16,1% do total são correspondentes a ações, 7,9% a outras aplicações de tesouraria, 1,3% em outros títulos e 0,2% a aplicações em obrigações e títulos de participação. É de salientar que:

- i. Na rubrica “Ações” estão incluídos títulos de dívida desde que a rentabilidade dos mesmos seja integralmente indexada à variação do preço de ações, ou de índices de ações, conforme ABDR do FEFSS.
- ii. Na rubrica “Títulos da dívida pública” estão incluídos títulos de dívida pública emitidos diretamente pelos estados respetivos ou igualmente títulos de dívida emitidos por entidades privadas mas que foram garantidos pelo Estado Português.
- iii. A rubrica “Outros títulos” integra valores relativos à relevação contabilística dos forwards de 2011, que até 2010 encontravam-se registados nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos”, na conta “271 – Acréscimos de proveitos”, as revalorizações positivas e, na conta “273 – Acréscimos de custos”, as revalorizações negativas.

b) Depósitos em instituições financeiras e caixa

De acordo com o Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas da Conta da Segurança Social de 2011, todos os montantes incluídos na rubrica de “Conta no Tesouro, depósitos bancários e caixa” são passíveis de ser realizados no curto prazo, pese embora o FEFSS tenha incluído na rubrica “depósitos à ordem” o valor de margens depositadas relativamente a contratos futuros (28.286.758,53 € em 31 de dezembro de 2011 e 24.665.276,50 € em 31 de dezembro de 2010), o qual só pode ser movimentado na sequência do encerramento das posições em aberto.

A variação dos saldos das contas de depósitos no IGFSS deve-se principalmente à diminuição dos recebimentos de 2011 quando comparados com o período homólogo de 2010. Nomeadamente na rubrica de transferências correntes cujo comportamento revelou em 2011 um desvio negativo de 946,9 milhões de euros face a 2010, representando um decréscimo de 10,9%. Ainda que se tenha verificado uma variação positiva de 2,1% na receita de contribuições num total de cerca de 276 milhões de euros.

Em relação ao comportamento da despesa, este compensou em parte a diminuição da receita, uma vez que se registou no conjunto das rubricas de pagamentos uma diminuição de cerca de 0,6% representando um total de cerca de 119 milhões de euros.

As aplicações à taxa zero, integradas nas contas de depósitos à ordem também registaram em 2011 uma diminuição que atingiu os 12% compensando também a diminuição da receita.

O quadro seguinte apresenta a desagregação de “Depósitos em instituições financeiras” por natureza e por Instituição de Segurança Social. A sua análise permite concluir que:

- i. As instituições com maior valor nesta rubrica são o IGFSS e o FEFSS com respetivamente 78,1% e 16,5% do total do saldo registado em 31 de dezembro de 2011.
- ii. Os depósitos à ordem representam 40,9% do total dos “Depósitos em instituições financeiras”, assumindo maior expressão no IGFSS (579.777,6 mil euro) e no FEFSS (306.528,0 mil euro).
- iii. Os depósitos a prazo representam cerca de 59,1% do total dos “Depósitos em instituições financeiras” e estão distribuídos por quatro instituições: IGFSS (1.211.879,0 mil euro), FEFSS (73.000,0 mil euro), Região Autónoma dos Açores (61.000 mil euro) e Banca dos Casinos (11.116,0 mil euro).

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
 Depósitos em Instituições Financeiras
 Desagregação por Instituição de Segurança Social
 2009 - 2011

Milhares de euro

Instituições	2009				2010				2011			
	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Total	Peso relativo	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Total	Peso relativo	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Total	Peso relativo
IGFSS	952.205,7	673.145,0	1.625.350,7	65,9%	616.144,6	1.332.301,0	1.948.445,6	74,7%	579.777,6	1.211.879,0	1.791.656,6	78,1%
Banca Casinos	719,9	15.700,0	16.419,9	0,7%	436,3	13.300,0	13.736,3	0,5%	108,6	11.116,0	11.224,6	0,5%
ISS	11.979,1		11.979,1	0,5%	16.440,2		16.440,2	0,6%	21.273,8		21.273,8	0,9%
II	549,5		549,5	0,0%	1.869,4		1.869,4	0,1%	2.546,0		2.546,0	0,1%
Bancários	10,8		10,8	0,0%	7,9		7,9	0,0%	6,4		6,4	0,0%
Cimentos	172,9		172,9	0,0%	211,1		211,1	0,0%	236,2		236,2	0,0%
EPAL	50,9		50,9	0,0%	40,0		40,0	0,0%	40,1		40,1	0,0%
Jornalistas	248,6		248,6	0,0%	332,7		332,7	0,0%	392,0		392,0	0,0%
TLP	1,3		1,3	0,0%	8,8		8,8	0,0%	9,7		9,7	0,0%
CRGE	8,0		8,0	0,0%	8,2		8,2	0,0%	7,4		7,4	0,0%
FGS	1,6		1,6	0,0%	41,3		41,3	0,0%	15,2		15,2	0,0%
IGFCSS	547.424,1	146.200,0	693.624,1	28,1%	259.804,3	271.463,3	531.267,6	20,4%	40,3		40,3	0,0%
FEFSS			0,0	0,0%				0,0%	306.528,0	73.000,0	379.528,0	16,5%
R.A.Madeira	21.308,9		21.308,9	0,9%	26.995,2		26.995,2	1,0%	18.477,5		18.477,5	0,8%
R.A.Açores	33.069,2	65.000,0	98.069,2	4,0%	15.421,1	55.000,0	70.421,1	2,7%	8.478,2	61.000,0	69.478,2	3,0%
Total	1.567.750,4	900.045,0	2.467.795,4	100,0%	937.760,9	1.672.064,3	2.609.825,2	100,0%	937.937,0	1.356.995,0	2.294.932,0	100,0%
Peso relativo	63,5%	36,5%	100,0%		35,9%	64,1%	100,0%		40,9%	59,1%	100,0%	

Por sua vez, a conta “Caixa” inclui os meios de pagamento de propriedade das Instituições da Segurança Social e apresentava o valor de 8.642,4 mil euro à data de 31 de dezembro de 2011. O quadro a seguir ilustra a desagregação de “Caixa” por natureza e por Instituição de Segurança Social.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro de 2011
Desagregação de Caixa por Instituição de Segurança Social
2009 - 2011

Milhares de euro

Instituições	2009					2010					2011					
	Caixa	Tesouraria	Contribuições e Juros de mora a depositar	Fundo de Maneio	Total	Caixa	Tesouraria	Contribuições e Juros de mora a depositar	Fundo de Maneio	Total	Caixa	Tesouraria	Contribuições e Juros de mora a depositar	Outros valores a depositar	Fundo de Maneio	Total
IGFSS	20,9	530,1			551,0	0,4	20,6			21,0	30,0	21,7				51,7
ISS	9,3	465,8	3.536,7	155,7	4.167,5	9,3	302,3	10.565,7		10.877,3	9,3	270,3	7.356,5	0,1		7.636,2
IGFCSS	1,0				1,0	1,5				1,5		1,3				1,3
Jornalistas				0,1	0,1				0,5	0,5					0,0	0,0
Marconi	23,7				23,7					0,0						0,0
R.A.Madeira		375,4			375,4		228,3			228,3		185,1				185,1
R.A.Açores	191,9	1,6	77,5	0,4	271,3	147,3	0,5	75,9	0,4	224,0	756,4	0,0	11,7			768,0
Total	246,8	1.372,8	3.614,2	156,2	5.390,0	158,4	551,7	10.641,6	0,9	11.352,6	795,6	478,5	7.368,1	0,1	0,0	8.642,4

Como se pode observar no quadro supra, cerca de 88,4% do valor total da rubrica “Caixa” é registado pelo ISS,IP, seguindo-se as Regiões Autónomas dos Açores (8,9%) e da Madeira (2,1%).

O decréscimo verificado na rubrica “Caixa” em 2011, é originado essencialmente pela diminuição de 3.273,4 mil euro face a 2010, registado na rubrica de “Contribuições e juros de mora a depositar” (85,3% do total da rubrica “Caixa”), do qual 7.356,5 mil euro estão na posse do ISS e 11,7 mil euro na Região Autónoma dos Açores. Estes valores referem-se a pagamentos de contribuições e juros de mora efetuados pelos contribuintes nos últimos dias do ano 2011, nas tesourarias das ISS’s.

VI.2.1.9. Acréscimos e diferimentos

a) Acréscimos de proveitos

No quadro que se segue é apresentada a decomposição do valor total registado no biénio 2010/2011 por tipo de valores a receber e por instituições.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Acréscimos de proveitos
2010-2011

Milhares de euro

Instituições	2010 - Valores a receber de:				Total (1)	2011 - Valores a receber de:			Total (2)	Variação 2011/2010	
	Juros de depósitos, de títulos e outros	Transferências SCML	Outros	Juros de depósitos, de títulos e outros		Transferências SCML	Outros	Absoluta (3) = (2) - (1)		% (4)=(3)/(1)	
IGFSS	3.763,7	23.524,6	568,3	27.856,6	1.278,0	28.074,5	4.778,0	34.130,5	6.273,9	22,5%	
Banca dos casinos	128,6			128,6	23,0			23,0	-105,5	-82,1%	
IGFCSS	0,4		29,9	30,3	0,6		40,8	41,4	11,1	36,7%	
FEFSS	118.399,0		13.131,3	131.530,3	102,3			102,3	-131.428,0	-99,9%	
R. A. Açores	287,0			287,0	225,1			225,1	-62,0	-21,6%	
Total	122.578,7	23.524,6	13.729,5	159.832,8	1.629,0	28.074,5	4.818,8	34.522,4	-125.310,4	-78,4%	
%	76,7%	14,7%	8,6%	100,0%	4,7%	81,3%	14,0%	100,0%			

Como pode observar-se através do quadro supra, a rubrica “Transferências da SCML” representa 81,3% do total de acréscimos de proveitos e respeitam a transferências a receber da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa provenientes da parcela, legalmente fixada, nos resultados de exploração dos jogos sociais.

Por instituições, verifica-se que o IGFSS que detém 98,9% do total dos acréscimos de proveitos do Balanço da CSS registou um acréscimo no valor de 6.273,9 mil euro, seguindo-se a RAA com 225,1 mil euro, representando 0,7% do valor total.

Verifica-se, no IGFSS, um acréscimo de 22,5% em 2011, quando comparado com igual período de 2010, que se deve:

- Ao aumento de 4.549,9 mil euro a receber em 2012, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativamente à receita dos jogos sociais referentes aos períodos de novembro e dezembro de 2011;
- À especialização do valor a receber referente à Marconi, no valor de 1.160,0 mil euro.
- À especialização de dezembro do valor a receber no âmbito do reembolso das ex-colónias, no valor de 1.985,3 mil euro.
- À especialização do valor a receber do GEP referente a bolsas, no montante de 831.745,2 mil euro.
- Ao decréscimo de 2.485,7 mil euro, face a 2010, dos juros a receber de aplicações financeiras que se encontravam em curso em 31 de dezembro.

Seguindo uma recomendação do Tribunal de Contas no âmbito do relatório nº29/2010 “Auditoria integrada ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.”, foram reclassificados, no FEFSS, os juros corridos e a revalorização positiva ocorrida nos forwards, que passaram a ser registados na conta “15 – Títulos negociáveis”. Esta medida resultou no decréscimo de 131.428,0 mil euro.

b) Custos diferidos

Em 31 de dezembro de 2011 o valor das despesas antecipadas era de 2.547,3 mil euro, cuja desagregação é seguidamente apresentada.

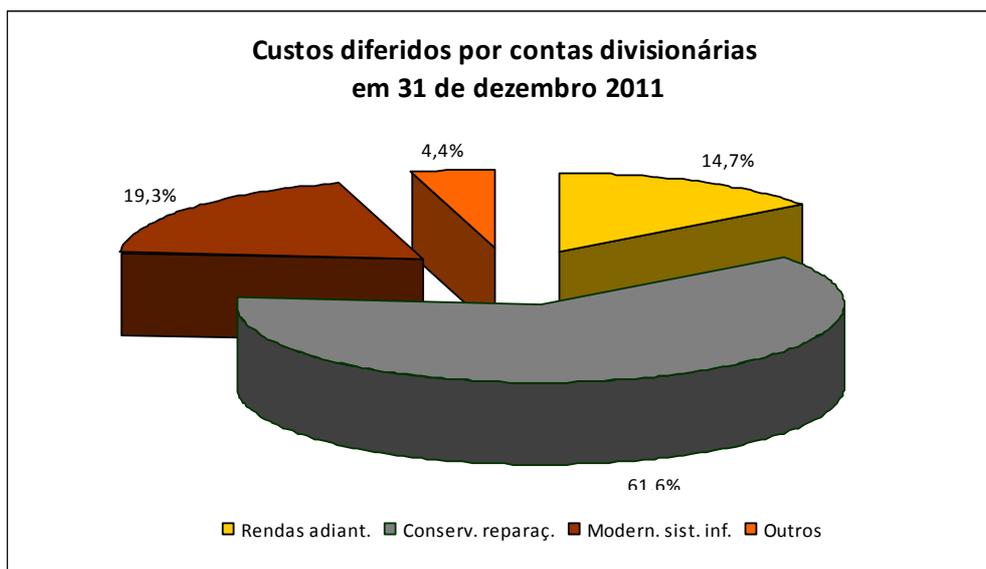
Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Custos diferidos
2010-2011

Instituições	2010 - Rubricas				Total (1)	2011 - Rubricas				Total (2)	Variação 2011/2010	
	Rendas adiantadas	Conservação e reparação	Modernização do sist. Informação	Outros		Rendas adiantadas	Conservação e reparação	Modernização do sist. Informação	Outros		Absoluta (3) = (2) - (1)	% (4)=(3)/(1)
	IGFSS	49,0				72,0	121,0	49,6				78,2
ISS	332,0	1.021,4	474,3		1.827,7	310,3	840,8	491,9		1.643,0	-184,7	-10,1%
II		74,4		280,2	354,6		76,8		17,7	94,5	-260,1	-73,3%
IGFCSS	12,8			16,8	29,7	12,9			15,8	28,7	-1,0	-3,4%
Bancários		6,7			6,7		3,9			3,9	-2,7	-41,1%
Jornalistas	1,9			0,0	1,9	1,9			0,0	1,9	0,0	0,1%
R. A. Madeira		1.619,0			1.619,0		599,3			599,3	-1.019,7	-63,0%
R. A. Açores		21,5		0,4	21,9		47,9		0,4	48,3	26,4	120,3%
Total	395,7	2.743,0	474,3	369,5	3.982,5	374,7	1.568,7	491,9	112,1	2.547,3	-1.435,1	-36,0%
%	9,9%	68,9%	11,9%	9,3%	100,0%	14,7%	61,6%	19,3%	4,4%	100,0%		

Da análise do quadro supra conclui-se que, do total das despesas antecipadas contabilizadas em 31 de dezembro de 2011, o montante de 1.568,7 mil euro (61,6% do total) dizem respeito a conservação e reparação de edifícios, 491,9 mil euro (19,3%) são referentes a modernização do sistema de informação, 374,7 mil euro (14,7%) a rendas adiantadas e 112,1 mil euro (4,4%) a outros custos diferidos.

Relativamente à distribuição dos custos diferidos pelas Instituições de Segurança Social verifica-se que o ISS, IP e a Região Autónoma da Madeira com, respetivamente, 64,5% e 23,5% do valor total, são as instituições que registam valores mais elevados. No ISS, IP os valores estão distribuídos por todas as rubricas de “Custos diferidos” exceto “Outros”. A Região Autónoma da Madeira contabilizou apenas a rubrica “Conservação e reparação”, onde regista o valor das obras em edifícios alheios, na conta 272321 – “Acréscimos e diferimentos/ Custos diferidos/ Conservação e reparação/ Em edifícios arrendados e ou / cedidos/»Edifício A”

Complementarmente, o gráfico seguinte ilustra a distribuição dos custos diferidos por contas divisionárias:



VI.2.2. Composição do Passivo

A composição e a evolução das rubricas do passivo no biénio de 2010/2011 encontram-se refletidas no quadro a seguir apresentado:

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução do Passivo por rubricas

Milhares de euro

Rubricas	2010		2011		Variação 2011/10	
	(1)	% (2)	(3)	% (4)	(5)=(3)-(1)	% (6)=(5)/(1)
Provisões para riscos e encargos	0,0	0,0%	145,9	0,0%	145,9	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo						
Dívidas a terceiros - curto prazo	304.431,8	28,8%	426.943,6	37,2%	122.511,8	40,2%
Empréstimo por dívida titulada						
Empréstimo por dívida não titulada						
Adiantamentos por conta de vendas						
Fornecedores, c/c	38,3	0,0%	92,9	0,0%	54,6	142,5%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	36,6	0,0%	462,2	0,0%	425,6	1163,6%
Fornecedores - Títulos a pagar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	
Credores pela execução do orçamento	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	
Adiantam. de clientes, contribuintes e utentes	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	
Fornecedores de imobilizado c/c	20,7	0,0%	26,0	0,0%	5,3	25,7%
Estado e outros entes públicos	55.312,5	5,2%	75.921,8	6,6%	20.609,3	37,3%
Prestações sociais a pagar	14.624,5	1,4%	11.182,6	1,0%	(3.441,9)	-23,5%
Outros credores	234.399,2	22,1%	339.258,1	29,5%	104.858,8	44,7%
Acréscimos e diferimentos	754.445,9	71,2%	721.115,7	62,8%	(33.330,2)	-4,4%
Acréscimo de custos	98.858,4	9,3%	23.830,4	2,1%	(75.028,0)	-75,9%
Proveitos diferidos	655.587,5	61,9%	697.285,3	60,7%	41.697,8	6,4%
Total do passivo	1.058.877,7	100,0%	1.148.205,2	100,0%	89.327,5	8,4%

Como indica o quadro supra o passivo que representa 7,3 % do total do balanço consolidado de 2011, regista um acréscimo de 8,4% relativamente ao ano transato, o que corresponde, em termos absolutos, a 89.327,5 milhares de euro.

O referido acréscimo decorre da variação verificada em “Dívidas a terceiros - curto prazo” de 122.511,8 milhares de euro.

As “Dívidas a terceiros – curto prazo”, no valor de 426.943,6 milhares de euro, contribuem com 37,2% para o total do passivo do sistema.

A evolução nas dívidas a pagar registadas em “Outros credores”, evidencia um acréscimo de 44,7% no biénio em análise (Para maior detalhe *vide* capítulo VI.2.2.2.6 do presente relatório).

Os “Acréscimos e diferimentos” representam em 31 de dezembro de 2011, 62,8% do total de responsabilidades do Sistema.

Em 2011, assiste-se a uma redução do saldo de “Acréscimos de custos” em 75.028,0 milhares de euro face a 2010, justificada fundamentalmente pela alteração do registo contabilístico das revalorizações negativas dos forwards no FEFSS (que em 2010 se encontravam refletidas nesta rubrica). O valor desta revalorização (68.036,6 milhares de euro em 2011) encontra-se registado nos “Outros Credores”, contribuindo de forma significativa para a variação positiva anteriormente referida nesta rubrica.

Seguidamente detalham-se as rubricas que compõem o passivo:

VI.2.2.1. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de “provisões para riscos e encargos” apresenta, em 31 dezembro 2011, um saldo de 145,9 milhares de euro, decorrentes dos seguintes processos:

- TAF Sintra – 3ª UO - Proc 567/07.2 BESNT– no montante de 3,6 milhares de euro;
- Tribunal Trabalho - Proc. 316/08.8TTLSB – no montante de 41,0 milhares de euro;
- Juízos Cíveis Lisboa - Proc. 2310/10.0YXLSB – no montante de 22,8 milhares de euro;
- Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira 1º Juízo Cível - Proc 5110/10.3TBVFX-A – no montante de 1,1 milhares de euro;
- Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa 5ª Unidade Orgânica Proc 2836/10.5BELSB - no montante de 77,4 milhares de euro.

VI.2.2.2. Dívidas a terceiros – curto prazo

VI.2.2.2.1. Fornecedores, c/c

Em 2011, a rubrica de “Fornecedores, c/c”, embora não sendo uma rubrica relevante no conjunto das dívidas a terceiros, assume uma expressão relativa de 0,02% e evidencia um saldo credor de 92,9 milhares de euro registando um crescimento de 142,5%, face a 2010, invertendo a tendência de decréscimo dos últimos três anos. Para aquela acentuada variação no último biénio contribui a despesa registada no ISS, IP de 63,1 milhares de euro. Ainda assim, se assiste a uma redução no quinquénio, de valores a pagar nesta rubrica de 209,1 milhares de euro.

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução do Passivo - Fornecedores, c/c

Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2007	
						Valor	%
Fornecedores, c/c	302,0	581,1	472,7	38,3	92,9	-209,1	-69,2%

VI.2.2.2.2. Fornecedores – Faturas em receção e conferência

No final do ano de 2011, o saldo credor nesta conta cifrou-se em 462,2 milhares de euro, representando um aumento de 1.163,6% relativamente a 2010. Esta variação é fundamentada por valores a pagar no ISS, IP em cerca de 95,7%, em dezembro, sendo que 46,8% são referentes a subsídios atribuídos a Centros de Cultura e Desporto no âmbito do Despacho nº 6673/SESS/2011 no montante de 206,9 milhares de euro.

VI.2.2.2.3. Fornecedores de imobilizado c/c

Esta conta regista as dívidas aos fornecedores de imobilizado, apresentando um saldo de 26,0 milhares de euros no final de 2011 e evidencia um ligeiro acréscimo de 5,3 milhares de euro face a período homólogo de 2010, facto que contraria a tendência de redução verificada ao longo do quinquénio (com exceção em 2009), traduzida em 45,5 milhares de euros.

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução do Passivo - Fornecedores de imobilizado, c/c

Milhares de Euro

Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2007	
						Valor	%
Fornecedores de imobilizado, c/c	71,5	44,3	76,2	20,7	26,0	-45,5	-63,7%

VI.2.2.2.4. Estado e outros entes públicos

A conta patrimonial em apreço apresenta em 31 de dezembro de 2011 um saldo credor no valor de 75.921,8 milhares de euro, registando um crescimento de 37,3% relativamente a 2010.

A variação verificada deve-se a:

- Registo do valor de 14.903,4 milhares de euro referentes a TSU retidas nas prestações sociais concedidas no âmbito do Fundo de Garantia Salarial, sendo que 10.686,6 milhares de euro são, referentes ao período de 2006 a 2010 e 4.216,8 milhares de euro são referentes a 2011, dando-se assim cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas n.º 55 – PCGE/2010.
- Retenções efetuadas no mês de dezembro de 2011, cujo pagamento é efetuado no decurso do mês de janeiro seguinte, conforme procedimento legal instituído

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro
Estado e outros entes públicos
2010/2011

Milhares de euro

Rubricas	2010		2011		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Valor	%
Retenção de impostos sobre rendimentos	53.129,0	96,1%	59.151,4	77,9%	6.022,4	11,3%
Imposto sobre valor acrescentado	0,0	0,0%	53,2	0,1%	53,2	
Imposto de selo	2,7	0,0%	4,8	0,0%	2,2	80,0%
Contribuições para a segurança social	2.180,8	3,9%	16.712,4	22,0%	14.531,6	666,3%
Total	55.312,5	100,0%	75.921,8	100,0%	20.609,3	37,3%

Em 2011, o saldo desta conta contempla valores relativos a:

- Retenção de impostos sobre rendimentos, sendo que 56.710,9 milhares de euro respeitam à retenção do IRS em pensões, 2.185,4 milhares de euro relativos à retenção do IRS de trabalho dependente e 255,1 milhares de euro da retenção de IRS de trabalho independente, de rendimentos prediais e de outras retenções sobre rendimentos;
- Imposto de selo, no montante de 4,8 milhares de euro;

- Contribuições para a Segurança Social, sendo que 13,6 milhares de euro respeitam à ADSE, 1.313,0 milhares de euro à CGA, 15.374,1 milhares de euro à Segurança Social - Regime Geral e 11,7 milhares de euro de outras contribuições, nomeadamente, dos “ Cofres de Previdência”, do SAMS, do Fundo de pensões, da ADM – Sistema de Assistência na Doença aos Militares, do SAD – Sistema de Assistência na Doença ao Pessoal da PSP e GNR.

Refira-se ainda que no exercício de 2011, à semelhança do procedimento iniciado no ano de 2010, foram eliminadas as operações recíprocas relativas às contribuições a cargo da entidade patronal das instituições inseridas no perímetro de consolidação.

VI.2.2.5. Prestações sociais a pagar

As prestações sociais a pagar em 31 de dezembro de 2011 representam 1,0% do total das responsabilidades do sistema.

Os quadros seguintes refletem a evolução no biénio 2010/2011 da rubrica prestações sociais a pagar, o primeiro por natureza, seguindo-se a desagregação por instituições.

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro Evolução das prestações sociais a pagar

Milhares de euro

	2010	2011	Variação	
			Valor	%
Subsistema de Solidariedade (1)	4.879,5	2.525,1	-2.354,5	-48,3%
RMG	61,7	92,1	30,4	49,2%
Pensões	11,5	2,0	-9,5	-82,5%
Complementos sociais	137,1	138,0	0,9	0,6%
ASIC	4,4	0,0	-4,4	-100,0%
RSI	77,3	96,7	19,4	25,2%
Outros	4.587,5	2.196,2	-2.391,3	-52,1%
Subsistema de Ação Social(2)	287,4	345,7	58,3	20,3%
Ação Social	287,4	345,7	58,3	20,3%
Subsistema de Proteção Familiar (3)	912,3	1.041,9	129,7	14,2%
Subsidio Familiar/Abono Família	394,0	442,9	48,9	12,4%
Outros	8,2	7,8	-0,4	-5,0%
Deficiencia	334,3	429,6	95,3	28,5%
Dependencia	0,7	1,4	0,6	88,1%
Outras	175,0	160,2	-14,7	-8,4%
Sistema Previdencial (4)	8.522,2	7.246,6	-1.275,6	-15,0%
Doença/Maternidade/Paternidade/Adoção	3.273,6	4.635,4	1.361,8	41,6%
Desemprego	5.101,6	2.116,5	-2.985,1	-58,5%
Pensões	6,0	55,8	49,8	833,4%
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,0	104,5	104,5	
Outros	141,0	334,4	193,4	137,2%
Sistemas Complementares (5)	0,1	0,1	0,0	0,0%
Sistemas Complementares	0,1	0,1	0,0	0,0%
Regimes Especiais (6)	23,0	23,2	0,2	0,7%
Regimes Especiais	23,0	23,2	0,2	0,7%
Total (8)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	14.624,5	11.182,6	-3.441,9	-23,5%

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução das prestações sociais a pagar

Milhares de euro

Instituições	2010		2011		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Valor	%
IGFSS	4,4	0,0%	0,0	0,0%	-4,4	-100,0%
ISS	14.393,6	98,4%	11.003,2	98,4%	-3.390,4	-23,6%
RAM	10,2	0,1%	9,9	0,1%	-0,3	-3,1%
RAA	216,3	1,5%	169,4	1,5%	-46,9	-21,7%
Total	14.624,5	100,0%	11.182,6	100,0%	-3.441,9	-23,5%

Da análise dos quadros anteriores pode concluir-se o seguinte:

- O saldo credor desta conta é de 11.182,6 milhares de euro e apresenta um decréscimo de 23,5% relativamente ao valor registado no final do ano 2010 (14.624,5 milhares de euro).
- No ISS,IP como principal entidade processadora das prestações sociais, 98,4 % do total das prestações sociais a pagar, o valor destas acusa em 31 de dezembro de 2011 uma redução de 23,6% face a igual período de 2010.

O quadro seguinte mostra a evolução das prestações sociais a pagar pelo ISS, IP.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Evolução das prestações sociais a pagar no ISS,IP

Milhares de euro

Designação	2010	2011	Variação	
			Valor	%
Subsistema de Solidariedade (1)	4.785,3	2.456,3	-2.329,1	-48,7%
RMG	61,7	92,1	30,4	49,4%
Pensões	0,0	2,0	2,0	
Complementos sociais	132,3	129,5	-2,7	-2,1%
RSI	64,5	91,4	27,0	41,8%
Outros	4.526,9	2.141,1	-2.385,8	-52,7%
Subsistema de Ação Social(2)	287,4	345,7	58,3	20,3%
Ação Social	287,4	345,7	58,3	20,3%
Subsistema de Proteção Familiar (3)	901,0	1.007,1	106,1	11,8%
Subsidio Familiar/Abono Familia	392,2	415,9	23,7	6,0%
Outros	4,9	4,8	-0,1	-2,9%
Deficiencia	329,5	426,2	96,7	29,3%
Outras	174,4	160,2	-14,1	-8,1%
Sistema Previdencial (4)	8.396,7	7.171,1	-1.225,6	-14,6%
Doença/Maternidade/Paternidade/Adoção	3.165,3	4.604,7	1.439,4	45,5%
Desemprego	5.093,8	2.089,6	-3.004,2	-59,0%
Pensões	6,0	55,8	49,8	833,4%
Outros	131,7	421,1	289,4	219,8%
Sistemas Complementares (5)	0,1	0,1	0,0	0,0%
Sistemas Complementares	0,1	0,1	0,0	0,0%
Regimes Especiais (6)	23,0	22,9	-0,1	-0,5%
Regimes Especiais	23,0	22,9	-0,1	-0,5%
Total (8)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	14.393,6	11.003,2	-3.390,4	-23,6%

Da análise do quadro supra constata-se que a maioria das rubricas, no exercício em análise, registam acréscimo, com exceção:

- No Subsistema de Solidariedade, os Complementos sociais com (-)2,1% e Outros (incluindo nomeadamente Subsídio Social de Desemprego que acusa uma variação de (-)59,0 %) com (-)52,7%,
- No Subsistema de proteção Familiar, os Outros (designadamente Subsídio de Funeral) com (-)2,9% e Outras (-)8,1%,
- No Sistema Previdencial, as prestações de desemprego (-)59,0%
- Nos Regimes especiais (-)0,5%.

De entre os aumentos percentuais registados salientam-se o RMG (+)49,4% e o RSI (+)41,8% do Subsistema de Solidariedade e a rubrica de Doença/Maternidade/Paternidade/Adoção (+)45,5% do Sistema Previdencial.

A nível da variação absoluta os maiores aumentos verificam-se em Pensões (+) 833,4% e em Outros (+) 219,8% do Sistema Previdencial.

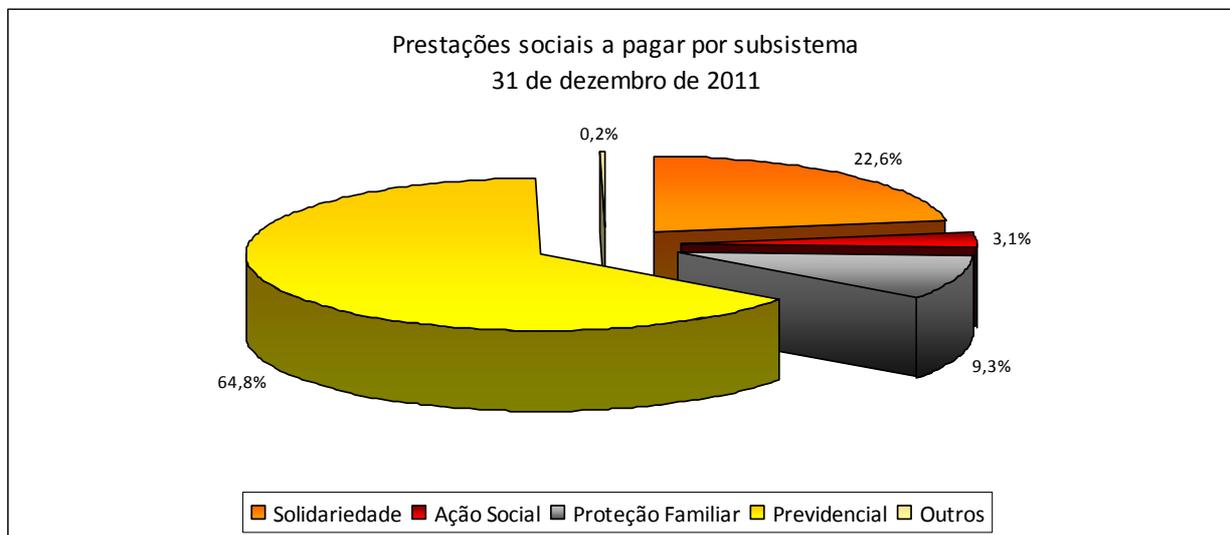
A Região Autónoma dos Açores detém um peso relativo de 1,5% das prestações sociais a pagar, registando um decréscimo de (-) 46,9% no biénio em análise, decorrente fundamentalmente da descida generalizada das prestações sociais a pagar, com a exceção dos encargos com os complementos sociais (+)76,2% do Subsistema de Solidariedade, Abono de Família (+)1.597,6%, do Subsistema de Proteção Familiar e do Desemprego e Outros encargos no âmbito do Sistema previdencial com um acréscimo percentual de (+)20,1% e (+)8,6% respetivamente, conforme se pode verificar através do quadro:

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro Evolução das prestações sociais a pagar na Região Autónoma dos Açores

Milhares de euro

	2010	2011	Variação	
			Valor	%
Subsistema de Solidariedade (1)	82,9	68,8	-14,1	-17,0%
RMG	0,1	0,0	-0,1	-100,0%
Pensões	11,5	0,0	-11,5	-100,0%
Complementos sociais	4,8	8,5	3,7	76,2%
RSI	7,4	5,3	-2,1	-28,4%
Outros	59,1	55,1	-4,1	-6,9%
Subsistema de Proteção Familiar (2)	10,2	34,8	24,7	242,6%
Subsidio Familiar/Abono Familia	1,6	27,0	25,4	1597,6%
Outros	3,3	3,1	-0,3	-8,0%
Deficiencia	4,5	3,4	-1,1	-24,4%
Dependencia	0,7	1,4	0,6	88,1%
Outras				
Sistema Previdencial (3)	123,3	65,5	-57,7	-46,8%
Doença/Maternidade/Paternidade/Adoção	107,2	20,8	-86,4	-80,6%
Desemprego	6,9	26,9	20,1	292,7%
Pensões	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Outros	9,2	17,9	8,6	93,3%
Regimes Especiais (4)	0,0	0,3	0,3	2449,8%
Regimes Especiais	0,0	0,3	0,3	2449,8%
Total (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	216,3	169,4	-46,9	-21,7%

A Região Autónoma da Madeira regista dívidas no final do exercício 2011 no valor de 9,9 milhares de euro que representa apenas 0,1% do total da rubrica de prestações sociais a pagar apresentada em balanço, tendo sofrido um decréscimo relativamente ao exercício de 2010 de (-)3,1 % que corresponde em termos absolutos a (-)0,3 milhares de euro.



O gráfico anterior apresenta em 31 de dezembro de 2011 o peso relativo das prestações sociais a pagar em cada um dos subsistemas/ sistemas no cômputo global das prestações sociais a pagar do Sistema, sendo que:

- ✓ o Sistema Previdencial - Repartição detém a maior parcela das prestações a pagar no final do ano, evidenciando um peso relativo de 64,8%, de entre as quais assumem especial importância as prestações de desemprego e de doença/maternidade/paternidade/adoção representando 18,9% e 41,5% do total desta rubrica;
- ✓ o Subsistema de Solidariedade é responsável por prestações a pagar que representam 22,6% do total, assumindo, no cômputo deste subsistema, maior importância os complementos sociais, CSI, social desemprego e social maternidade e o RSI/RMG, representando 20,9% e 1,7%, respetivamente ;
- ✓ ao Subsistema de Proteção Familiar corresponde um peso relativo de 9,3% das prestações sociais a pagar, sendo as mais significativas as relativas a abono de família a crianças e jovens e bonificação por deficiência, com uma expressão relativa no total de 4,0% e 3,8%, respetivamente;
- ✓ o Subsistema de Ação Social é responsável por 3,1% do valor das prestações sociais a pagar;

VI.2.2.6. Outros credores

Incluem-se nesta rubrica as dívidas a pagar relativas ao “Pessoal”, “Sindicatos”, “Consultores, assessores e intermediários” e “Outros credores diversos” onde se incluem as “Prestações Sociais em Prescrição”.

À data de 31 de dezembro de 2011 totalizava o valor de 339.258,1 milhares de euro, representando 29,5 % do total do passivo.

O quadro seguinte mostra a evolução das dívidas a “Outros credores” no período 2007 a 2011.

Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro
Outros Credores

Milhares de euro

	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010		Variação 2011/2007	
						Valor	%	Valor	%
Pessoal	24,1	28,9	2,8	0,8	0,4	-0,4	-46,1%	-23,7	-98,3%
Sindicatos	53,2	51,1	50,5	45,9	37,2	-8,7	-19,0%	-16,0	-30,0%
Consultores, assessores e intermediários	0,0	1,6	0,0	0,0	0,4	0,4		0,4	
Credores diversos	192.238,4	186.885,4	317.870,8	234.352,6	339.220,1	104.867,5	44,7%	146.981,7	76,5%
Total de outros credores	192.315,7	186.966,9	317.924,1	234.399,2	339.258,1	104.858,8	44,7%	146.942,4	76,4%

Face ao saldo credor no valor de 234.399,2 milhares de euro em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica apresenta no final do exercício de 2011 uma variação absoluta de 104.858,8 milhares de euro, traduzindo-se num acréscimo de 44,7%, explicado de forma significativa pelo aumento de 104.867,5 milhares de euro em “Credores diversos”.

Do saldo de conta credores diversos fazem parte nomeadamente as dividas a:

Balanço da Segurança Social em 31 de Dezembro de 2011
Credores Diversos

Milhares de euro

	2010	2011	Variação 2011/2010	
			Valor	%
Outros credores:	234.352,6	339.220,1	104.867,5	44,7%
Credores por prestações sociais em prescrição	60.875,0	58.954,9	-1.920,1	-3,2%
Valores reemb. de países estrangeiros - Doença e Mat.	111.913,5	140.573,3	28.659,8	25,6%
Prestações sociais a pagar p/ conta de Org. Estrangeiros	5.511,9	3.949,0	-1.562,9	-28,4%
Valores pagos pelo ISS ainda não solicitados		4.372,6	4.372,6	
Instituições de Seg. Social Estrangeiras - Benefícios - Pensões de reforma	1.129,5	4.199,7	3.070,2	271,8%
Penhoras	3.272,1	10.549,6	7.277,5	222,4%
SEF val. à guarda - Venda em processo executivo	12.960,2	11.969,3	-990,9	-7,6%
Valores a identificar - TU	8.452,7	9.105,7	653,0	7,7%
Subs. Eventuais c/ suporte no FSS - Inst. s/ fins lucrativos	13.142,8	16.058,9	2.916,1	22,2%
Credores p/ transf. de capital - Part.port.proj. cofinanciados	2.653,1	2.653,1	0,0	0,0%
IGIF – Valores a reembolsar de despesas de saúde CSI	4.344,7	0,0	-4.344,7	
Taxas de justiça	104,5	0,4	-104,2	-99,6%
Títulos Dívida Pública e outros garantidos pelo Estado	518,4	351,4	-166,9	-32,2%
Revalorizações negativas de "Forwards"	0,0	68.036,6	68.036,6	
Outros credores	9.474,1	8.445,5	-1.028,6	-10,9%

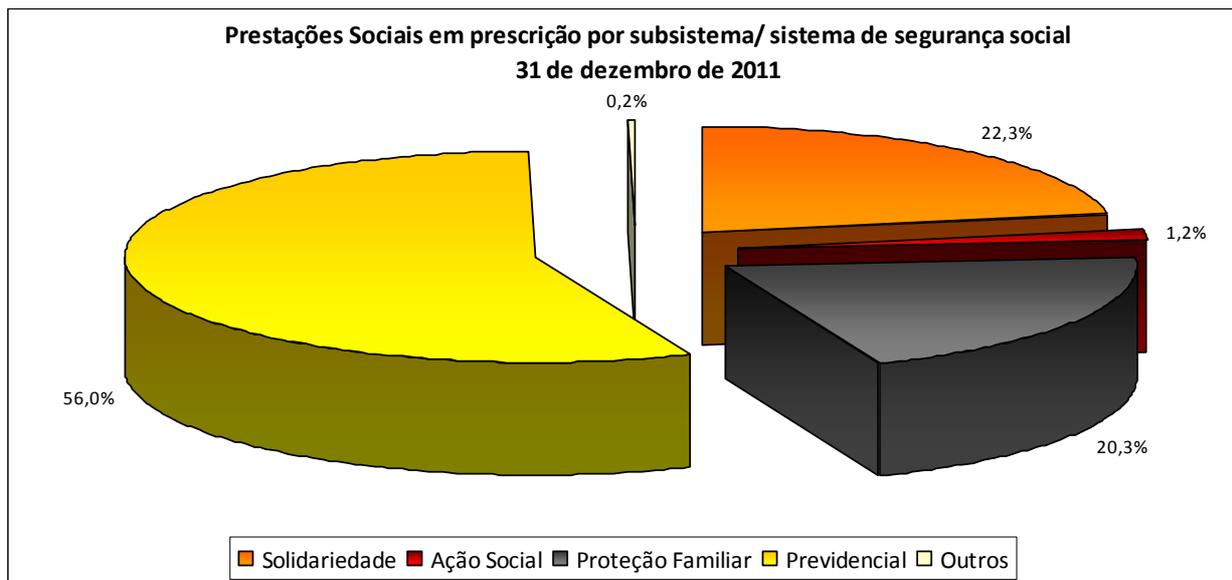
Assim e sobre aqueles refira-se:

- Créditos por prestações sociais em prescrição, 58.954,9 milhares de euro, refletem relativamente a 2010 uma diminuição de (-)3,2%;
- Valores a pagar a países estrangeiros, relevados no ISS, IP, e respeitantes a subsídios de doença e maternidade e outras prestações sociais, 144.522,3 milhares de euro, evidenciam um acréscimo de 23,1% relativamente a 2010, fruto do trabalho desenvolvido por parte do ISS desde janeiro de 2010 com vista ao carregamento de dividas a países estrangeiros;
- “Subs. Eventuais c/ suporte no FSS - IPSS”, compreendem os compromissos assumidos relativos a subsídios por pagar de anos anteriores concedidos a IPSS e subsídios no âmbito da Medida de Apoio à Segurança de Equipamentos Sociais, instituída pela Despacho nº 16790/2008, de 14 de abril e pelas normas orientadoras definidas no Despacho nº 9-I/SESS/2008, no montante de 16.058,9 milhares de

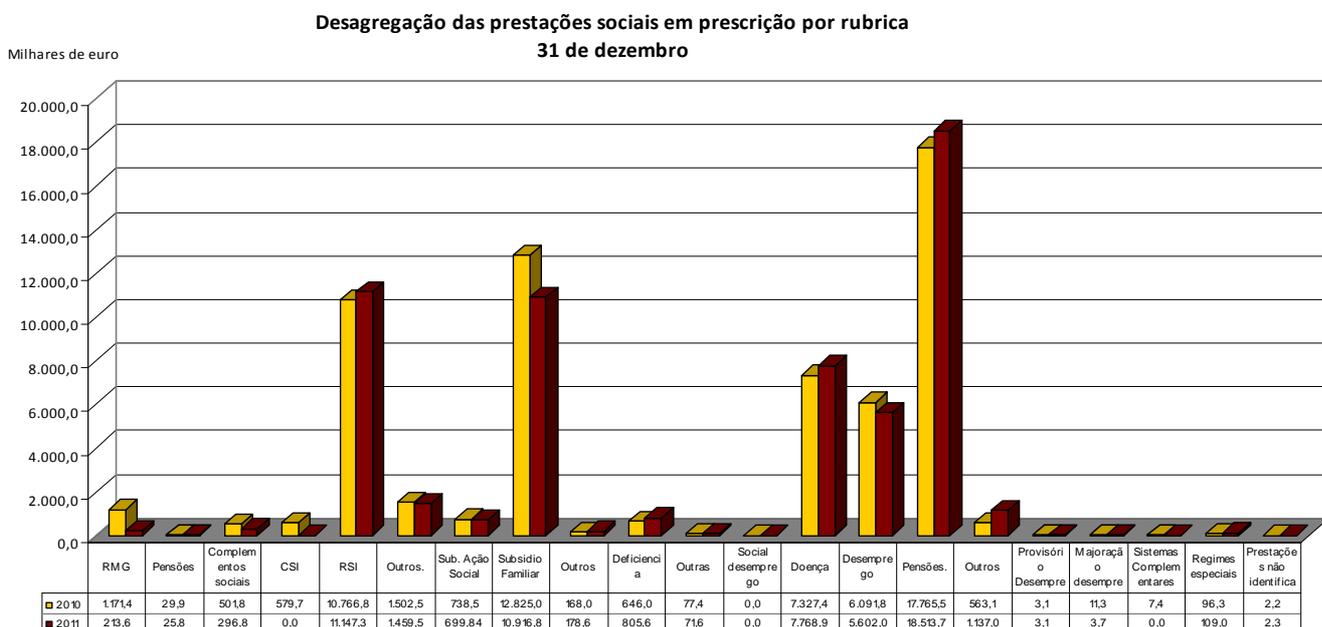
euro, registando-se no final de 2011 um acréscimo de 22,2% em comparação com período homólogo de 2010 (2.916,1 milhares de euro);

- Penhoras de créditos, nomeadamente de contas bancárias, IRS, imóveis, veículos, vencimentos entre outros, no valor de 10.549,6 milhares de euro, evidenciam um crescimento de 222,4%;
- SEF – Valores à guarda, no montante de 11.969.3 milhares de euro, acusa um decréscimo de (-)7,6%, relativamente ao ano de 2010 (990,9 milhares de euro). Nesta rubrica encontram-se registadas as vendas por processo executivo a aguardar graduação de créditos;
- Valores a identificar – TU, incluindo os montantes a pagar a beneficiários, entrados no âmbito da Tesouraria Única e que aguardam identificação por parte do ISS, IP., atinge 9.105,7 milhares de euro, isto é, um incremento de 7,7% face a 2010;
- “Títulos Dívida Pública e outros garantidos pelo Estado” releva 351,4 milhares de euro referentes a operações relativas à aquisição de títulos pelo FEFSS cuja liquidação se efetuou no início do ano seguinte. Esta rubrica regista um decréscimo de 166,9 milhares de euros relativamente a igual período de 2010;
- A “Revalorização negativa de “Forwards”, no montante de 68.036,6 milhares de euro, passou a ser considerada, a partir de 2011, em “outros credores” quando anteriormente era contabilizada em “acréscimos de custos”;
- A rubrica “IGIF – Valores a reembolsar de despesas de saúde. CSI” apresenta o saldo nulo porque foi regularizado por encontro de contas no montante de 4.344,7 milhares de euro, no valor pago em excesso pela ACCS ao longo do período 2008 a 2011, referente aos benefícios adicionais de saúde para beneficiários do complemento solidário da idosos (Dec. Lei nº 252, de 5 de junho), por contrapartida da dívida que o Ministério da Saúde tinha para com o IGFSS no montante de 406,1 milhares de euro e de parte da dívida transferida da Caixa de Previdência dos TLP no montante de 4.126,8 milhares de euro;

Seguidamente apresenta-se um gráfico que ilustra a repartição por subsistema das prestações sociais em prescrição, onde se verifica que a maior fatia está afeta ao sistema previdencial - repartição (56,0%), seguindo-se os subsistemas de solidariedade (22,3%), proteção familiar (20,3%) e de ação social (1,2%). Em outros encontram-se incluídos os regimes especiais que apenas representam 0,2% do total das prestações sociais em prescrição.



Complementarmente, o gráfico seguinte releva a decomposição das prestações sociais em prescrição no biénio 2010/2011 por rubrica, sendo que da sua análise se verifica que:



Em 31 de dezembro de 2011, no cômputo das prestações em prescrição, as relativas a Pensões, Subsidio Familiar, RSI, Doença e Desemprego totalizam 53.974,4 milhares de euro, correspondendo a 91,6% da totalidade de prestações sociais em prescrição, sendo que:

- A parcela mais significativa refere-se a Pensões no âmbito do Sistema Previdencial – Repartição no total de 18.513,7 milhares de euro, isto é, 31,4% do total e denota um acréscimo de 748,2 milhares de euro, isto é, 4,2% em relação a 2010;
- O Abono de Família regista 10.916,8 milhares de euro que, correspondendo a 18,5% do total, regista um decréscimo de 14,9%, quando comparado com período homólogo de 2010;
- O Rendimento Social de Inserção detém 11.147,3 milhares de euro (18,9% do total) registando um acréscimo de 380,5 milhares de euro (+)3,5%;
- A Doença representa 13,2% do total da rubrica e, quando comparada com o exercício anterior, cresce 6,0%, ou seja, 441,5 milhares de euro;
- O Subsídio de Desemprego, com um peso relativo de 9,5% do total, sofre uma contração de (-) 489,8 milhares de euro correspondendo a (-)8,0% .

Ainda, no quadro seguinte, apresenta-se a desagregação por instituições e por anos, no período de 2007 a 2011, da rubrica de prestações sociais em prescrição.

Decomposição de Prestações Sociais em Prescrição no período de 2011/2007
Balanço em 31 de dezembro

Instituição	2007		2008		2009		2010		2011		Variação 2011/2007	
	Valor	%	Valor	%								
ISS	56.426,0	97,4%	55.937,1	97,1%	54.686,3	97,1%	59.323,3	97,5%	57.556,6	97,6%	1.130,6	2,0%
Bancários	11,6	0,0%	11,5	0,0%	11,9	0,0%	11,7	0,0%	11,5	0,0%	-0,1	-0,6%
Jornalistas	16,5	0,0%	20,6	0,0%	19,7	0,0%	16,6	0,0%	14,9	0,0%	-1,5	-9,4%
RAM	1.064,6	1,8%	1.108,9	1,9%	1.021,5	1,8%	901,3	1,5%	792,2	1,3%	-272,3	-25,6%
RAA	419,2	0,7%	536,4	0,9%	566,3	1,0%	622,1	1,0%	579,6	1,0%	160,4	38,3%
	57.937,9	100,0%	57.614,5	100,0%	56.305,7	100,0%	60.875,0	100,0%	58.954,9	100,0%	1.017,0	1,8%

Da análise do quadro anterior pode verificar-se que em 31 de dezembro de 2011:

- 97,6% encontram-se registados no ISS,IP, acusando um aumento de 2,0% entre 2007 e 2011;
- 1,3%, na Região Autónoma da Madeira, registando um decréscimo de (-)25,6% no quinquénio 2007/2011;
- A Região Autónoma dos Açores detém 1,0 % e regista um acréscimo de 38,3% no período compreendido entre 2007 e 2011.

VI.2.2.3. Acréscimos e diferimentos

VI.2.2.3.1. Acréscimos de custos

Esta conta apresenta, em 31 de dezembro de 2011, um saldo de 23.830,4 milhares de euro, o que representa um decréscimo de (-)75,9% relativamente ao ano anterior. No quadro que se segue é apresentada a decomposição, por tipo de valores a liquidar.

Acréscimos de custos
Balço da Segurança Social em 31 de dezembro

Designação	2010		2011		Variação 2011/2010	
	Valor	Peso relativo	Valor	Peso relativo	Valor	%
Seguros a liquidar	14,0	0,0%	0,0	0,0%	-14,0	-100,0%
Remunerações a liquidar	40.607,9	41,1%	21.986,3	92,3%	-18.621,5	-45,9%
Outras rubricas de acréscimos de custos	58.236,5	58,9%	1.844,1	7,7%	-56.392,5	-96,8%
Total de acréscimos de custos	98.858,4	100,0%	23.830,4	100,0%	-75.028,0	-75,9%

Milhares de euro

Relativamente ao quadro conclui-se que:

- A maior fatia do saldo de 23.830,4 milhares de euro, apresentado na conta de Acréscimos de custos, respeita a “Remunerações liquidar”, com um peso relativo de 92,3% a que correspondem 21.986,3 milhares de euro, designadamente as relativas ao direito a férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais. O decréscimo de (-)45,9%, correspondendo a (-)18.621,5 milhares de euro decorre, nomeadamente, da aplicação do disposto no artigo 21º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE de 2012).
- A rubrica “Outros acréscimos de custos”, com um peso de 7,7%, regista um decréscimo de (-) 56.392,5 milhares de euro, isto é, (-)96,8%, face a 2010. A relevação contabilísticas dos forwards até 2010 encontrava-se na rubrica de “Acréscimos e diferimentos”, na conta “271 – Acréscimos de proveitos” as revalorizações positivas e na conta “273 – Acréscimos de custos” as revalorizações negativas. Em 2011 os valores apresentados encontram-se registados contabilisticamente na rubrica “15 – Títulos negociáveis”, no que respeita aos valores de revalorização positivas e na rubrica “Outros credores no que respeita às revalorizações negativas.

VI.2.2.3.2. Proveitos diferidos

Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica ascendia a 697.285,3 milhares de euro, destacando-se a especialização do exercício referente a “Saldos de programas” com um peso relativo de 59,0% e a referente a ações de formação profissional com uma expressão relativa de 38,6%.

Proveitos diferidos
Balço da Segurança Social em 31 de dezembro

Milhares de euro

Designação	2010		2011		Variação 2011/2010	
	Valor	Peso relativo	Valor	Peso relativo	Valor	%
Juros vincendos	22.339,3	3,4%	12.240,6	1,8%	-10.098,7	-45,2%
Rendas recebidas adiantadamente	276,8	0,0%	147,0	0,0%	-129,8	-46,9%
Ações de formação profissional - FSE *	211.237,3	32,2%	208.345,6	29,9%	-2.891,7	-1,4%
Ações de formação profissional - CPN	0,0	0,0%	60.644,3	8,7%	60.644,3	
Subsídios para investimentos	1.413,7	0,2%	1.349,9	0,2%	-63,9	-4,5%
Saldos de Programas	416.845,2	63,6%	411.127,1	59,0%	-5.718,2	-1,4%
Diferenças de câmbio favoráveis	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	
Outros proveitos diferidos	3.475,2	0,5%	3.430,8	0,5%	-44,4	-1,3%
Total de proveitos diferidos	655.587,5	100,0%	697.285,3	100,0%	41.697,8	6,4%

* Inclui saldos de programas do FSE

Nesta rubrica, as alterações mais relevantes ocorridas no exercício de 2011 face a 2010 são as seguintes:

- Os juros vincendos, respeitantes a dívidas de contribuintes objeto de celebração de acordos com a Segurança Social ascendem a 12.240,6 milhares de euro, representando um decréscimo de 45,2% face a 2010, motivado pela regularização contabilística ocorrida no ano anterior aos valores registados em anos findos provocada por erro de parametrização do interface GC-SIF influenciando indevidamente esta rubrica pelos recebimentos das prestações de acordos.
- As rendas recebidas adiantadamente, valor de 147,0 milhares de euro, apresentam um decréscimo de 46,9% em relação a 2010;
- O saldo das ações de formação profissional (QREN-FSE na componente do POPH - Programa Operacional de Potencial Humano e do POAT - Programa Operacional de Assistência Técnica) ascende a 268.990,0 milhares de euro (208.345,6 milhares de euro com suporte no FSE e 60.644,3 milhares com suporte no OE), correspondendo no seu conjunto a uma variação percentual de 27,3% relativamente ao ano anterior;

De salientar ainda que, em 2011, foi relevada contabilisticamente, na rubrica "Ações de formação profissional-CPN", a parcela das transferências do Orçamento de Estado ainda não aplicada no financiamento de despesa, cujos montantes ascendem a 1.591,9 milhares de euro e 59.052,5 milhares de euro no que se refere ao QREN e a Outros Quadros Comunitários, respetivamente.

- Os subsídios para investimentos, que respeitam a subsídios/transferências associados aos ativos, totalizam 1.349,9 milhares de euro e repartem-se da seguinte forma:

Balço da Segurança Social em 31 de dezembro
Subsídios para investimentos

Milhares de euro

Designação	2011	
	Valor	Peso relativo
Subsídios para investimentos	1.349,9	0,2%
PIDDAC - OE	1.100,5	0,2%
FEDER	249,4	0,0%

- Os outros proveitos diferidos cifrando-se nos 3.430,8 milhares de euro, respeitam a obras de conservação e reparação em edifícios próprios, arrendados ou cedidos que estejam sujeitos a deprecimento.

Face ao peso relativo, 59,0%, da rubrica “SalDOS dos programas” na conta de Proveitos diferidos, no quadro que se segue, é apresentada a decomposição do valor total registado em 31 de dezembro de 2011 e a respetiva comparação com a posição em 31 de dezembro de 2010:

Proveitos diferidos em 31 de dezembro
SalDOS de programas - IGFSS, IP
2010/2011

Proveitos diferidos em 31 de Dezembro	2010		2011		Δ 2011/2010	
	Valor	Peso relativo	Valor	Peso relativo	Valor	%
Euromilhões - Programa de apoio a pessoas idosas e com deficiência	68.438,7	16,4%	67.558,3	16,4%	-880,4	-1,3%
Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-escolar	3.904,9	0,9%	12.179,7	3,0%	8.274,8	211,9%
Outras receitas - jogos sociais – D.L. n.º 56/2006	330.904,0	79,4%	315.415,2	76,7%	-15.488,9	-4,7%
Desenvolvimento de programas, medidas e projectos de apoio (Acção Social) – a) do n.º 5 do art. 3º	150.143,0	36,0%	151.905,0	36,9%	1.762,0	1,2%
Apoio a IPSS para acção social - FSS c)	56.569,1	13,6%	65.894,4	16,0%	9.325,4	16,5%
Combate à pobreza e exclusão social e)	44.173,1	10,6%	50.814,8	12,4%	6.641,8	15,0%
Projetos especiais de apoio a crianças carenciadas e em risco - Ser Criança f)	44.795,4	10,7%	34.000,3	8,3%	-10.795,1	-24,1%
Projetos e ações de auxílio a idosos carenciados - PAII g)	28.865,9	6,9%	5.566,6	1,4%	-23.299,2	-80,7%
Medidas e projetos de apoio à família e à criança - PAFAC i)	6.357,8	1,5%	7.234,0	1,8%	876,3	13,8%
Subsídio de renda -(Financiado pelo MAOTDR*)	0	0,0%	1.909,3	0,5%	1.909,3	0,7%
FEDER -QCA II	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Ações de formação profissional - CPN - Rendimentos	1.132,5	0,3%	1.508,1	0,4%	375,6	33,2%
PIDDAC - OE	12.465,0	3,0%	12.556,4	3,1%	91,4	0,7%
Total SalDOS de Programas	416.845,2	100,0%	411.127,1	100,0%	-5.718,2	-1,4%

* Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Da análise do quadro supra, verifica-se que:

- Em 2011, o saldo do Euromilhões - Programa de apoio a pessoas idosas e com deficiência, registou uma contração de 1,3%, face a 2010, resultante da aplicação de 880,4 milhares de euro no financiamento de benfeitorias em habitações de renda social;
- O saldo de “Outras receitas - jogos sociais”, decresceu 15.488,9 milhares de euro. Para a variação contribuíram a diminuição registada no saldo relativo ao programa Ser Criança enquadrados na alínea f) (-)10.795,1 milhares de euro, ao projetos de auxílio a idosos carenciados e em risco, referentes a ações de acolhimento e apoio domiciliário e subsídios a lares sem fins lucrativos (despachos do SESS de 10 de novembro de 2011, 05 de dezembro de 2011 e 21 de dezembro de 2011), inseridos na alínea g), com (-)23.299,2 milhares de euro e o aumento registado no apoio a IPSS para ação social (9.325,4 milhares de euro), combate à pobreza e exclusão social (6.641,8 milhares de euro) e o desenvolvimento de programas enquadrados na alínea a) (1.762,0 milhares de euro);
- O Subsídio de renda, financiado pelo Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional ascende, em 31 de dezembro de 2011, a 1.909,3 milhares. O apuramento do saldo desta conta vai ao encontro da recomendação nº 65-PCGE/2010 do Tribunal de Contas e corresponde ao valor das transferências recebidas daquele Ministério e não aplicado no financiamento de despesa.

VI.2.3. Composição dos Fundos Próprios

Através dos quadros seguintes é apresentada a evolução das rubricas que compõem os fundos próprios, no período de 2007 a 2011:

Fundos Próprios
2007-2011

Milhares de euro

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011	
	Valor (1)	% (2)	Valor (3)	% (4)	Valor (5)	% (6)	Valor (7)	% (8)	Valor (9)	% (10)
Património	9.701.676,1	89,2%	8.904.692,5	76,5%	9.602.543,6	78,0%	10.670.047,5	82,9%	10.903.081,2	74,4%
Cedência de Ativos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(566,0)	0,0%	(566,0)	0,0%
Ajustamento de partes de capital em empresas	229,5	0,0%	229,5	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Reservas de reavaliação	7.354,4	0,1%	2.642,3	0,0%	2.642,3	0,0%	1.092,1	0,0%	0,0	0,0%
Reservas:	1.076.816,7	9,9%	1.080.837,1	9,3%	1.079.914,7	8,8%	1.071.498,5	8,3%	1.065.371,0	7,3%
Reservas legais	1.001.537,5	9,2%	1.005.102,7	8,6%	1.004.179,3	8,2%	1.003.763,0	7,8%	1.003.806,4	6,8%
Reservas estatutárias	75.029,3	0,7%	75.029,3	0,6%	75.029,3	0,6%	66.962,0	0,5%	60.791,1	0,4%
Doações	151,2	0,0%	153,7	0,0%	154,8	0,0%	222,2	0,0%	222,2	0,0%
Reservas decorrentes da transferencia de ativos	98,7	0,0%	551,3	0,0%	551,3	0,0%	551,3	0,0%	551,3	0,0%
Resultados transitados	(1.386.468,5)	-12,8%	(1.037.996,4)	-8,9%	962.254,1	7,8%	(102.522,9)	-0,8%	2.574.232,3	17,6%
Resultado líquido do exercício	1.471.273,3	13,5%	2.687.780,5	23,1%	664.753,8	5,4%	1.231.540,9	9,6%	112.885,3	0,8%
Total dos Fundos Próprios	10.870.881,6	100,0%	11.638.185,6	100,0%	12.312.108,5	100,0%	12.871.090,1	100,0%	14.655.003,8	100,0%

Varição dos Fundos Próprios

Milhares de euro

Rubricas	Variação 2008/2007		Variação 2009/2008		Variação 2010/2009		Variação 2011/2010		Variação 2011/2007	
	Valor (11)=(3)-(1)	% (12)=(11)/(1)	Valor (13)=(5)-(3)	% (14)=(13)/(3)	Valor (15)=(7)-(5)	% (16)=(15)/(5)	Valor (17)=(9)-(7)	% (18)=(17)/(7)	Valor (19)=(9)-(1)	% (20)=(19)/(1)
Património	(796.983,6)	-8,2%	697.851,1	7,8%	1.067.503,8	11,1%	233.033,7	2,2%	1.201.405,0	12,4%
Cedência de Ativos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(566,0)	0,0%	0,0	0,0%	(566,0)	0,0%
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,0	0,0%	-229,5	-100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(229,5)	-100,0%
Reservas de reavaliação	-4.712,1	-64,1%	0,0	0,0%	-1.550,2	-58,7%	(1.092,1)	-100,0%	(7.354,4)	-100,0%
Reservas:	4.020,4	0,4%	(922,4)	-0,1%	(8.416,2)	-0,8%	(6.127,5)	-0,6%	(11.445,7)	-1,1%
Reservas legais	3.565,2	0,4%	(923,5)	-0,1%	(416,3)	0,0%	43,4	0,0%	2.268,9	0,2%
Reservas estatutárias	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(8.067,4)	-10,8%	(6.170,9)	-9,2%	(14.238,3)	-19,0%
Doações	2,5	1,7%	1,1	0,7%	67,4	43,6%	0,0	0,0%	71,1	47,0%
Reservas decorrentes da transferencia de ativos	452,6	458,6%	(0,0)	0,0%	(0,0)	0,0%	0,0	0,0%	452,6	458,6%
Resultados transitados	348.472,1	-25,1%	2.000.250,5	-192,7%	(1.064.777,0)	-110,7%	2.676.755,2	-2610,9%	3.960.700,8	-285,7%
Resultado líquido do exercício	1.216.507,2	82,7%	(2.023.026,7)	-75,3%	566.787,1	85,3%	(1.118.655,6)	-90,8%	(1.358.388,0)	-92,3%
Total dos Fundos Próprios	767.304,0	7,1%	673.922,9	5,8%	558.981,6	4,5%	1.783.913,8	13,9%	3.784.122,3	34,8%

Da análise dos quadros supra conclui-se o seguinte:

- O valor total dos Fundos Próprios tem registado sucessivos aumentos anuais;
- Em 31 de dezembro de 2011, o cômputo dos elementos patrimoniais que compõem os fundos próprios cifrou-se em 14.655.003,8 milhares de euro, correspondendo-lhe um acréscimo de 1.783.913,8 milhares de euro (13,9%), relativamente ao valor registado no final de 2010 (12.871.090,1 milhares de euro).

Seguidamente apresenta-se uma análise detalhada dos elementos patrimoniais que compõem os fundos próprios:

VI.2.3.1. Património

A rubrica património da segurança social constitui a componente predominante dos fundos próprios do balanço consolidado. Esta rubrica apresenta, em 31 de dezembro de 2011, um saldo credor no valor de 10.903.081,2 milhares de euro, correspondente a cerca de 74,4% do total dos Fundos Próprios.

Para o referido valor concorre o FEFSS com 9.421.005,6 milhares de euro, o IGFSS com 1.477.598,0 milhares de euro e o FSS com 4.477,6 mil de euro, conforme a seguir se indica:

Distribuição do património por instituições
Balço em 31 de dezembro de 2011

Instituições	2010	2011	Variação	
			Valor	%
IGFSS	1.477.598,0	1.477.598,0	0,0	0,0%
FEFSS	9.187.971,8	9.421.005,6	233.033,7	2,5%
FSS	4.477,6	4.477,6	0,0	0,0%
TOTAL	10.670.047,5	10.903.081,2	233.033,7	2,2%

Relativamente ao saldo da rubrica “Património” acresce ainda referir o seguinte:

Relativamente ao acréscimo de 2,5% registado no FEFSS no período 2010/2011, aquele fica a dever-se aos movimentos que se passam a expor:

- O valor da conta “património” do FEFSS é incrementado pelas transferências obtidas do IGFSS na data em que as mesmas são creditadas em contas bancárias do FEFSS. A diferença entre o valor do património registado na conta do FEFSS em 31 de dezembro de 2011 (9.718.035,4 milhares de euro) e o valor do património daquele Instituto indicado no quadro acima inserido (9.421.005,6 milhares de euro) no montante de 297.029,8 milhares de euro, corresponde a à verba transferida para o FEFSS no exercício de 2011, que deriva de:

	Milhares de euro
Saldos anuais do Sistema Previdencial-Repatrição	293.007,7
Alienação de imóveis em 2010	337,1
Alienação de imóveis em 2011	3.685,0
Total	297.029,8

O montante da transferência para o FEFSS (297.029,8 milhares de euro) foi anulado em sede de consolidação por contrapartida da correspondente conta de proveitos, de modo a garantir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do setor da segurança social.

Seguidamente apresenta-se um quadro com os movimentos que foram efetuados no património no decorrer do exercício de 2011:

51 - Património
Balço em 31 de dezembro de 2011

Designação	Milhares de euro Valor
Saldo inicial	10.670.047,5
Movimentos do ano:	233.033,7
Transferências do Sistema Previdencial Repatrição para Sistema Previdencial	223.484,6
Capitalização ocorrida em 2010:	
Quotizações dos trabalhadores	0,0
Saldos anuais do Sistema Previdencial-Repatrição	200.000,0
Alienação de imóveis	23.484,6
Divida do FAC(2004 a 2006)	0,0
Transferência do Resultado Líquido do Exercício do FEFSS	9.549,1
Saldo final	10.903.081,2

VI.2.3.2. Cedência de Ativos

No Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2007 o Tribunal de Contas considerou que o POCISSSS era omissivo quanto à contabilização das doações a entidades externas à Segurança Social, tendo-se obtido da *Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública* o seguinte parecer:

“No caso em apreço somos de parecer que não deve ser utilizada a conta 577 “Reservas decorrentes da transferência de ativos” porque, o seu âmbito respeita a operações em que a entidade se apresenta como beneficiária e neste caso a entidade assume a qualidade de cedente dos bens.

A cedência gratuita de bens do imobilizado a outras entidades representa uma operação que se enquadra no âmbito da conta 51 “Património”.

Contudo, por razões informativas e para evitar reduções diretas no “Património”, não se recomenda a utilização da referida conta, pelo que, considerando o princípio da transparência sugere-se a criação de uma conta 52 “Cedência de Ativos”.

Decorrente do parecer da Comissão Executiva da CNCAP, a cedência gratuita de bens do imobilizado a entidades não compreendidas no perímetro de consolidação da Segurança Social, apresentava em 31 de dezembro de 2011 um saldo credor de 566.0 milhares de euro, não tendo sofrido alterações relativamente ao mesmo período do ano passado.

VI.2.3.3. Ajustamentos de partes de capital em empresas

A Orientação n.º 1/2010 - “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, que integra a Portaria 474/2010, de 1 de julho, prevê no seu ponto 5.5, o seguinte:

“5.5 — Exclusões de consolidação

Uma entidade pode ser excluída da consolidação quando não seja materialmente relevante para o objetivo da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo público.”

O impacto da inclusão da Farmácia Anexa à “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência” não é materialmente relevante para as contas consolidadas da Segurança Social, tendo-se optado pela sua exclusão do perímetro o que originou um decréscimo nesta rubrica de 229,5 milhares de euro no decurso do exercício de 2009, não tendo sofrido alteração no exercício de 2011.

VI.2.3.4. Reservas de reavaliação

O saldo credor desta conta em 31 de dezembro de 2011 apresenta um valor nulo, tendo sofrido um decréscimo total relativamente ao período homólogo de 2010.

Este saldo regista-se no FEFSS que conforme previsto na política contabilística do FEFSS relativa a investimentos em imóveis, procedendo à avaliação do Edifício Ciência I do Taguspark anulou a totalidade da reserva de reavaliação constituída em anos anteriores para aquele edifício (1.092,1 milhares de euro).

O detalhe dos investimentos em imóveis e correspondente reversão da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2011 pode ser detalhado como segue:



Milhares de euro

Descrição	Valor custo aquisição	Reavaliação	Reversão	Perdas/Ganhos	Valor contabilístico reavaliado 31-12-2011	Valor contabilístico reavaliado 31-12-2010
Hospital de Cascais	8.212,4	0,0	-1.092,1	-1.754,3	5.366,0	8.212,4
Tagus Park	14.478,2	0,0	0,0	0,0	14.478,2	14.478,2
Total	22.690,6	0,0	-1.092,1	-1.754,3	19.844,2	22.690,6

A avaliação do edifício do Taguspark corresponde à média simples das avaliações realizadas por dois peritos independentes e foi realizada em 2010.

Durante o ano 2011 o IGFCSS procedeu à avaliação do Edifício do Hospital de Cascais, tendo utilizado a média simples das avaliações de dois peritos independentes, o que originou uma imparidade de 2.846.374,5 Euros.

As avaliações efetuadas ao Hospital de Cascais podem ser resumidas como se segue:

Valor do imóvel	Avaliador 1 - UON		Avaliador 2 - Worx	
	Método comparativo	Método rendimento	Método do discounted cash flow	Método Rendimento
		5.349,0	5.383,0	5.240,4
Valor de mercado do imóvel	5.349,0		5.383,0	

O valor aprovado pelo Conselho Diretivo do IGFCSS corresponde à média dos valores de mercado reportados pelos dois avaliadores independentes, ou seja, 5.365.996,5 Euros.

As avaliações efetuadas relativamente ao Taguspark estão resumidas no quadro seguinte:

Valor do imóvel	Avaliador 1 - CPU		Avaliador 2 - Worx	
	Método comparativo	Método rendimento	Método de custo	Método Rendimento
	12.695,0	13.673,0	13.350,0	15.283,4
Valor de mercado do imóvel	13.673,0		15.283,4	

O valor de mercado corresponde à média dos valores de mercado reportados pelos dois avaliadores.

VI.2.3.5. Reservas

VI.2.3.5.1. Reservas legais

As reservas legais, em 31 de dezembro de 2011, apresentam um saldo credor de 1.003.806,6 milhares de euro, superior 43,4 milhares de euro ao valor registado em 2010, tendo sido afetadas no decurso do exercício de 2011 pelos movimentos decorrentes da incorporação de resultados transitados de 2010 da “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência e da variação ocorrida na Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto, conforme quadro seguinte:

571 - Reservas legais
Balço em 31 de dezembro de 2011

Milhares de euro

Instituições	Valor		Variação 2011/2010	
	2010	2011	Valor abs.	%
IGFSS	487.310,9	487.310,9	0,0	0,0%
ISS	313.066,3	313.066,3	0,0	0,0%
II	31.673,6	31.673,6	0,0	0,0%
Bancários	929,6	929,6	0,0	0,0%
Cimentos	212,3	266,0	53,7	25,3%
EPAL	391,4	391,4	0,0	0,0%
Jornalistas	-21,6	-21,6	0,0	0,0%
TLP	88.660,6	88.650,4	-10,2	47,4%
CRGE	5,1	5,1	0,0	0,0%
FSS	4.680,4	4.680,4	0,0	0,0%
RAM	74.658,1	74.658,1	0,0	0,0%
RAA	2.196,3	2.196,3	0,0	0,0%
TOTAL	1.003.763,0	1.003.806,4	43,4	0,0

Foi também levado a esta conta a exclusão dos resultados líquidos de exercícios anteriores da farmácia dos "Cimentos", no valor de (-) 656,8 milhares de euro, sendo que no quadro seguinte estão resumidos os movimentos ocorridos na "Cimentos" – Federação das Caixas de Previdência.

Movimentos em Reservas Legais ocorridos na "Cimentos" - Federação das Caixas de Previdência

Milhares de euro

Designação	Valor
Saldo inicial	761,3
Movimentos do ano:	-495,3
Transferência do Resultado Transitado de 2010	161,5
Exclusão dos Resultados líquidos de anos anteriores relativos à Farmácia dos "Cimentos"	-656,8
Saldo final	266,0

VI.2.3.5.2. Reservas estatutárias

Nesta rubrica são registadas as reservas que se constituem de acordo com os estatutos das entidades, apresentando, em 31 de dezembro de 2011, um saldo de 60.791,1 milhares de euro, cujo desdobramento por ISS's está indicado no quadro seguinte.

**Evolução das reservas estatutárias
Balço em 31 de dezembro de 2011**

Milhares de euro

Instituições	2010	2011	Variação	
			Valor	%
IGFSS	41.417,6	35.246,7	-6.170,9	-14,9%
B. dos Casinos	25.544,4	25.544,4	0,0	0,0%
TOTAL	66.962,0	60.791,1	-6.170,9	-9,2%

Em 2011 o valor dos Fundos Especiais geridos pelo IGFSS é objeto de revisão de que resulta uma variação nas Reservas conforme quadro abaixo indicado:

Afetação dos saldos de gerência de Fundos especiais de Segurança Social às Reservas estatutárias

Milhares de euro

Fundos Especiais	Reservas em 31/12/2010	Saldo da gerência	Reservas em 31/12/2011
CPP Profissionais de Espectáculos	-43,5	0,0	-43,5
CPP Companhia de TLP	39.246,2	-1.699,1	37.547,1
Ex-CPAF dos Trab. Transportes Coletivos do Porto	359,3	-68,9	290,4
CPP da Companhia Carris Ferro de Lisboa	-26.403,3	-6.713,3	-33.116,6
Ex-Grémio Nacional da Indústria de Fósforos	44,1	0,7	44,8
CP dos Trabalhadores da EPAL	2.336,6	62,5	2.399,1
Soma (1)	15.539,4	-8.418,2	7.121,2
Ex-CSP do Pessoal dos seguros	12.283,3	1.966,5	14.249,8
CSP do Pessoal da Indústria de Lanifícios	6.447,7	113,4	6.561,1
Fundo de Hab. Trabalhadores dos Lanifícios	2,2	0,0	2,2
"Cimentos" - FCP	7.136,5	167,4	7.303,9
Fundo de Invalidez das Caixas	8,5	0,0	8,5
Soma (2)	25.878,2	2.247,3	28.125,5
Total das reservas dos Fundos Especiais	41.417,6	-6.170,9	35.246,7

VI.2.3.5.3. Doações

Esta conta serve de contrapartida às doações de que as instituições de segurança social são beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2011 esta conta apresenta um saldo credor de 222,2 milhares de euro, sendo 97,0% registados no ISS,IP, 1,5% na RAM, 1,2% no IGFSS e 0,2% na RAA.

**Distribuição das doações por instituições
Balço em 31 de dezembro de 2011**

Milhares de euro

Instituições	2010		2011		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Valor	%
IGFSS	2,8	1,2%	2,8	1,2%	0,0	0,0%
ISS	215,6	97,0%	215,6	97,0%	0,0	0,0%
RAM	3,3	1,5%	3,3	1,5%	0,0	0,0%
RAA	0,5	0,2%	0,5	0,2%	0,0	0,0%
TOTAL	222,2	100,0%	222,2	100,0%	0,0	0,0%

No decorrer do exercício em análise, não houve qualquer variação no que se refere às doações. As doações registadas no ISS dizem respeito a diversos bens preciosos, nomeadamente ouro, joias e outros bens, que foram objeto inventariação e de avaliação por parte de um avaliador oficial.

VI.2.3.5.4. Reservas decorrentes da transferência de ativos

Em 31 de dezembro de 2011 esta conta apresenta um saldo credor de 551,3 milhares de euro, não tendo sofrido alterações relativamente ao mesmo período do ano passado.

VI.2.3.6. Resultados transitados

São registados nesta rubrica os resultados líquidos do exercício anterior e as regularizações de grande significado tal como previsto na Diretriz Contabilística n.º 8 da Comissão de Normalização Contabilística. Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Resultados Transitados” apresenta um saldo final devedor de 2.574.232,3 milhares de euro.

No quadro seguinte é apresentada a evolução dos resultados transitados no período 2007/2011, podendo verificar-se que os anos de 2009 e 2011 se apresentam como exceção, passando-se de resultados transitados de natureza devedora no período compreendido entre 2007 e 2008, e novamente em 2010.

Resultados transitados Balanço em 31 de dezembro de 2011

Milhares de euro

Rubrica	2007	2008	2009	2010	2011
Resultados Transitados	-1.386.598,9	-1.037.996,4	962.254,1	-102.522,9	2.574.232,3

Os quadros seguintes referem-se respetivamente à decomposição do saldo da conta de resultados transitados por instituição e à variação ocorrida na conta de resultados transitados:

Movimentos efectuados em Resultados transitados Balanço da Segurança Social em 31 de dezembro de 2011

Milhares de euro

Instituição	Saldo inicial	Transferência do RLE	Apuramento AFP/CPN 2011	Conclusão contrato Titularização	Débitos DOCAPECSA	Correção a juros de acordos vincendos	Regularização de imobilizado	Correção DR's Marconi	Redução de provisões acumuladas	Correção exercícios anteriores	Transferência para reservas	Fundos especiais 2011	Regularização retenções TSU pagas a trabalhadores 2006 a 2010	Exclusão da farmácia da Caixa dos Cimentos em 2010 e 2011	Saldo final
IGFSS	-393.487,8	951.020,8	-59.052,5	950.358,5	62.626,9	8.760,6	229,1	13.469,9	1.328.613,1	-598.089,6		6.170,9			2.269.429,8
Banca dos Casinos	-8.570,2	-2.630,0													-11.200,2
ISS	45.662,0	17.124,9													62.786,8
II	1.497,2	6.373,8													7.870,9
IGFCSS	0,0														0,0
FEFSS															
Bancários	-119,4	2,5													-116,9
Cimentos	53,7	119,4									-161,5			23,2	34,8
EPAL	-347,2	-11,3													-358,5
Jornalistas	307,2	66,9													374,1
TLP	-10,2	6,8									10,2				6,8
CRGE	1,7	0,2													1,5
R. A. Madeira	9.065,5	9.370,8								-22.923,1					-4.486,8
FSS	-31.007,3	8.682,9													-22.324,4
Marconi	-0,2														-0,2
FGS	-826,5	826,5													-10.686,6
R. A. Açores	275.258,8	7.640,2					2,2						-10.686,6		282.901,2
Total	-102.522,9	998.594,1	-59.052,5	950.358,5	62.626,9	8.760,6	231,3	13.469,9	1.328.613,1	-621.012,7	-151,2	6.170,9	-10.686,6	23,2	2.574.232,3

Pela sua relevância assinalam-se os movimentos mais proeminentes que contribuíram para o saldo final da conta “Resultados Transitados”:

- Transferência do Resultado Líquido do exercício de 2010 no montante de 998.594,1 milhares de euro;
- O IGFSS procedeu à anulação de provisões em 2011, em virtude da correção à conta 218 – Dívida de cobrança duvidosa de contribuintes, no montante de 1.328.613,1 milhares de euro, o qual se encontra relevado na conta 592 – Regularizações de grande significado;
- O IGFSS procedeu ao lançamento dos débitos do período de 2002 a novembro de 2007, da Doca Pesca, no montante de 62.626,9 milhares de euro por ter concluído que em GC não se encontravam refletidos os débitos dos contribuintes, relativos ao período mencionado;
- Com a cessão de créditos da Segurança Social para efeitos de titularização, foi integrado no balanço do IGFSS.IP, o montante de 950.358,5 milhares de euro;
- Em 2011, foram registados a débito da conta “592 – Regularizações de grande significado”, o montante de 621.012,7 milhares de euro, correspondendo 598.089,6 milhares de euro ao IGFSS e 22.923,1 milhares ao CSS-RAM, referentes à anulação de débitos de contribuintes relativos a anos anteriores, anulação esta gerada em GC e cujos movimentos contabilísticos tinham sido integrados automaticamente na conta 7977 – Correções relativas a anos anteriores;
- Em 2010, foi corrigido na conta 592 – Regularizações de grande significado, o lançamento contabilístico efetuado em anos anteriores à conta 27411/7953 pela entrada do valor da prestação de acordos, no montante global de 29.515,9 milhares de euro. Em 2011, com a correção da *interface* e a integração da componente devida de juros vincendos, procedeu-se à regularização da conta 7953 por contrapartida da conta 592, relativamente à componente de anos anteriores no montante de 8.760,9 milhares de euro;
- Foi relevado contabilisticamente na conta 274 a parcela das transferências do OE, recebidas para financiamento da CPN das Ações de Formação Profissional cofinanciadas pelo FSE, (nos termos da lei de bases), no âmbito do QREN e Outros Quadros Comunitários e ainda não aplicada no respetivo financiamento da despesa, no montante de 1.591,9 milhares de euro e 59.052,5 milhares de euro, respetivamente. No que se refere aos saldos de outros quadros comunitários, no montante de 59.052,5 milhares de euro, uma vez que o mesmo se refere a saldos de anos anteriores e por outro lado assume relevância material, a sua relevação na conta 274, fez-se por contrapartida da conta 592;
- O IGFSS procedeu ao lançamento dos débitos de contribuições - Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi - no montante global de 13.469,9 milhares de euro, em virtude de ter detetado que 7% das contribuições devidas não se encontravam refletidos em conta-corrente nem lançados manualmente no período de 2002 a 2010;
- Na sequência da recomendação n.º 65 – PCGE/2010, que se passa a citar:
“ O tribunal recomenda que o financiamento do OSS para despesas com subsídio de renda seja efetuado de acordo com as disposições legais aplicáveis.”, foi realizado o apuramento do saldo do subsídio de renda e relevado contabilisticamente na conta 274794 o valor de 1.190,2 milhares de euro;
- A correção, referente a anos anteriores, ao saldo dos Fundos Especiais geridos pelo IGFSS foi levada à conta de “Resultados transitados” a crédito no montante de 6.170,9 milhares de euro;
- No Fundo de Garantia Salarial na conta “592 – Regularizações de grande significado” foi registado o valor de 10.686,6 milhares de euro referente a retenções de TSU efetuadas nas prestações pagas aos trabalhadores pelo FGS no período de 2006 a 2010, dando-se assim cumprimento à recomendação n.º 55 – PCGE/2010 “O Tribunal reitera a recomendação para que as dívidas ao FGS sejam registadas pelos valores líquidos atribuídos aos beneficiários”.

- Transferência da conta de resultados transitados de 2010 para reservas da caixa dos Cimentos a crédito no montante de (-) 161,5 milhares de euro e de da caixa dos TLP a débito, no montante de 10, 2 milhares de euro, totalizando (-) 151,2 milhares de euro.

VI.2.3.7. Resultado líquido do exercício

Em 2011, esta rubrica regista um saldo credor no valor de 112.885,3 milhares de euro, o que representa 0,8% do total dos fundos próprios.

No exercício em análise e relativamente a 2010, verificou-se um decréscimo de (-).1.118.655,6 milhares de euro, que corresponde a (-)90,8%.

No ponto VI.3 – “Demonstração de resultados consolidada” do presente relatório, são apresentados os fatores que concorrem para a formação deste resultado.

VI.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

No exercício económico de 2011, e após as operações de consolidação, o valor total dos proveitos e ganhos ascende a 26.233.296,9 milhares de euro, superior em (+) 112.885,3 milhares de euro, ao total dos custos e perdas que se cifra em 26.120.411,6 milhares de euro, correspondendo a diferença ao saldo credor da conta de resultado líquido do exercício.

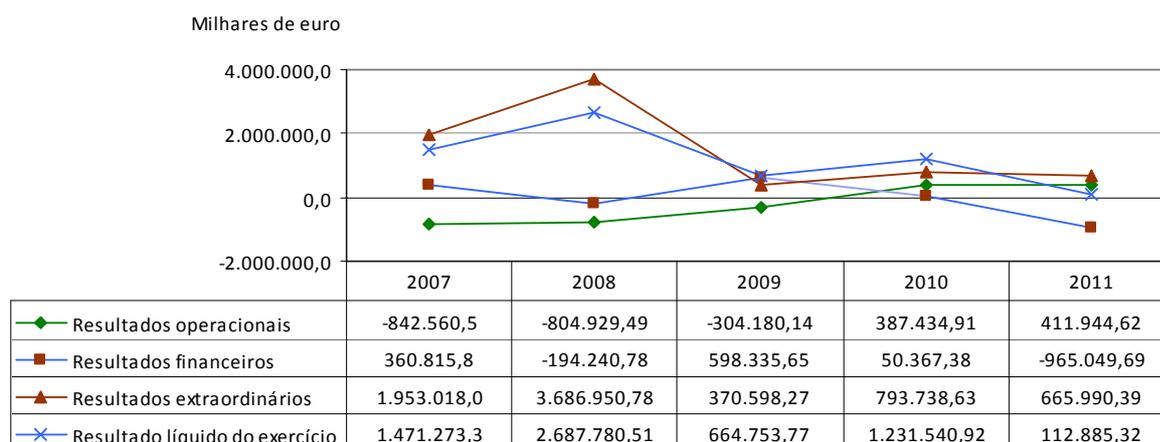
Para o resultado líquido do exercício concorrem os resultados operacionais e extraordinários positivos no montante de 411.944,6 milhares de euro e 665.990,4 milhares de euro respetivamente, sendo ainda o resultado influenciado pela diminuição em (-) 965.049,7 milhares de euro nos resultados financeiros obtidos, conforme se verifica através do quadro a seguir apresentado.

Quadro síntese da demonstração de resultados consolidados do exercício de 2011

Tipo de Resultados	Proveitos e ganhos		Custos e perdas		Milhares de euro
	Valor	%	Valor	%	Resultados
	(1)	(2)	(3)	(4)	Valor
Operacionais	23.708.529,8	90,4%	23.296.585,2	89,2%	411.944,6
Financeiros	1.256.164,9	4,8%	2.221.214,6	8,5%	-965.049,7
Extraordinários	1.268.602,1	4,8%	602.611,7	2,3%	665.990,4
Líquido do exercício	26.233.296,9	100,0%	26.120.411,6	100,0%	112.885,3

O gráfico a seguir apresentado ilustra a influência dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários na evolução dos resultados líquidos no quinquénio 2007/2011.

Demonstração de Resultados Consolidados - 2007/2011



O resultado líquido consolidado¹⁶ foi afetado pelo ajustamento às contas do ISS, IP e II, IP, no montante de (-) 2.037,9 milhares de euro, às Caixas dos Bancários, Cimentos, EPAL, TLP e CRGE no montante de (+) 65, 7 milhares de euro, da correção à conta do FEFSS no montante de (+) 297.029,8 milhares de euro e ainda, pela exclusão da Farmácia Anexa à “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”¹⁷, no montante de 69,8 milhares de euros, e que se apresentam no quadro seguinte:

Quadro - Síntese das correções ao "Resultado líquido"
2011

	<i>Milhares de euro</i>
Resultado Líquido das contas Individuais	-182.102,6
Correção à conta do ISS	-2.034,4
Correção à conta do II	-3,5
Correção à conta dos Bancários	23,8
Correção à conta da Cimentos	9,3
Correção à conta da EPAL	7,3
Correção à conta dos TLP	21,9
Correção à conta da CRGE	3,4
Correção à conta do FEFSS	297.029,8
Exclusão da Farmácia anexa à "Cimentos" - Federação das Caixas de Previdência	-69,8
Resultado Líquido Consolidado	112.885,3

No ano de 2011, deu-se continuidade à exclusão da Farmácia Anexa à “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência” no decorrer do processo de consolidação da Conta da Segurança Social, dando acolhimento a disposições normativas nacionais e internacionais, as quais dispõem a possibilidade de uma entidade poder ser excluída da consolidação, quando não seja materialmente relevante para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da Segurança Social, sobre esta matéria *vide* ponto VI.2.1.2. “Investimentos financeiros”.

Nos pontos seguintes analisa-se a evolução dos proveitos e dos custos no quinquénio 2011/2007, bem como a repartição, por natureza e por instituição, das suas rubricas mais significativas.

¹⁶ Vide descrição mais pormenorizada dos movimentos na Nota nº 49.7 do Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas.

¹⁷ Vide Nota nº 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas

VI.3.1. Resultados Operacionais

Os resultados operacionais consolidados da Segurança Social atingem o montante de (+) 411.944,6 milhares de euro, isto é, um crescimento de 6,3% face ao ano de 2010.

Os quadros seguintes permitem uma leitura mais detalhada das rubricas que compõem a Demonstração de Resultados Operacionais Consolidados e a sua evolução no período de 2007 a 2011.

Demonstração de Resultados Operacionais Consolidados

Evolução % no período de 2007 a 2011

Milhares de euro

RUBRICAS	2007	Peso relativo	2008	Peso relativo	2009	Peso relativo	2010	Peso relativo	2011	Peso relativo
		%		%		%		%		%
Proveitos e ganhos operacionais										
Impostos e taxas	12.792.131,3	65,6%	13.194.231,5	64,8%	14.508.555,4	63,7%	15.175.329,0	62,4%	15.319.157,8	64,6%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6.629.110,7	34,0%	7.075.115,8	34,7%	8.141.183,2	35,8%	9.004.766,2	37,0%	8.235.992,9	34,7%
Outros proveitos e ganhos operacionais	74.758,9	0,4%	95.285,3	0,5%	110.142,9	0,5%	143.489,7	0,6%	153.379,1	0,6%
Total dos proveitos e ganhos operacionais	19.496.001,0	100,0%	20.364.632,7	100,0%	22.759.881,5	100,0%	24.323.584,9	100,0%	23.708.529,8	100,0%
Custos e perdas operacionais										
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	18.455.893,1	90,7%	19.412.752,2	91,7%	21.534.189,0	93,4%	22.508.087,3	94,0%	22.568.561,8	96,9%
Custos com o pessoal	353.252,0	1,7%	352.873,8	1,7%	354.845,6	1,5%	323.717,9	1,4%	272.621,9	1,2%
Fornecimentos e serviços externos	111.599,1	0,5%	117.385,9	0,6%	123.344,6	0,5%	130.026,2	0,5%	103.771,0	0,4%
Provisões do exercício	1.372.218,1	6,7%	1.236.140,4	5,8%	1.020.589,8	4,4%	945.868,4	4,0%	321.451,5	1,4%
Amortizações do exercício	21.977,7	0,1%	19.515,8	0,1%	18.794,5	0,1%	16.171,8	0,1%	17.735,4	0,1%
Outros custos e perdas operacionais	23.621,5	0,1%	30.894,1	0,1%	12.298,2	0,1%	12.278,4	0,1%	12.443,7	0,1%
Total dos custos e perdas operacionais	20.338.561,5	100,0%	21.169.562,2	100,0%	23.064.061,6	100,0%	23.936.150,0	100,0%	23.296.585,2	100,0%
Resultados operacionais	-842.560,5		-804.929,5		-304.180,1		387.434,9		411.944,6	

Demonstração de Resultados Operacionais Consolidados

Evolução % no período de 2007 a 2011

RUBRICAS	Evolução %				
	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2007/2011
Proveitos e ganhos operacionais					
Impostos e taxas	3,1%	10,0%	4,6%	0,9%	19,8%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6,7%	15,1%	10,6%	-8,5%	24,2%
Outros proveitos e ganhos operacionais	27,5%	15,6%	30,3%	6,9%	105,2%
Total dos proveitos e ganhos operacionais	4,5%	11,8%	6,9%	-2,5%	21,6%
Custos e perdas operacionais					
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	5,2%	10,9%	4,5%	0,3%	22,3%
Custos com o pessoal	-0,1%	0,6%	-8,8%	-15,8%	-22,8%
Fornecimentos e serviços externos	5,2%	5,1%	5,4%	-20,2%	-7,0%
Provisões do exercício	-9,9%	-17,4%	-7,3%	-66,0%	-76,6%
Amortizações do exercício	-11,2%	-3,7%	-14,0%	9,7%	-19,3%
Outros custos e perdas operacionais	30,8%	-60,2%	-0,2%	1,3%	-47,3%
Total dos custos e perdas operacionais	4,1%	8,9%	3,8%	-2,7%	14,5%
Resultados operacionais	-4,5%	-62,2%	227,4%	-6,3%	-148,9%

De acordo com o quadro anteriormente exposto, verifica-se que no quinquénio 2007/2011, quer o total de proveitos e ganhos operacionais, quer o total dos custos operacionais apresentam uma evolução positiva de 21,6% e 14,5%, respetivamente.

Relativamente ao conjunto de contas que integram o grupo de “Proveitos e ganhos”, observa-se que os proveitos que financiam a atividade operacional do sistema provêm, essencialmente de “ Impostos e taxas” e de “Transferências e subsídios correntes obtidos”, representando, em 2011, cerca de 64,6% e 34,7% respetivamente.

Da análise evolutiva daqueles proveitos referidos, manifestam no biénio 2011/2010 uma variação relativa de (+) 0,9% e (-) 8,5%, respetivamente (para maior detalhe *vide* pontos VI.3.1.1.1. e VI.3.1.1.2. deste relatório).

No que se refere ao conjunto de contas que integram o grupo de “Custos e perdas”, a rubrica de “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” representa, em 2011, 96,9% da totalidade dos custos operacionais reconhecidos.

Como se observa no quadro supra, a principal rubrica de custos operacionais, “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” regista no biénio de 2011/2010 uma evolução ligeira (+) 0,3% (para maior detalhe *vide* ponto VI.3.1.2.1. do relatório).

O gráfico a seguir ilustra a influência dos resultados operacionais na evolução dos resultados líquidos no quinquénio 2007/2011.

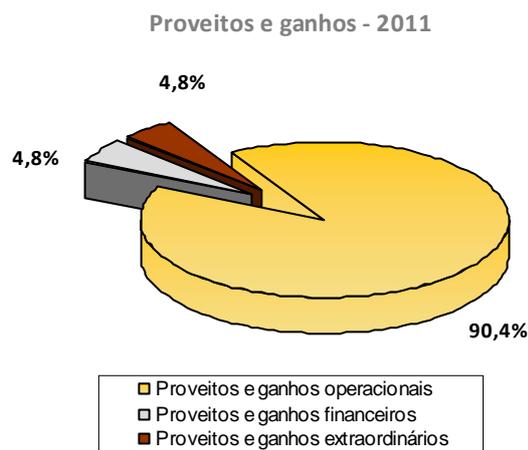
Demonstração de Resultados Consolidados
Resultados Operacionais e Líquidos
2007/2011



Seguidamente é efetuada uma análise mais detalhada dos proveitos e ganhos operacionais registados em 2011.

VI.3.1.1. Proveitos e ganhos operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais obtidos no exercício de 2011, no valor de 23.708.529,8 milhares de euro, representam 90,4% do total dos proveitos reconhecidos naquele exercício, como se pode verificar no gráfico seguinte.



Em 2011, as rubricas “Impostos e taxas” e “Transferências e subsídios correntes obtidos”, representando, respetivamente, 64,6% e 34,7% do total dos proveitos e ganhos operacionais, correspondem, no seu conjunto, a 99,4% daquele total, mantendo, aliás, o perfil identificado em exercícios anteriores.

A rubrica “Impostos e taxas”, com o valor de 15.319.157,8 milhares de euro, regista um acréscimo de (+) 0,9%, relativamente ao valor reconhecido nesta rubrica em 2010 (15.175.329,0 milhares de euro), sendo que para este resultado concorre, nomeadamente:

- a) Entrada em vigor do novo código contributivo para a Segurança Social¹⁸ (a partir de 1 de janeiro) cuja centralidade respeita ao alargamento da base de incidência da receita contributiva;
- b) A revisão das taxas contributivas e do regime aplicável aos trabalhadores independentes;
- c) A integração no Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores do setor bancário¹⁹;
- d) Por fim, as diversas ações desenvolvidas no âmbito dos processos de recuperação da dívida.

No sentido oposto, as “Transferências e subsídios correntes obtidos” registam em 2011 um decréscimo de (-) 8,5% relativamente ao exercício de 2010, sendo que tal comportamento se deve à necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, em resultado das medidas restritivas de consolidação orçamental implementadas.

VI.3.1.1.1. Impostos e Taxas

Merecendo igualmente destaque no conjunto dos “Proveitos e ganhos operacionais”, a rubrica “Impostos e taxas”, registando uma ténue subida relativamente a 2010 de 0,9 p.p, mantém-se, ainda assim, a sua expressão relativa muito próxima dos anos antecessores.

A rubrica de “Impostos e Taxas” inclui essencialmente as contribuições e cotizações declaradas à Segurança Social. O quadro a seguir apresenta desagregado o total desta rubrica, no exercício de 2011, pelas suas componentes:

¹⁸ Lei n.º 110/2009, 16 de setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro. A introdução deste diploma incluiu, entre outros fatores, o impacto do aumento das contribuições relativas aos trabalhadores independentes.

¹⁹ Nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, estabeleceu-se que os trabalhadores bancários, atualmente abrangidos pela Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAEFB), passaram a estar abrangidos pelo regime geral de segurança social para efeitos de proteção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção, e ainda na velhice.

Proveitos Operacionais
 Decomposição de "Impostos e taxas" por instituição e natureza
 2011

Milhares de euro

Rubricas	Instituição	IGFSS	Banca Casinos	ISS	Bancários	RAM	RAA	Total
Contribuições para a Segurança Social		14.028.356,7	864,4			294.645,7	254.348,5	14.578.215,3
Taxas, multas e outros penalidades		15.452,7		6.088,4	1,8	185,4	1.182,8	22.911,1
Reembolsos e restituições						-14,1	1.070,2	1.056,1
Outros		715.190,0		1.785,3				716.975,3
Total		14.758.999,4	864,4	7.873,7	1,8	294.817,0	256.601,5	15.319.157,8

As contribuições e cotizações para a Segurança Social contabilizadas na conta 723 – “ Impostos e taxas - Contribuições para a Segurança Social” em 2011 cifram-se nos 14.578.215,3 milhares de euro, representando 95,2% do total registado em “Impostos e taxas” (15.319.157,8 milhares de euro).

Da análise evolutiva, no biénio 2011/2010, dos proveitos de contribuições desagregados por “Regimes” pode observar-se (*vide* quadro seguinte) que os proveitos reconhecidos no âmbito do Regime de Segurança Social dos Trabalhadores por Conta de Outrem, dos Trabalhadores Independentes e de Inscrição Facultativa acusam acréscimos de (+) 0,8%, (+) 1,3% e (+) 18,7%, respetivamente, enquanto que no Regime Especial a variação foi negativa em (-) 5,3%.

Evolução das Contribuições para a Segurança Social
 Decomposição dos proveitos de contribuições por Regimes
 Biénio 2010/2011

Milhares de euro

Rubricas	Ano 2010	Ano 2011	Evolução 2010/2011	
			valor absoluto	%
Contribuições para a segurança social	14.460.123,0	14.578.215,3	118.092,4	0,8%
Subsistema Previdencial	14.450.010,8	14.568.628,7	118.617,9	0,8%
Regime de seg social trab por conta de outrem	13.635.389,8	13.739.410,4	104.020,7	0,8%
Cotizações dos trabalhadores	4.415.304,8	4.403.809,7	-11.495,2	-0,3%
Contribuições das entidades empregadoras	9.220.085,0	9.335.600,8	115.515,8	1,3%
Regime da seg social trab independentes	792.772,7	803.285,9	10.513,2	1,3%
Regime de seg social de inscrição facultativa	21.848,4	25.932,4	4.084,1	18,7%
Sistema Complementar	0,0	13,2	13,2	
Regimes especiais	10.112,1	9.573,4	-538,7	-5,3%

VI.3.1.1.2. Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Demonstração de Resultados Operacionais
 Transferências e subsídios correntes obtidos
 Anos 2007 a 2011

(Milhares de euro)

rubricas	2007	Peso relativo	2008	Peso relativo	2009	Peso relativo	2010	Peso relativo	2011	Peso relativo
Transferências de Administrações Públicas	6.027.496,8	90,9%	6.519.223,3	92,1%	7.186.293,5	88,3%	7.875.049,0	87,5%	6.897.166,4	83,7%
Transferências correntes do exterior	528.131,5	8,0%	459.119,7	6,5%	783.736,4	9,6%	974.255,5	10,8%	1.153.616,0	14,0%
Transferências obtidas de instituições sem fins lucrativos	73.482,5	1,1%	95.480,2	1,3%	170.544,2	2,1%	154.850,8	1,7%	184.538,9	2,2%
Outras transferências		0,0%	1.292,6	0,0%	609,1	0,0%	610,9	0,0%	671,6	0,0%
Total	6.629.110,7	100,0%	7.075.115,8	100,0%	8.141.183,2	100,0%	9.004.766,2	100,0%	8.235.992,9	100,0%
Δ Total				6,7%		15,1%		10,6%		-8,5%

No quadro supra é apresentada a evolução, no período de 2007 a 2011, dos proveitos de “ Transferências e subsídios correntes obtidos” desdobrado pela respetiva origem, podendo concluir-se, em síntese, que as transferências e subsídios correntes obtidos em 2011 totalizam 8.235.992,9 milhares de euro, dos quais cerca de 99,9% são reconhecidos pelo IGFSS fruto das competências que lhe estão atribuídas no âmbito da gestão e controlo financeiro do sistema.

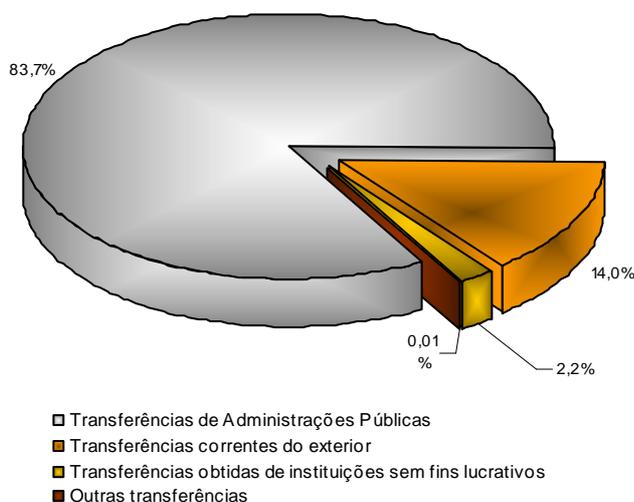
Ainda, da análise àquele quadro, pode observar-se que do total das transferências e subsídios correntes obtidos em 2011, 83,7% (6.897.166,4 milhares de euro), provenientes da Administração Pública com vista ao cofinanciamento do Sistema de Segurança Social, definido nos termos da Lei de Bases n.º 4/2007 de 16 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 367/2007 de 2 de novembro, verificando-se um crescimento médio anual ao longo do quinquénio na ordem dos (+) 24,2%.

Relativamente às transferências correntes do exterior, com origem no FSE, aquelas visam financiar as ações de formação profissional, registando, em 2011, o montante de 1.153.616,0 milhares de euro.

No que concerne às transferências obtidas de instituições sem fins lucrativos, que se encontram consignados a diversos programas de ação social, assumem, em 2011, o valor de 184.538,9 milhares de euro.

O gráfico a seguir inserido ilustra a desagregação das transferências e subsídios correntes obtidos no exercício de 2011.

Transferências e subsídios correntes obtidos - Ano 2011



VI.3.1.1.3. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

O valor total dos “Outros proveitos operacionais” reconhecidos no ano de 2011 atingiu o montante de 153.379,1 milhares de euro e refere-se a “venda e prestações de serviços”, “proveitos suplementares” e “outros proveitos e ganhos operacionais” (*vide* quadro seguinte).

Outros proveitos operacionais
2007/2011

(Milhares de euro)

Rubricas	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Vendas e prestações de serviços	21.151,6	28,3%	24.164,5	25,4%	109.868,8	99,8%	143.119,8	99,7%	152.756,8	99,6%
Proveitos suplementares	80,4	0,1%	211,1	0,2%	137,4	0,1%	81,5	0,1%	16,0	0,0%
Outros proveitos e ganhos operacionais	53.526,9	71,6%	70.909,7	74,4%	136,7	0,1%	288,4	0,2%	606,4	0,4%
Total	74.758,9	100,0%	95.285,3	100,0%	110.142,9	100,0%	143.489,7	100,0%	153.379,1	100,0%
Δ Vendas e prestações de serviços			14,2%		354,7%		30,3%		6,7%	
Δ Proveitos suplementares			162,4%		-34,9%		-40,7%		-80,4%	
Δ Outros proveitos e ganhos operacionais			32,5%		-99,8%		111,0%		110,3%	
Δ Total			27,5%		15,6%		30,3%		6,9%	

A análise do quadro supra permite concluir que a rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” registou uma evolução positiva de (+) 110,3% (+) 318,0 milhares de euro) relativamente a 2010. Para esta evolução contribuiu à semelhança de anos anteriores o aumento da receita proveniente de multas em processos disciplinares, ao abrigo de Decreto-Lei 49408 de 24 de novembro de 1969.

A rubrica “Proveitos suplementares” evidencia um decréscimo de (-) 80,4% em 2011 comparativamente ao ano transato. O valor de 16,0 milhares de euro está contabilizado no IGFSS, refletindo em 2011, e à semelhança do que ocorreu em 2010, a comissão de gestão dos processos de titularização da dívida.

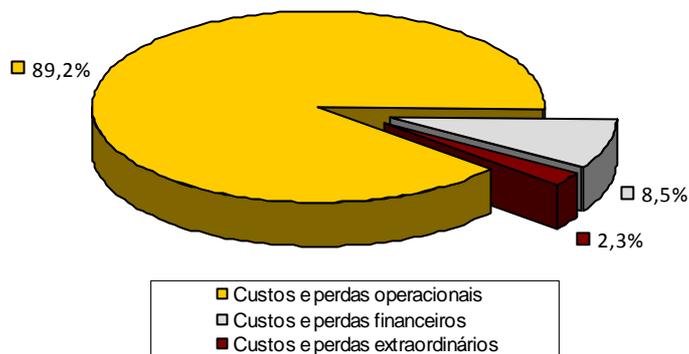
As “Vendas e prestações de serviços”, acusa um acréscimo de (+) 6,7% relativamente a 2010, devendo-se tal à recuperação de créditos pelo Fundo de Garantia Salarial. Nesta rubrica estão incluídos, nomeadamente:

- a) 24,3 milhares de euro, referentes a venda de impressos, registados no ISS;
- b) 116.707,4 milhares de euro, provenientes de planos prestacionais e valores transferidos do produto da massa falida, relativos a 200 empresas e registados no Fundo de Garantia Salarial;
- c) 25.345,3 milhares de euro, contabilizados no IGFSS, referentes à comparticipação por prestação de alimentos devida a menores.

VI.3.1.2. Custos e perdas operacionais

Os custos e perdas operacionais do exercício de 2011, no valor de 23.296.585,2 milhares de euro, correspondem a 89,2% do total dos custos e perdas assumidos naquele exercício.

Custos e perdas - 2011



Do total dos custos e perdas operacionais, o montante de 22.568.561,8 milhares de euro corresponde a “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” (vide quadro seguinte), isto é 86,4% do total de custos e perdas e 96,9% dos custos e perdas operacionais.

Custos e perdas Operacionais
Anos 2007 a 2011

Designação	2007		2008		2009		2010		2011	
	Valor	%								
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	18.455.893,1	90,7%	19.412.752,2	91,7%	21.534.189,0	93,4%	22.508.087,3	94,0%	22.568.561,8	96,9%
Custos com o pessoal	353.252,0	1,7%	352.873,8	1,7%	354.845,6	1,5%	323.717,9	1,4%	272.621,9	1,2%
Fornecimentos e serviços externos	111.599,1	0,5%	117.385,9	0,6%	123.344,6	0,5%	130.026,2	0,5%	103.771,0	0,4%
Provisões do exercício	1.372.218,1	6,7%	1.236.140,4	5,8%	1.020.589,8	4,4%	945.868,4	4,0%	321.451,5	1,4%
Amortizações do exercício	21.977,7	0,1%	19.515,8	0,1%	18.794,5	0,1%	16.171,8	0,1%	17.735,4	0,1%
Outros custos e perdas operacionais	23.621,5	0,1%	30.894,1	0,1%	12.298,2	0,1%	12.278,4	0,1%	12.443,7	0,1%
Total	20.338.561,5	100,0%	21.169.562,2	100,0%	23.064.061,6	100,0%	23.936.150,0	100,0%	23.296.585,2	100,0%

De seguida serão analisadas em detalhe as rubricas que compõem os custos e perdas operacionais.

VI.3.1.2.1. Transferências Correntes Concedidas e Prestações Sociais

No ano 2011 o valor total das “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” (22.568.561,8 milhares de euro) distribuiu-se por “Prestações sociais”, “Transferências correntes concedidas” e “Subsídios correntes concedidos”.

Da análise ao quadro seguinte verifica-se que, em 2011, o valor global das “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” apresenta um crescimento ténue na ordem dos (+) 0,3%, relativamente ao ano anterior (22.508.087,3 milhares de euro), destacando-se o comportamento de:

- “Prestações sociais”, com um peso relativo de 85,1% no valor total das “Transferências correntes concedidas e Prestações Sociais, registando um decréscimo de (-) 0,2% no biénio 2011/2010;
- “Transferências correntes concedidas” com uma representatividade de 11,6%, e um crescimento nominal de 2,3%, para o qual contribuíram as transferências para a Administração Central no âmbito do

financiamento da Formação Profissional (AFP) cofinanciada pelo FSE, no montante de 277.047,3 milhares de euro, a qual apresenta uma variação de 25% relativamente ao ano anterior;

- c) Relativamente aos “Subsídios correntes concedidos” cujo peso relativo é de 3,3% no total, aqueles refletem um acréscimo relativamente ao ano anterior na ordem dos (+) 4,5%, destacando-se o facto de 98,0% destes estarem contabilizados no IGFSS. Os subsídios concedidos no âmbito das ações de formação profissional com suporte no OE e FSE atingem, em 2011 naquela instituição, o montante de 719.726,6 milhares de euro, um decréscimo de 25.921,2 milhares de euro, relativamente a 2010.

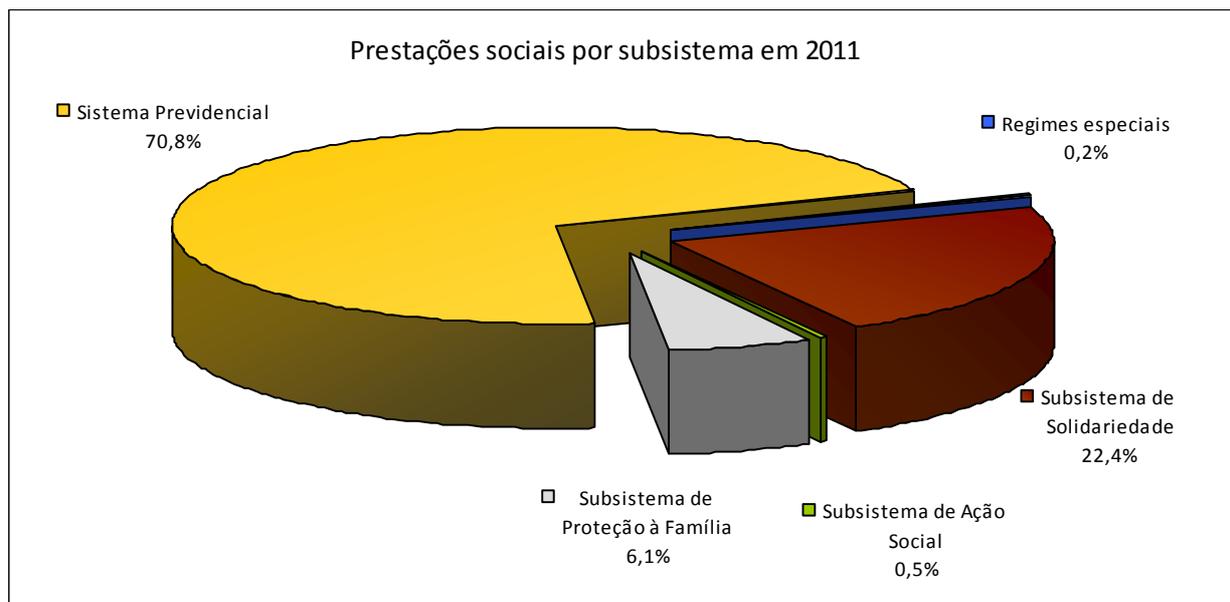
Transferências correntes concedidas e prestações sociais - 2007 a 2011

Rubricas	Milhares de euro				
	2007	2008	2009	2010	2011
Prestações sociais	15.911.794,7	16.815.084,5	18.410.239,3	19.234.098,0	19.204.637,0
Transferências correntes concedidas	1.832.302,3	1.999.248,8	2.093.674,6	2.569.203,0	2.627.360,8
Transferências para Administrações Públicas	633.983,2	708.817,1	752.074,5	1.207.606,5	1.255.753,0
Transferências para instituições sem fins lucrativos	1.189.239,6	1.281.297,3	1.334.061,5	1.354.855,4	1.364.899,2
Transferências para o Resto do Mundo	9.079,5	9.134,4	7.538,6	6.741,1	6.708,6
Subsídios correntes concedidos	711.796,1	598.418,9	1.030.275,1	704.786,3	736.564,0
Total	18.455.893,1	19.412.752,2	21.534.189,0	22.508.087,3	22.568.561,8
Δ Prestações sociais		5,7%	9,5%	4,5%	-0,2%
Δ Transferências correntes concedidas		9,1%	4,7%	22,7%	2,3%
Δ Subsídios correntes concedidos		-15,9%	72,2%	-31,6%	4,5%
Δ Total		5,2%	10,9%	4,5%	0,3%

A distribuição dos custos incorridos em 2011 na rubrica “Prestações sociais” pelos subsistemas do Sistema de Segurança Social é apresentada no quadro que se segue, destacando-se, a importância do Sistema Previdencial que absorve 70,8% dos custos totais com as prestações sociais, seguindo-se o Subsistema de Solidariedade e o Subsistema de Ação Social com 22,9% do total daqueles custos, o Subsistema de Proteção Familiar com 6,1%, e os regimes especiais com 0,2%.

Decomposição dos encargos com prestações sociais

Rubricas	Milhares de euro				
	2007	2008	2009	2010	2011
Subsistema de Solidariedade e Subsistema de Ação Social	3.044.910,3	4.019.541,8	4.443.452,8	4.391.216,2	4.391.216,2
Subsistema de Proteção Familiar	1.863.494,3	1.273.750,8	1.481.311,2	1.176.769,2	1.176.769,2
Sistema Previdencial	10.934.151,7	11.452.892,3	12.416.377,4	13.601.314,6	13.601.314,6
Regimes especiais	69.238,4	68.899,7	69.098,0	35.336,9	35.336,9
Total	15.911.794,7	16.815.084,5	18.410.239,3	19.204.637,0	19.204.637,0



Da decomposição dos custos reconhecidos em “Transferência Correntes para Administrações Públicas” por entidades beneficiárias, pode observar-se no quadro seguinte que:

**Transferências correntes concedidas para Administrações Públicas
2010-2011**

Administrações Públicas	2010	2011	Variação	
			valor	%
Transferências para Administração Central Estado	202.838,9	346.439,1	143.600,2	70,8%
Transferências para Administração Central -SFA	922.259,2	814.832,2	-107.427,0	-11,6%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	570.454,7	490.788,1	-79.666,6	-14,0%
Agência Nacional de Qualificação	7.398,9	3.966,0	-3.545,1	-42,0%
DGERT	1.038,4	926,1		
Autoridade p/ Condições do Trabalho	24.355,4	24.881,0	525,6	2,2%
Gabinete de Gestão Financeira da Educação	66.425,2	0,0	-66.425,2	-100,0%
Gab. de Gestão Fin. do Emp. e Form. Profis.- R.A.Açores	9.907,5	9.907,5	0,0	0,0%
IGFSE	3.593,4	3.436,6	-156,8	-4,4%
Ações de formação profissional - c/ suporte no FSE	221.612,3	277.047,3	55.435,0	25,0%
Ações de formação profissional - CPN	17.465,6	3.879,6	-13.585,9	-77,8%
Dev. saldos proj. de form. prof. - C/ suporte no FSE	7,9	0,0	-7,9	-100,0%
Transferências para Administração local	11.679,9	10.595,9	-1.084,1	-9,3%
Transferências para Administração Regional - RAA	37.116,1	40.852,2	3.736,2	10,1%
Transferências para Administração Regional - RAM	33.712,4	43.033,5	9.321,2	27,6%
Total	1.207.606,5	1.255.753,0	48.146,6	4,0%

Como se constata no quadro anterior, no exercício de 2011, o conjunto das transferências concedidas para administrações públicas cifram-se nos 1.255.753,0 milhares de euro, que comparativamente a 2010 representa um acréscimo relativo de (+) 4,0%.

Com maior destaque, apresentam-se as transferências correntes concedidas para o Instituto de Emprego e Formação Profissional, representando 39,1% do total das transferências correntes concedidas para Administrações Públicas no biénio 2011/2010. Em relação a 2010 esta rubrica apresenta um decréscimo de (-) 14,0%, justificado pela existência de uma cativação de 30,3 milhares de euro.

Note-se que, as transferências para o Gabinete de Gestão Financeira da Educação^{*}, por despacho do SESS datado 01/06/2011 e na sequência de orientações normativas da DGO, as transferências para a Educação para o financiamento do apoio Social na rede pública do pré-escolar passou a registar-se em “Transferência Direções Regionais de Educação”, assim sendo procedeu-se também à alteração da respetiva conta patrimonial. Neste contexto, no ano de 2011 as transferências correntes para o Gabinete de Gestão Financeira da Educação apresentam o valor de 45.780,2 milhares de euro, representando um decréscimo de (-) 31,1%. Naquele valor estão incluídos 780,2 milhares de euro destinados ao financiamento do investimento na expansão da rede pré-escolar.

VI.3.1.2.2. Custos com o Pessoal

Relativamente aos custos com pessoal importa referir dois fatores que influenciaram o seu comportamento:

- a) Por um lado a aplicação a partir de 01 de janeiro de 2011 e nos termos do disposto no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010 – Orçamento de Estado para 2011, da redução média de 3,5% nas remunerações superiores a 1.500,00 euros;
- b) Por fim, os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos passaram a pagar à ADSE 2,5% das remunerações sujeitas a descontos para a CGA, IP ou Segurança Social dos colaboradores beneficiários da ADSE, de acordo com o Despacho nº 1371/2011, de 17 de janeiro.
- c) Suspensão do subsídio de férias (especialização).

Da análise do quadro seguinte, constata-se que os custos totais com o pessoal têm vindo a apresentar sucessivas contrações ao longo do quinquénio, em que acusam um decréscimo nominal de (-) 15,8%, acompanhado da perda de importância relativa no total dos custos operacionais desde 2007, explicada pela redução na despesa com as “remunerações certas e permanentes”, para a qual concorrem, essencialmente as medidas introduzidas no OE de 2011, designadamente as reduções de remunerações e de trabalhadores.

Como se pode ainda observar, em 2011, do total das rubricas que integram os custos com pessoal, as que apresentam uma acentuada diminuição face ao exercício anterior são as referentes a “Remunerações dos órgãos diretivos”, “Remunerações do pessoal”, “Pensões” e “Outros custos com o pessoal”, com uma variação de (-) 23,6%, (-) 15,6%, (-) 24,9% e (-) 46,5% respetivamente, fundamentalmente pelas razões anteriormente referidas.



Desagregação de custos com pessoal por natureza
 2007-2011

Milhares de euro

	2007	2008	2009	2010	2011
Remunerações dos órgãos diretivos	2.043,7	1.807,1	1.805,7	1.823,7	1.392,6
Remunerações do pessoal	295.497,1	297.544,8	298.597,7	279.854,0	236.136,9
Pensões	970,4	1.305,3	1.133,8	1.383,2	1.038,5
Prémios para pensões	2,8	4,5	0,6	0,0	1,3
Encargos sobre remunerações	42.546,1	41.906,4	43.252,4	29.198,1	27.913,9
Seguros de acidentes de trab. e doenças prof.	125,1	96,7	22,5	5,5	5,6
Encargos sociais voluntários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros custos com pessoal	12.066,8	10.209,0	10.032,9	11.453,5	6.133,2
Total	353.252,0	352.873,8	354.845,6	323.717,9	272.621,9
Δ Remunerações dos órgãos diretivos		-11,6%	-0,1%	1,0%	-23,6%
Δ Remunerações do pessoal		0,7%	0,4%	-6,3%	-15,6%
Δ Pensões		34,5%	-13,1%	22,0%	-24,9%
Δ Prémios para pensões		60,5%	-85,7%	-100,0%	
Δ Encargos sobre remunerações		-1,5%	3,2%	-32,5%	-4,4%
Δ Seguros de acidentes de trab. e doenças prof.		-22,7%	-76,8%	-75,7%	2,8%
Δ Encargos sociais voluntários					
Δ Outros custos com pessoal		-15,4%	-1,7%	14,2%	-46,5%
Δ Total		-0,1%	0,6%	-8,8%	-15,8%

Os custos com o pessoal no exercício em análise ascendem a 272.621,9 milhares de euro, sendo que o ISS apresenta o valor mais significativo, no montante de 215.101,8 milhares de euro, seguindo-se a RAM com 24.350,9 milhares de euro.

O quadro abaixo evidencia a desagregação dos custos com pessoal por instituições e por natureza.

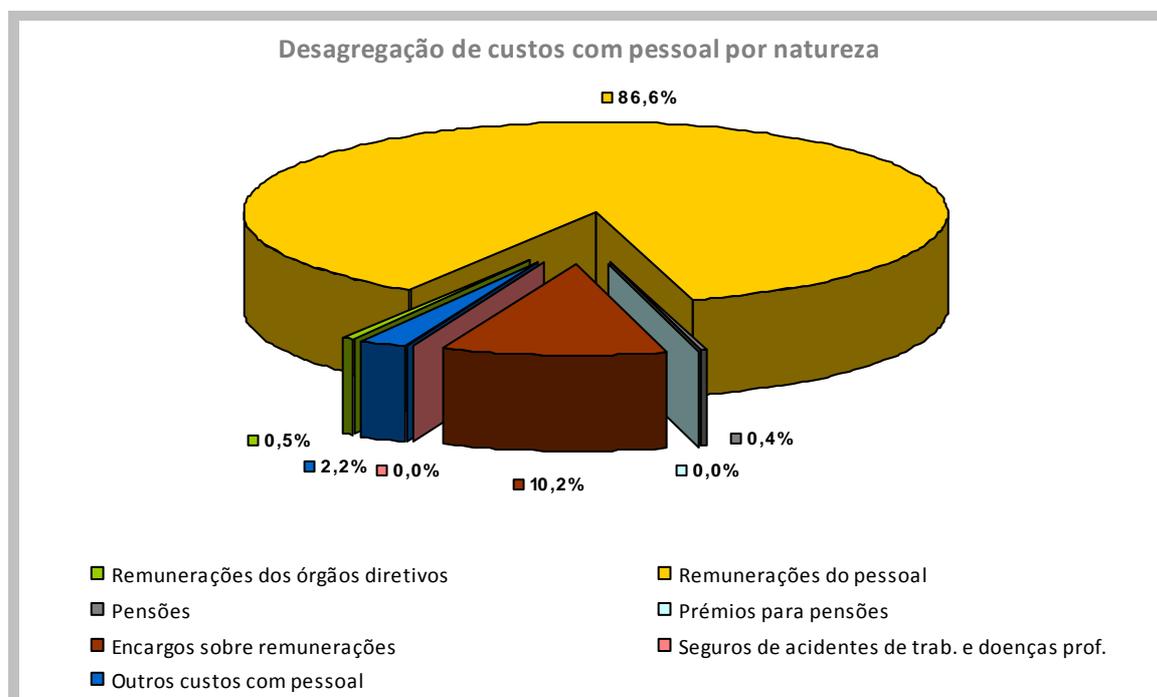
 Desagregação dos custos com pessoal por instituições de segurança social e por natureza
 Anos 2010-2011

Milhares de euro

Instituições	2010	2011								Total	Variação %
	Total	Remunerações dos órgãos diretivos	Remunerações do pessoal	Pensões	Prémios para pensões	Encargos sobre remunerações	Seguros de acidentes de trab. e doenças prof.	Encargos sociais voluntários	Outros custos com pessoal		
IGFSS	14.142,5	256,4	8.929,9	31,8	,0	602,8	4,4	0,0	2.543,7	12.369,1	-12,5%
ISS	257.172,9	268,8	187.512,2	938,4	,0	23.405,2	,0	0,0	2.977,1	215.101,8	-16,4%
II	11.349,2	199,6	7.574,6	11,6	1,3	147,8	,0	0,0	84,2	8.019,1	-29,3%
IGFSS+FEFSS	1.221,4	202,4	785,4	,0	,0	34,6	,0	0,0	9,3	1.031,8	-15,5%
Bancários	492,1	7,1	379,2	,0	,0	-6,5	,0	0,0	4,0	383,8	-22,0%
Cimentos	132,1	,0	122,4	,0	,0	-1,7	,0	0,0	,0	120,8	-8,6%
EPAL	134,7	39,8	82,3	,0	,0	-,5	,0	0,0	,0	121,6	-9,7%
Jornalistas	139,6	20,7	84,8	10,7	,0	-1,2	,0	0,0	1,3	116,2	-0,2%
TLP	454,3	49,3	240,0	,0	,0	-4,0	1,2	0,0	,0	286,5	-0,4%
CRGE	41,8	35,4	,0	,0	,0	-,7	,0	0,0	,0	34,8	-16,7%
RAA	12.025,5	113,3	9.290,3	13,8	,0	1.164,7	,0	0,0	103,7	10.685,8	-11,1%
RAM	26.411,8	199,8	21.135,8	32,2	,0	2.573,3	,0	0,0	409,8	24.350,9	-7,8%
TOTAL	323.717,9	1.392,6	236.136,9	1.038,5	1,3	27.913,9	5,6	0,0	6.133,2	272.621,9	-15,8%

No quadro anterior, evidenciam-se, no biénio 2011/2010, com taxas de variação negativa em termos absolutos mais significativas, as reduções apresentadas nas contas do ISS,IP, II.IP, RAM, IGFSS,IP e RAA com (-) 42.071,1 milhares de euro, (-) 3.330,1 milhares de euro, (-) 2.060,9 milhares de euro, (-) 1.773,4 milhares de euro e (-) 1.339,7 milhares de euro, respetivamente.

O gráfico seguinte ilustra a desagregação de custos com pessoal por natureza:



Da desagregação de “outros custos com pessoal” por natureza, verifica-se que a rubrica mais significativa é a relativa a “remunerações do pessoal” que absorveu em 2011 cerca de 86,6% daqueles, mantendo perfil idêntico ao longo do quinquénio, apesar de a partir de 2010 e em 2011 apresentar uma queda no seu valor.

Desagregação de “Outros custos com pessoal” por natureza
Anos 2007 a 2011

Designação	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Despesas de saúde	8.960,0	74,3%	8.573,6	84,0%	7.553,3	75,3%	6.928,9	60,5%	2.805,9	45,7%
Seguros de saúde	16,4	0,1%	12,6	0,1%	16,9	0,2%	0,0	0,0%	,0	0,0%
Formação profissional - Monitoragem	71,8	0,6%	136,6	1,3%	104,6	1,0%	79,7	0,7%	61,4	1,0%
Compartic. nos encargos de Admin. da ADSE	83,5	0,7%	66,6	0,7%	0,4	0,0%	13,0	0,1%	,0	0,0%
Acidentes de Serviço e Doenças Profissionais	132,6	1,1%	110,9	1,1%	110,8	1,1%	110,3	1,0%	53,2	0,9%
Outros	2.802,5	23,2%	1.308,7	12,8%	2.246,8	22,4%	4.321,5	37,7%	3.212,6	52,4%
Total	12.066,8	100,0%	10.209,0	100,0%	10.032,8	100,0%	11.453,5	100,0%	6.133,2	100,0%

Apresenta-se seguidamente a desagregação de “Outros custos com pessoal” por instituição de segurança social e de acordo com a natureza dos mesmos.

Desagregação de "Outros custos com pessoal" por natureza e por instituição
2011

Designação	IGFSS	ISS	II	IGFCSS+FEFSS	Bancários	Jornalistas	RAA	RAM	Montante
Despesas de saúde	120,8	2.595,8	83,6	1,7	4,0	,0	,0	,0	2.805,9
Seguros de saúde	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0
Formação profissional - Monitoragem	,0	48,2	,0	7,6	,0	,0	,0	5,5	61,4
Compartic. nos encargos de Admin. da ADSE	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0
Acidentes de Serviço e Doenças Profissionais	,8	48,8	,6	,0	,0	,0	,4	2,7	53,2
Outros	2.422,1	284,3	,0	,0	,0	1,3	103,3	401,6	3.212,6
Total	2.543,7	2.977,1	84,2	9,3	4,0	1,3	103,7	409,8	6.133,2

VI.3.1.2.3. Fornecimentos e Serviços Externos

Estão contabilizados nesta rubrica no exercício de 2011, 103.771,0 milhares de euro, sendo que os custos com maior peso relativo no total são os referentes a comunicações (18.231,2 milhares de euro), seguido dos serviços prestados pela banca e outras entidades (12.276,9 milhares de euro) e os trabalhos especializados (11.563,6 milhares de euro).

O quadro a seguir apresenta a desagregação desta rubrica por natureza no biénio 2011/2010.

Desagregação dos fornecimentos e serviços externos
Biénio 2011/2010

Rubricas	2010		2011		Evolução 2011/2010	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Milhares de euro	
					Valor absoluto	%
Electricidade	4.754,5	3,7%	4.727,6	4,6%	-26,9	-0,6%
Combustíveis	1.292,6	1,0%	1.164,2	1,1%	-128,5	-9,9%
Água	1.540,1	1,2%	1.300,9	1,3%	-239,2	-15,5%
Outros fluídos	813,1	0,6%	771,0	0,7%	-42,1	-5,2%
Ferramentas e utensílios	40,5	0,0%	22,9	0,0%	-17,6	-43,4%
Livros e documentação técnica	33,4	0,0%	21,2	0,0%	-12,2	-36,6%
Material de escritório	808,8	0,6%	677,7	0,7%	-131,1	-16,2%
Artigos para oferta	19,4	0,0%	8,8	0,0%	-10,6	-54,7%
Rendas e alugueres	9.676,6	7,4%	9.330,8	9,0%	-345,8	-3,6%
Despesas de representação	2,4	0,0%	1,4	0,0%	-1,0	-40,9%
Comunicação	19.285,2	14,8%	18.231,2	17,6%	-1.054,0	-5,5%
Seguros	241,8	0,2%	195,9	0,2%	-45,9	-19,0%
Royalties	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Transportes de mercadorias	123,0	0,1%	107,2	0,1%	-15,8	-12,9%
Transportes de pessoal	54,3	0,0%	36,8	0,0%	-17,5	-32,2%
Deslocação e estadas	1.395,0	1,1%	620,9	0,6%	-774,1	-55,5%
Comissões	12,7	0,0%	8,0	0,0%	-4,7	-37,0%
Honorários	11.993,0	9,2%	9.481,2	9,1%	-2.511,8	-20,9%
Contencioso e notariado	1.694,0	1,3%	1.466,3	1,4%	-227,7	-13,4%
Conservação e reparação	5.877,0	4,5%	4.705,0	4,5%	-1.172,0	-19,9%
Publicidade e propaganda	509,4	0,4%	205,7	0,2%	-303,7	-59,6%
Limpeza, higiene e conforto	8.092,4	6,2%	6.112,0	5,9%	-1.980,4	-24,5%
Vigilância e segurança	7.236,6	5,6%	5.912,6	5,7%	-1.324,0	-18,3%
Trabalhos especializados	21.761,7	16,7%	11.563,6	11,1%	-10.198,1	-46,9%
Material lúdico e didáctico	212,8	0,2%	111,1	0,1%	-101,7	-47,8%
Vestuário e calçado	55,6	0,0%	26,7	0,0%	-28,9	-51,9%
Artigos de roupa	89,4	0,1%	34,8	0,0%	-54,7	-61,1%
Transporte de materiais	182,6	0,1%	233,2	0,2%	50,6	27,7%
Cursos de formação	813,4	0,6%	311,9	0,3%	-501,5	-61,7%
Transportes de utentes	88,9	0,1%	50,9	0,0%	-37,9	-42,7%
Serviços prestados pela banca e outras entidades	12.715,5	9,8%	12.276,9	11,8%	-438,6	-3,4%
Assistência técnica	4.862,9	3,7%	3.127,3	3,0%	-1.735,6	-35,7%
Serviços de saúde	170,7	0,1%	117,1	0,1%	-53,6	-31,4%
Alimentação de utentes	7.135,1	5,5%	4.900,1	4,7%	-2.235,1	-31,3%
Outros fornecimentos	6.441,9	5,0%	5.908,2	5,7%	-533,7	-8,3%
Total	130.026,2	100,0%	103.771,0	100,0%	-26.255,3	-20,2%

Da análise do quadro supra verifica-se no biénio 2011/2010 um decréscimo de (-) 20,2% na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

De salientar que no decorrer do ano de 2011 todas as rubricas registam reduções relativamente a 2010, destacam-se: “Trabalhos especializados”, “Honorários” e “Limpeza, higiene e conforto”, com valores relativos de (-) 46,9%, (-) 20,9% e (-) 24,5%.

VI.3.1.2.4. Provisões do Exercício

No exercício de 2011, as provisões do exercício atingem o montante de 321.451,5 milhares de euro, sendo que as referentes a dívidas a clientes e de contribuintes (139.078,8 milhares de euro e 130.689,2 milhares de euro) representam 43,3% e 40,7%, respetivamente do total de provisões do exercício. De referir que, a diminuição do valor das provisões do exercício resulta da correção contabilística efetuada à dívida de cobrança duvidosa de contribuintes (exclusão da dívida objeto de acordo e dívida garantida e/ou suspensa).

Provisões do exercício - desagregação por instituições e por natureza
2011

Milhares de euro

Rubricas	IGFSS	ISS	Bancários	Jornalistas	TLP	FGS	RAA	RAM	TOTAL
Dívidas de clientes	22.128,2	243,3	,0	,0	,0	116.707,4	,0	,0	139.078,8
Dívidas de contribuintes	121.875,8	,0	,0	,0	,0	,0	,0	8.813,4	130.689,2
Dívidas de utentes.	,0	225,3	,0	,0	,0	,0	,0	,0	225,3
Dívidas de beneficiários	,0	30.982,1	26,5	,1	,1	,0	666,5	577,3	32.252,5
Out. dívidas de terceiros.	278,4	18.672,2	,0	,0	,0	,0	,0	109,0	19.059,6
Total de provisões p/ cobranças duvidosas (1)	144.282,4	50.122,9	26,5	,1	,1	116.707,4	666,5	9.499,8	321.305,6
Contribuições para a CGA - da entidade empreg.	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0
Outras	145,9	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	145,9
Total de provisões p/ riscos e encargos (2)	145,9	,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	145,9
Total de provisões (3)=(1)+(2)	144.428,3	50.122,9	26,5	,1	,1	116.707,4	666,5	9.499,8	321.451,5

VI.3.1.2.5. Amortizações do Exercício

As amortizações do exercício de 2011 totalizam 17.735,4 milhares de euro, cuja desagregação por instituições e por natureza é apresentada no seguinte quadro:

 Desagregação das amortizações do exercício por instituições e por natureza
Ano 2011

(Milhares de euro)

Rubricas	IGFSS	ISS	II	IGFSS+FEFSS	Bancários	Cimentos	EPAL	Jornalistas	TLP	CRGE	RAA	RAM	TOTAL
Imobilizações corpóreas:													
Edifícios e outras construções	214,9	2.468,5	,1		1,5	2,0	,0				265,5	196,9	3.149,4
Equipamento básico	60,4	1.479,9	11.170,6		6,0	1,5	,0	6,2	2,1		297,6	238,3	13.262,7
Equipamento de transporte		91,7	,0		3,5						50,5	28,8	174,5
Ferramentas e utensílios		4,1			,0						,0	,6	4,7
Equipamento administrativo	88,0	554,4	101,0		75,3	,3	,1	,1	1,7	,3	20,7	120,8	962,6
Outras imobilizações corpóreas	,5	109,2	3,7		3,8	,7			,1		38,1	12,9	169,0
Total (1)	363,7	4.707,7	11.275,5		82,7	8,5	3,4	,1	6,3	3,9	672,4	598,3	17.722,9
Imobilizações incorpóreas													
Despesas de instalação												12,5	12,5
Proprie. industrial e out. direitos											,0		,0
Total (2)	,0	,0	,0		,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	12,5	12,5
Total de amortizações (3) = (1) + (2)	363,7	4.707,7	11.275,5		82,7	8,5	3,4	,1	6,3	3,9	672,4	610,8	17.735,4

Do total das amortizações constituídas/reforçadas no exercício de 2011, cerca de 99,9% referem-se a amortizações do imobilizado corpóreo (17.722,9 milhares de euro).

Das amortizações relativas ao imobilizado corpóreo, as mais significativas, no montante de 13.262,7 milhares de euro, dizem respeito a “Equipamento básico”, representando cerca de 74,8% do valor total das amortizações do exercício. Acresce ainda, o facto de 95,4% das amortizações deste tipo de equipamento terem sido registadas por duas instituições, o Instituto de Informática (84,2%) e o Instituto da Segurança Social (11,2%).

Por ordem decrescente do seu valor absoluto e relativo seguem-se as amortizações referentes a “Edifícios e outras construções” no montante de 3.149,4 milhares de euro (17,8% do total das amortizações do exercício) e as amortizações de “Equipamento administrativo” no valor de 962,6 milhares de euro (5,4% do total das amortizações do exercício).

VI.3.1.2.6. Outros Custos e Perdas Operacionais

A rubrica outros custos e perdas operacionais totaliza, em 2011, o montante de 12.443,7 milhares de euro, apresentando uma variação positiva de (+) 1,3%, comparativamente com período homólogo de 2010. O quadro seguinte apresenta a desagregação e evolução no biénio 2011/2010 dos outros custos e perdas operacionais.

Evolução dos outros custos e perdas operacionais*
Biénio 2011/2010

Rubricas	2010	2011	Evolução 2011/2010	
			Valor	%
Impostos e taxas	4.990,3	5.676,4	686,0	13,7%
Quotizações	237,5	217,2	-20,3	-8,5%
Diferenças de inventário - Quebras	2,4	0,0	-2,4	-100,0%
Encargos com utentes	771,4	839,6	68,2	8,8%
Outros custos e perdas operacionais + CMV (Materias diversos)	6.276,8	5.710,6	-566,2	-9,0%
Total	12.278,4	12.443,7	165,4	1,3%

O quadro reflete as contas 61* (CMV) e a conta 65* (OCPO).

Como é possível verificar através da análise do quadro supra, a rubrica “Impostos e taxas” é a que assume maior valor (5.676,4 milhares de euro, excetuando a rubrica outros custos e perdas operacionais) e teve uma variação positiva de (+) 13,7% relativamente ao mesmo período de 2010. Esta rubrica inclui maioritariamente (41,1% do total dos outros custos e perdas operacionais e no montante de 5.110,8 milhares de euro) a verba contabilizada de IRC referente ao imposto suportado nos dividendos recebidos de ações estrangeiras, no FEFSS.

VI.3.2. Resultados financeiros

O exercício económico de 2011 apresenta resultados financeiros negativos no montante de (-) 965.049,7 milhares de euro.

Os quadros seguintes apresentam a Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados e a evolução dos proveitos e ganhos financeiros e dos custos e perdas financeiros no período de 2007 a 2011.

Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Evolução no período de 2007 a 2011

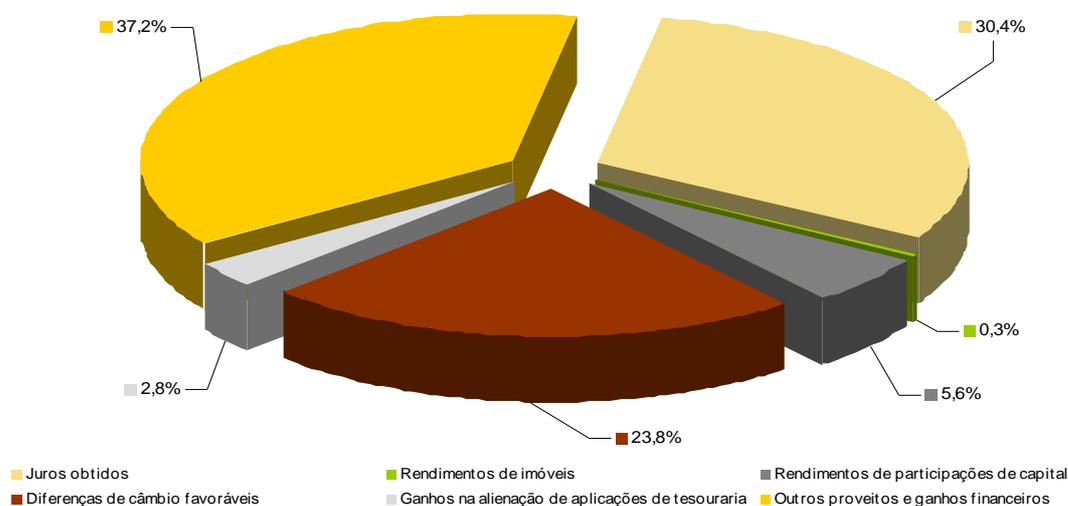
RUBRICAS	Milhares de euro				
	2007	2008	2009	2010	2011
Proveitos e ganhos financeiros	911.068,9	1.567.332,4	1.304.035,6	1.328.881,1	1.256.164,9
Custos e perdas financeiros	550.253,1	1.761.573,1	705.700,0	1.278.513,7	2.221.214,6
Resultados financeiros	360.815,8	-194.240,8	598.335,6	50.367,4	-965.049,7

Em 2011, os resultados financeiros apurados em (-) 965.049,7 milhares de euro, refletem um elevado decréscimo de (-) 2.016,0% quando comparado com o período homólogo de 2010. Para este resultado concorreu fundamentalmente, o aumento substancial dos “ custos e perdas financeiras” (+) 73,7% relativamente ao ano transato, e simultaneamente a diminuição dos “proveitos e ganhos financeiros” (-) 5,5%.

VI.3.2.1. Proveitos e ganhos financeiros

No exercício de 2011, as rubricas que assumem maior expressão estão representadas no gráfico seguinte, sendo de destacar “Outros proveitos e ganhos financeiros”, “Juros obtidos”, “Diferenças de câmbio favoráveis”, e “Rendimentos de participação de capital” que no seu conjunto detêm um peso relativo de 96,9% do total dos proveitos financeiros.

Proveitos e ganhos financeiros 2011



Mais, os proveitos e ganhos financeiros obtidos em 2011, no valor de 1.256.164,9 milhares de euro, correspondentes a 4,8% do total dos proveitos e ganhos obtidos no Sistema da Segurança Social, apresentam no biénio 2011/2010 a seguinte desagregação por natureza:

Evolução dos Proveitos e ganhos financeiros
Desagregação por instituições e por natureza
Anos 2011-2010

(Milhares de euro)

Rubricas	IGFSS		FEFSS		Outros		Total		Evolução 2011/2010	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	Valor	%
Juros obtidos	30.408,0	84.297,6	273.419,9	294.513,1	2.482,8	3.566,4	306.310,7	382.377,2	76.066,5	24,8%
Rendimentos de imóveis	2.973,7	2.541,4	500,1	546,9	121,6	111,2	3.595,4	3.199,5	-395,9	-11,0%
Rendimentos de participações de capital	0,0	0,3	67.392,3	70.228,9	0,0		67.392,3	70.229,2	2.836,9	4,2%
Diferenças de câmbio favoráveis	0,0	0,0	389.165,7	298.504,0	0,1	0,2	389.165,8	298.504,2	-90.661,6	-23,3%
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,0	0,0	104.244,8	35.184,2	0,0		104.244,8	35.184,2	-69.060,7	-66,2%
Outros proveitos e ganhos financeiros	310,9	0,0	457.809,5	466.666,8	51,5	3,9	458.171,9	466.670,7	8.498,7	1,9%
Total	33.692,6	86.839,3	1.292.532,4	1.165.643,9	2.656,1	3.681,7	1.328.881,1	1.256.164,9	-72.716,1	-5,5%
Δ Juros obtidos		177,2%		7,7%		43,6%		24,8%		
Δ Rendimentos de imóveis		-14,5%		9,4%		-8,6%		-11,0%		
Δ Rendimentos de participações de capital				4,2%				4,2%		
Δ Diferenças de câmbio favoráveis				-23,3%		111,0%		-23,3%		
Δ Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria				-66,2%				-66,2%		
Δ Outros proveitos e ganhos financeiros				1,9%		-92,5%		1,9%		
Δ total por Instituição		157,7%		-9,8%		38,6%		-5,5%		

Como pode observar-se no quadro anterior no biénio 2011/2010 é de realçar a redução verificada nos valores obtidos em proveitos financeiros relativos a “Diferenças de câmbio favoráveis” e “Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria”, registando (-) 23,3% e (-) 66,25% respetivamente.

Esta contração do total dos proveitos financeiros, na ordem dos (-) 5,5% face a 2010, é explicada pelo efeito conjugado da diminuição dos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria (descida dos juros), pelas perdas (cambiais) na revalorização da carteira de investimentos do FEFSS.

Ainda decorrente da observação do quadro anterior, verifica-se que, do total dos “Juros obtidos”, o montante de 294.513,1 milhares de euro, foi obtido no âmbito da gestão em regime de capitalização de ativos financeiros do sistema, da responsabilidade do FEFSS.

No IGFSS, a rendibilização dos excedentes temporários de tesouraria geram juros no montante de 84.297,6 milhares de euro, isto é, (+) 177,2% que em igual período de 2010.

Do total de “Outros proveitos e ganhos financeiros” no valor de 466.670,7 milhares de euro, a parcela de 466.666,8 milhares de euro, ou seja 99,9%, é também fruto da gestão de ativos por parte do FEFSS, cujo detalhe é apresentado no quadro seguinte:

**Evolução dos Outros proveitos e ganhos financeiros
FEFSS
2011-2010**

Milhares de euro

Rubricas	2010	2011	Evolução 2011/2010	
			Valor	%
Ganhos de contratos de futuros	450.052,9	456.203,4	6.150,5	1,4%
Fundos de investimento	7.756,6	10.463,4	2.706,8	34,9%
Total	457.809,5	466.666,8	8.857,3	1,9%

VI.3.2.2. Custos e perdas financeiros

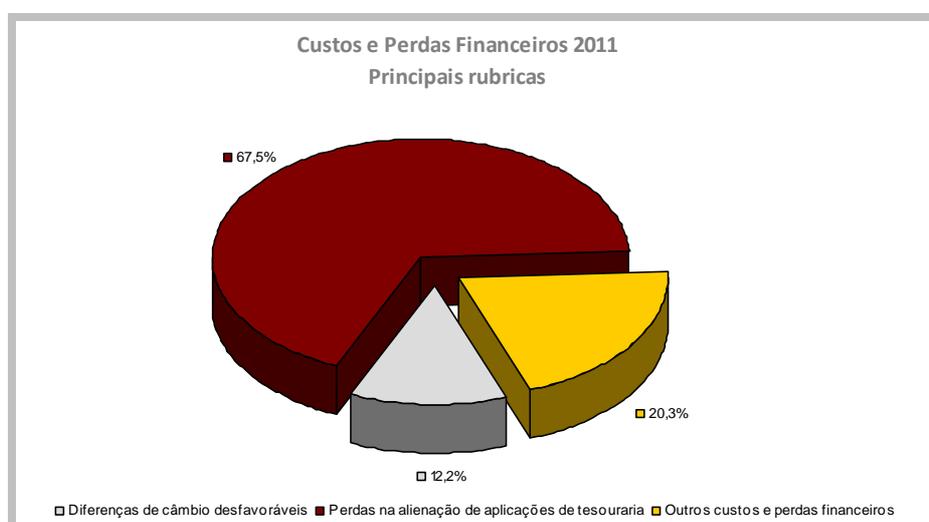
Em 2011, os custos e perdas financeiros atingem o montante de 2.221.214,6 milhares de euro, evidenciando um acréscimo de (+) 73,7% comparativamente com o ano de 2010, sendo que as rubricas com maior expressão são as “perdas na alienação de aplicações de tesouraria”, no montante de 1.499.068,9 milhares de euro, “outros custos e perdas financeiros” no valor de 450.181,0 milhares de euro e “diferenças de câmbio desfavoráveis” no montante de 270.819,8 milhares de euro, correspondendo a 67,5%, 20,3% e 12,2%, respetivamente, do total de custos e perdas financeiros (vide quadro e gráfico seguintes).

Desagregação dos custos e perdas financeiros

Anos 2007 a 2011

Milhares de euro

Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução %			
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	2008 / 2007	2009 / 2008	2010 / 2009	2011 / 2010
Juros suportados	134,4	86,8	69,0	50,0	11,0	-35,4%	-20,6%	-27,5%	-78,0%
Amortizações de investimentos em imóveis	539,4	612,5	706,0	885,5	816,0	13,5%	15,3%	25,4%	-7,8%
Provisões para aplicações financeiras	1.568,3	3.064,2	10,8	197,2	317,9	95,4%	-99,6%	1729,5%	61,2%
Diferenças de câmbio desfavoráveis	123.374,1	264.070,6	241.390,6	389.574,1	270.819,8	114,0%	-8,6%	61,4%	-30,5%
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	24.524,6	75.861,8	63.223,6	522.434,1	1.499.068,9	209,3%	-16,7%	726,3%	186,9%
Outros custos e perdas financeiros	400.112,4	1.417.877,2	400.300,1	365.372,7	450.181,0	254,4%	-71,8%	-8,7%	23,2%
Total	550.253,1	1.761.573,1	705.700,0	1.278.513,7	2.221.214,6	220,1%	-59,9%	81,2%	73,7%



Relativamente à rubrica “Juros suportados”, o quadro seguinte ilustra a desagregação por natureza no exercício em análise.

Evolução dos juros suportados por instituições e por natureza

Anos 2011-2010

Rubricas	Total		Variação 2011/2010	
	2010	2011	valor	%
Juros de mora e compensatórios	47,7	6,4	-41,3	-86,7%
Outros juros	2,3	4,6	2,4	102,9%
Total de juros suportados	50,0	11,0	-39,0	-78,0%

De referir que, a rubrica de “Juros de mora compensatórios” encontra maior expressão no ISS, IP, no montante de 10,8 milhares de euro, registando um decréscimo de (-) 86,7%, ou seja, (-) 41,3 milhares de euro relativamente ao ano de 2010.

A rubrica “Perdas na alienação de aplicações de tesouraria” atinge o montante de 1.499.068,9 milhares de euro, registando um acréscimo de 186,9% face a 2010, resultante de perdas na revalorização da carteira de investimentos do FEFSS, líquido dos montantes de perdas potenciais acumuladas até ao final do exercício anterior, revertidos durante o exercício em consequência da alienação dos títulos que lhes deram origem.

No biénio 2011/2010 a rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” registam um decréscimo de (-) 30,5% fruto da diminuição das perdas cambiais potenciais relativas ao valor das perdas potenciais que foram revertidas em resultado da sua realização efetiva durante o exercício.

No que se refere a “Outros custos e perdas financeiros” o quadro seguinte apresenta a desagregação por natureza e por instituição no biénio 2011/2010.

Evolução dos outros custos e perdas financeiros por instituição e natureza
Anos 2011 - 2010

Rubricas	IGFSS		IGFSS+FEFSS		Outras ISSS's		Total		Variação 2011/2010	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	valor	%
Serviços bancários	54,1	62,3	2.685,1	2.302,7	61,0	55,5	2.800,2	2.420,4	-379,8	-13,6%
Perdas em contratos futuros	0,0	0,0	362.572,5	0,0	0	0,0	362.572,5	0,0	-362.572,5	-100,0%
Outros custos e perdas financ. não especificados	0,0	0,0	0,0	447.760,5	0	0,0	0,0	447.760,5	447.760,5	
Total	54,1	62,3	365.257,7	450.063,2	61,0	55,5	365.372,7	450.181,0	84.808,2	23,2%
Δ Serviços bancários		15,2%		-14,2%		-9,1%				
Δ Perdas em contratos futuros				-100,0%						
Δ Outros custos e perdas financ. não especificados										
Δ Total dos outros custos e perdas financeiras		15,2%		23,2%		-9,1%				

Como se constata do quadro anterior, a rubrica que apresenta um maior acréscimo relativamente a 2010 foi a de “Outros custos e perdas financeiras não especificados”, exclusiva do FEFSS.

A rubrica “Serviços bancários” teve uma variação negativa de (-) 13,6%, isto é, uma redução de 379,8 milhares de euro do que em 2010.

VI.3.3. Resultados Extraordinários

No exercício económico de 2011 foram obtidos resultados extraordinários positivos no valor de 665.990,4 milhares de euro, à semelhança do que tem acontecido durante os últimos cinco anos, como pode verificar-se no seguinte quadro:

Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Evolução % no período de 2007 a 2011

Milhares de euro

RUBRICAS	2007	2008	2009	2010	2011
Proveitos e ganhos extraordinários	2.224.274,0	4.215.192,1	503.614,4	925.432,0	1.268.602,1
Custos e perdas extraordinários	271.256,0	528.241,3	133.016,1	131.693,3	602.611,7
Resultados extraordinários	1.953.018,0	3.686.950,8	370.598,3	793.738,6	665.990,4

Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Evolução % no período de 2007 a 2011

Milhares de euro

RUBRICAS	Evolução %				
	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2007/2011
Proveitos e ganhos extraordinários	89,5%	-88,1%	83,8%	37,1%	-43,0%
Custos e perdas extraordinários	94,7%	-74,8%	-1,0%	357,6%	122,2%
Resultados extraordinários	88,8%	-89,9%	114,2%	-16,1%	-65,9%

VI.3.3.1. Proveitos e ganhos Extraordinários

No exercício em análise o valor dos “Proveitos e Ganhos Extraordinários” atingiu os 1.268.602,1 milhares de euro, representando aproximadamente 4,8% do total dos proveitos e ganhos obtidos naquele exercício, correspondendo-lhe a seguinte desagregação por natureza:

Proveitos e ganhos extraordinários
Desagregação por natureza

Milhares de euro

Rubricas	2010		2011		Variação 2011/2010	
	valor	Peso relativo	valor	Peso relativo	valor	%
Recuperação de dívidas	0,0	0,0%	0,4	0,0%	0,4	
Ganhos em existências	10,0	0,0%	4,9	0,0%	-5,1	-51,2%
Ganhos em imobilizações	19.976,3	2,2%	3.614,4	0,3%	-16.362,0	-81,9%
Benefícios de penalidades contratuais	141.832,5	15,3%	137.481,9	10,8%	-4.350,5	-3,1%
Reduções de amortizações e de provisões	68.428,9	7,4%	567.727,5	44,8%	499.298,5	729,7%
Correções relativas a exercícios anteriores	677.361,8	73,2%	545.940,2	43,0%	-131.421,6	-19,4%
Outros proveitos e ganhos extraordinários:	17.822,3	1,9%	13.832,8	1,1%	-3.989,6	-22,4%
Transferências de capital obtidas	5.069,0	0,5%	2.806,5	0,2%	-2.262,5	-44,6%
Prestações prescritas	10.055,6	1,1%	10.065,4	0,8%	9,8	0,1%
Diferenças de preços de existências	1,9	0,0%	3,8	0,0%	2,0	106,4%
Indemnizações imóveis	151,2	0,0%	162,1	0,0%	10,9	7,2%
Outros não especificados	2.544,7	0,3%	795,0	0,1%	-1.749,7	-68,8%
Total	925.432,0	100,0%	1.268.602,1	100,0%	343.170,1	37,1%

De realçar, que no biénio de 2011/2010, o total registado em “Proveitos e ganhos extraordinários” beneficia de um aumento de (+) 37,1%.

Do conjunto das componentes, a rubrica referente a “Reduções de amortizações e provisões” e a de “Correções relativas a exercícios anteriores” são as que maior peso têm no total, com pesos relativos de 44,8% e 43%, respetivamente.

A rubrica com maior variação no biénio em análise é a referente a “Reduções de amortizações e provisões”, com uma expressão relativa de cerca de (+) 729,7%, ou seja, (+) 499.298,5 milhares de euro. Este acréscimo de proveito, resulta do processo de reversão de provisões (provisões reconhecidas em períodos anteriores mas que já não existem ou diminuíam) efetuado no período em análise.

No que respeita ainda a “Correções relativas a exercícios anteriores”, refira-se que as mesmas têm maior representatividade no IGFSS (387.267,3 milhares de euro) e no ISS (156.619,6 milhares de euro), conforme quadro a seguir apresentado.

Correções relativas a exercícios anteriores
Ano 2011

	Prestações sociais	Ações Form Prof	Ação Social	Pensões	Vencimentos	Contribuições	Outros	Milhares de euro
								Total
IGFSS	151,4	7.297,8			15,5	299.149,4	80.653,2	387.267,3
Banca Casinos								0,0
ISS	141.628,6		10.384,5		884,8		3.721,7	156.619,6
II					0,3		4,3	4,7
IGFCSS					5,4			5,4
Bancários	4,2							4,2
Cimentos	1,6							1,6
EPAL								0,0
Jornalistas	33,4							33,4
TLP	10,8				1,2			11,9
CRGE								0,0
FSS								0,0
FGS							171,3	171,3
RAM	2.809,3		108,7		4,1	1,0	5,0	2.928,1
RAA	2.722,2		20,6		2,1	-3.872,7	20,6	-1.107,2
Total	147.361,4	7.297,8	10.513,8	0,0	913,5	295.277,7	84.576,1	545.940,2
2010	114.915,3	12.810,9	8.358,9	8,3	2.085,5	516.329,8	22.853,2	677.361,8
Δ 2011/2010	28,2%	-43,0%	25,8%	-100,0%	-56,2%	-42,8%	270,1%	-19,4%

Da análise ao quadro, verifica-se uma maior expressão das rubricas de “Contribuições”, “Prestações sociais” e “Outros”, que no seu conjunto representam 96,6% das correções relativas a exercícios anteriores.

Em 2011, os valores de contribuições contabilizados em “correções relativas a anos anteriores”, acusam uma diminuição de (-) 42,8%, justificado, nomeadamente, pelo facto do IGFSS ter “registado a débito da conta 592 – Regularizações de grande significado, 598.089,6 milhares de euro referentes à anulação de débitos de anos anteriores a contribuintes, anulação esta gerada em GC e cujos movimentos contabilísticos tinham sido integrados automaticamente a débito da conta 7977 – Correções relativas a anos anteriores.

Verifica-se ainda que o Instituto de Segurança Social apresenta “Correções relativas a exercícios anteriores” no montante de 141.628,6 milhares de euro referente a “Prestações sociais” e 10.384,5 milhares de euro estão registados na rubrica “Ação Social”.

Para o total da coluna “Outros” relevado no IGFSS, contribui sobretudo o saldo credor da conta 7978 – “Proveitos e ganhos extraordinários – Correções relativas a exercícios anteriores – Outros”, no montante de 80.653,2 milhares de euro, na sua maioria (88,1%) relativos à devolução do montante de 71.032,2 milhares de euro referentes ao saldo de gerência de 2010 do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Na Conta patrimonial referente a “Outros proveitos e ganhos extraordinários” (13.832,8 milhares de euro) estão incluídos 2.806,5 milhares de euro contabilizados em 2011 na rubrica “Transferências de capital obtidas”, cuja desagregação consta no quadro a seguir apresentado.

Evolução das Transferências de capital obtidas
Anos 2011-2010

Designação	2010	2011	Variação	
			valor	%
Transf. cap. PIDDAC-O.E. - Fin.global dos invest.do Sistema	3.170,8	2.610,9	-559,9	-17,7%
Transf. cap. do O.E. - Partic. Portug. nos Proj. cofinanciados	8,0	0,0	-8,0	-100,0%
Transf. dos Serviços e Fundos autónomos-Para Financiamento comunitário nos Proj. cofinanciados	1.665,5	0,0	-1.665,5	-100,0%
Transf. Capital do exterior	105,5	87,3	-18,1	-17,2%
Transf.capital obtidas - Subsídios para investimentos	73,8	63,9	-9,9	-13,5%
Transferências de capital obtidas - Outros subsídios	45,3	44,4	-1,0	-2,2%
Total	5.069,0	2.806,5	-2.262,5	-44,6%

Da análise ao quadro supra, pode verificar-se que, em 2011, comparativamente com o ano transato, ocorreu um decréscimo de (-) 44,6% nos montantes referentes a transferência de capital, com especial relevância em termos absolutos na descida ocorrida nas “Transferências dos Serviços e Fundos Autónomos - Para Financiamento comunitário nos Proj. cofinanciados, nas “Transferências de capital com suporte no O.E.” e nas “Transferências de Capital do Exterior”, com montantes de redução na ordem dos (-) 1.665,5 milhares de euro, de (-) 559,9 milhares de euro e de (-) 18,1 milhares de euro, respetivamente.

Na rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários - Outros não especificados”, de destacar a variação negativa ocorrida em relação a 2010, na ordem dos (-) 68,8%, explicada essencialmente pela quebra de receita de (-) 2.018,2 verificada no IGFSS, traduzida pelos valores recuperados em custas e outros gastos relacionados com processos executivos imputados a contribuintes.

VI.3.3.1. Custos e perdas Extraordinários

O saldo total dos “Custos e perdas extraordinários” cifra-se no exercício de 2011 em 602.611,7 milhares de euro, correspondendo-lhe a desagregação por natureza, apresentada no quadro seguinte.

Desagregação dos custos e perdas extraordinários
 Período de 2007 a 2011

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011	
	Valor	Peso Relativo								
Transferências de capital concedidas	31.564,3	46,1%	41.034,7	11,6%	70.152,1	7,8%	71.803,5	54,5%	41.905,4	7,0%
Dívidas incobráveis	471,3	13,1%	81.612,5	0,2%	32.859,0	15,4%	48.918,3	37,1%	545.238,5	90,5%
Perdas em existências	112,0	0,1%	139,8	0,0%	592,7	0,0%	30,4	0,0%	112,3	0,0%
Perdas em imobilizações	2.556,7	0,3%	752,5	0,9%	6.062,0	0,1%	389,3	0,3%	2.416,3	0,4%
Multas e penalidades	44,6	0,1%	52,3	0,0%	39,5	0,0%	186,6	0,1%	21,8	0,0%
Aumentos de amortizações e provisões	0,0	1,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,0	0,0%	0,0	0,0%
Correções relativas a exercícios anteriores	236.133,1	38,9%	404.441,3	87,1%	23.123,2	76,6%	10.088,5	7,7%	12.624,1	2,1%
Outros custos e perdas extraordinários	374,0	0,3%	208,2	0,1%	187,7	0,0%	275,7	0,2%	293,3	0,0%
Total de custos e perdas extraordinárias	271.256,0	100,0%	528.241,3	397,1%	133.016,1	101,0%	131.693,3	100,0%	602.611,7	100,0%
Δ Transferências de capital concedidas			30,0%		71,0%		2,4%		-41,6%	
Δ Dívidas incobráveis			17215,7%		-59,7%		48,9%		1014,6%	
Δ Perdas em existências			24,8%		324,0%		-94,9%		269,4%	
Δ Perdas em imobilizações			-70,6%		705,6%		-93,6%		520,7%	
Δ Multas e penalidades			17,3%		-24,5%		372,5%		-88,3%	
Δ Aumentos de amortizações e provisões									-100,0%	
Δ Correções relativas a exercícios anteriores			71,3%		-94,3%		-56,4%		25,1%	
Δ Outros custos e perdas extraordinários			-44,3%		-9,8%		46,9%		6,4%	

Das rubricas mais relevantes, destacam-se as “Dívidas incobráveis” e as “Transferências de capital concedidas”, apresentando valores de 545.238,5 milhares de euro e 41.905,4 milhares de euro, respetivamente.

O elevado aumento do custo relativo a “dívidas incobráveis - contribuintes” resulta essencialmente do reconhecimento por parte do IGFSS no ano de 2011, de (+) 476,4 milhares de euro relativamente a 2010 de dívidas de contribuintes que manifestamente se assumem como sendo materialmente e juridicamente difíceis de cobrar.

 Desagregação das dívidas incobráveis
 Biénio 2011 - 2010

Designação	2010	2011	Variação	
			Valor	%
Dívidas incobráveis:	48.918,3	545.238,5	496.320,1	1014,6%
De contribuintes	48.804,2	544.599,1	495.794,9	1015,9%
De beneficiários e utentes	3,8	256,2	252,5	6689,6%
De outros devedores	110,3	383,1	272,8	247,3%

Na rubrica “Transferências de capital concedidas” com um saldo de 41.905,4 milhares de euro, dos quais 41.639,5 milhares de euro (99,4% do total das transferências de capital concedidas) dizem respeito a transferências para Instituições sem fins lucrativos e o restante (265,9 milhares de euro, que corresponde a 0,06% do total das transferências de capital concedidas) são transferências para o resto do mundo.

As “Transferências para Instituições sem fins lucrativos” apresentam a seguinte desagregação por Instituição e por natureza:

Desagregação das transferências para instituições sem fins lucrativos
Biénio 2011 - 2010

Milhares de euro

Designação	Instituições	IGFSS	ISS	RAM	RAA	Total
Com suporte no PIDDAC - O.E.		,0	2.357,3			2.357,3
Participação Portuguesa nos projetos cofinanciados		1.487,8				1.487,8
Financiamento Comunitário nos projetos cofinanciados		1.518,1			55,4	1.573,5
Outras transferências de capital com suporte no OE		4.343,2				4.343,2
Com suporte na alínea a)			30.118,1			30.118,1
Outras transferências de capital concedidas				112,0	1.647,7	1.759,6
Total		7.349,1	32.475,4	112,0	1.703,1	41.639,5

Do total das transferências para instituições sem fins lucrativos, cerca de 78,0% (32.475,4 milhares de euro) está registado no ISS, sendo que o valor de 30.118,1 milhares de euro refere-se a transferências de capital com suporte no disposto na alínea a) do n.º5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março e no despacho conjunto n.º 1057/2005, de 10 de novembro, no qual se evidencia que o PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) é exclusivamente financiado através de verbas provenientes dos resultados líquidos da exploração de jogos sociais (Euromilhões) atribuídos ao MTSS.

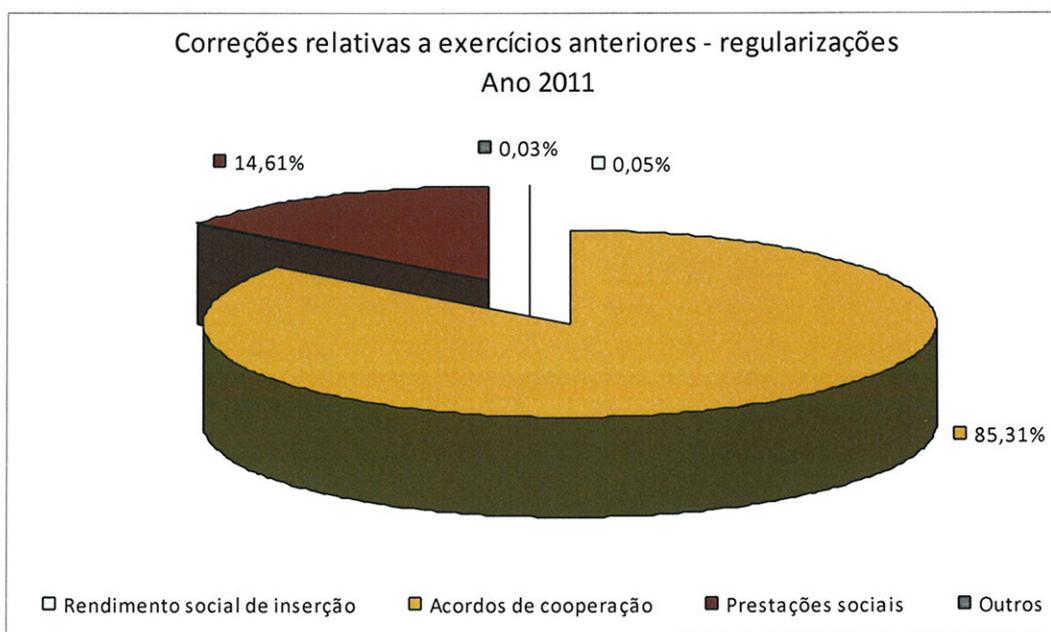
Da desagregação da rubrica “Correções relativas a exercícios anteriores” por instituição e natureza, atingindo no exercício de 2011 o montante total de 12.624,1 milhares de euro, e refletindo um aumento de (+) 25.1%, face a 2010, pode constatar-se que:

Desagregação das correções relativas a exercícios anteriores por instituição e por natureza
Ano 2011

Milhares de euro

Rubricas	IGFSS	ISS	Cimentos	FGS	RAM	RAA	Total
Restituições de contribuições	185,1				,0	,0	185,1
Regularizações	,0	10.706,2			2,5	,5	10.709,2
Anulações	35,9		2,4			21,9	60,2
Contribuições	500,8					,9	501,7
Outras	291,6	767,3	,0	88,1	,0	21,0	1.168,0
Total	1.013,4	11.473,5	2,5	88,1	2,5	44,2	12.624,1

A rubrica que assume maior peso relativo no exercício de 2011 (84,8%) diz respeito a “Regularizações referentes a exercícios anteriores” e regista 10.709,2 milhares de euro, integrando as rubricas identificadas no gráfico seguinte.



Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 12. de outubro de 2012

O Departamento de Orçamento e Conta

Maria Isabel Duarte Barreiros
(Maria Isabel Duarte Barreiros)

Maria de Jesus Amiano Marques
(Maria de Jesus Amiano Marques)

O Conselho Diretivo,

José Augusto Antunes Gaspar
(José Augusto Antunes Gaspar)

Nelson da Silva Ferreira
(Nelson da Silva Ferreira)

Joaquina Maria Franco
(Joaquina Maria Franco)

Noémia Silva Goulart
(Noémia Silva Goulart)



